

Universidade Federal de Minas Gerais
Instituto de Geociências
Programa de Pós-Graduação em Geografia

Lídia Milhomem Pereira

DESIGUALDADES SOCIOESPACIAIS DE GOIÂNIA-GO: ANÁLISE COM BASE NOS
SETORES CENSITÁRIOS SUBNORMAIS

BELO HORIZONTE

2019

Lídia Milhomem Pereira

DESIGUALDADES SOCIOESPACIAIS DE GOIÂNIA-GO: ANÁLISE COM BASE NOS
SETORES CENSITÁRIOS SUBNORMAIS

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, do Instituto de Geociências, UFMG, como requisito para a obtenção no grau de Doutorado em Geografia.

Área de concentração: Geografia e Organização do Espaço.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Alexandrino Garcia

Coorientador: Prof. Dr. Carlos Lobo

BELO HORIZONTE

2019

P436d
2019 Pereira, Lídia Milhomem.
Desigualdades socioespaciais de Goiânia-GO [manuscrito] : análise com base nos setores censitários subnormais / Lídia Milhomem Pereira. – 2019. 232 f., enc.: il. (principalmente color.)

Orientador: Ricardo Alexandrino Garcia.

Coorientador: Carlos Lobo.

Tese (doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Departamento de Geografia, 2019.

Área de concentração: Geografia e Organização do Espaço.

Bibliografia: f. 213-232.

1. Planejamento urbano – Goiânia (GO) – Teses. 2. Concentração urbana – Teses. 3. Segregação – Teses. 4. Discriminação na habitação – Teses. 5. Sistemas de informação geográfica – Teses. I. Garcia, Ricardo Alexandrino. II. Lobo, Carlos. III. Universidade Federal de Minas Gerais. Departamento de Geografia. IV. Título.

CDU: 711.4:656.1(817.3)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA



FOLHA DE APROVAÇÃO

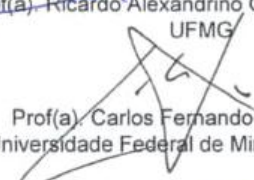
**DESIGUALDADES SOCIOESPACIAIS DE GOIÂNIA-GO: ANÁLISE
COM BASE NOS SETORES CENSITÁRIOS SUBNORMAIS**

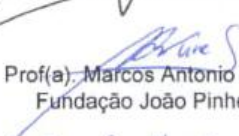
LIDIA MILHOMEM PEREIRA

Tese submetida à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em GEOGRAFIA, como requisito para obtenção do grau de Doutor em GEOGRAFIA, área de concentração ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO.

Aprovada em 05 de julho de 2019, pela banca constituída pelos membros:



Prof(a). Ricardo Alexandrino Garcia - Orientador
UFMG


Prof(a). Carlos Fernando Ferreira Lobo
Universidade Federal de Minas Gerais - IGC


Prof(a). Marcos Antonio Nunes
Fundação João Pinheiro


Prof(a). Paulo Eduardo Alves Borges da Silva
IFMG


Prof(a). Leandro Cardoso
UFMG


Prof(a). Rodrigo Affonso de Albuquerque Nobrega
UFMG

Belo Horizonte, 5 de julho de 2019.

Aos meus pais, Luiz e Lígia,
pelo amor, cuidados, incentivos, motivação,
histórias de luta, de amparo, de perseverança,
conquistas e superação das dificuldades.

AGRADECIMENTOS

Quando traçamos metas e planos e estes ficam na espera de outros acontecimentos não conseguimos entender o real sentido, as negativas e seus cadeados. O silêncio e a oração se tornaram meus melhores amigos, o planejamento a curto, médio e longo prazos, logo percorreram quilômetros, paisagens, rodovias... transporam as nuvens... pelo ar, das stratus, cumulus, às cirros... O sonho do êxito inicial, da aprovação, adiado por quase seis anos e, na desesperança, um novo horizonte, tão belo, concretizou-se na primeira tentativa, como se Deus riscasse meus cadernos de caligrafia e os redigisse nas curvas, nas subidas e descidas de cada escada da rua Pitangueiras, Abre Campo, São João Evangelista e arredores. A Deus, que me rege e protege. Agracia meus dias e coloca pessoas para clareá-los.

Então, outros percalços brotaram ao longo dos 1780 quilômetros semanais guiados no preto e branco de cada página exigida, cada obra lida e revisada. Cada passo foi temido e apreendido. Novos conhecimentos, novas possibilidades. Novos e antigos conselheiros. Novos olhares.

Meu reconhecimento a minha família materna e paterna. Aos meus pais, que sempre se preocuparam, orientaram, amaram, fizeram possível e o impossível por mim. Aos meus irmãos, cunhado, cunhada, aqueles mais próximos, mais amados. Também aos meus tios, tias, primos, primas. Em especial aos que me acolheram nesta cidade, como tia Mara, paciente, boa leitora do meu cansaço sempre aliviado com um pão de queijo, boa prosa, cama quentinha. Tio Lauro, com sua paçoca maranhense, sua curiosidade no olhar. Prima Érika, primo Gabriel, amo vocês! À Flavinha e família. Ao Luís Henrique e Taty. Minha amiga de Rio Verde para o mundo, Lú Fashion e família! Ao tio Orlando, mais do que doutor de título e de vida, uma inspiração, meu tio querido, mestre, amigo e confidente.

Toda a concretização real deste sonho, jamais se edificaria se não fosse a existência do Programa de Pós-Graduação em Geografia. O Instituto de Geociências da UFMG e sua equipe. Seus mentores, seus doutores, mestres, especialistas, funcionários, seus colaboradores. Meus orientadores de teoria e empiria, estimados Doutores. Ricardo Alexandrino, que coordena com ações, planeja com responsabilidades, recebe sempre com um sorriso tímido no rosto. Dono de uma memória invejável. É a rocha entremeada nas ruas do IGC. Respira o aroma das rosas e semeia ideias. E, após a qualificação, agradeço ao professor Doutor Carlos Lobo. Alternando entre astúcia, observação, ambição, sabedoria e sempre prezando pela razão, pela congruência e a lógica. Aos professores que contribuíram na fase da Qualificação. Minha gratidão! “Feliz aquele que transfere o que sabe e aprende o que ensina”(Cora Coralina).

Aos professores da Universidade Federal de Goiás, do Instituto Federal de Goiás, ao Programa de Pós-Graduação (PROPG) do IFG, aos meus alunos. Às amizades nestas instituições. Aos meus irmãos e irmãs de fé. Minha comadre e família, de fé inabalável, alento e encorajamento! As minhas amizades queridas na cidade de Rio Verde: Rubinha, Lekita, Priscila, Cibele, Vanessinha. Ao Alexandre Henrique, Alécio. Minha linda Cymara, Cymaritchaa e família; Onilson e família, Leonardo Barroso, prima Lívia; Amigas: Vizinha, Liliane, Luana, Luçany, Mariana Romero, Maxwell, Maycon, Christiane Barroso, Amigas de infância e para Sempre: Ale, Marcelinha, Marináaaaaaaaaa!! Amigas da “Pancadaria das Thuthucas”, das horas boas e ruins! As amigas do Doutorado e conhecidos durante esses anos, Bárbara, Cláudia, Guilherme, Lucas, Marcos, Marco Antônio, Nayhara, Paulinho, Pedro, Taty, aos que foram a campo comigo, Danilo, Roosevelt, Ricardo e Fabrício.

“A cidade é uma máquina de possíveis.”

(Lefebvre, 1973)

RESUMO

Atualmente, o processo de urbanização nacional é contínuo e expansivo. Goiânia, capital do estado de Goiás, é vista como metrópole atraente em sua economia e em constante expansão. Distanto 209 km de Brasília, capital nacional, foi planejada, inicialmente, para 50 mil pessoas e ultrapassou a previsão em menos de sessenta anos. Hoje, sua população soma mais de 1.400.000 habitantes. No entanto, nos últimos anos, com o crescimento e a valorização do tecido urbano, verifica-se a presença de ocupações em lugares antes desvalorizados. Analisar as desigualdades socioespaciais de Goiânia, discutir a cidade, seu planejamento, visualizar as espacialidades, contextualizando-as com as realidades dialéticas no contexto do capitalismo fazem parte deste estudo. O objetivo principal é o de ampliar discussões sobre o espaço urbano a partir da análise do processo de segregação socioespacial e desigualdades, na formação de espacialidades distintas na cidade de Goiânia-GO, servindo-se de geotecnologias. A tese então teve a preocupação de verificar se há de fato, aglomerados subnormais em Goiânia e com outros indicadores checar as desigualdades espaciais. A pesquisa também está apoiada em métodos quantitativos e softwares como o Arc Gis e Q Gis, sendo, pois, uma metodologia quantitativa, utilizando a análise exploratória descritiva. Conforme o procedimento metodológico planejado, houve o uso de variáveis por setores censitários. Através de componentes que podem ser mapeados, os resultados gerados por padrões e também pelas não padronizações das ocupações irregulares, indicam informações a partir de uma reunião de variáveis e indicadores acerca da exclusão/inclusão/desigualdades socioespaciais.

Os procedimentos metodológicos compreendem etapas: de detalhamento, escolha, triagem, coleta e descrição das variáveis e dos indicadores, aplicação do método Two Step Clusters e validação com a análise de discriminante. Como resultados, percebeu-se que, embora a cidade não possua sua geomorfologia acidentada, e, que no estado de Goiás tenha sido identificado um número inexpressivo de aglomerados subnormais, isso não significa que a pobreza seja assim, pois espacialmente as características não estão visualizadas de maneira acentuada. Isso é resultado da elevada desigualdade de renda e desenvolvimento, assim como de diferentes modos de vida, de estabelecimento, de relações sociais. Também, que onde há aglomerados subnormais, muitas vezes as condições relacionadas à infraestrutura, indicadores e variáveis se equiparam à áreas da periferia do município, não destoando demasiadamente. Concomitantemente, há uma série de elementos ao mesmo tempo ímpares e plurais na cidade e uma concentração majoritária em determinados espaços urbanos de pessoas pertencentes a dada classe social. Estas, na maior parte dos casos, concentram-se em bairros específicos ou

em condomínios fechados, no quais a presença de integrantes de outras classes sociais, algumas até opostas, assim como relações centro periferias, também se faz presente nas proximidades. Espera-se com esta pesquisa oportunizar, em medida local e regional, com ações de organização, direção, controle e estrutura pelo poder público, esferas e instituições de pesquisa, abertura ao diálogo sobre a temática e diagnósticos a fim de despertar os sentidos de reordenamento, planejamento, controle e direção, à frente de sucessões desordenadas e ajustadas sem coerência e coesão.

Palavras-chave: Segregação socioespacial. Desigualdades. Goiânia. Aglomerados subnormais.

ABSTRACT

Today, the national urbanization process is continuous and expansive. Goiania, the Goias' capital, is seen as an attractive economy metropolis in constant growth. Distant 209 km from Brasilia, the nation's capital, it was initially planned for 50 thousand people and it has exceeded the prediction in less than sixty years. Nowadays, its population has reached more than 1.400.000 inhabitants. Nevertheless, in the last few years, it is verified the presence of occupation in places, that were primarily devalued, with the advance and appreciation of the urban space. Part of this study is to understand Goiania's social space inequality, under the process of urban appreciation, city discussion, planning, space analysis, contextualizing with the dialectical realities under the perspective of capitalism. The main goal is to intensify the urban space discussions since the social space segregation process analysis and inequality, in the formation of distinct space in the city of Goiania-GO, using geotechnology. Therefore, this thesis is concerned about verifying if there is, in fact, subnormal clusters in Goiania. The research is also supported by quantitative methods and software such as Arc Gis and Q Gis, considering it is a quantitative methodology, using exploratory descriptive analysis. Census data were used, according to the planned methodological procedure. Through mappable components, the results generated by standard and nonstandard irregular occupations, indicate information from variable assemblage and indicators about the social space exclusion/inclusion/inequality.

The methodological procedures consist of the following stages: detailing, selection, screening, sampling, variables and indicators description, k-means method application, Two Step Clusters and discriminative analysis validation. As a result, it was possible to understand that, although the city does not have a bumpy geomorphology and in the state of Goias it has been identified unexpressive number of subnormal clusters, which does not mean poverty, spatially the characteristics are not perceived in a sheer way. This is consequence from a high-level inequality and development, such as different ways of living and social relations. Also, in places where there are subnormal clusters, the conditions related to its infrastructure, indicators and variables are very similar to the outskirts of town. Concomitantly, there are several unique and plural elements in the city and also a majority concentration in certain urban spaces from people belonging to the same social class. These, in most cases, are concentrated in specific neighborhoods or private condominiums, where it is possible to verify the presence of other social class components nearby, some even opposites. This research aims to provide local and regional opportunities for organizing, directing, controlling

and structuring by the public authorities, research scopes and institutions, opening to dialogue and diagnoses in order to reduce socioeconomic differences and inequalities.

Keywords: Socio-spatial segregation. Inequality. Goiania. Subnormal clusters.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Municípios com aglomerados subnormais identificados.....	69
Figura 2 - Aglomerados subnormais em Goiânia.....	71
Figura 3 - Teatro Goiânia, monumento referência no estilo Art Déco.....	81
Figura 4 - Antiga Escola Técnica atual Instituto Federal de Goiás, com faixa no estilo tombado.....	82
Figura 5 – Mapa de localização do município de Goiânia.....	83
Figura 6 - Antiga capital de Goiás.....	89
Figura 7 - Antiga capital de Goiás, Praça do Coreto.....	89
Figura 8 - Cidade de Goiás, casa de Cora Coralina.....	90
Figura 9 - Rua Principal na Cidade de Goiás.....	91
Figura 10 - Terreno destinado à construção do poder Legislativo e Executivo em Goiânia, Praça Cívica.....	92
Figura 11 - Construção da Praça Cívica.....	92
Figura 12 - Goiânia década de 1970.....	93
Figura 13 - Goiânia década de 1970.....	94
Figura 14 - Construção da Praça Cívica.....	94
Figura 15 - Vista de Goiânia, década de 1980.....	95
Figura 16 - Praça dos Girassóis em Palmas, capital do Tocantins.....	97
Figura 17 - Praça Três Poderes em Brasília, Distrito Federal.....	97
Figura 18 - Movimento político na Praça Cívica década de 1960.....	98
Figura 19 - Parque Agropecuário.....	98
Figura 20 - Parque Agropecuário.....	99
Figura 21 – Setor Leste Vila Nova.....	99
Figura 22 - Migrantes na construção da Praça Cívica.....	100
Figura 23 - Favela do papel - Uma das primeiras ocupações irregulares da década de 1960	101
Figura 24 - Monumento Latif Sebbá.....	105
Figura 25 - Ocupação irregular nas margens da Marginal Botafogo.....	111
Figura 26 - Ocupações iniciais em Goiânia, década de 1970.....	111
Figura 27 - Primeiras ocupações irregulares em Goiânia.....	112
Figura 28 - Ocupação irregular às margens da Marginal Botafogo.....	112
Figura 29 - Jardim Botânico deve atrair frequentadores com a revitalização.....	114
Figura 30 - Área de risco e invasão próximo a BR 153, Goiânia.....	116

Figura 31 - Esgoto a céu aberto e invasão próxima à BR -153, Goiânia.....	117
Figura 32 - Falta de sinalização próximo a invasão “Suvaco da Onça”, na BR- 153, Goiânia	117
Figura 33 - Falta de asfalto, acumulação de lixo e esgoto próximo a invasão “Suvaco da Onça”, na BR 153, Goiânia.....	118
Figura 34 - Falta de sinalização próximo a invasão “Suvaco da Onça”, na BR 153, Goiânia	119
Figura 35 - Largura da rua estreita e discrepante das demais. BR 153, indo ao Setor Universitário Goiânia.....	119
Figura 36 - Lote irregular. BR 153, indo ao Setor Universitário Goiânia.....	120
Figura 37 - Ocupações irregulares. Casas geminadas BR- 153, Setor Universitário Goiânia	121
Figura 38 - Ocupações irregulares.Casas geminadas BR -153, Setor Universitário Goiânia	121
Figura 39 - Ocupações irregulares. Casas geminadas e precárias. BR-153, Setor Universitário Goiânia.....	122
Figura 40 - Ocupações irregulares. Casas geminadas e precárias. BR-153, Setor Universitário Goiânia.....	122
Figura 41 - Entorno da Região do Flamboyant Shopping Center.....	125
Figura 42 - Fluxograma dos procedimentos metodológicos.....	130
Figura 43 - Mapa do município de Goiânia por setores censitários (2010).....	132
Figura 44 – Mapa dos Aglomerados Subnormais – Goiânia.....	157
Figura 45 – Mapa do Aglomerado Subnormal – Rocinha – Goiânia – Goiás.....	161
Figura 46 – Mapa do Aglomerado Subnormal – Jardim Guanabara I – Goiânia – Goiás	162
Figura 47 – Mapa do Aglomerado Subnormal – Emílio Póvoa – Goiânia – Goiás.....	163
Figura 48 – Mapa do Aglomerado Subnormal – Jardim Goiás – Goiânia – Goiás.....	164
Figura 49 – Mapa do Aglomerado Subnormal – Jardim Botânico I – Goiânia – Goiás	165
Figura 50 – Mapa do Aglomerado Subnormal – Jardim Botânico II – Goiânia – Goiás.....	166
Figura 51 - Mapa do Município de Goiânia com caracterização de setores censitários segundo Situação do Setor.....	170
Figura 52 – Setores censitários do município de Goiânia segundo indicador de Subnormalidade.....	174
Figura 53 – Setores censitários do município de Goiânia segundo Indicador de Ocupação imobiliária (IOI).....	177
Figura 54 - Concentração imobiliária nos setores censitários do município de Goiânia, 2010.	178

Figura 55 - Indicador de Verticalização imobiliária(IVI) nos setores censitários do município de Goiânia, 2010.....	180
Figura 56 - Indicador de relações de gênero (IGe) nos setores censitários do município de Goiânia, 2010.....	183
Figura 57 - Indicador de poder de consumo (IC) nos setores censitários do município de Goiânia, 2010.....	185
Figura 58 - Índice de Vulnerabilidade social (IVS) nos setores censitários do município de Goiânia, 2010.....	189
Figura 59 - Índice de qualidade de saneamento ambiental (IQSA) nos setores censitários do município de Goiânia, 2010.....	191
Figura 60 - Índice de Gini nos setores censitários do município de Goiânia, 2010.....	194
Figura 61 - Índice de Infraestrutura Urbana nos setores censitários do município de Goiânia, 2010.....	196
Figura 62 - Segregação socioespacial no município de Goiânia, segundo Tipologia, 2010...	201

LISTA DE QUADROS, TABELAS E GRÁFICOS

TABELAS

Tabela 3 – Rendimento para pessoas ocupadas acima de 14 anos por região.....	65
Tabela 4 - Dados sobre rendimentos, educação, economia, saúde e ambiente.....	102
Tabela 5 - evolução da população da cidade.....	103
Tabela 6 - Crescimento geométrico de Goiânia-GO.....	104
Tabela 7 - População da Região Metropolitana de Goiânia.....	108
Tabela 8 - Estado de Goiás, Centro-Oeste e Brasil: População recenseada e estimada – 1940, 1950, 1960, 1970,1980, 1991, 2000, 2010 e 2017.....	109
Tabela 9 - Condomínios fechados em Goiânia.....	126
Tabela 11 – População residente em aglomerados subnormais por domicílios particulares, GO	134
Tabela 12 – Síntese dos Indicadores Utilizados.....	140
Tabela 15 - Matriz de confusão em os valores obtidos do classificação Two-Step e os valores preditos pela análise de discriminante. (KAPPA = .950; p<.00001).....	197

QUADROS

Quadro 1 – Categorias de análise do espaço.....	23
Quadro 2 – Termos referentes à categoria espaço.....	46
Quadro 3- Procedimentos, critérios e variáveis utilizadas na construção do Índice de Vulnerabilidade Social dos setores censitários.....	146
Quadro 4 -Procedimentos, critérios e variáveis utilizadas na construção do índice de infraestrutura urbana nos setores censitários.....	149

GRÁFICO

Gráfico 1- Goiânia: 2010. Distribuição dos setores censitários pertencentes ao Cluster 3, selecionados segundo grau de semelhança aos setores subnormais, por Renda e Índice de Gini.	205
--	-----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADH	Atlas do Desenvolvimento Humano
AGETEO	Associação de Geografia Teórica e Quantitativa
BNH	Banco Nacional de Habitação
CAU/GO	Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Goiás
Cebrap	Centro Brasileiro de Análise e Planejamento
CEM	Centro de Estudos da Metrópole
CIAMs	Congressos Internacionais dos Arquitetos Modernistas
CMGEs	Comissões Municipais de Geografia e Estatística
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IESA	Instituto de Estudos Socioambientais
IIU	Índice de Infraestrutura Urbana
IQSA	Índice de Qualidade de Saneamento Ambiental
ISA	Índice de Salubridade Ambiental
IVS	Índice de Vulnerabilidade Social
LIT	Levantamento de Informações Territoriais
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
ONU/HABITAT	Organização das Nações Unidas para o Habitat
PDIG	Plano de Desenvolvimento Integrado de Goiânia
PIB	Produto Interno Bruto
PNAD Contínua	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua
POT	Planos de Ordenamento Territorial
PPC	Poder de Paridade de Compra
PUC-Goiás	Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Seplam	Secretaria de Planejamento e Urbanismo
SFH	Sistema Financeiro de Habitação
SIG	Sistemas de Informação Geográfica
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFG	Universidade Federal de Goiás

SUMÁRIO

Introdução.....	18
Capítulo 1 Espaço Urbano: Desigualdades e segregações socioespaciais.....	21
1.1. Conceitos e sentidos de Espaço e Espaço Urbano.....	21
1.2. Espaço Urbano das cidades: características e direções.....	27
1.3. Das contradições às segregações urbanas.....	31
1.4. Segregações Socioespaciais :exclusões e conceitos.....	35
1.5. Delineamentos sobre desigualdades e pobreza.....	50
1.6. Leituras sobre a pobreza.....	56
1.7. Aglomerados Subnormais: ratificação ou retificação de desigualdades?.....	65
Capítulo 2 Goiânia: da capital planejada a reprodução do espaço.....	79
2.1. Formação física e socioespacial do Estado de Goiás e de Goiânia.....	79
2.2. Das expedições à transferência da capital.....	84
2.3. Indicadores socioespaciais em Goiânia.....	93
2.4. Indicadores socioeconômicos em Goiânia.....	101
2.5. Aglomerados subnormais em Goiânia: à margem da cidade formal.....	109
2.6. Infraestrutura dos aglomerados subnormais.....	114
2.7. Do outro lado do muro: o alto clero e as fortalezas nos condomínios fechados.....	123
Capítulo 3 O caminho metodológico trilhado.....	128
3.1. Fontes de dados.....	130
3.2. Conceituação dos indicadores.....	136
<i>Indicador de subnormalidade (IS).....</i>	<i>140</i>
<i>Indicador de poder de consumo (IC).....</i>	<i>140</i>
<i>Indicador de ocupação imobiliária (IOI).....</i>	<i>141</i>
<i>Indicador de concentração imobiliária (ICI).....</i>	<i>141</i>
<i>Indicador de verticalização imobiliária (IVI).....</i>	<i>142</i>
<i>Indicador de relações de gênero (IGe).....</i>	<i>142</i>
<i>Índice de qualidade de saneamento ambiental (IQSA).....</i>	<i>142</i>
<i>Índice de Vulnerabilidade Social (IVS).....</i>	<i>144</i>
<i>Índice de coeficiente de Gini.....</i>	<i>147</i>
<i>Índice de Infraestrutura Urbana (IIU).....</i>	<i>148</i>
3.3. Análise Multivariada.....	150
<i>Do método K-Means ao Two Step-cluster.....</i>	<i>150</i>

<i>Análise de Discriminante</i>	153
3.4. Os recortes espaciais: os aglomerados subnormais de Goiânia.....	155
CAPÍTULO 4 Análise dos Resultados	167
Situação do domicílio.....	167
<i>Indicador de subnormalidade (IS)</i>	171
<i>Indicador de ocupação imobiliária (IOI)</i>	175
<i>Indicador de concentração imobiliária (ICI)</i>	177
<i>Indicador de verticalização imobiliária (IVI)</i>	179
<i>Indicador de relações de gênero (IGe)</i>	181
<i>Indicador de poder de consumo (IC)</i>	183
Índice de vulnerabilidade social (IVS).....	187
Índice de qualidade de saneamento ambiental (IQSA).....	189
Índice de Gini.....	192
Índice infraestrutura urbana (IIU).....	194
4.1. Validação e Resultados da classificação dos setores censitário.....	196
Considerações Finais	206
REFERÊNCIAS	213

Introdução

Os recursos materiais e imateriais existentes no meio ambiente, nos territórios e nos espaços são indispensáveis à dinâmica da criação e alteração destes pelos seres humanos. Goiânia e várias outras cidades, em pequena e macro escalas, exibem realidades opostas. A cidade, assim como outras capitais brasileiras, cresceu além do previsto, gerando conflitos e desigualdades territoriais. Por meio da especulação imobiliária, a venda dos imóveis de luxo nos setores da capital faz com que as esferas econômicas, sociais e políticas alterem a ordem de planejamento, gestão e reordenação do território em determinados bairros de Goiânia.

Algumas inquietações foram levantadas, tais como:

- As microterritorialidades da cidade de Goiânia, conformada por seus setores censitários, configuram espaços urbanos heterogêneos e segregados?
- E, se sim, essa segregação é determinada por fatores sociais, ambientais e econômicos.
- Nesse contexto, os aglomerados subnormais em Goiânia configuram espaços urbanos diferenciados?

A principal hipótese norteadora dessa tese é, portanto, que *a organização socioespacial dos setores subnormais se diferencia distintamente dos outros setores normais da cidade de Goiânia, no qual o conceito de favela pode ser aplicado.*

A partir desses questionamentos e afirmativa, postula-se o seguinte objetivo geral: tomando por base a análise empírica de processos espaciais dos setores censitários urbanos, almeja-se investir na compreensão sobre a segregação e desigualdades sociais em grandes cidades a partir do caso de Goiânia-GO, na primeira década do terceiro milênio. Para tanto, pretende-se atingir três objetivos específicos: (1) investigar as bases teóricas e metodológicas da segregação socioespacial a partir dos conceitos de espaço urbano, cidade, desigualdade e pobreza; (2) discutir o processo de formação do espaço urbano de Goiânia-GO e inquirir sobre as origens dos setores subnormais numa perspectiva geo-histórica; (3) analisar a configuração socioespacial dos espaços urbanos de Goiânia e cotejá-los com os dos seus setores subnormais.

Perceber as transformações socioespaciais é uma das missões plácidas do geógrafo. Atualmente o processo de urbanização nacional é contínuo e expansivo, estendendo-se para além dos limites legais do urbano. Goiânia, capital do Estado de Goiás, é vista como uma metrópole com tradições similares à mineira e à mato-grossense. Paisagens iconográficas fizeram e fazem parte de um discurso de gestão política. No entanto, nos últimos anos, com o crescimento e a valorização do tecido urbano verifica-se a presença de ocupações em lugares antes desvalorizados.

Perceber as transformações socioespaciais é uma das missões plácidas do geógrafo. Atualmente o processo de urbanização nacional é contínuo e expansivo, estendendo-se para além dos limites legais do urbano. Goiânia, capital do Estado de Goiás, é vista como uma metrópole com tradições similares à mineira e à mato-grossense. Paisagens iconográficas fizeram e fazem parte de um discurso de gestão política. No entanto, nos últimos anos, com o crescimento e a valoração do tecido urbano verifica-se a presença de ocupações em lugares antes desvalorizados.

Estruturou-se a tese em quatro capítulos. Sendo o primeiro, a contribuição teórica desta pesquisa, expondo o estado da arte referente a temas sobre o Espaço Urbano, com suas desigualdades e segregações socioespaciais. Nesse sentido, optou-se por discussões a respeito de conceitos de Espaço e Espaço Urbano das cidades, suas características e direções, abrangendo as contradições e segregações delas resultantes. Ademais, algumas categorias como a pobreza e os aglomerados subnormais serviram de norte para delinear apontamentos, levantamentos e discussões pertinentes ao assunto desenvolvido neste capítulo.

O segundo capítulo, contextualizou-se a área de estudo, com o registro de partes da história de ocupação do estado de Goiás e criação do município de Goiânia e sua explosão demográfica. Privilegia-se um recorte sobre as primeiras expedições bandeiristas e sertanistas em direção ao interior do Brasil, culminando com um movimento depois conhecido como “Marcha para o Oeste”. No âmbito das questões políticas e sociais para eleição e transferência da capital Goiás para Goiânia, os dados socioeconômicos sobre a nova capital foram destacados assim como alguns aspectos culturais e sobre sua formação. Ademais, teve-se como meta apresentar os fatores principais que direcionaram o processo de produção do espaço urbano, delineadores de um quadro de desigualdade socioespacial e também de segregação. Na maioria das vezes os agentes responsáveis por tal processo são direcionados pelo interesse do grande capital, constituído, geralmente, pelos grupos empresariais e pelo mercado imobiliário. No decorrer do capítulo, imagens dos aglomerados subnormais do município de Goiânia são apresentadas, apontando características marcantes desses espaços. Para finalizar, são fornecidas algumas considerações a respeito dos contrastes entre os condomínios fechados e suas espacialidades.

No terceiro capítulo foram descritos os procedimentos metodológicos da tese, tocante ao método científico quantitativo. Coletou-se indicadores e variáveis sociodemográficas do Censo Demográfico realizado no ano de 2010 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e

Estatística (IBGE), agregados por setores censitários. Apresentou-se os indicadores, as variáveis empregadas, com o objetivo de realizar uma comparação com os resultados obtidos pela aplicação de métodos específicos. A metodologia consistiu na abordagem essencialmente quantitativa, por meio da qual se realizará uma abrangente análise, que representará todas as ocupações, gerando resultados em agrupamentos para a pesquisa em questão. Pretendeu-se analisar a desigualdade, no município de Goiânia, com ênfase em dimensões socioespaciais, perante a aplicação de métodos geoestatísticos, para a avaliação das variáveis como o tipo de setor, a porcentagem dos domicílios vagos, a porcentagem dos domicílios alugados, a porcentagem dos apartamentos, a porcentagem dos domicílios chefiados por mulheres, o valor do rendimento nominal médio mensal das pessoas de/ou mais de idade (com e sem rendimento), dentre outras. A partir desses métodos adotados, a aplicação dos métodos geoestatísticos possibilitou a consecução ou aquisição de graus de associação de cada elemento, arrolando semelhanças e dissemelhanças.

Por fim, o quarto e último capítulo, através dos componentes que podem ser mapeados, os resultados gerados por padrões e também pelas não padronizações das ocupações irregulares, resultaram em informações de uma reunião de variáveis e indicadores acerca da exclusão/inclusão/desigualdades socioespaciais. Com este, há possibilidades de formulação de políticas públicas a serviço do bem comum. Explicitamente que essas ações no espaço urbano, dependem também do interesse dos agentes públicos e, da minimização dos interesses particulares, em virtude dos interesses coletivos. A formação de segregação socioespacial, incluindo os aglomerados subnormais, evidencia as lacunas de um planejamento incompleto e díspar. Esta pesquisa contribui em esfera local e regional, podendo auxiliar ações de organização, direção e controle pelo poder público, englobando instituições de pesquisa sobre a temática e na abertura ao diálogo, diagnóstico e na ratificação destes aglomerados de exclusão.

Capítulo 1

Espaço Urbano: Desigualdades e segregações socioespaciais

Apresenta-se neste capítulo a contribuição teórica desta pesquisa, expondo o estado da arte referente a temas sobre o Espaço Urbano, com suas desigualdades e segregações socioespaciais. Nesse sentido, optou-se por discussões a respeito de conceitos de Espaço e Espaço Urbano das cidades, suas características e direções, abrangendo as contradições e segregações delas resultantes. Ademais, algumas categorias como a pobreza e os aglomerados subnormais serviram de norte para delinear apontamentos, levantamentos e discussões pertinentes ao assunto desenvolvidos neste capítulo.

1.1. Conceitos e sentidos de Espaço e Espaço Urbano

As discussões contemporâneas sobre o espaço remetem a um conjunto de conceitos, teorias, ações e resultados, indicativos do país, por sua vasta extensão territorial, ser repleto de paisagens, lugares particulares e diversos, redes, geometrias que desembocam neste grande campo de sistemas de objetos e ações, denominado espaço geográfico. Esta categoria macro se faz presente em debates, simpósios, congressos, dentro das salas de aula, nos conhecimentos acadêmicos e científicos. O espaço geográfico é o meio pelo qual o geógrafo caminha, respira, compreende, apreende, e é também utilizado em diversas áreas e subáreas afins. Adiante, algumas colocações sobre esta relevante categoria.

No contexto contemporâneo da Ciência Geográfica é convencional que o espaço geográfico seja referenciado como conceito primordial das abordagens, sendo considerado, por vários autores, objeto da Geografia. As análises, no entanto, não se esgotam no conceito

em questão, mas se ampliam no sentido de compreender os territórios, as regiões, os lugares e as paisagens, bem como as fronteiras. Apesar disso, ainda existem autores que afirmam ser o espaço geográfico um conceito pouco discutido no âmbito da própria Geografia, com outros enfoques sobre sociedade e a natureza (POLLON, 2016).

Bacon (1971) já evidenciava as relações espaço-temporais observadas pelos geógrafos como algo simples, mas conceitualmente um desafio intelectual:

The man in his works exist in space and time is so obvious that it hardly seems worth mentioning. But upon closer examination this simple fact is seen to contain such conceptual richness and intellectual challenge that it underlies one of Geography's most exciting contemporary fields. When we consider man and his work in space and time, we can no longer think about static structures and relationships. Rather, we focus explicitly upon the dynamics of spatial patterns, so that diffusion processes acting over space and through time become the core of our concern.ⁱ (BACON, 1971, p. 389).

Para Correa (2003), há uma multiplicidade no conceito das diferentes correntes do pensamento geográfico. Todas possibilitam transformações, construções e reconstruções, com base em interesses e necessidades de diferentes sociedades. É nesse sentido que, a seguir, considerou-se neste trabalho apresentar a categoria “espaço” conforme cada corrente.

O espaço na Geografia Tradicional (1870 a 1950) não possuía grande relevância, embora fosse trabalhado de modo implícito por investigadores como Ratzel e Hartshorne. Moraes(2003) define espaço como base indispensável para a vida do homem, encerrando as condições de trabalho, quer natural, quer aqueles socialmente produzidos. Como tal, o domínio do espaço transforma-se em elemento crucial na história do homem, sendo vinculado ao conceito de Espaço Vital que expressa as necessidades territoriais de uma sociedade em função do seu desenvolvimento tecnológico, do total da população e dos recursos naturais. Para Hartshorne (1939) o espaço absoluto, um conjunto de pontos que têm existência em si, sendo independente de qualquer coisa, ou seja, seria algo que independe das ações humanas, sempre existiu e sempre existirá.

A Geografia Teórica ou Geografia Quantitativa, como se convencionou, tem sua raiz na Europa. No Brasil, representam a Geografia Quantitativa o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e a Associação de Geografia Teórica e Quantitativa (AGETEO). Nelas, há uma concepção do espaço multidimensional, e que, portanto, busca contribuições da geometria, das técnicas cartográficas, recorrendo ao emprego de modelos, investigações e compreensão de seu objeto de pesquisa. As suas análises demonstram preocupações com as relações espaço-tempo, espaço-custo, espaço-comportamento. Teve como crítica, a necessidade de reação teórica por parte dos geógrafos, permitindo que

ocorresse uma quebra paradigmática na forma de pensar a ciência, baseada no método do materialismo histórico e dialético, que conduziu, mais tarde, ao desenvolvimento da Geografia Crítica (BARBOSA; AZEVEDO, 2009).

Assim, a Geografia Teorético-Quantitativa se baseou no conjunto de procedimentos aplicáveis à execução da pesquisa científica, que deveria pautar os procedimentos em outros campos científicos, desenvolvimento de teorias, com destaque na produção geográfica da época o intenso uso de técnicas estatísticas e matemáticas (ARMOND; AFONSO, 2011).

Milton Santos (1997) sugere, analisando o espaço, o uso das seguintes categorias expostas no Quadro 1. O espaço, sintetiza o autor, é um conjunto indissociável de sistema de objetos e um sistema de ações (SANTOS, 2004).

Quadro 1 – Categorias de análise do espaço

FORMA	É o aspecto visível, exterior e perceptível ao observador de um objeto ou de um conjunto de objetos formando um padrão espacial.
FUNÇÃO	Resulta de uma tarefa, atividade ou papel a ser desempenhado pelo objeto ou conjunto de objetos em forma.
ESTRUTURA	Diz respeito à natureza social e econômica de uma sociedade em determinado momento histórico; é matriz social em que as formas e função são criadas e justificadas. Realidades mistas e contraditórias de objetos e relações com unidades e totalidades.
PROCESSO	O todo somente pode ser conhecido por suas partes e as partes somente podem ser conhecidas através do conhecimento do todo. É um processo de totalização. É definido como uma ação que se realiza de modo contínuo, visando a resultados, que constantemente são reformulados pelas contradições internas de uma sociedade, ao longo do tempo.

Fonte: Santos (1997)

Na corrente da Geografia Humanista e Cultural da década de 1970, o espaço era calcado por ideias de espaço vivido, vinculado à concepção da escola francesa, enraizado na tradição de La Blache, Gallais e Holzer. O espaço geográfico é a morada do homem, pautado na subjetividade, na intuição, nos sentimentos, no espaço vivido, interflexo da condição social, descrito através de metáforas, em lutas e multidimensional(CORRÊA, 2003). Concorda Silva (2014) com esse conceito, ao afirmar que “O espaço não só é construído e transformado pelos

indivíduos, mas apropriado subjetivamente, e sendo assim, produz, estimula e inibe as diversas formas de interação social” (SILVA, 2014, p. 77).

Já na Geografia Crítica, a categoria Espaço, fundada no materialismo histórico e na dialética na década de 1970, é entendida como espaço social, em estreita correlação com a prática em sociedade. Não deve ser visto como um espaço absoluto, vazio e puro, representado somente através de números e proporções.

Concorda com esta corrente, com inferências sociais, ao conceituar o espaço geográfico, Motta (2017, p.16): “A concepção de espaço remete à intrínseca relação que guarda com a esfera social. Não apenas relação causal unívoca, na qual o espaço é um mero receptáculo que reflete as relações sociais, mas sim em uma dialética socioespacial”.

O espaço urbano assinala Martins (2016), envolve o tempo. No mundo das mercadorias, o consumidor não compra apenas um espaço mais ou menos povoado com signos de prestígio e hierarquia social. Ele “também adquire uma distância, a qual vincula a sua habitação aos lugares: os centros (de comércio, de lazeres, de cultura, de trabalho, de decisão)” (MARTINS, 2016, p. 9). Compra-se um emprego do tempo. Ao tempo, recortado em fragmentos (tempo de trabalho, de consumo, de lazer, de percurso, etc.), vinculam-se espaços com os atributos e as práticas correspondentes. Entretanto, apesar de despedaçados e despedaçantes¹, os espaços-tempos encontram-se essencialmente ligados à reprodução das relações sociais de produção(MARTINS, 2016).

Desse modo, o espaço e o tempo são atribuídos como qualidades, práticas e das relações sociais. Esta perspectiva teórica vislumbra, portanto, que tanto o primeiro quanto o segundo estão atravessados por um processo de mudança que acompanha a dinâmica global difundida pela ação do capitalismo, como pode ser observado na seguinte expressão:

A produção do espaço envolve vários níveis da realidade como momentos diferenciados da reprodução geral da sociedade: o da dominação política, o das estratégias do capital objetivando sua reprodução continuada e o das necessidades/desejos vinculados à realização da vida humana. Esses níveis correspondem á prática dos lugares, com conteúdo social dado pelas relações que se realizam num espaço-tempo determinado, na qualidade do processo de produção/apropriação/reprodução dos indivíduos em sociedade(CARLOS, 2007 p. 97).

O capitalismo produz um espaço que lhe é próprio, mas também origina o espaço como mercadoria. Deste modo, o sentido do espaço redefine-se à medida que os lugares das

¹ O que Martins propõe a pensar é a forma como se dão as relações entre espaço-tempo para o ordenamento das relações sociais, produzidas e reproduzidas. A produção do espaço não se estende somente ao espaço físico, concreto, ele se desdobra também nas subjetividades dos sujeitos a fim de controle e disciplinarização. (GOMES, 2016).

idades se produzem por meio de um processo de trabalho gerador de mais-valia. Neste procedimento, a cidade implodida-explodida em periferias é o princípio da metrópole. (CARLOS, 2016).

A propriedade privada significa a divisão e parcelarização da metrópole e, com isso, a concretização da desigualdade do processo de produção do espaço urbano. Desproporções essas, vistas na vida cotidiana, no ato de morar, em diferentes habitações, terrenos, mercado de moradia, a propriedade privada do solo, todas, associadas à existência de rendas diferenciadas. (CARLOS, 2016).

Lefebvre (2016) refere-se ao espaço vivido, vinculado à prática social, como o conjunto de problemas parciais sobre a espacialidade. O autor estabelece uma primeira tese ou hipótese, na qual:

o espaço é a forma pura, a transparência, a inteligibilidade. Seu conceito exclui a ideologia, a interpretação, o não saber. Nessa hipótese, a forma pura do espaço é uma essência, uma ideia absoluta análoga ao número platônico. Ele se apresenta como coerência e modelo de coerência, além de articular o social e o mental, o teórico e o prático, o ideal e o real. Esse espaço tem as seguintes características: vazio e puro, lugar dos números e das proporções, como, por exemplo, o número de ouro; ele é visual e, por conseguinte, desenhado, espetacular; ele se povoa tardiamente de coisas, de habitantes e de “usuários”; na medida em que esse espaço demiúrgico tem uma justificação, ele se avizinha do espaço abstrato dos filósofos, dos epistemólogos. (LEFEBVRE, 2016, p. 40).

Na segunda hipótese, o espaço é funcional resulta do trabalho e da divisão social do trabalho. Da evolução no passado, da história.

O espaço social é produto da sociedade, constatável e dependente, antes de tudo, da constatação, portanto, da descrição empírica antes de qualquer teorização. Em outras palavras resulta do trabalho e da divisão do trabalho. Portanto, funcional. A maioria das descrições analíticas ou críticas, sobretudo do espaço urbano, dependem dessa hipótese, mal esclarecida como tal e, sobretudo mal confrontada com as outras hipóteses teóricas. (LEFEBVRE, 2016, p.44).

Há, ainda, a terceira hipótese, na qual o espaço pode ser entendido como um instrumento político, cuja representação estaria num âmbito de intencionalidade estratégica, melhor explicado por Lefebvre:

O espaço não seria nem um ponto de partida (ao mesmo tempo mental e social, como na hipótese filosófica), nem um ponto de chegada (um produto social ou o lugar dos produtos), mas um intermediário em todos os sentidos deste termo, ou seja, um meio e um instrumento, um ambiente e uma mediação. Nessa hipótese o espaço é um instrumento político intencionalmente manipulado, mesmo se a intenção se dissimula sob as aparências coerentes da figura espacial. Nessa hipótese, a representação do espaço sempre serviria a uma estratégia, sendo ao mesmo tempo abstrata e concreta, pensada e desejada, isto é, projetada. (LEFEBVRE, 2016, p.44).

A quarta hipótese assinala que o espaço estaria essencialmente ligado à reprodução das relações sociais de produção. A esse espaço, cujas “propriedades” situam-se na articulação da forma e do conteúdo, corresponde um tempo que tem as mesmas “propriedades” e que, por sua vez, se vende e se compra. Há diversas possibilidades e variações temporais. “O espaço seria desse modo, uma espécie de esquema num sentido dinâmico comum às atividades diversas, aos trabalhos divididos, à cotidianidade, às artes, aos espaços efetuados pelos arquitetos e pelos urbanistas”. (LEFEBVRE, 2016, p. 47).

Dessa maneira, as relações espaço-temporais envolvem todas as ações dos sujeitos, da habitação, do trabalho, do ócio, até que se finde o tempo. O espaço não é exclusivamente metafísico ou matemático e há, ainda, um conjunto de problemas parciais de um traço que os aproxima da espacialidade. Sobre o espaço, há o espaço mental – percebido, concebido, representado – e o espaço social construído, produzido, projetado, portanto, notadamente, o espaço urbano (LEFEBVRE, 2016).

No mesmo sentido, Lefebvre (2016, p. 81) aponta a necessidade de se fazer leituras nos espaços urbanos, que desembocam em espaços periféricos:

Notadamente, a segregação, a constituição de espaços periféricos e pobres permitindo a reprodução das relações de produção (que são relações de classes), essa segregação constitui uma relação teórica e prática do urbano, mas enquanto tal, ela o revela. O caráter desértico, abandonado, das periferias urbanas é revelador. O que ele revela? Para descobri-lo e dizê-lo é preciso lê-lo. A leitura dos espaços urbanos, periféricos ou centrais, não se faz somente sobre mapas, construindo um código abstrato. Trata-se de uma leitura sintoma por excelência, e não literal. (LEFEBVRE, 2016, p. 81).

Alvarez (2016), reafirmando Lefebvre (2016), afirma que o espaço geográfico é produto histórico e social, de modo que o sentido do espaço urbano ultrapassa o da concentração-distribuição de pessoas, equipamentos coletivos, infraestrutura e atividades produtivas. O espaço é entendido aqui como produto e condição de práticas e relações sociais que são também espaciais, envolvendo dimensão do uso, da presença e da possibilidade da apropriação.

O espaço geográfico, assim, passa a ser não somente o centro das práticas e relações sociais, mas também loco de ações, gestões, interferências e poder. Ele é total e fragmentado. Por isso, insiste-se em dizer que é fundamental o debate sobre a cidade e o espaço urbano, que resultará em transformações socioespaciais nos recortes observados.

1.2. Espaço Urbano das cidades: características e direções

Diante do apontado no tópico anterior, questiona-se: como o espaço urbano se insere entre o modelo teórico e empírico das cidades? Como esse espaço se divide ou configura em segregações e desigualdades? As desigualdades são reflexos da própria dinâmica espacial? Para responder a estas indagações é necessário, em primeiro momento, compreender o processo inicial de ocupação e transformação das cidades, de urbanização, crescimento desordenado em que se constatará construções, desde o início, numerosas e heterogêneas. Compreender e apreender o espaço urbano como grande laboratório a céu aberto está entremeado nas categorias mencionadas e estudadas cotidianamente na geografia. Assim, observar, ler e analisar a cidade, o espaço urbano e suas tendências são pertinentes para os rumos desta pesquisa.

Diversas definições e maneiras de conceituar o espaço urbano, abrangendo as cidades, foram realizadas não apenas na Geografia, mas também na história, na sociologia, na arquitetura e em outras áreas e subáreas das Ciências Humanas e de outros campos. A cidade para a geografia é tema constante de ações, produções e reproduções no espaço. Nesse sentido, Santos (2008) afirma sobre as cidades brasileiras:

Com diferença de grau e intensidade, todas as cidades brasileiras exibem problemáticas parecidas. Seu tamanho, tipo de atividade, região em que se inserem etc. são elementos de diferenciação, mas, em todas elas, problemas como os do emprego, da habitação, dos transportes, do lazer, da água, dos esgotos, da educação e saúde são genéricos e revelam enormes carências. (SANTOS, 2008, p. 105).

Na visão de Corrêa (2016), o espaço urbano caracteriza-se, ainda, em qualquer tipo de sociedade, por ser fragmentado, isto é, constituído por áreas distintas entre si no que diz respeito à gênese e dinâmica, conteúdo econômico e social, paisagem e arranjo espacial em suas distintas formas.

Villaça (2001) conceitua e diferencia o espaço urbano, mais especificamente o espaço urbano regional, em espaço interurbano e intraurbano. Explica que, no espaço urbano-regional, os deslocamentos de mercadorias, energia, informação e comunicação têm poder estruturante. Já no espaço interurbano, o que impacta sua estrutura ou reestruturação são os transportes e a mobilidade de pessoas, enquanto portadores de mercadoria, força de trabalho ou como consumidores do espaço. Também afirma que o espaço intraurbano se conduz pela localização, determina a mobilidade, a coesão e a segregação das classes sociais, e estas, por

sua vez, reestruturaram o espaço interno das cidades. Em resumo, o que está em jogo é o tecido espacial, a sociedade e o tempo, ratificado por Junior e Santos (2010).

A diferenciação entre intraurbano e interurbano, é uma questão de escala geográfica. No estudo da centralidade urbana através da escala intraurbana é observado o centro, ou os centros, e as suas repercussões territoriais na cidade bem como na aglomeração urbana. A centralidade urbana analisada na dimensão interurbana compreende a cidade principal e toda a sua articulação com outras cidades, formando uma rede de cidades. Ainda merece destacar que optando por uma postura ou outras variáveis, ou determinantes, locais como regionais e globais devem ser consideradas. Por fim, não é objetivo contrapor intraurbano x interurbano como dualidades, mas apenas defini-los. (JÚNIOR; SANTOS, 2010, p. 119).

Conforme Barros (2007), a “metáfora urbana” é a melhor forma de compreender e analisar a cidade. De tal modo, ela é comparada a um organismo vivo, um modelo biológico/ecológico. A cidade, dessa maneira, era entendida como um sistema. Apesar das divergentes visões de mundo e correntes filosóficas algumas terminologias foram herdadas, tais como crescimento, tecido, artéria, coração, função etc. A cidade torna-se, simultaneamente, “artefato”, “produto da terra”, “ambiente”, “sistema”, “ecossistema”, “máquina”, “empresa”, “obra de arte” ou mesmo um “texto” no qual podem ser lidos os códigos mais amplos de sua sociedade. Desenvolvem-se novos conceitos, como “armadura” ou “rede urbana”. Neles, a cidade revela sua interação com os outros espaços, com o campo que a circunda, com o sistema estatal mais amplo. A cidade compreendida como uma entidade, um organismo ou como um todo entre os outros. Isso, nos melhores casos, quando não era reduzida a um fenômeno parcial, a um espaço secundário, elementar ou acidental da evolução e da história. Assim, via-se nela um simples resultado, efeito local que refletia pura e simplesmente a história geral. A esse respeito, Lefebvre (2001) conjectura que:

Propomos aqui uma primeira definição da cidade como sendo projeção da sociedade sobre um local, isto é, não apenas sobre o lugar sensível como também sobre o plano específico, percebido e concebido pelo pensamento, que determinada à cidade e o urbano. Longas controvérsias a respeito dessa definição mostraram bem as suas lacunas. (LEFEBVRE, 2001, p. 62).

A complexidade do fenômeno urbano, paradoxalmente explicado como totalidade e pontualidade, é crescente e exigente. Para sua compreensão, é necessário um olhar sempre novo. Este, renovado, pode debruçar-se sobre a paisagem de uma cidade e inserir seu espaço como um lugar que, ao mesmo tempo, contém o mundo, o global e o local, sua particularidade. Um lugar que intensifica as relações interpessoais entre seus habitantes, mas que guarda a possibilidade do encontro com a solidariedade. (CAVALCANTI, 2001).

Entre os problemas gerados pela complexidade do fenômeno urbano, Lefebvre (2001) pontua a questão da moradia como um dos itens, nas condições do crescimento industrial, que podem camuflar os problemas das cidades:

A questão da moradia, suas urgências nas condições do crescimento industrial inicialmente ocultaram e ocultam ainda os problemas da cidade. Os táticos políticos, atentos, sobretudo ao imediato, só viram e só veem essa questão. Quando emergiram os problemas de conjunto, sob o nome de urbanismo, foram eles subordinados à organização geral da indústria. (LEFEBVRE, 2001, p. 81).

A formulação de uma política antiexclusão requer a compreensão global dos fatores que a construíram. No caso da política urbana, a exclusão territorial pode ser desconstruída em três elementos: a estratégia da distribuição dos investimentos, a regulação urbanística e a gestão urbana. E se a exclusão territorial pode ser construída com esses três elementos, pode-se também, a partir deles, produzir instrumentos para desmontá-la. Uma estratégia de investimentos que privilegia de forma excludente determinada área da cidade, ou determinada funcionalidade (como o transporte individual), influi radicalmente na lógica da distribuição das centralidades – e, portanto, nas oportunidades de emprego, renda e educação – no espaço intraurbano. (ROLNIK, 2003).

As cidades como lugar de paisagens percebidas, vividas, experienciadas, também são carregadas de contradições, de identidades, ao mesmo tempo, de elementos amplos e globais, de sujeitos que transitam entre o concreto e o asfalto e assim dão vida às suas rotinas, medos, conforme os diferentes focos, ambições e aspirações. Viver as cidades, com seus equipamentos, divisões, produções, mobilidades e infraestruturas, requer planejamento, ordenação, controle, direção, rede de fluxos e investimentos. A economia influencia não só nas relações de trabalho, mas também nas concentrações de renda e nas desigualdades.

De acordo com Lefebvre (2001, p. 35), a “Grande Cidade e a Cidade não foram, para os filósofos e para a filosofia, uma simples condição objetiva, um contexto sociológico, um dado externo. Os filósofos pensaram a Cidade; trouxeram vida urbana para a linguagem e para o conceito”. Nessa perspectiva,

A cidade liga seus elementos associados à forma de propriedade comunal (propriedade comum ou “apropriação primitiva”) dos cidadãos ativos, os quais se opõem aos escravos. Esta forma de associação constitui uma democracia, mas os elementos dessa democracia são estreitamente hierarquizados e submetidos às exigências da unidade própria da cidade. (LEFEBVRE, 2001, p. 36).

Sobre esses elementos, associações e hierarquias, o autor, esclarece algumas funções e subdivisões na cidade:

A divisão social do trabalho entre a cidade e o campo corresponde à separação entre o trabalho material e o trabalho intelectual, e, por conseguinte entre o natural e o espiritual. A cidade incube o trabalho intelectual: funções de organização e direção, atividades políticas e militares, elaboração do conhecimento teórico (filosofia e ciências). A totalidade se divide; instauram-se separações, inclusive a separação entre a *Physis* e o *Logos*, entre a teoria e a prática e, na prática, as separações entre *práxis* (ações sobre os grupos humanos), *poiésis* (criação de obras), *techné* (atividade armada com técnicas e orientada para os produtos). (LEFEBVRE, 2001, p. 36).

O autor supracitado expõe as hierarquias e os poderes presentes na cidade, dentre os vários elementos que esta possui. A cidade é uma mediação entre as mediações. É local de reproduções e produções de seres humanos por seres humanos, de propriedade, de ordem, um subsistema e de subconjunto (LEFEBVRE, 2016, p. 52).

A cidade tradicional tinha, entre outras, essa função de consumo, complementar à produção. Mas, a situação mudou: o modo de produção capitalista deve se defender em um *front* muito mais amplo, mais diversificado e mais complexo, a saber: a reprodução das relações de produção (que) não coincide mais com a reprodução dos meios de produção; ela se efetua pela cotidianidade, por meio dos lazeres e da cultura, através da escola e da universidade, das extensões e proliferações da cidade antiga, ou seja, do espaço inteiro (LEFEBVRE, 2016). Dividiu-se a escala temporal das cidades em três eras: a agrária, a industrial e a urbana. Existiram cidades na era agrária e na era industrial, mas a era urbana só está começando. “O urbano é um continente que se descobre e que se explora à medida que é construído” (LEFEBVRE, 2016, p. 77).

Lefebvre (2001), em suas ricas discussões sobre a cidade, contribui para a melhor compreensão das alterações nesse grande laboratório a céu aberto. A cidade é uma força produtiva por permitir a reunião dos trabalhadores e das obras, dos conhecimentos e das técnicas, dos meios de produção, intervindo ativamente no crescimento e no desenvolvimento. Ela se torna, no curso da história, o lugar privilegiado, no qual se elaboram as relações de produção e se manifestam os conflitos entre essas relações e as forças produtivas (LEFEBVRE, 2001). Nesse sentido, o debate sobre a cidade aparece carregado de alterações socioespaciais a cada avanço ou retrocesso, conforme a lente dos observados e dos observadores.

Apenas hoje é que começamos a aprender a especificidade da cidade (e dos fenômenos urbanos). A cidade sempre teve relações com a sociedade no seu conjunto, com sua composição e seu funcionamento, com seus elementos constituintes (campo e agricultura, poder ofensivo e defensivo, poderes políticos, Estados etc.), com sua história. Portanto, ela muda quando muda a sociedade no seu conjunto. Entretanto, as transformações da cidade não são os resultados passivos da globalidade social, de suas modificações. (LEFEBVRE, 2001, p. 51).

O conceito de cidade, destacado por Lefebvre, a apresenta como um objeto espacial, ocupando um sítio e uma situação em que é preciso estudar, por meio de diferentes técnicas e métodos: econômicos, políticos, demográficos, entre outros. Como tal, a cidade ocupa um espaço específico bem distinto do espaço rural. A relação entre os espaços depende das relações de produção, quer dizer, do modo de produção e, por meio dele, da divisão do trabalho no interior da sociedade (LEFEBVRE, 2016).

Rolnik (1995) aponta a cidade palco do sistema econômico praticado, ora comercial, ora industrial ou comercial/financeiro. Esses três elementos – a estratégia de investimentos, a regulação urbanística e a gestão urbana – evidentemente só se apresentam isoladamente em uma análise. No entanto, na prática, eles aparecem combinados e complexamente articulados entre si e com os outros setores da gestão pública.

Dessa forma, é fundamental a existência de uma política global que leve em conta a missão improrrogável que se apresenta: a reconstrução local da noção de esfera pública, aquilo que dá identidade e sentido à cidade e à sociedade. De modo geral, como parte do processo de formação e de urbanização, houve novas criações, combinações, divisão do trabalho e transformações na estrutura das cidades. Estas resultam em contradições e divergentes olhares sobre as segregações, tema do tópico a seguir.

1.3. Das contradições às segregações urbanas

Martins (2014) retoma os modelos de representação das cidades, a questão da escala e do urbano, as desigualdades socioespaciais, seus conceitos e implicações. Assim como a arquiteta Ermínia Maricato (2013), na obra *Brasil, cidades alternativas para crise urbana*, dialoga sobre desigualdades e exclusão territorial, dentro da urbe, temas destrinchados no decorrer da tese.

Em relação ao acelerado processo de urbanização, com a dispersão dos trabalhadores dos centros urbanos e a deterioração da vida social, verificadas a partir do pós-guerra, Lefebvre (2008) aponta que:

[...] uma grande parte dos trabalhadores e das classes médias foi, portanto, alojada de uma maneira relativamente aceitável, mas sem a invenção arquitetônica ou urbanística. Ao contrário, essa expansão das cidades é acompanhada de uma degradação da arquitetura e do quadro urbanístico. As pessoas, sobretudo os trabalhadores, são dispersas, distanciadas dos centros urbanos. O que dominou essa extensão das cidades é a segregação econômica, social e cultural. O crescimento quantitativo da economia e das forças produtivas não provocou um desenvolvimento social, mas, ao contrário, uma deterioração da vida social. (LEFEBVRE, 2008, p. 149).

Como observa o autor, a cidade sempre teve relações com o campo, com a sociedade no seu conjunto, com poderes políticos, de Estado, poder ofensivo, defensivo. As mudanças ocorrem também quando há alterações na sociedade que a compõe, o que pode proporcionar várias especificidades entre a cidade e a obra. Há necessidade de aprofundamento em um processo induzido que se pode chamar de a “implosão-explosão” da cidade. O fenômeno urbano se estende sobre uma ampla parte do território, nos grandes países industriais. Ao mesmo tempo, nesse tecido e mesmo noutros lugares, as concentrações urbanas tornam-se gigantescas; as populações se amontoam atingindo densidades inquietantes (por unidade de superfície ou de habitação). Ao mesmo tempo ainda, muitos núcleos urbanos antigos se deterioram ou explodem. As pessoas se deslocam para periferias distantes, residenciais ou produtivas. Escritórios substituem os apartamentos nos centros urbanos. Às vezes, esses centros são abandonados para os “pobres” e tornam-se “guetos” para os desfavorecidos (LEFEBVRE, 2001).

Assim, conforme analisado por Maricato (2013), o Brasil já apresentava cidades de grande porte desde o período colonial. Mas somente a partir da virada do século XX, o processo de urbanização começa realmente a se consolidar, impulsionado pela emergência do trabalhador livre, pela proclamação da República e por uma indústria incipiente que se desenrola nas esteiras das atividades ligadas à cafeicultura e às necessidades básicas do mercado interno. Durante o período de 1940 a 1980, já havia crescimento acelerado das cidades, sem, entretanto modificar significativamente a forte desigualdade social existente. O impacto do declínio econômico nas décadas de 1980 e 1990 sobre uma sociedade já desigual aprofundou a exclusão social.

O processo de urbanização acelerado pelo qual passou o Brasil, além de promover a transferência populacional da área rural para a urbana, concentrou boa parte desses fluxos migratórios em poucos territórios. Nas regiões metropolitanas, sobretudo, desencadeou-se um padrão de urbanização calcado na reprodução de eixos de expansão horizontal. Esse modelo de desenvolvimento urbano – crescimento pela expansão permanente da fronteira urbana – foi fortemente impulsionado pelo planejamento econômico e territorial e, particularmente, pelas

políticas de financiamento e produção habitacional e de infraestruturas, principalmente pelos sistemas de circulação e de saneamento (ROLNIK, 2003).

Desta forma visualiza-se, vive-se e presencia-se nas cidades o processo de valorização, revalorização conforme a implantação de equipamentos, infraestruturas ou até mesmo a influência do marketing em diversos eixos.

Conforme Santos (2008), as cidades, sobretudo as grandes, ocupam vastas superfícies entremeadas de vazios. Cidades espraiadas, urbanização corporativa, todas com interdependência do que se pode chamar de categorias espaciais desta época: tamanho urbano, modelo rodoviária, carência de infraestruturas, especulação fundiária e imobiliária, problemas de transportes, extroversão e periferização da população, gerando modelo centro-periferias, além de pobreza. A organização interna de nossas cidades, grandes, pequenas e médias, revela um problema estrutural, cuja análise sistêmica permite verificar como todos os fatores mutuamente se causam, perpetuando a problemática. Maricato (2013) aponta as metamorfoses das ocupações irregulares, ressaltando que:

A invasão de terras é parte integrante do processo de urbanização no País. O fator recente, a partir dos anos 1980, é que as invasões se metamorfosearam. Elas passaram de ocupações gradativas, resultado de ações individuais familiares, para ganhar um sentido massivo e organizado. Várias cidades brasileiras apresentam a ocorrência de ocupações coletivas e organizadas de terra, mais raras nas décadas anteriores. Isso não significa que as ocupações gradativas e espontâneas deixaram de existir, ao contrário, continuaram a se fazer e a constituir, a maior causa da origem da formação de favelas, entretanto, o fato é que passaram, a partir dessa data, a conviver com a nova prática citada. A invasão de terras urbanas no Brasil é parte intrínseca do processo de urbanização. Ela é gigantesca e não é, fundamentalmente, fruto da ação da esquerda e nem de movimentos sociais que pretendem confrontar a lei. Ela é estrutural e institucionalizada pelo mercado imobiliário excludente e pela ausência de políticas sociais. No entanto, a dimensão e os fatos são dissimulados sob notável ardid ideológico. (MARICATO, 2013, p.17).

Para Maricato (2013), o Banco Nacional de Habitação (BNH), integrado ao Sistema Financeiro de Habitação (SFH), criados pelo regime militar a partir de 1964, permitiu que as cidades brasileiras ocupassem o centro de uma política destinada a mudar seu padrão de produção. A introdução dos apartamentos pela classe média como principal forma de moradia teve início na década de 1940. Ela se intensificou com a implementação SFH, em 1964, sob o mercado de promoção imobiliária privada e explosão imobiliária. O crescimento urbano sempre ocorreu com exclusão social, desde a emergência do trabalhador livre na sociedade brasileira, que é quando as cidades tendem a ganhar nova dimensão e tem início o problema da habitação. Grande parte da população, inclusive a parte regularmente empregada,

constrói suas próprias casas em áreas irregulares ou simplesmente invadidas. Isto é, ela não participa do mercado hegemônico.

Santos (2008) já havia observado a imaturidade do poder público, onde não houve planejamento de maneira adequada. Para o autor, o poder público, não age apenas de forma indireta. Ele também atua de forma direta na geração de problemas urbanos, ainda que prometendo resolvê-los. O discurso da criação do BNH dava-se como instrumento de melhoria das condições de moradia dos habitantes urbanos. E, no entanto, o BNH tornou-se banco da cidade. Isto é, preparando as cidades para melhor exercer seu papel na fase do capital monopolista que se estava implantando.

Para Pelá (2014), o movimento e o desenvolvimento provocados pelo processo de urbanização das cidades, apesar de induzidos pela industrialização, passam a ser a questão central para o entendimento da sociedade urbana mesmo não havendo um rompimento com o campo. Reitera essa questão central, Garcia (2002), quando diz que a crise dos anos 1980, enfrentada pelo Brasil e por muitos outros países em desenvolvimento, abalou a estrutura econômica do nosso País, estabelecendo um profundo desequilíbrio que o fez afundar-se em dívidas e atingiu a população. Além disso, nessa mesma década, o padrão de urbanização foi alterado, as regiões metropolitanas tiveram seu crescimento desacelerado, enquanto nas regiões Nordeste e Norte surgiam novas cidades.

O sentido de exclusão advém, para Corrêa (1989), das diferenças sociais e do acesso aos bens e serviços. Para o autor, o exemplo mais alarmante de exclusão, principalmente em países da América Latina, está no direito à moradia digna. Todavia, ele expõe que esse tipo de situação se correlaciona com outras, tais como desemprego, baixo nível de escolaridade e baixa qualidade de vida. Harvey (2011, p. 76) corrobora esse pensamento quando afirma que várias das crises financeiras desde 1970 foram provocadas por excessos nos mercados imobiliários.

[...] um crescimento econômico liderado por exportações para alguns países exige transporte prévio adequado, a exemplo de instalações portuárias, assim como uma fábrica não pode funcionar sem o fornecimento adequado (e, às vezes, abundante) de insumos de água e energia, além de transportes e infraestrutura de comunicações, que permitem continuidade da produção sem estrangulamentos demais no fornecimento de insumos (incluindo o trabalho) e na comercialização do produto. (HARVEY, 2011, p. 76).

Segundo Lefebvre (2016), o processo de exclusão de quem não está envolvido em privilégios políticos também desemboca em vários outros tipos de separações. Esse direito do cidadão anuncia a inevitável crise dos estabelecimentos sobre a segregação e o que a

estabelece: centros de decisão, de riqueza, de poder, de informação, de conhecimento, que lançam para os espaços periféricos todos os que não participam de privilégios políticos. Formam-se, então, dialéticas: a da centralidade, distinção de *topias* nesse espaço: *isotopias* (espaços homólogos, tendo funções e estruturas análogas) e *heterotopias* (espaços contrastantes, jogos de forças repulsivas, às vezes consideráveis, e de tensões, frequentemente extremas) e, ainda, de utopias (lugares do alhures e do que não tem lugar, especialmente o saber e o poder, ao mesmo tempo presentes e ausentes).

A consequência de crises e crescimentos urbanos com pouco planejamento trouxe e trará prejuízos irreparáveis, pois, de acordo com Santos (2008, p. 139), o futuro urbano também vai depender da forma que tomará a flexibilização tropical em nossas cidades, em contraponto à decantada flexibilização oriunda do progresso tecnológico, criadora, aliás, de rigidez. No país, já conhece-se desde muito uma “flexibilização tropical” do trabalho, que é o mecanismo pelo qual se criam tantos empregos urbanos, evitando a explosão das cidades.

Como visto neste tópico, há historicamente uma série de ações que contribuíram para o aumento das disparidades no espaço das cidades. Ciente disso, a pesquisa seguiu demonstrando como a cidade pode ser vista e revista por múltiplos pesquisadores, sujeitos, atores, gestores, moradores, organizadores, sob a ótica do urbanismo, planejamento, diagnósticos, ações, atuações, alterações, explosões e implosões com a dialética que desemboca nos espaços urbanos.

Nesse sentido, alguns apontamentos sobre desigualdades, distribuições desiguais, liberdades de escolhas e modos de vida foram mencionados, mas serão melhor detalhados no tópico a seguir, com o intuito de estender o olhar sobre o espaço geográfico, afunilado no espaço urbano, de onde se reverberam em materialidades desiguais e segregadoras.

Considerando as leituras e evoluções acerca do espaço geográfico, cidades e espaço urbano, cabem-nos, como geógrafos e pesquisadores, refletir sobre as formas de existência das segregações e desigualdades, incluindo as construções e o percurso teórico a partir das diversas abordagens e interpelações. Essa será a temática do tópico seguinte.

1.4. Segregações Socioespaciais :exclusões e conceitos

A palavra Segregação é originária do latim *segrego* e apresenta uma ideia de cercamento. Sua utilização na academia começou nos textos pioneiros dos sociólogos da Escola de Chicagoⁱⁱ. Eles estudaram a cidade, em pleno crescimento e cuja população era

majoritariamente formada por imigrantes, um fenômeno completamente novo na escala mundial. (VASCONCELOS, 2016).

Para Carlos (2007), a segregação é o resultado da contradição que produz o espaço urbano, dialeticamente instituída pelo valor de uso e valor de troca. Segregar aos moldes contemporâneos está relacionado ao valor de troca do espaço, no qual a cidade funciona como mercadoria e o mercado imobiliário encontra no espaço uma maneira de acumular capital. Esse espaço como mercadoria também implica os acessos, que agora vão ser restritos à iniciativa privada e àqueles que podem pagar.

Observa Silva (2014) que o termo segregar, em sua origem, significa “separar do rebanho” e pode ser usado no sentido de separação e isolamento de grupos humanos, como no caso das prisões, dos hospitais de doenças contagiosas, dos conventos de reclusos, entre outros. Sobre a segregação, Silva (2014) afirma que o cotidiano urbano e sua dinâmica necessitam da busca do entendimento de causas e fatores que levam às relações sociais assimétricas:

Nessa espacialidade cotidiana de indivíduos e grupos sociais, elaborada pelos que constroem/destroem a paisagem e a vida urbana, é possível apontar as causas, contradições e resultados socioespaciais da segregação, sendo importante ressaltar que, na atualidade, o significado do termo segregação socioespacial passa pela compreensão do fenômeno urbano e, para entendermos o urbano é necessário refletirmos sobre as diversas formas de segregação. (SILVA, 2014, p. 69).

Sposito (2013) acredita que a palavra segregar é sempre de natureza espacial. É um processo expresso no espaço, resultado de relações sociais de diferentes grupos que veem a necessidade de separar-se pelo seu modo de vida, rompendo o conceito de cidade e a possibilidade de participação e convívio dos indivíduos que movem a vida urbana. Cabe então questionar: Quem segrega para realizar seus interesses? Quem a reconhece, porque a confirma ou parece ser indiferente à segregação? Quem sente, por que vivem esta condição? Quem contra ela se posiciona, lutando ou oferecendo instrumentos para sua superação? Quem sequer supõe que possa ser superada? Desse modo, também é parte do movimento de sua reafirmação.

Quando Lefebvre (1991, 1999) usa o conceito de segregação, mostra o modo de organização do espaço na sociedade capitalista e evidencia que esta é uma produção social com três condicionantes em sua base. Em primeiro lugar, o espaço se transforma, pelas leis de valorização do capital, em mercadoria igual a todas as outras. Em segundo lugar está o acesso diferenciado ao espaço urbano entre as classes sociais, em prejuízo das condições de vida das

classes assalariadas. Em terceiro, tem-se a apropriação subjetiva do espaço e a construção de relações socialmente representativas e culturalmente simbólicas nos diferentes espaços urbanos.

Para Corrêa (1989), a segregação é par que funciona dialeticamente e constitui uma região fragmentada, que não compartilha e não convive, apesar de coexistirem em um mesmo espaço. Villaça (1998) entende a segregação urbana como a tendência à organização do espaço em zonas de forte homogeneidade social interna e de forte disparidade social entre elas. Essa disparidade ocorre não só em termos de diferença, como também de hierarquia. Para ele, a segregação é “um processo segundo o qual diferentes classes ou camadas sociais tendem a se concentrar cada vez mais em diferentes regiões ou conjuntos de bairros da metrópole” (VILLAÇA, 1998, p.5).

Villaça (2001, p.78) acredita que as “classes acima da média” tendem a se segregar em uma única região da metrópole. Já os espaços produzidos pelas burguesias não se limitam ao contraste centro-periferia, sendo o padrão dominante o dos setores de círculo. Assim, tem-se a concentração majoritária, em determinados espaços urbanos, de pessoas pertencentes a dadas classes sociais. Estas, na maior parte dos casos, concentram-se em bairros específicos ou em condomínios fechados, nos quais a presença de integrantes de outras classes sociais, algumas até opostas, também se faz presente nas proximidades.

Em outra obra, Villaça (2004) considera ainda:

Há segregações e segregações, dependendo do grau de homogeneidade. Não se deve esperar que somente áreas absolutamente iguais do ponto de vista social. Há áreas muito misturadas, e podem ser, incluídas nas análises de segregação. Isso já entra, por exemplo, na diferença entre as pesquisas. Portanto, conceito de segregação varia conforme a finalidade da pesquisa, e esta está, por sua vez, articulada com essas questões de explicação, constatação e medição. No caso específico da segregação urbana, suas explicações não podem deixar de se articular particularmente a outros processos socioespaciais urbanos, como por exemplo o caminhamento e “decadência” do centro principal, as transformações dos subcentros de bairros, a localização dos empregos segundo as classes sociais, etc. Acho pobre as explicações do processo de segregação que se limitam aos bairros segregados. (VILLAÇA, 2004, p. 145).

Para Marcuse (2004), a segregação é o processo pelo qual um grupo populacional é forçado, involuntariamente, a se aglomerar em uma área espacial definida, em um gueto. Trata-se, segundo o autor, de processo de formação e de manutenção de um gueto. Acerca das origens da aglomeração e da segregação, elas são múltiplas, podendo ocorrer por divisões

culturais, por papel funcional, por zoneamentos apropriados dentro da cidade. Ademais, podem oferecer diferenças no status hierárquico, refletindo e reforçando as relações de poder. Segundo Marcuse (2004, p. 27), “uma vez que as funções não são neutras na hierarquia do *status*, as três divisões andam juntas”, o que faz com que as permutas sejam múltiplas também. “As relações sociais determinam relações espaciais; essas por sua vez, geralmente influenciam, mas nem sempre reforçam as relações sociais”. (MARCUSE, 2004, p. 27).

Conforme Qadeer (2004), segregação é uma palavra embebida na história da discriminação social e do colonialismo. Ela evoca distritos urbanos segregados na África, guetos de população negra e reservas de população nativa, constringendo com subúrbios brancos e bairros exclusivistas. No caso de Toronto, com sociedade multicultural, acomodou comunidades de imigrantes ucranianos, irlandeses, finlandeses, judeus, japoneses e chineses imigrantes, entre outros. Afunilando em concentrações residenciais étnicas nas cidades na escala das províncias, há subúrbios brancos e bairros exclusivistas.

Carlos (2016) pondera a segregação um fenômeno essencialmente urbano. É expressão do desdobramento da contradição que produz o espaço urbano (decorrente da dupla determinação do trabalho de gerar valor e de satisfazer uma necessidade) que é, ao mesmo tempo e dialeticamente, valor de uso e valor de troca. Ou seja, sob o capitalismo, a segregação ganha forma de produção do espaço, de mercadoria como momento de realização do processo de acumulação. No plano da produção do espaço urbano, portanto, a segregação aparece como forma da separação dos elementos constitutivos da cidadania ligados ao capital.

Para Sabatini, Cáceres e Cerda (2004, p. 60), o termo segregação se equivale a desigualdades sociais, exclusão social e inclusive pobreza, e em muitos casos o termo é usado por pesquisadores de cidades latino-americanas para designar “pobreza urbana”. A esse respeito, Villaça (2001, p. 147) é enfático quando diz que “[...] não há dois tipos de segregação, mas um só processo dialético, em que a segregação de uns provoca, ao mesmo tempo e pelo mesmo processo, a segregação de outros”.

De acordo com Silva (2014, p.57), na literatura geográfica sobre a questão urbana brasileira, é marcadamente utilizado o termo “segregação socioespacial”, devido às desigualdades socioeconômicas observadas e seus reflexos no espaço urbano, tendo em vista a ausência de cor da mestiçagem e da presença de pobres “brancos” em áreas precárias, como favelas. Assim, se antes a segregação era vista como um acontecimento natural, próprio do processo de urbanização, hoje é debatido se é originária do próprio sistema capitalista de produção e como opção (ou falta de opção) de grupos sociais específicos. A autora ressalta a

adoção de uma perspectiva convergente com a de Villaça (2001), em que a segregação é tomada como um processo necessário à dominação social, econômica e política por meio do espaço, sendo seu estudo importante para a compreensão da dinâmica intraurbana.

A segregação espacial pode ser compreendida, ainda, como resultado de um processo de diferenciação que se desenvolve ao extremo e que leva, na cidade, ao rompimento da comunicação entre as pessoas, da circulação entre os subespaços, do diálogo entre as diferenças, enfim, conduz à fragmentação do espaço urbano (SPÓSITO, 2013). Esse conceito parte do pressuposto de que, na proporção que a cidade é dividida em centro e periferia, as classes de mais alta renda adquirem as terras mais caras e as de mais baixa renda ficam com as mais baratas. No entanto, sua aplicação pode ser contestada em muitos casos, pois a concentração de grupos sociais pertencentes a diferentes graus de condição econômica pode optar por residir na área periférica por motivos particulares. Isso se verifica com mais intensidade nas cidades americanas e na construção de condomínios exclusivos nas periferias de muitas cidades brasileiras. A principal contribuição dessa autora à teorização sobre segregação urbana são as políticas públicas nesse processo, as políticas de moradia e suas relações.

A segregação espacial de atividades (moradia, trabalho, comércio, uso da terra, das densidades residenciais e das propriedades) constitui uma característica estrutural das cidades contemporâneas. Esse tipo de segregação espacial é essencialmente registro da divisão econômica do trabalho, da especialização e da aglomeração das atividades, da interdependência das empresas e aglomerados residenciais segregados por interesses e identidades comuns que caracterizam a economia urbana e a estrutura social. (QADEER, 2004).

Assim, nota-se a configuração de cotidianidades diversas, mediadas pelas relações entre o indivíduo, sua classe social e o meio em que habita. Dessa forma, a segregação urbana é um fenômeno social e espacial: social porque em sua base estão a organização da sociedade e as relações sociais que os indivíduos estabelecem entre si para a reprodução das condições materiais e subjetivas de existência; espacial porque essas relações se estabelecem em um território desigualmente equipado, diferencialmente simbólico e socialmente produzido.

A questão da segregação sob a ótica da pesquisa comparada entre cidades e países diferentes, baseando-se nas análises mais refinadas realizadas para cada uma das cidades pelos especialistas do próprio país, as certezas iniciais a respeito das similitudes e convergências são pouco a pouco questionadas, e podem até conduzir à dúvida, não só em

relação à realidade das convergências, como também em relação à própria comparabilidade das situações e processos sociais. No caso brasileiro, a maioria dos trabalhos sobre a segregação diz respeito, sobretudo, às diferenças socioeconômicas e pouco sobre as diferenças étnico-raciais. Já no caso das cidades britânicas, há distinção entre classes sociais e autoidentificação racial. (PRÉTECEILLE, 2004)

As aglomerações espaciais parecem componentes inevitáveis da vida urbana, mas, de fato, não são. A segregação involuntária, ou melhor, hierárquica, pode estar sempre presente e nem por isso ser indesejável, ainda que o Estado tenha o poder de eliminá-la ou implementá-la. Como exemplo, há certas sociedades que aceitam a proximidade espacial, outras a recusam, o que leva à separação total do espaço. A separação, portanto, é uma forma radical de divisão do espaço urbano com muros ou outros obstáculos, visando separar diferentes comunidades. O caso da cidade de Belfast, na Irlanda do Norte, com muros separando bairros católicos dos bairros protestantes, é exemplar. Berlim também foi uma cidade dividida por muros, correspondendo a dois sistemas políticos e sociais, impedindo o acesso da população às diferentes partes da cidade. Famílias foram separadas por essas barreiras. Nesses casos, o papel do Estado na imposição da segregação é nítido. (MARCUSE, 2004).

O programa de renovação urbana adotado sob o Título de “*Housing Act*”, em 1949, nos EUA foi à base para a remoção de cortiços e de remodelação, se tornando conhecido como “programa de remoção de pretos”. Nos primeiros anos destruiu mais moradias do que as criou, forçando residentes negros a se mudarem de áreas frequentemente integradas, pensadas para usos “mais elevados” para áreas que já concentravam minorias. São exemplos de medidas políticas do Estado para respostas à segregação: 1. Ampla provisão de moradia social em diversas áreas urbanas; 2. Uso de incentivos fiscais para promover o desenvolvimento local e criação/expansão de empregos no contexto de um amplo programa de integração; 3. Acordos intermunicipais relativos à moradia para famílias de baixa renda; 4. Provisão de infraestrutura e controles da terra que visem a equanimidade na distribuição de benefícios locais; 5. Planejamento regional; 6. Informações comunitárias acerca das decisões públicas; 7. Ação anti-discriminatória.

Segundo Sabatini, Cáceres e Cerda (2004) há um tipo de segregação induzida, a segregação residencial. Esta pode ser definida como grau de proximidade espacial ou de concentração territorial de famílias pertencentes ao mesmo grupo social, seja este definido em termos étnicos, etários, de preferências religiosas ou socioeconômicas, dentre outras possibilidades. Os autores questionam quais são os fatores que causam a relação entre desigualdades e segregação. Primeiro, a realidade latina evidencia fortes desigualdades sociais

e de uma notória segregação social do espaço. De acordo com a análise de processos sociais, diferenciando-se segregação residencial de desigualdades sociais, a segregação espacial opera como uma forma de “curinga” ou recurso complementar a que recorrem os grupos sociais para manter suas identidades sociais em formação ou em risco. Corrêa (2016) corrobora essa ideia sobre a segregação residencial, ao afirmar que a cidade capitalista emerge a partir da localização diferenciada no espaço urbano dessas distintas classes sociais e suas frações:

A Segregação residencial pode ser considerada de um lado, como autosegregação e, de outro, como segregação imposta e segregação induzida. Em comum está uma política de classe que gera estes tipos de segregação. A autosegregação é uma política de classe associada à elite e aos estratos superiores da classe média, dotados de elevada renda monetária. A autosegregação visa reforçar diferenciais de existências e de condições de reprodução desses grupos por intermédio da escolha das melhores localizações no espaço urbano, tornando-as exclusivas em razão dos elevados preços da terra urbana e de suas amplas e confortáveis habitações. (CORRÊA, 2016, p. 43).²

A segregação induzida remete aos condomínios fechados, ruas amplas e protegidas, divergindo da segregação imposta das favelas, grotas, invasões, em periferias ou áreas de risco. Há três tipos de segregação residenciais: modelo de *Kohl-Sjoberg*, modelo *Burgess* e modelo de *Hoyt*. (VASCONCELOS, 2016).

No primeiro modelo, a elite ocupa o centro, local de prestígio, com a melhor infraestrutura, onde estão localizados prédios suntuosos, monumentos, parques e os mais importantes templos. Nesse modelo, os preços das terras são os mais elevados, concentrando a elite no centro da cidade. O contrário ocorre do centro para a periferia, com diminuição da acessibilidade mecânica, em que os preços declinam e podem ser observados problemas como falta de segurança e violência nessas periferias.

Já o segundo modelo, o de *Burgess* é o contrário do primeiro. Tem-se como exemplos a cidade de Manchester, zona deteriorada junto ao centro de negócios, habitada por imigrantes, e a cidade de Chicago, formando zonas concêntricas a partir do centro da cidade. Esse modelo segundo economistas urbanos neoclássicos opera com a substituição ou troca de atributos. Para exemplificar, pobres trocavam acessibilidade ao mercado de trabalho no centro pelas altas densidades e habitações precárias, enquanto aqueles que detinham renda elevada viviam

² Conforme Sposito (2016, p. 69), ao focar os agentes responsáveis pela produção do espaço urbano, destacam-se os proprietários de terras, incorporadores, corretores de imóveis, poder público etc. Haverá sempre o par segregação e autosegregação; uns que segregam e outros que são segregados. Ela está apoiada na capacidade de compra, como propriedade ou como apropriação, e os que consomem estes produtos, redefinem seus estilos de vida, principalmente baseados na segurança.

em áreas de baixas densidades e em residências confortáveis, não se incomodando com a distância ao centro, já que eram dotados de maiores níveis de mobilidade.

O terceiro modelo, o de *Hoyt*, foi criado a partir de 1939 e enfatiza que a tríade, condomínios exclusivos, *shoppings centers* e vias expressas, marca a paisagem urbana, são espaços segregados de alto *status* e do uso da terra.

Todos esses modelos convergem para configurações espaciais complexas, processo e forma, com distintas temporalidades, mas coexistindo no mesmo espaço presente. Assim podem aparecer os três modelos combinados, ora alternando as significantes morfologias com distintas temporalidades. Enquanto as áreas de concentração das elites se caracterizam por uma notável diversidade social (baixa segregação), as áreas onde se concentram os maiores estratos de pobreza “informal” se caracterizam por sua homogeneidade social (alta segregação).

Considerando que as diferenças sociais e as identidades de grupos são definidas, as elites podem compartilhar sua área de concentração espacial, como de fato fazem com outros grupos sociais, em segregação residencial das elites (sua concentração em apenas uma área da cidade) e da baixa segregação residencial de tal área (devido à grande diversidade social que ela apresenta).

Sobre o assunto, Caldeira (2000) destaca três padrões de segregação ao analisar a cidade de São Paulo: no primeiro, até o final do século XIX, as diferentes classes sociais se comprimiam em uma área urbana pequena e estavam segregados por tipos de moradia; o segundo era a forma urbana centro-periferia, em que as referidas classes estavam separadas pela distância; o terceiro padrão configura-se desde os anos 1980, no qual as classes sociais estão muitas vezes próximas, mas separadas por muros e dispositivos de segurança, denominados por ela de “enclaves fortificados”. Nesse momento, pela primeira vez, os habitantes abastados financeiramente estão deixando as áreas centrais para morar em áreas afastadas.

Alvarez (2016) acredita que a apropriação da cidade é mediada pela propriedade privada, e para ter acesso a um pedaço da cidade é preciso pagar por ele. Assim, a segregação urbana se expressa, na morfologia profundamente desigual das habitações, na dificuldade e/ou impossibilidade de acesso à centralidade urbana e aos serviços. E hoje marcadamente pela quase impossibilidade da presença na cidade, para grande parte de seus habitantes.

Préteceille (2004) interroga quais categorias é preciso escolher ou eventualmente construir. A segregação constitui, sobretudo, um problema de classe social, ou de raça e etnicidade, ou de educação, renda, preferências culturais? A escolha das variáveis deveria ser

consequência da escolha do problema social a ser estudado. O ideal é proceder tantas análises quantas hipóteses existirem e, portanto, escolher categorias pertinentes, para em seguida analisar as suas inter-relações, convergências ou divergências.

Para Santos (2013), outro conceito importante para a realidade em foco é o de “fragmentação”, cuja discussão é mais recente que a de segregação. Há diferentes formas de abordar a fragmentação, entre as quais se destacam: fragmentação do tecido sociopolítico-espacial (SOUZA, 2000); fragmentação espacial (SALGUEIRO, 1998); diversos tipos de fragmentação: físico material, social e político-territorial (JANOSCHKA; GLASZE, 2003); Souza (2000) adota a fragmentação sociopolítico-espacial, tendo como primeiro plano a dimensão política, ou seja, a dimensão do poder. Assim, trata-se de fragmentação territorial, não dizendo respeito às fronteiras estatais, mas ao surgimento de poderes paralelos ao Estado, que territorializam vários pontos do espaço intraurbano, desafiando o controle estatal.

Teixeira (2013) questiona por que uma região se fragmenta. Uma hipótese para esse fatiamento dos espaços está na necessidade de reprodução do capital. O movimento do capital gera expansão urbana, sendo o reflexo mais evidente dessas fragmentações. Um território se divide porque há necessidade de criar novas demandas sociais, políticas e econômicas. Entretanto, essa expansão não é privilégio apenas dos arredores das metrópoles, até porque as cidades do entorno crescem mais do que as metrópoles.

Martins (1975, p. 95) afirma que “o funcionamento de mercado é que passa a ser o regulador da riqueza e da pobreza”. Verifica-se que, a partir do momento em que surgiu a propriedade privada da terra, as relações sociais foram transformadas, de forma que a vida econômica se encontrou estruturada pelas relações de mercado.

A segregação urbana é um processo que tende a se tornar mais complexo nas grandes cidades, já que resulta da maior amplitude da divisão socioespacial do trabalho no capitalismo nessas urbes. A segregação tem a ver com a disputa de territórios e com a otimização de sua apropriação, em proveito da classe dominante, “das vantagens de um espaço desigual”. (VILLAÇA, 2001, p. 155).

Continua o autor, ao afirmar que existem duas linhas metodológicas: a escala interurbana e a escala urbano-regional. Villaça (2001, 2012) debate o conceito de segregação e ainda acrescenta à discussão algumas contribuições teórico-metodológicas para a construção da sua investigação. O autor relata fatores ligados à segregação, tais como o fato de que ela ser concebida e discutida como diferenciação de classes. O que é diferente da homogeneização de classes, por ser processual, devendo ser inferida por setores ou regiões, e

não por bairros. Ademais, o fruto da segregação é o preço do solo urbano; e a segregação acontece por meio de setores, e não de círculos concêntricos.

Analisando outros autores e concebendo sua própria análise da segregação, Villaça (2001, p. 150) expõe que “[a] segregação é um processo necessário à dominação social, econômica e política por meio do espaço”. A estrutura interna da cidade é um conjunto de decisões tomadas à luz dos poderes econômicos engendrados pelas leis do Estado. Mais uma vez, o autor infere a correlação dos poderes econômicos e políticos como determinantes para esse fenômeno. Além disso, acrescenta que isso não acontece somente pela valorização da terra urbana, mas também pela determinação do tempo de deslocamento.

Segundo Prítecelle (2004), na França, o número médio das municipalidades é de 15000 habitantes, exceto Paris, mas várias municipalidades dos subúrbios de casas dos anos 1930, um conjunto de habitações sociais dos anos 1960, um bairro de co-propriedades dos anos 1980, com perfis populacionais bastante diferentes. Além do mais, as disparidades de tamanho entre as municipalidades podem enfraquecer estatisticamente as análises. A preocupação na França só foi fortalecida em 1980, emergindo como tema maior das políticas públicas urbanas. Ela se cristaliza uma primeira vez na votação da lei de Orientação para a Cidade em 1991. Em 2000, nos debates parlamentares, da esquerda ou direita, na denúncia dos malefícios da segregação e dos desacordos tratando do meio de reduzi-la.

Nos anos de 1960, a segregação social apareceu, discretamente, como um objetivo declarado das políticas urbanas, como pode ser visto, por exemplo, nos objetivos de “ajuste das funções centrais” presentes em novos esquemas diretores de planejamento e urbanismo, ou nas operações de renovação urbana lançadas em bairros populares e modificando profundamente o perfil social dos habitantes para as classes médias e superiores.

Nos países escandinavos como a Finlândia, a segregação residencial é particularmente fraca. Poder-se-ia descrever esquematicamente este processo como a interação complexa de quatro esferas. A do Estado, no sentido dos poderes instituídos, aquela dos atores sociais da sociedade civil, aquela dos peritos (dos órgãos técnicos do Estado até os escritórios de estudos privados) e aquela de pesquisa do mundo acadêmico. Cada uma tem sua contribuição própria, sua autonomia.

Conforme Santana e Nowenster (2006), as situações de moradia precária se tornaram correntes. O relatório da Fundação Abbé-Pierre sobre a moradia precária na França indica que o país apresenta mais de três milhões de moradores em situação precária, dois terços vivendo em condições muito difíceis, sem “conforto de base” (ausência de banheiro, de sistema de aquecimento etc.) e em situação de superpovoamento. Há alojamentos, redução da mobilidade

residencial das famílias mais pobres ou outros pormenores, como ser migrante ou percebido como tal.

Os autores resumem a crise no sistema da moradia social, de um lado, um número cada vez maior de famílias sem acesso ao sistema de moradia social está em situação precária. De outro lado, as insuficiências, faltas e disfunções do próprio sistema provocam um número importante de demandas insatisfeitas numa população que, em princípio, reúne as condições para poder entrar no sistema. Por exemplo, estima-se que na cidade de Paris mais de 100.000 pessoas estão esperando uma habitação HLM. A crise é agravada pela degradação dos conjuntos de habitações sociais existentes, pelo fenômeno dos “bairros difíceis” ou “em dificuldade”. Certos conjuntos construídos há trinta, quarenta ou cinquenta anos concentram uma população com graves problemas sociais, ligados à discriminação social, ao desemprego e à precariedade cada vez maiores. A moradia social, em vez de ser um elemento de “integração social”, tornou-se um elemento de marginalização.

Esse espaço como mercadoria também implica nos acessos, que agora vão ser restritos à iniciativa privada e àqueles que podem pagar. Os processos e formas socioespaciais são originários das mudanças atuais sobrepostas às inércias do passado. Processos mais amplos como globalização, mudanças na economia (“pós-fordismo”), redução do papel do Estado, migrações nacionais e internacionais, sem esquecer o papel dos movimentos sociais, são fatores que modificaram as formas das cidades, criando frequentemente novas desigualdades, sem eliminar os conflitos raciais, religiosos e políticos existentes. As favelas das cidades brasileiras apresentam uma enorme diferenciação socioespacial que também é visível nas fotos aéreas. Entretanto, a diferenciação não exclui as relações entre as partes. A diferenciação socioespacial aparece, portanto, em contextos variados e é resultante de diversos processos, como o de colonização, ou de desigualdades originárias do passado escravista.

No momento atual, a sociedade brasileira, uma das mais desiguais do mundo, é um dos melhores exemplos das desigualdades entre áreas de grande afluência ao lado (ou distantes) de áreas de extrema pobreza. Em cidades de países pobres, como Porto Príncipe, capital do Haiti, existem bairros “burgueses” que contrastam com a pobreza do conjunto da cidade, cujas favelas atingem até a orla marítima. Nas sociedades afluentes nas quais o papel do Estado é mais atuante, as desigualdades espaciais diminuem, mas não desaparecem. (VASCONCELOS, 2016). Este mesmo autor, no capítulo “Debate, processos e formas socioespaciais nas cidades”, contribui com a temática conceituando e classificando termos que refletem subdivisões e categorias urbanas/espaciais semelhantes às segregações. Esses

termos, apesar de soarem como sinônimos apresentam certas características peculiares. Tal compreensão, no entanto, requer a elucidação de alguns conceitos-chaves, para facilitar a compreensão destes processos, dentre os quais estão os seguintes:

Quadro 2 – Termos referentes à categoria Espaço

TERMOS REFERENTES À CATEGORIA ESPAÇO	
Diferenciação socioespacial	Está em contextos variados e é resultante de vários processos, como o de colonização, ou das desigualdades originárias do passado escravista.
Desigualdades sociais	Pode estar oculta ou ser vista. Refere-se a contradições. Riqueza x Pobreza.
Justaposição	Contradições. Forma semelhante à de desigualdade socioespacial na escala de um bairro ou de uma rua. As cidades brasileiras ilustram bem essa justaposição. No caso de Salvador, ruas têm prédios de alto luxo defronte ou ao lado de residências modestas resultantes de ocupação ilegal.
Separação	É uma forma radical de divisão do espaço urbano com muros ou outros obstáculos, visando separar a cidade frente a outras comunidades. O caso das cidades da Irlanda do Norte, como Belfast, com muros separando os bairros católicos dos bairros protestantes.
Dispersão	Corresponde a uma fuga dos centros das cidades muito valorizados, nos quais o valor do terreno é muito elevado, e que concentram problemas de estacionamento, que levam ao seu declínio e decadência.
Divisão em partes	Conjunto da cidade e se refere à divisão do espaço urbano em distritos (quarter), que pode ser representada de forma semelhante ao modelo setorial de <i>Hoyt</i> , utilizado nas metrópoles brasileiras. ³
Fragmentação	Mistura de usos desconectados, mal articulados. Divide-se em social, espacial e político.
Exclusão	Banimento, expulsão. Atualmente os excluídos habitam, sobretudo, os grandes conjuntos habitacionais periféricos. Essa situação se deteriorou com o aumento dos imigrantes vindos das antigas colônias, sobretudo da África do Norte.
Inclusão	Processo oposto da exclusão, não necessariamente visível nas formas espaciais.
Dessegregação	Contrário à segregação, ou seja, a saída de uma parte da população do gueto, observada com o fim da legislação impeditiva, como nas cidades norte-americanas.
Autossegregação	Decisão voluntária de reunir grupos socialmente homogêneos, cujo melhor exemplo é o dos loteamentos e condomínios fechados, com suas entradas restritas,

³ Modelo urbanístico no sentido geométrico. Do centro para a periferia. Este modelo será explicado mais detalhadamente à frente. (VASCONCELOS, 2016).

	muros e sistemas de segurança. É uma forma radical de agrupamento residencial defensivo que procura juntar os semelhantes e excluir os diferentes e impedir o acesso dos indesejáveis.
Agrupamento	Reúne noções de agregação, de aglomeração (<i>clustering</i>), de congregação (<i>congregating</i>) e de concentração (<i>spatial concentration</i>), que ocorrem também com as atividades econômicas.
Fortificação	Conceito próximo ao de agrupamento é mais utilizada no sentido de formação de cidadelas (<i>citadels</i>). Dificulta o acesso.
Polarização	As noções espaciais, portanto, não são indicadas nesse caso. Os estudiosos norte-americanos passaram a utilizar uma noção não espacial, de <i>underclass</i> , para designar uma “subclasse”, formada pelos excluídos que estariam na base da sociedade, em condições de grande precariedade, como os negros, habitantes dos hiperguetos.
Dualização	Vinculada à ideia de “Cidade Dual”, recentemente recolocada em evidência. Reestruturação da economia estaria levando à formação de cidades divididas, como no exemplo de Nova York. Para os dois autores a metáfora das “duas cidades” é o resultado do crescimento desigual e a tendência à polarização; da justaposição do consumo conspícuo e da degradação social.
Invasão	Área já ocupada, por habitantes de um grupo recém-chegado. Nos países pobres, os resultados do processo de invasão ou de ocupação de terrenos (e de prédios) por indivíduos, famílias ou pelos movimentos sociais têm denominações diversas: favelas, <i>bindonvilles</i> , villas miséria ou <i>squatters</i> . Há uma apropriação ilegal das terras públicas e privadas, sobretudo daquelas com disputas judiciais. Essas áreas são consideradas na literatura também como “segregadas”, mas de fato são o contrário. São o resultado da ação da população desfavorecida, que ocupa os espaços menos valorizados da cidade e que não interessam ao mercado imobiliário, seja em morros, em áreas de declive ou inundáveis, em torno de ferrovias ou outras áreas públicas, assim como nas periferias longínquas. A população pobre desassistida pelo Estado, que não oferece habitações sociais suficientes ou compatíveis com seus rendimentos baixos e irregulares, não tendo condições de participar do mercado imobiliário mesmo irregular (em loteamentos) ou do mercado de casas de aluguel, toma a iniciativa de invadir pequenas áreas ou glebas de grande dimensão e tentam resistir às tentativas de expulsão. Em alguns casos, essas populações invadem (ou “ocupam”)

	áreas valorizadas pelo mercado, como no exemplo da “Invasão das Malvinas”, atual Bairro da Paz, ao longo da Avenida Paralela em Salvador. Na cidade de São Paulo, em maio de 2016, houve um incêndio em um prédio no setor central que foi invadido por mais de 200 famílias. Estas pagavam uma taxa simbólica e tiveram seus pertences e objetos completamente destruídos.
Marginalização	Aplicado na América Latina e teria a configuração de “centro/periferia” para o espaço social. Diferentemente do excluído, o “marginal” nunca teria entrado nas cidades. Haveria uma marginalização social, posteriormente também usada como marginalização espacial.
Periferização	Vem substituindo a de marginalização espacial. Essa noção é muito próxima da de marginalização, mas com um componente espacial mais forte. Ela lembra também parte da dualidade “centro-periferia”, o que não reflete a complexidade das cidades. É uma noção muito utilizada no Brasil, mas que não tem sentido em outras realidades, como nos afluentes subúrbios norte-americanos, por exemplo. Ela é frequentemente confundida com a noção de exclusão ou aparece como sinônimo de pobreza. Deve ser lembrado que a população da periferia não está segregada, mas ocupa o espaço em que o Estado tolera (ou permite) as implantações fora das normas oficiais ou mesmo irregulares (<i>laissez-faire</i>) em áreas que não interessam ao mercado imobiliário.

Fonte: VASCONCELOS (2016).

O processo de periferização também está relacionado ao modo de produção capitalista do espaço, no qual a terra passa a ser um produto a ser comercializado, onde áreas centrais são bem mais valorizadas em razão de sua vantagem locacional (GOTTDIENER, 2010). Dessa maneira, a população economicamente menos favorecida é “expulsa” para áreas mais afastadas.

Não obstante, conforme assinala Silva (2014), o estado teve o papel negativo sob o aspecto populacional, pois, desde início do século XX, com a destruição dos cortiços, também foram erradicadas favelas na tentativa de impedir novas invasões de terrenos. Isso foi feito sem observar que a população solvente, muito numerosa, construiria os locais de moradia onde fosse possível.

Silva (2014, p. 89) afirma que cada vez mais a periferização representa uma espacialização da sociedade de acordo com o tempo histórico pelo qual a cidade está passando. Desse modo, a princípio ocorreu o distanciamento da classe trabalhadora em direção às

bordas do perímetro urbano. Nos dias atuais, cada vez mais indivíduos e grupos sociais abastados financeiramente procuram adquirir áreas com dimensões maiores a fim de construir suas casas. Essas áreas, por sua vez, apenas estão disponíveis nos novos bairros originados dos loteamentos ocorridos nesse período.

A periferação constitui-se, para as classes mais baixas, no bojo do modo capitalista de produção, no espaço de reprodução das classes subalternas, uma vez que a moradia é um bem muito valioso, cuja constituição física demanda tempo e dinheiro. Portanto, não está disponível de forma imediata para quem tem poucos recursos e isso resulta em uma acentuada segregação socioespacial (BUENO, 2000).

Nesse sentido, para Spósito (2004), é melhor trabalhar com o movimento relacional inclusão e exclusão social devido compreender categoria “segregação”- associada a situações que Caldeira (2000) analisa referindo-se aos enclaves de riqueza, aos muros e às cercas das ilhas de prosperidade. Ou seja, para a autora a categoria segregação não abarca todas as desigualdades socioespaciais.

De acordo com Spósito (2004) é melhor trabalhar com o movimento relacionam si não é um conceito que traga sua negação. Isto é, a segregação ou estar segregado não é em si algo desejável. Não está propugnando pelo idealismo, mas pelo movimento. Portanto, há um contraponto à segregação, por isso a análise de territórios urbanos, a partir da segregação, parece que chega a uma análise parcial do próprio movimento e da heterogeneidade territorial. Esta é uma primeira questão.

Na busca pelas “melhores” localizações, historicamente os conjuntos habitacionais destinados aos segmentos de menor renda têm sido construídos em locais afastados da malha urbana, distantes dos setores de comércio e serviços, muitas vezes em áreas rurais, onde o preço da terra é mais baixo. Infraestrutura viária precária, insuficiência de transporte coletivo e distância dos postos de trabalho são apenas alguns problemas decorrentes. (SILVA; OLIVEIRA, 2016).

Em seu livro *Espaços de exceção*, Holanda (2002) remete à história para explicar a segregação presente desde o planejamento de Brasília.

Acontecimentos sociais não são inventados do nada todos os dias. A história pode até ter causas acidentais, mas o âmbito no qual a ciência está interessada e só nesse poderia estar-se o âmbito das causas racionais, que são “potencialmente aplicáveis a outros países, a outros períodos e a outras condições, e levar a generalizações frutíferas”. Este trabalho procurará mostrar que Brasília tem causas essencialmente similares àquelas que estavam por detrás de várias outras formações socioespaciais do passado. (HOLANDA, 2002, p. 46).

No próximo tópico, discorre-se sobre a ausência de igualdade social, econômica, educacional, dentre inúmeros indicadores existentes no espaço urbano, se constituindo como um produto da própria história de formação de todo o espaço geográfico habitado. Investe-se, ainda sobre desigualdades, distribuições desiguais e pobreza. Desse modo, o espaço geográfico, com recortes no espaço urbano, pode ser visto e materializado por essas segregações e desigualdades.

1.5. Delineamentos sobre desigualdades e pobreza

Para Medeiros (2012), não é simples o conceito. *A priori*, pode-se dizer que a desigualdade é uma situação na qual não existe a igualdade e, matematicamente falando, trata-se de uma desigualdade que ocorre quando uma quantidade é maior ou menor que a outra.

Conforme Ferreira (2000), em um país cujo desenvolvimento econômico colonial baseou-se nos pilares gêmeos de uma enorme concentração inicial da propriedade fundiária e da importação maciça de mão de obra escrava, não foi preciso censos, pesquisas amostrais ou um grande número de índices matemáticos sofisticados para que a existência da desigualdade fosse notada e comentada. Em termos genéricos, as causas de uma distribuição desigual de renda pertencem a cinco grupos:

- a) existência de diferenças de indivíduos com relação as suas características natas etnia, gênero, inteligência e/ou riqueza inicial;
- b) Características individuais adquiridas, como nível educacional, experiência profissional;
- c) Discriminação entre remuneração conforme o gênero por exemplo. Por segmentação. Mesma ocupação e remunerações diferentes conforme a região geográfica
Projeção-mapa de derivada ;
- d) Mercado de capital;
- e) Demográfico (fertilidade, coabitação ou separação habitacional).

Ainda para este autor:

A desigualdade não tem um só determinante. Suas causas no Brasil são variadas e complexas são três hipóteses para que a desigualdade no país continue elevada: distribuição de educação desnivelada; distribuição da riqueza; distribuição de poder político. (FERREIRA, 2000, p. 155).

Marcuse (2016), entretanto, afirma que nem todas as desigualdades sociais estão ligadas às desigualdades de poder. Há algumas naturais e, portanto, consideradas justas sob certo sentido, como aquelas relativas a capacidades físicas e mentais. Porém, o autor não considera que estas capacidades podem ou não ser desenvolvidas ao longo da vida, dependendo das oportunidades a que se tem acesso e que são relacionadas, por sua vez, às desigualdades sociais não naturais – ou injustas.

Basta pensar em um indivíduo de família pobre que tenha um alto Quociente de Inteligência (QI), mas que não tem acesso a boas instituições de ensino, estímulo dos pais para o estudo, livros e materiais necessários nem condições adequadas de higiene e alimentação. Considerando seu QI como uma capacidade mental diferenciada (e desigual, sendo, portanto, um exemplo de desigualdade natural ou justa), este pode não chegar a desenvolver todo o seu potencial em virtude de desigualdades sociais injustas representadas por oportunidades como as citadas.

O estudo da desigualdade não poderia ficar imune ao espectro intelectual mais amplo. Sua proeminência no meio acadêmico oscilou, atingindo um ponto particularmente baixo nos anos 1980, conforme reconheceram Atkinson (1997), Atkinson e Bourguignon (2000), Kanbur e Lustig (2000), Levy e Murnane (1992) e outros. A situação começou a mudar na década de 1990 e, a partir de meados dos anos 2000, o tema voltou ao debate público, obtendo em muitos países a maior visibilidade em décadas. O que não foi revertido foi o fardo da prova: o ônus de justificar a relevância dos argumentos continuou recaindo, de modo geral, sobre a problematização da desigualdade. Durante boa parte da história recente, o que esteve *sub judice* foi à legitimidade da desigualdade enquanto problema ou objeto de estudo digno, e não os desvios em relação a um padrão igualitário, como antes. (SOUZA, 2016).

Sen (2001) ocupa uma posição singular entre os economistas contemporâneos, com premiações como o Nobel de economia e reconhecimentos internacionais. Para ele, os seres são tão profundamente diversos, que a igualdade num espaço com frequência resulta em desigualdade em outros espaços. Fato empírico da nossa dissemelhança. Em habilidades e inabilidades físicas e mentais, em vulnerabilidade epidemiológica, em idade, sexo e, obviamente, nas bases sociais e econômicas de nosso bem estar e liberdade.

Buscar a igualdade em diferentes espaços relaciona-se fundamentalmente com natureza da diversidade humana. Também existem diferentes maneiras de avaliar a igualdade no mesmo espaço heterogêneo, usando métodos distintos de medição da desigualdade. Variações em indicadores de desigualdade em um dado espaço, como por exemplo, o

coeficiente de variação, coeficiente de Gini, desvio padrão de logaritmos, medidas de entropia. (SEN, 2001).

Conforme Sen (2001), na teoria *Rawls-rawlsiana*,⁴ há bens primários, princípios da diferença, “justiça como equidade”, liberdades, desigualdades de situação, classe, sexo, variações gerais nas características herdadas. As desigualdades econômicas e pobreza precisam ser avaliadas, ultrapassando a leitura das rendas, riquezas e utilidades. Pobreza é vista como privação de alguma satisfação mínima de capacidades elementares. Possui aspecto absoluto e relativo. Toda teoria normativa do ordenamento social que tenha afinal resistido ao teste do tempo parece exigir a igualdade de algo. A teoria do utilitarismo de fato envolve uma abordagem de maximização da soma total, e que se poderia pensar, como um resultado, que qualquer traço igualitário do utilitarismo não pode ser mais que acidental. O utilitarismo concede exatamente a mesma importância às utilidades de todas as pessoas, na função objetivo e, esta característica emparelhada com o formato de maximização, garante que os ganhos de utilidade de todas as pessoas recebam o mesmo peso no exercício de maximização. Portanto, “liberdades, direitos, utilidades, rendas, recursos, bens primários, satisfação de necessidades, etc. fornecem maneiras diferentes de ver as respectivas vidas de pessoas diferentes, e cada uma das perspectivas, conduz a uma visão correspondente da igualdade”. (SEN, 2001, p. 56).

Diante do conflito cada vez mais aceito entre eficiência e igualdade e da crise macroeconômica, consolidou-se de vez o padrão de que as críticas e apelos igualitaristas é que tinham que justificar sua relevância. Ao contrário do que ocorrera nas primeiras décadas do século XX, quando, ao menos no plano retórico, eram os desvios em relação ao igualitarismo que tinham de ser legitimados.

A renovação do interesse pela desigualdade a partir dos anos 1990 não alterou esse padrão, o que, impôs certas estratégias retóricas e estimulou uma grande literatura sobre as consequências da desigualdade. Depois do esquecimento nos anos 1980, o estudo da desigualdade ganhou novo impulso a partir dos anos 1990 e 2000. A análise qualitativa revela entre economistas a percepção de uma mudança mais abrupta do que os dados quantitativos. O próprio caso do tema nos anos 1980 foi percebido a partir do contraste com a década seguinte. (SOUZA, 2016).

⁴ Propõe desígnios claros sistematicamente do que trata o tema justiça. Seus ideais são objetivos e vivos, na medida em que se refere à “discussão do intuicionismo e o utilitarismo”. De forma que, o sistema econômico para Rawls está interligado ao conceito de justiça, o homem deve-se guiar na medida em que o sistema é melhor para ele. De acordo com Rawls não podemos separar a justiça da moral ou da política ou do sistema econômico.

Houve também críticas da igualdade com base na eficiência, assumindo pelo menos duas formas distintas, consideradas como dois argumentos diferentes: o argumento do “incentivo” e o argumento da “assimetria operacional”. O argumento do incentivo, provavelmente o mais discutido na literatura, concentra-se na necessidade de dar às pessoas incentivo para fazerem o que for acertado para a promoção de objetivos. A desigualdade pode, então, ter um papel funcionalmente útil no estímulo ao trabalho, empreendimento e investimento. “A privação da liberdade econômica pode gerar a privação da liberdade social, assim como a privação da liberdade social ou política, pode da mesma forma gerar a privação da liberdade econômica.” (SEN, 2001, p. 23).

Esse mesmo autor menciona que na economia tradicional, majoritariamente se avalia o desenvolvimento pelo domínio renda, acerca de bens e serviços. A liberdade de uma pessoa pode ser avaliada pela extensão do conjunto de oportunidades representadas por pacotes alternativos de bens e serviços. Quanto maior a extensão desse conjunto de oportunidades, maior a liberdade individual.

Entretanto, as oportunidades que as pessoas têm, em termos de escolhas que podem fazer e realizações, em suas vidas, não são limitadas apenas por seu conjunto orçamentário e outros fatores de riqueza ou renda. Existem circunstâncias individuais (tais como idade, talentos e deficiências, propensão à doença, sexo) e sociais (tais como a estrutura da família, condições epidemiológicas, extensão da poluição, incidência de crimes) cujas variações afetam substancialmente a conversão de características de bens e serviços, em atividades e estados pessoais e em oportunidades que uma pessoa dispõe para realizar coisas que considera valiosa. De que se sustenta a igualdade? Igualdade de algo, algo que possui um lugar importante na teoria particular. Não só igualdade de renda, mas também níveis iguais de bem estar (“igualitaristas”) que todos devem ter o que é crucial. Dicotomias dispensam a centralidade do assunto. Conforme Sen (2001, p. 21, “a exigência de igualdade em termos de uma variável implica que a teoria em questão pode ter de ser não igualitária com respeito à outra variável, já que as duas perspectivas podem, bem possivelmente conflitar”. Querer a igualdade no que se considera como exercício social “central” anda junto com aceitar a desigualdade nas “periferias mais remotas”.

Somos profundamente diversos em nossas características internas (tais como idade, sexo, habilidades gerais, talentos particulares, propensão à doença, assim por diante) bem como nas circunstâncias externas (tais como patrimônios disponíveis, ambientes sociais, problemas graves do meio ambiente, e assim por diante). É precisamente devido a tal diversidade que a ênfase no igualitarismo em um campo exige a rejeição do igualitarismo em outro. (SEN, 2000, p. 23).

A ideia de igualdade geralmente é contrariada por diversidades de dois tipos distintos, a heterogeneidade básica dos seres humanos e a multiplicidade de variáveis em cujos termos a igualdade pode ser julgada. A igualdade é julgada comparando-se algum aspecto específico de uma pessoa tal como renda, ou riqueza, ou felicidade, ou liberdade, ou oportunidades, ou direitos, ou satisfação de necessidades com o mesmo aspecto de outra pessoa. Por isso o julgamento e a medição das desigualdades são completamente dependentes da escolha da variável (renda, riqueza, felicidade etc) em cujos termos são feitas as comparações. A diversidade generalizada dos seres humanos acentua a necessidade de lidar com a diversidade de foco na avaliação da igualdade. Por exemplo, oportunidades iguais podem resultar em rendas bastante desiguais. Riquezas iguais podem coexistir com graus de felicidade bastante diferentes. A igualdade de felicidade pode estar associada a graus bastante diferentes de satisfação das necessidades. Uma igual satisfação de necessidades pode estar associada a diferentes liberdades de escolhas. E assim por diante (SEN, 2001).

Em sua obra anterior, *Desenvolvimento como liberdade*, Sen (2010) continua com o mesmo pensamento, de que usamos rendas e mercadorias como base material do bem estar. No entanto há algumas ponderações, como:

- I. Heterogeneidades pessoais: incapacidades, doença, idade ou sexo faz com que suas necessidades se difiram;
- II. Diversidades ambientais: situações climáticas, inundações. Necessidades de aquecimento e vestuário de pobres em climas mais frios, doenças infecciosas, poluição;
- III. Variações no clima social: Serviços públicos essenciais, condições sociais, educação, crime;
- IV. Diferenças de perspectivas relativas, como costumes;
- V. Distribuição na família, as rendas de um ou de outro membro são compartilhadas por todos, quem ganha ou não.

As escolhas sociais, as rendas reais podem ser indicadores muito insatisfatórios dos componentes importantes do bem estar e da qualidade de vida que as pessoas têm razão para valorizar. É importante distinguir renda como uma unidade na qual se mede a desigualdade e a renda como veículo de redução da desigualdade. Mesmo se a desigualdade de capacidades for bem imediata no que diz respeito a rendas equivalentes, não decorre que transferir renda seria o melhor modo de combater a desigualdade observada.

A questão das políticas de compensação ou reparação suscita outras questões (eficácia na alteração das disparidades de capacidades, a força de efeitos de incentivo etc). O Estado

tem, com efeito, desempenhado um papel fundamental na expansão da educação básica em todo o mundo. A rápida disseminação da alfabetização na história dos países hoje ricos (no Ocidente, no Japão e no restante da Ásia) baseou-se no baixo custo de educação pública combinado a seus benefícios públicos compartilhados. Os indivíduos vivem e atuam em um mundo de instituições. Nossas oportunidades e perspectivas dependem crucialmente de que instituições existam e do modo como elas funcionam. Não só as instituições contribuem para nossas liberdades, como também seus papéis podem ser sensivelmente avaliados à luz de suas contribuições para nossa liberdade.

Ver o desenvolvimento como liberdade nos dá uma perspectiva na qual a avaliação institucional pode ocorrer sistematicamente. Questões como a expansão de serviços de saúde, educação, seguridade social, contribuem diretamente para a qualidade de vida e seu florescimento. O enfoque tem que ser sobre o poder econômico e a liberdade substantiva dos indivíduos e famílias para comprar alimento suficiente, e não apenas sobre a quantidade de alimento disponível no país em questão. O autor discorre sobre fomes coletivas, agentes naturais, perda do emprego remunerado, inundações, doenças, endemias.

A ideia de que pobreza é simplesmente escassez de renda está razoavelmente estabelecida na literatura sobre o tema. Pois a renda determina o que podemos fazer ou não. Mas não apenas. John Rawls bem definiu bens primários” incluem outros meios sem serem a renda (direitos, liberdades, oportunidades, renda e riqueza) e as bases sociais do respeito próprio objetivos como concepções de bem, assim, cada ser tem responsabilidade pelas preferências. (SEN, 2000, p. 92).

O autor supracitado sugere incentivos como soluções, geradores de crescimento na produção e nas rendas, preços sensatos, mudança técnica, especialização da mão de obra, produtividade tanto na agricultura como em outras áreas. Recriar renda perdida pelas vítimas potenciais, dando-lhes o poder de competir por alimentos no mercado, fazendo com que o estoque disponível seja dividido de forma mais igualitária. A exemplo da Índia, Botsuana, Bogotá e Zimbaubue ocorreram repetitivas fomes generalizadas e periódicas. Os problemas da África subsaariana são reflexos de uma crise econômica geral, social e política. Entretanto, para se prevenir a fome coletiva é necessário criação de empregos e agentes ativos.

Auxiliar o Estado na criação de emprego e renda; operação de mercados privados de alimentos e trabalho, dar apoio no comércio e negócios normais é uma característica da liberdade possuir aspectos diversos que se relacionam a uma variedade de atividades e instituições. A liberdade não pode produzir uma visão do desenvolvimento que se traduza prontamente em alguma “fórmula” simples de acumulação de capital, abertura de mercados, planejamento econômico eficiente. Um todo integrado é abrangente preocupação com o processo de aumento das liberdades individuais e o comprometimento social de ajudar para que isso se

concretize. O desenvolvimento é realmente um compromisso muito sério com as possibilidades de liberdade. (SEN, 2000, p. 337).

Exposto argumentos do autor, apesar de ter coesão e pertinência, na prática é difícil mensurar essas possibilidades de liberdades, de igualdades e, conseqüentemente, de desenvolvimento. Nota-se que a criação de emprego e renda é um dos agentes ativos para o desenvolvimento de um país.

O indicador de Gini, que varia de zero a um e que, quanto mais perto de zero estiver, menor a desigualdade, chegou a 0,522 em 2015, alta de 1,6% em relação ao ano anterior. Com o resultado, o Brasil voltou três anos no tempo e anulou a redução da desigualdade registrada em 2014 e 2015. Quem perde o emprego primeiro na recessão são os mais pobres e menos escolarizados, logo, o de menor produtividade. Manuel Thedim, economista na década de 1950, conseguiu comprovar que renda, escolaridade e produtividade têm uma correlação forte. Quem tem mais anos de estudo terá mais renda do que quem tem menos anos de estudo. Se o desemprego tivesse atingido os mais ricos, a desigualdade teria caído. (COSTA; GONÇALVES, 2017).

O Brasil era o país com maior desigualdade entre os que coletaram informações, pois através do Coeficiente de Gini, revelou que apenas a África do Sul e Malavi tinham grau de desigualdade maior que o Brasil. Num conjunto de 92 países, o Brasil permaneceu atrás de apenas três: Guatemala, África do Sul e Malavi. Com renda média dos 10% mais ricos, representando 28 vezes a renda média dos 40% mais pobres, ficou distante de qualquer padrão reconhecível. Como conclusão, os autores apontaram que é imperativo reduzir as desigualdades tanto por questões morais quanto motivações políticas, e apesar da via majoritária ser o crescimento econômico, este não demonstra um resultado plenamente satisfatório sobre a redução da pobreza (BARROS *et al.*, 2000, p. 47).

1.6. Leituras sobre a pobreza

A economia brasileira não parece exibir um problema de carência de recursos. O Brasil não é um país pobre, mas um país ainda mais injusto, com muitos pobres. É possível enfrentar a pobreza, mas é necessário fazer com que os recursos cheguem aos pobres. Assim, a questão da focalização dos gastos sociais sobre a população pobre deve assumir um papel central em nossa formulação. A perplexidade com a pobreza e o desconforto com a desigualdade mobilizaram a arena pública para o complexo debate acerca dos horizontes e das políticas de combate à desigualdade e a pobreza no Brasil. (HENRIQUES, 2000).

Conforme Rocha (2003, p. 30), “a incidência de pobreza absoluta no Brasil decorre da forte desigualdade na distribuição de renda e no rendimento”. Para a autora, é necessário que haja redução da pobreza absoluta, junto ao crescimento da renda, como da melhoria distributiva. Isso é questão não só de justiça social, mas também de contrastes entre renda e poder. E por fim, as oportunidades “naturais” de crescimento econômico são predominantemente concentradoras, exigindo ações específicas do poder público para promover igualdades e reduções da pobreza.

Além da identificação da pobreza, a sua mensuração demanda a escolha por uma unidade de análise. Essa unidade pode ser, por exemplo, o indivíduo, o domicílio ou a família. O padrão comumente usado de US\$1 por dia por pessoa, medido em preços internacionais de 1985 e ajustado à moeda local, usando Poder de Paridade de Compra (PPC), foi escolhido pelo Banco Mundial em seu Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial de 1990 porque este valor era típico nas linhas de pobreza dos países de baixa renda na época. À medida que as diferenças no custo de vida em todo o mundo evoluem, a linha internacional de pobreza tem de ser periodicamente atualizada, usando novos dados de preços PPC para refletir essas mudanças. A última mudança ocorreu em outubro de 2015, quando o Banco Mundial adotou US\$1,90 como linha de pobreza internacional usando o PPC de 2011. Antes disso, a atualização de 2008 definiu a linha de pobreza internacional em US\$1,25, usando o PPC de 2005. Pode-se considerar que a linha de pobreza extrema mais recomendada para se medir a pobreza no país advém do Decreto n. 8.794, de 2016, que define critérios de renda para transferência de benefícios sociais. Ele considera em situação de extrema pobreza aquela população com renda familiar per capita mensal de até R\$ 85,00 e em situação de pobreza as famílias com renda mensal per capita de até R\$ 170,00. (ONU, 2017).

Em um país diverso como o Brasil, com uma população de quase duzentos e dez milhões de habitantes, a desigualdade de renda é nítida. Em 2016, o ganho médio de uma pessoa que integra o grupo de 1% mais rico da população era equivalente a 36 vezes do ganho de uma pessoa que integra o grupo da metade mais pobre do país. 889 mil é o número de pessoas que integram o grupo de 1% mais rico, que em 2016 teve rendimento médio de R\$ 27 mil reais por mês. 44,4 milhões é o número de pessoas que integram o grupo de 50% com menor renda e que em 2016 ganhou R\$ 747,00 em média por mês, inferior ao salário mínimo. (VENTURINI, 2017).

Concorda Rocha (2003), que a pobreza absoluta está vinculada às questões de sobrevivência física, ou seja, ao não atendimento das necessidades mínimas vitais. O conceito de pobreza relativa define necessidades a serem satisfeitas em função do modo de vida

predominante na sociedade em questão, o que significa incorporar a redução das desigualdades de meios entre indivíduos como objetivo social. Delimita um conjunto de indivíduos “relativamente pobres” em sociedades onde o mínimo vital é garantido a todos. Infelizmente, não existe um remédio capaz de reverter rapidamente o quadro grave de concentração de renda que se configura o país. É essencial utilizar todos os mecanismos disponíveis inclusive à tributação direta e indireta para solucioná-la. Decisões governamentais, tanto as econômicas como políticas sociais que invistam em medidas compensatórias. A autora aponta nos países ricos, o imposto de renda, que tem um papel fundamental na melhoria da distribuição de renda, reduz de forma significativa a desigualdade de rendimentos medida pelo coeficiente de Gini que se situa de maneira geral em torno de 0,3.

No Brasil, os efeitos distributivos do imposto de renda são limitados, pouco reduzindo a desigualdade de renda bruta. Ela demonstra que a experiência de estudos de pobreza no Brasil é diversificada. Engloba desde análises baseadas na abordagem das *basic needs*, em que são usados indicadores sociais de inadequação em relação a diferentes condições de vida para delimitar a subpopulação pobre, até análises que visam identificar os determinantes de baixa renda, a partir da distribuição de rendimentos. Entretanto, há divergências entre os pesquisadores sobre linhas de indigência e de pobreza. Algumas etapas foram consenso: primeira etapa, determinar para a população em questão, quais são suas necessidades nutricionais; segunda etapa, realizar pesquisas de orçamentos familiares, a cesta alimentar de menor custo que atenda às necessidades nutricionais estimadas.

Rocha (2003) mostra que os EUA, desde 1965, adotaram um conceito oficial de pobreza com base no custo de uma cesta alimentar básica *à la Rowntree*, cujo valor foi multiplicado por três, já que a despesa alimentar correspondia a cerca de 1/3 da despesa total das famílias. As linhas de pobreza americanas variam em função do tamanho da família, número de crianças, idade e gênero do chefe da família, a residência urbana ou rural. Na década de 1980, o Banco Mundial definiu linha de pobreza em países subdesenvolvidos como o Brasil, com o patamar de 1/3 do PIB per capita. Nesse sentido os indigentes são definidos como aqueles que não dispõem de renda para adquirir a cesta alimentar básica, o que não permite fazer inferências sobre o seu estado nutricional. Há diversas estruturas e diferenças de preços por região, áreas metropolitanas, rurais e até de uma mesma região. Observa-se que nas áreas não metropolitanas, a dieta nas áreas rurais tem custos mais baixos, vistos que a produção é de autoconsumo. Por outro lado, a urbanização induz a custos adicionais como habitação, transporte, vestuário e lazer. Fora as opções também alimentares.

Segundo o ponto de vista de Rocha (2003), pessoas mais vulneráveis, para as quais a renda do grupo familiar não é capaz de neutralizar o alijamento do mercado de trabalho, a pobreza do ponto de vista da renda, dependem, essencialmente, de benefícios previdenciários e de políticas compensatórias por parte do poder público. A renda não é o único indicador para esta análise de pobreza. Essa análise destaca que os indicadores de educação fornecem evidências da correlação entre baixo nível educacional e pobreza. A pobreza ainda está associada a elevadas taxas de analfabetismo, uma vez que entre os analfabetos, 70,4% são pobres. Há ainda o trabalho infantil e o componente regional da pobreza no Brasil, que se mantêm. Quando se consideram indicadores de renda, a incidência da pobreza é mais elevada no Norte e no Nordeste e mais baixa no Centro Sul.

Embora seja importante distinguir conceitualmente a noção de pobreza como inadequação de capacidade, ligada a pobreza como baixo nível de renda, essas duas perspectivas não podem deixar de estar vinculadas, uma vez que a renda é um meio importantíssimo de obter capacidades. E, como maiores capacidades para viver sua vida, tenderiam, em geral, em aumentar o potencial de uma pessoa para ser mais produtiva e auferir renda mais elevada, também esperaríamos uma relação na qual um aumento de capacidade conduziria a um maior poder de auferir renda, e não o inverso. (SEN, 2000, p. 112).

Sen (2001) mostra como e por que a pobreza e a fome não são necessariamente eliminadas pelos *booms* econômicos e consequentes aumentos da renda média. Não se trata apenas de constatar um erro empírico, apontando uma causa como insuficiente ou ineficiente para determinado efeito, mas também de diagnosticar uma concepção inadequada da natureza desses males sociais. A perspectiva da capacidade é uma concepção da igualdade de oportunidades que destaca a liberdade substantiva que as pessoas têm de levar suas vidas. Ela focaliza o que as pessoas podem fazer ou realizar, quer dizer, a liberdade para buscar seus objetivos também envolve algo que pode-se chamar de “acessibilidade” a recursos, que depende muito das habilidades e talentos de cada pessoa tem para usá-los alternativamente .

A pobreza, como privação da capacidade, concentra-se em privações intrinsecamente importantes em contraste com a renda baixa, que é relevante apenas instrumentalmente. A relação instrumental entre baixa renda e baixa capacidade é variável entre comunidades e até mesmo entre famílias e indivíduos. Sen (2000) tenta determinar com precisão essa relação:

O desenvolvimento requer que se removam as principais fontes de privação da liberdade: pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destruição social sistemática, negligenciada dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva de Estados repressivos. Apesar de aumentos sem precedentes na opulência global, o mundo atual nega liberdades elementares a um grande número de pessoas - talvez até mesmo a maioria. Às vezes a ausência de

liberdades substantivas relaciona-se diretamente com a pobreza econômica, que rouba das pessoas a liberdade de saciar a fome, de obter uma nutrição satisfatória ou remédios para doenças tratáveis, a oportunidade de vestir-se ou morar de modo apropriado, de ter acesso a água tratada ou saneamento básico. Em outros casos, a privação de liberdade vincula-se estreitamente à carência de serviços públicos e assistência social, como por exemplo a ausência de programas epidemiológicos, de um sistema bem planejado de assistência médica e educação ou de instituições eficazes para a manutenção da paz e da ordem locais. Em outros casos, a violação da liberdade resulta diretamente de uma negação de liberdades políticas e civis por regimes autoritários e de restrições impostas à liberdade de participar da vida social, política e econômica da comunidade. (SEN, 2000, p.18).

A privação relativa de rendas pode resultar em privação absoluta de capacidades. Ser relativamente pobre em um país rico pode ser uma grande desvantagem de capacidade, mesmo quando a renda absoluta da pessoa é elevada pelos padrões mundiais. Em um país opulento é preciso mais renda para comprar mercadorias suficientes para realizar o mesmo funcionamento social. (SEN, 2000, p. 111).

Reitera Sen (2000) sobre liberdades e capacidades, tais como: 1) liberdades políticas como oportunidades que as pessoas têm para determinar quem deve governar e com base em que princípios, além de incluírem a possibilidade de fiscalizar e criticar as autoridades, de ter liberdade de expressão política e uma imprensa sem censura; 2) facilidades econômicas: são as oportunidades que os indivíduos têm para utilizar recursos econômicos com propósitos de consumo, produção ou troca; 3) oportunidades sociais: são as disposições que a sociedade estabelece nas áreas de educação, saúde, que influenciam a liberdade do indivíduo viver melhor; 4) garantias de transparência: garantias de não segredo e clareza. Lidar uns com os outros. Inibidores de corrupção, irresponsabilidade financeira e transações ilícitas. 5) segurança protetora: Rede de segurança social, impedindo que a população afetada seja reduzida à miséria abjeta, à fome e à morte. Benefícios a desempregados, alimentos em crises de fome, regulamentos aos indigentes. Elas são os meios principais de desenvolvimento, pois há relações empíricas uma com a outra. Liberdades de diferentes tipos podem fortalecer uma à outra. Exemplo: liberdade política ajuda a promover segurança econômica. Oportunidades sociais facilitam a participação econômica.

Geralmente tem-se excelentes razões para desejar mais renda ou riqueza. Isso não acontece porque elas sejam desejáveis por si mesmas, mas porque são meios admiráveis para termos mais liberdade para levar o tipo de vida que temos razão para valorizar. Há processos que permitem a liberdade de ações e decisões como as oportunidades reais que as pessoas têm. A privação da liberdade pode surgir em razão de processos errôneos, como violação de direito ao voto, ou de oportunidades inadequadas que algumas pessoas têm para realizar o mínimo que gostariam.

O papel da renda e da riqueza ainda que seja importantíssimo, juntamente com outras influências, tem de ser integrado a um quadro mais amplo e completo de êxito e privação. Existem boas razões para que se veja a pobreza como uma privação de capacidades básicas e não apenas como renda. A privação de capacidades elementares pode refletir, por exemplo, na morte prematura, na subnutrição significativa, morbidez persistente, analfabetismo muito disseminado e outras deficiências. A liberdade individual é essencialmente um produto social, e existe uma relação de mão dupla entre as disposições sociais que visam expandir as liberdades individuais e o uso destas não só para melhorar a vida de cada um, mas também para tornar as disposições sociais mais apropriadas e eficazes. Quando avalia-se pobreza vinculada à falta também de desenvolvimento, não estamos sugerindo que há um único critério e preciso segundo o qual as diferentes experiências de desenvolvimento podem ser comparadas e classificadas. Dada a heterogeneidade dos componentes distintos da liberdade, bem como a necessidade de levar em conta as diversas liberdades de diferentes pessoas, frequentemente haverá direções contrárias. Em contraste com o crescimento, o custeio público não opera pelo crescimento econômico rápido. E sim por meio de um programa de hábil manutenção social dos serviços de saúde, educação e outras questões relevantes. Uma economia pobre pode ter menos dinheiro para despender em serviços de saúde e educação, mas também precisa gastar menos dinheiro para fornecer os mesmos serviços de que nos países ricos custariam muito mais.

Motta (2017) aponta dados do Banco Mundial, estimando que os novos pobres gerados pela crise estejam entre 2,5 milhões e 3,6 milhões, conforme a evolução da economia em 2017. São considerados pobres aqueles com renda per capita inferior a R\$ 140,00 mensais (a preços de junho de 2011). O perfil do novo pobre é branco, mais escolarizado, mais jovem, residente de áreas urbanas e trabalhador do setor terciário. Além disso, permanece um sistema tributário regressivo que penaliza os grupos de menores rendas. Para se ter uma noção, quando se analisa o consumo de bens e serviços, famílias com renda de até dois salários mínimos (R\$ 1.996,00) gastam até 46% em tributos, sendo 24% para famílias entre 15 e 25 salários mínimos e 18% para aquelas acima de 25 salários. A tributação por renda, lucro e ganho de capital é, em média, menor se comparada a países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o que contribui ainda mais para essa distorção tributária (FIESP, 2015). Ou seja, é o próprio governo que opera uma série de mecanismos para a persistência e aumento das desigualdades. “Demonstrar que uma divisão mais equitativa dos recursos pode ter um impacto relevante sobre a pobreza em um país que

dispõe de uma renda per capita bastante superior à sua linha de pobreza”. (BARROS *et al.*, p. 26).

Reis (2000), em seu trabalho sobre percepções da elite a respeito da pobreza e desigualdade, se inquieta como e porque determinada ordenação social se torna aceitável ou ilegítima. A capacidade de empatia decresce à medida que diferencia-se socialmente um do outro. Isso explica, embora não justifique moralmente, por que as tragédias e vicissitudes que abalam a classe média repercutem muito mais na mídia que aquelas que vitimam as classes baixas. Ainda nesse artigo, no tópico sobre a visão das elites brasileiras, as elites pesquisadas apontaram como principais obstáculos à democracia no Brasil: baixo nível educacional da população; altos índices de pobreza e desigualdade social; ausência de tradição partidária; corporativismo de grupos e setores da sociedade; incompetência dos governantes; falta de organização das políticas populares; egoísmo das elites; clientelismo político; concentração de poder no Executivo; altas taxas de inflação; empobrecimento da classe média; recessão econômica prolongada; ameaça de intervenção militar; e ainda, acertadamente, como enfrentar problemas decorrentes da pobreza e da desigualdade é afetado pela percepção da capacidade de o poder público levar à frente políticas sociais.

No Brasil, a primeira década do século XXI foi marcada por uma retomada do papel ativo do Estado, com, de um lado, uma política econômica objetivando geração de emprego e renda e, por outro lado, uma política social inovadora. Tal modificação do papel do Estado contrasta fortemente com o período de desmonte neoliberal pelo qual passou o país nos anos 1990. Como resultado, nos anos 2000 (até em torno de 2014) ocorreu uma diminuição da desigualdade de rendimentos do trabalho, uma redução drástica da pobreza e do desemprego, um aumento da formalização no mercado de trabalho e melhorias dos indicadores de saúde e educação. No entanto, se houve melhorias em diversos aspectos da desigualdade brasileira (desigualdade de gênero, raça, de rendimentos etc.), em um país de dimensões continentais e uma história de mais de 500 anos de exclusão, em termos regionais, a evolução foi menor e, por isso, os desafios permanecem muitos. (OLIVEIRA, 2016).

No que diz respeito à distribuição de renda no país, a Síntese dos Indicadores Sociais 2017 comprovou, mais uma vez, que o Brasil continua um país de alta desigualdade de renda, inclusive, quando comparado a outras nações da América Latina, região onde a desigualdade é mais acentuada. (OLIVEIRA, 2017). Segundo o estudo, em 2017 as taxas de desocupação da população preta ou parda foram superiores às da população branca, em todos os níveis de instrução. Na categoria Ensino Fundamental completo ou Médio incompleto, por exemplo, a

taxa de desocupação⁵ dos trabalhadores pretos ou pardos era de 18,1%, bem superior que o percentual dos brancos 12,1%.

A distribuição dos rendimentos médios por atividade mostra a heterogeneidade estrutural da economia brasileira. Embora tenha apresentado o segundo maior crescimento em termos reais nos cinco anos disponíveis (10,9%), os serviços domésticos registraram os rendimentos médios mais baixos em toda a série. Já a administração pública acusou o maior crescimento (14,1%) e os rendimentos médios mais elevados. (IBGE, 2017).

A concentração de renda entre os ricos não sairá da agenda teórica, empírica e política no curto e no médio prazos. O Brasil tem tudo para seguir essa tendência. É um país altamente desigual, em que a fração da renda recebida pelos mais ricos está longe dos níveis civilizados que cumpriram um papel fundamental para a construção simbólica do “Primeiro Mundo” no pós-guerra. Se quisermos romper com essa sina exigirá reformas em muitas frentes e disputas políticas agudas. Não há motivos para sermos otimistas nem alternativas mais fáceis. Esperar que o crescimento puro e simples resolva nossa questão distributiva não funcionou no passado e dificilmente funcionará no futuro. O autor se referia ao famoso jargão de Delfim Neto, no qual, “era preciso deixar o bolo crescer para reparti-lo”. (SOUZA, 2016, p.21).

Ferreira (2000), ao comentar que ser um campeão de desigualdade não seria necessariamente ruim, desde que isso levasse a altas taxas de crescimento agregado, conseqüentemente à redução da pobreza absoluta, declara que:

Com um coeficiente de Gini para a distribuição da renda total familiar *per capita* cuja média, durante as duas últimas décadas, ficou em 0,59, o Brasil continua ocupando posição de destaque internacional como uma das sociedades mais desiguais do planeta. Durante o mesmo período, a média latino-americana ficou entre 0,49 e 0,50 e a africana entre 0,43 e 0,47. Todavia em regiões mais igualitárias, como o clube dos países ricos (a OCDE), o mesmo índice médio não ultrapassou 0,34. (FERREIRA, 2000, p. 131, grifos do autor).

O rendimento familiar *per capita* é obtido dividindo o rendimento de cada família pelo respectivo número de pessoas, incluindo a pessoa de referência da família, o cônjuge, os filhos, os outros parentes agregados, mas excluindo os pensionistas, os empregados domésticos e os parentes empregados domésticos. O autor enfatiza que a análise de regressão,

⁵ É o percentual de pessoas desocupadas em relação às pessoas na força de trabalho: $[\text{desocupados}/\text{força de trabalho}] \times 100$. **Pessoas na força de trabalho.** As pessoas na força de trabalho na semana de referência compreendem as pessoas ocupadas e as pessoas desocupadas nesse período. (Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pnad_continua/primeiros_resultados/analise01.shtm>. Acesso em: 02 nov. 2018.

que é a técnica estatística clássica da econometria, pode ser usada para quantificar a influência de diversos fatores (escolaridade, local de residência, idade, etc) sobre os rendimentos das pessoas. (HOFFMANN, 2000).

Segundo a historiografia, cerca de 50 milhões de brasileiros, o equivalente a 25,4% da população, vivem na linha de pobreza e têm renda familiar equivalente a R\$ 387,07 ou US\$ 5,5 por dia, valor adotado pelo Banco Mundial para definir se uma pessoa é pobre. (OLIVEIRA, 2017).

Sobre rendimentos, em uma escala nacional, levando em consideração o índice de Gini, no qual os rendimentos medem a desigualdade da sua distribuição, e seu valor varia de zero (igualdade) até um (desigualdade máxima). Em 2017, o índice de Gini do rendimento médio mensal real domiciliar *per capita* no Brasil foi 0,549. Neste mesmo ano, os 10% da população com os maiores rendimentos detinham 43,3% da massa de rendimentos do país, enquanto a parcela dos 10% com os menores rendimentos detinha 0,7% desta massa.

As pessoas que faziam parte do 1% da população brasileira com os maiores rendimentos recebiam, em média, R\$ 27.213, em 2017. Esse valor é 36,1 vezes maior que o rendimento médio dos 50% da população com os menores rendimentos (R\$ 754). Na região Nordeste essa razão foi de 44,9 vezes e na região sul, 25 vezes. Em 2017, as pessoas que tinham algum rendimento (de todas as fontes) recebiam, em média, R\$ 2.112,00 contra R\$ 2.124,00 em 2016. Em termos regionais, o Centro-Oeste registrou o maior valor (R\$ 2.479,00) e o Nordeste (R\$ 1.429,00), o menor.

No Brasil, o rendimento médio mensal real domiciliar *per capita* foi de R\$ 1.271 em 2017 e de R\$ 1.285 em 2016. As regiões Norte (R\$ 810) e Nordeste (R\$ 808) apresentaram os menores valores e a Região Sul, o maior (R\$ 1.567). (PNAD, 2018). Veja-se a seguir, quadro mencionando os rendimentos para as pessoas ocupadas⁶ acima de 14 anos de idade distribuídas por regiões.

⁶ São classificadas como ocupadas na semana de referência as pessoas que, nesse período, trabalharam pelo menos uma hora completa em trabalho remunerado em dinheiro, produtos, mercadorias ou benefícios (moradia, alimentação, roupas, treinamento etc.) ou em trabalho sem remuneração direta em ajuda à atividade econômica de membro do domicílio ou, ainda, as pessoas que tinham trabalho remunerado do qual estavam temporariamente afastadas nessa semana. Consideram-se como ocupadas temporariamente afastadas de trabalho remunerado as pessoas que não trabalharam durante pelo menos uma hora completa na semana de referência por motivo de: férias, folga, jornada de trabalho variável, licença maternidade e fatores ocasionais. Assim, também foram consideradas as pessoas que, na data de referência, estavam, por período inferior a quatro meses: afastadas do trabalho em licença remunerada por motivo de doença ou acidente da própria pessoa ou outro tipo de licença remunerada; afastadas do próprio empreendimento sem serem remuneradas por instituto de previdência; em greve ou paralisação. Além disso, também, foram consideradas ocupadas às pessoas afastadas por motivos diferentes dos já citados, desde que tivessem continuado a receber ao menos uma parte do pagamento e o período transcorrido do afastamento fosse inferior a quatro meses. Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pnad_continua/primeiros_resultados/analise01.shtm>. Acesso em: 02 nov. 2018.

Tabela 1 – Rendimento para pessoas ocupadas acima de 14 anos por região

Ano	Região Norte	Região Nordeste	Região Sudeste	Região Sul	Região Centro-oeste
2016	R\$ 1.511,00	R\$ 1.405,00	R\$ 2.547,00	R\$ 2.316,00	R\$ 2.370,00
2017	R\$ 1.541,00	R\$ 1.429,00	R\$ 2.459,00	R\$ 2.373,00	R\$ 2.479,00
Ano	Aposentadoria e pensão				
2016	R\$ 1.372,00	R\$ 1.426,00	R\$ 1.898,00	R\$ 1.703,00	R\$ 2.136,00
2017	R\$ 1.451,00	R\$ 1.442,00	R\$ 1.906,00	R\$ 1.774,00	R\$ 2.105,00
Ano	Aluguel e arrendamento				
2016	R\$ 1.372,00	R\$ 1.426,00	R\$ 1.898,00	R\$ 1.703,00	R\$ 2.136,00
2017	R\$ 1.451,00	R\$ 1.442,00	R\$ 1.906,00	R\$ 1.774,00	R\$ 2.015,00
Ano	Pensão alimentícia, doação e mesada de não morador				
2016	R\$ 505,00	R\$ 390,00	R\$ 742,00	R\$ 642,00	R\$ 644,00
2017	R\$ 460,00	R\$ 399,00	R\$ 762,00	R\$ 674,00	R\$ 650,00
Ano	Outros rendimentos				
2016	R\$ 391,00	R\$ 361,00	R\$ 811,00	R\$ 659,00	R\$ 591,00
2017	R\$ 398,00	R\$ 379,00	R\$ 802,00	R\$ 759,00	R\$ 697,00

Fonte: IBGE (2017)

Percebe-se que houve um aumento da renda nas quatro regiões do país no ano de 2016 para 2017, com exceção da região Sudeste, que decresceu. No quesito aposentadoria, pensão, aluguel e arrendamento, o montante foi elevado nas quatro regiões, e houve decréscimo nos valores referentes à pensão alimentícia, doação, mesada de não morador e outros rendimentos.

1.7. Aglomerados Subnormais: ratificação ou retificação de desigualdades?

Nessa pesquisa é pertinente discutir os aglomerados subnormais como conformações advindas de afunilamentos e consequentes formas de desigualdades econômicas e socioespaciais. O IBGE (2011, p. 36) define aglomerados subnormais como :

um conjunto constituído de, no mínimo, 51 unidades habitacionais (barracos, casas etc.) carentes, em sua maioria, de serviços públicos essenciais, ocupando ou tendo ocupado, até período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular) e estando dispostas, em geral, de forma desordenada e densa.

De acordo com o próprio IBGE, o termo “aglomerado subnormal” foi utilizado pela primeira vez em 1991, tendo permanecido no Censo Demográfico de 2010. O vocábulo “possui certo grau de generalização de forma a abarcar a diversidade de assentamentos irregulares existentes no país, conhecidos como: favela, invasão, grota, baixada, comunidade, vila, ressaca, mocambo, palafita, entre outros” (IBGE, 2011, p. 26). Ainda, conforme o órgão, a identificação dos aglomerados subnormais deve ser feita com base nos critérios listados:

- a) Ocupação ilegal da terra, ou seja, construção em terrenos de propriedade alheia (pública ou particular) no momento atual ou em período recente (obtenção do título de propriedade do terreno há 10 anos ou menos).
- b) Urbanização fora dos padrões vigentes – refletido por vias de circulação estreitas e de alinhamento irregular, lotes de tamanhos e formas desiguais e construções não regularizadas por órgãos públicos;
- c) Precariedade de serviços públicos essenciais.

A precariedade dos serviços essenciais (serviços de abastecimento de água, coleta de esgoto, coleta de lixo e fornecimento de energia elétrica) leva em conta somente a existência do serviço ou não, de forma que não se considera a qualidade desses serviços (frequência na coleta de lixo, qualidade da água e frequência no fornecimento de energia).

Em vários pontos do país encontram-se aglomerados subnormais em que serviços essenciais de coleta de lixo, abastecimento de água, de energia, esgoto, entre outros, são ineficientes, quando não inexistentes. Nas regiões do Brasil, os aglomerados apresentam características distintas. Para melhor caracterizá-los, foi necessário padronizar elementos que definem a situação. De acordo com o IBGE (2011), foram utilizadas na pesquisa, as características do domicílio, dos serviços urbanos, dos padrões urbanísticos, da localização da área, da densidade de ocupação e da situação fundiária e legal.

É importante ressaltar que, para se ter um conceito comparativo entre as regiões brasileiras, perde-se, muitas vezes, as especificidades locais, o que ocorre principalmente devido à diversidade existente em municípios e regiões. Em razão disso, diversos locais onde se verifica a carência de prestação de serviços não foram identificados como aglomerados subnormais, conforme os critérios estabelecidos pelo IBGE.

Para Vasconcelos (2013), são habitações improvisadas: os cortiços e casas de cômodo, sobretudo nas áreas centrais, nas vilas e avenidas, nos arruamentos populares, nos loteamentos populares regulares ou ilegais, localizados especialmente nas áreas periféricas, às invasões e ocupações de terrenos, de forma individual e coletiva, nos interstícios urbanos e nas periferias, nos imóveis de aluguel, nos imóveis recebidos ou comprados, na ampliação dos imóveis

existentes (“puxadinhos”), bem como na possibilidade de viver de favor com outras famílias ou em locais provisórios. Como as melhores áreas urbanas são ocupadas pelo mercado imobiliário, ficam as mais precárias (sujeitas às inundações, em encostas, próximas a locais inconvenientes e nas periferias mal equipadas) sob a ocupação dos pobres, cujo controle governamental não é rígido, tendo em vista que nem o Estado nem os agentes imobiliários resolvem o problema da demanda não solvável (VASCONCELOS, 2013).

Segundo Kowarick (2004) é pobre definir favela como uma forma de ocupação de terra alheia, pública ou privada, mesmo porque hoje há uma mercantilização muito grande de moradias: as favelas estão providas de serviços, infraestrutura, e é preciso outro tipo de caracterização que dê conta de uma nova e mais complexa realidade.

Para os setores de menores rendas, a alternativa do loteamento ou conjunto habitacional (lotes, apartamentos ou casas próprias), consagrou-se como o modelo hegemônico, justificado pelo impacto do preço dos terrenos mais baixos na franja externa. Todo o desenho da política habitacional a partir daí – praticada por agentes públicos ou pelo setor privado – seguiu a mesma lógica, gerando também um desenho de produção de infraestrutura na mesma direção, embora, nesse caso, ao contrário das novas centralidades de classe média, a provisão da infraestrutura tenha se dado posterior (CARDOSO, 2003; MARICATO, 2013).

É importante ressaltar que os aglomerados subnormais são consequências não só das desigualdades mas também de outro componente, o déficit habitacional. Este é o ônus excessivo com aluguel urbano. Ele corresponde ao número de famílias urbanas com renda de até três salários mínimos que moram em casa ou apartamento (domicílios urbanos duráveis) e que despendem 30% ou mais de sua renda com aluguel (AZEVEDO *et al*, 2015).

O Censo Demográfico 2010 aponta um déficit habitacional de 6,940 milhões de unidades, o correspondente a 12,1% dos domicílios do país. O déficit habitacional é um fenômeno mais frequente nas áreas urbanas, 85% do déficit localiza-se nas áreas urbanas. A região Sudeste concentra 38% do déficit habitacional do país, o que corresponde a 2,674 milhões de unidades, mais da metade (1,495 milhões) em São Paulo. O segundo maior déficit habitacional é o da região Nordeste, onde 2,111 milhões de unidades seriam necessárias para sanar o déficit. As regiões Norte, Sul e Centro-Oeste têm déficit inferior a 1 milhão de unidades. Em termos relativos ao total de domicílios, a região Norte é a que apresenta as piores condições: o déficit corresponde a 20,6% do total de domicílios da região. Em seguida, aparecem, ainda acima da média nacional, as regiões Nordeste (14,1%) e Centro-Oeste (12,9%). Abaixo da média nacional estão as regiões Sudeste, com 10,6% e Sul, com 8,7%.

Embora em todas as regiões o déficit habitacional seja maior na área urbana, em termos relativos isso não ocorre nas regiões Norte e Nordeste, nas quais o déficit habitacional relativo rural é maior que o urbano. O mesmo é observado entre os estados da região Sudeste, com São Paulo o estado que apresenta o maior déficit habitacional relativo e Minas Gerais, o menor. (AZEVEDO, 2015). Conforme Neto:

O Censo Demográfico 2010 informa a existência de um total de cerca de 3,22 milhões de domicílios particulares ocupados em setores subnormais, o que corresponde a cerca de 5,6% dos domicílios do país, localizados em 330 municípios brasileiros, abrigando 6% da sua população. O Centro-Oeste mostra as maiores “lacunas” no que se refere à presença em AS em certas tipologias da REGIC. As duas metrópoles da região, contudo, estão aí representadas. A população em AS em Brasília é a maior do Centro-Oeste, com 133,6 mil pessoas residindo em AS – 5,39% da população total, enquanto Goiânia tem apenas 0,27% de sua população nesta condição, apesar do elevado crescimento populacional na década (19,86%). Quanto à presença de AS em municípios da área de abrangência de metrópole, somente havia, em 2000, no entorno do Distrito Federal, e exclusivamente em Valparaíso de Goiás, que apresentou elevado crescimento populacional (40,57%). Também no entorno do Distrito Federal está Novo Gama, o único município que se acrescentou a Valparaíso de Goiás no período em exame, com 1.607 pessoas em AS. Neste município, a presença dos AS é semelhante à de Valparaíso de Goiás, em 2010, tanto em termos relativos como absolutos, com 1.909 habitantes em AS. (NETO, 2012, p. 9-16).

O que Neto (2012) discorre a respeito dos aglomerados subnormais pode ser melhor verificado na Figura 1. Ela apresenta os municípios com aglomerados subnormais nas unidades da federação e sua distribuição no território. Observa-se que em todas as vinte e seis unidades da federação e no Distrito Federal há a presença das desigualdades, sendo elas resultantes não apenas dos processos de urbanização, mas também de seus efeitos negativos, ligados à “explosão demográfica”.

Figura 1 – Municípios com aglomerados subnormais identificados



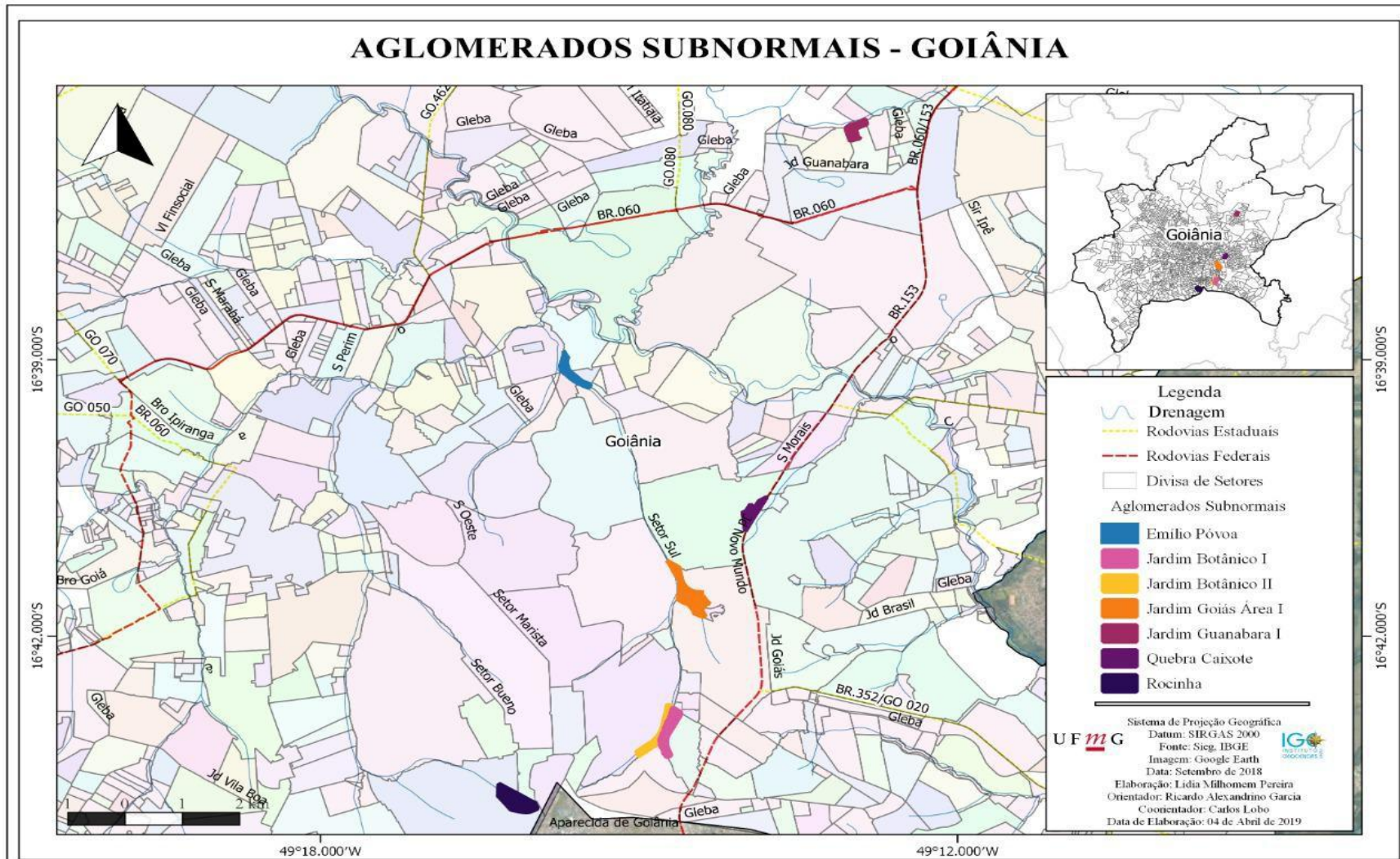
(Censo 2010: Aglomerados Subnormais: Primeiros Resultados - IBGE, 2011)

Fonte: IBGE (2011).

É possível perceber uma maior concentração de municípios com aglomerados subnormais na região Sudeste do país, nos Estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo. Os Estados do Tocantins e Mato Grosso têm menores densidades. Na região norte, o Estado do Amazonas concentra boa parte dos aglomerados, seguido do Pará e Amapá.

Na região Nordeste todos os nove estados apresentam aglomerados subnormais. No caso de Goiânia, selecionado como recorte espacial de análise, sete aglomerados subnormais: Emílio Póvoa, Jardim Guanabara, Jardim Goiás área I, Jardim Botânico I e II, Rocinha e Quebra Caixote (Figura 2).

Figura 2 - Aglomerados subnormais em Goiânia



Fonte : IBGE(2010)

Eles se assemelham com relação aos aspectos de serem ocupações irregulares, das vias serem estreitas, dificuldades com infraestrutura básica, coleta de lixo, habitações simples e humildes. Todas elas são planas e não lembram, no ponto de vista da paisagem, outras favelas da região sudeste, visto suas singularidades topográficas e socioeconômicas.

Outra contribuição conceitual para a prática da vida cotidiana são as contradições e fragmentações apresentadas por Carlos (2016, p. 103):

a prática social urbana, no momento do processo de implosão/explosão, vai manifestando a extrema separação/dissociação dos elementos e uma vida fragmentada, na separação dos espaços da realização da vida cotidiana entre lugar de moradia-lugar de trabalho. Isso exige tempo de deslocamento, subtraído do tempo de não trabalho, e cria lugares específicos de lazer à medida que as ruas dos bairros se esvaziam de seu sentido lúdico e de ponto de encontro. A vida cotidiana realiza a contradição homogênea/fragmentado ao mesmo tempo que se apresenta invadida por um sistema regulador que formaliza e fixa as relações sociais reduzindo-as a formas abstratas.

Concomitante, Bresciani (2009) expõe que novos desafios devem ser avaliados em relação, por exemplo, às áreas degradadas da região central e às favelas da capital paulista. São Paulo e Campinas, no encarte do jornal, formam a maior malha urbana do hemisfério sul, com 27 milhões de habitantes, 12% do País, responsáveis por 65,7% do PIB do estado e 22% do PIB brasileiro. No artigo comentado, São Paulo aparece como uma metrópole desmedida, com um número de veículos bem maior do que a sua capacidade e já com uma situação de caos e de colapso presentes. A partir desse encarte, a historiadora descobriu muitas semelhanças de tratamento com o que havia estudado no século XIX, em Londres, em territórios de pobreza e suas características.

São Paulo vive um novo padrão urbano, com a modernização de suas favelas e cortiços, o que foi chamado de modernização precária. “Cada prédio é um pacto que precisa de iluminação, água e mínimas condições sanitárias”, abordou Bresciani (2009, p. 10), acrescentando que não é possível estudar o país como um recorte apenas. Além disso, a historiadora enfatizou que há uma concepção moral na palavra ‘degradada’ e em outras metáforas. “É a força persuasiva das palavras constituindo a base para a formação de campos conceituais” (BRESCIANI, 2009, p. 10).

Na concepção de Silva (1997), nos países da periferia a herança pré-capitalista é muito pesada e resistente. Os processos de racionalização (intelectualização, autonomização das esferas de valor, desmagificação) são limitados ou subvertidos. O mercado, o capital, o trabalho assalariado e a ciência são forçados a conviver com formas de sociabilidade e

dominação baseadas em personalismo, religiosidade e tradição bastante resistentes. Ainda para este autor, em *A construção de Brasília: modernidade e periferia*:

Tanto no seu aspecto socioeconômico (a modernização) quanto na sua dimensão cultural (o modernismo), a condição moderna na periferia tende a ser grosseira devedora do modelo que toma e ao mesmo lhe é imposto. Nessas condições, uma ideologia do moderno (o discurso dos setores dominantes que tende a legitimar a ordem capitalista, erigindo a condição moderna em valor em si, capaz de auto conferir-se positividade, principalmente por meio de seu grande símbolo, a razão) assume importância capital. (SILVA, 1997, p. 22).

Para Santos (2013), as favelas e/ou os loteamentos nas periferias pobres das cidades, dominadas por grupos de traficantes que impõem regras de convivência aos outros moradores e aos estabelecimentos comerciais e de serviços. A outra ponta do espectro da fragmentação do tecido sociopolítico-espacial refere-se à territorialização dos ricos, com regras previamente determinadas e mesmo legitimadas perante o Estado, ao que Souza (2000, p. 90) chama de “escapismo das elites para as periferias das cidades”. Essa fragmentação se caracteriza pela dispersão das áreas residenciais das elites, em loteamentos fechados, condomínios horizontais e *shopping centers*, com rígidas regras de convivência e conduta (SANTOS, 2013).

Inversamente, ao restringir os trabalhadores à aceitação de certas concepções de estilo de vida, de hábitos de consumo e de desejo, os capitalistas podem garantir mais facilmente a obediência, no âmbito do processo de trabalho, ao mesmo tempo em que capturam nichos de mercado distintivos e em proliferação para suas vendas (HARVEY, 2012).

Conforme Lefebvre (2001), a entrada da moradia para a riqueza mobiliária e do solo urbano para o valor de uso, com as restrições desaparecendo o habitat tipo pavilhão proliferou ao redor de Paris, nas comunas suburbanas, ampliando de maneira desordenada o setor construído. A única lei desse crescimento ao mesmo tempo urbano e não urbano era a especulação sobre os terrenos.

Os interstícios deixados por esse crescimento sem vazios foram preenchidos pelos grandes conjuntos. À especulação com os terrenos, mal combatida, somou-se a especulação com os apartamentos quando estes eram objeto de copropriedade (LEFEBVRE, 2001, p. 26).

Defini-se a realidade urbana pela dependência em relação ao centro, os subúrbios serão urbanos; se definirmos a ordem por uma relação perceptível (legível) entre a centralização e a periferia, os subúrbios serão desurbanizados. Não seria errado dizer que o “pensamento urbanístico” dos grandes conjuntos literalmente se encarnou na cidade e no urbano a fim de extirpá-los.

Toda a realidade urbana perceptível (legível) desapareceu: ruas, praças, monumentos, espaços para encontros (LEFEBVRE, 2001, p. 27). Por isso Lefebvre (2001) aponta a perspectiva dos promotores de vendas, o olhar da organização, do controle, das trocas, do planejamento e, acima de tudo, do lucro:

O urbanismo dos promotores de vendas. Eles o concebem e idealizam, sem nada ocultar, para o mercado, visando o lucro. O fato novo, recente, é que eles não vendem mais uma moradia ou um imóvel, mas sim urbanismo. Com ou sem ideologia, o urbanismo torna-se um valor de troca. O projeto dos promotores de vendas se apresenta como ocasião e locais privilegiados: lugar de felicidade numa vida cotidiana miraculosa e maravilhosamente transformada. O imaginário do habitat se inscreve na lógica do habitat e sua unidade dá uma prática social que não tem necessidade de um sistema. (LEFEBVRE, 2001, p. 32).

O autor continua sua ideia sobre as estratégias globais, explicando que são diversas tendências, um sistema unitário e um urbanismo já total. Neles serão construídos centros comerciais e de consumo. A sociedade de consumo é dirigida para isso: “[i]mporção, tornando-a ‘legível’, uma ideologia de felicidade através do consumo, a alegria através do urbanismo adaptado a sua nova missão” (LEFEBVRE, 2001, p. 32).

Formas, estruturas, funções urbanas (na cidade, nas relações da cidade com o território influenciado ou gerido por ela, nas relações com a sociedade e o Estado), agiram umas sobre as outras e se modificaram, movimento este que o pensamento pode hoje reconstruir e dominar. Toda formação urbana conheceu uma ascensão, um apogeu, um declínio. (LEFEBVRE, 2001, p. 60).

Harvey (2012, p. 181), no capítulo sobre os espaços de utopia, conclui e escreve sobre a ideia de recuperar bairros mais antigos e cita o casario de Baltimore, na década de 1970, a Our Daily, instituição dirigida pela entidade filantrópica Catholic Charities, que atendia aos pobres do centro da cidade. Daí, em 1998, um jogador de beisebol começou uma campanha contra a circulação de pobres no centro da cidade, pois provavelmente eles promoviam o crime nesse local e impediam a valorização dos imóveis nas imediações. Sugeriram à entidade uma retirada dessas pessoas e assim o fizeram. Além disso, nesse capítulo discorreram sobre a expulsão dos pobres e a renovação no bairro, abordaram sobre os cidadãos à espera de benefícios que nunca chegavam, baixas remunerações, redução da força de trabalho, e toda a história de Baltimore, repleta de desempregos, educação discrepante e doenças como a AIDS.

O autor faz essas constatações citando, por meio de dados econômicos, família e estrutura familiar (tamanho médio das residências, porcentagem de aposentados, porcentagem de pessoas sozinhas, porcentagem de famílias com cinco ou mais pessoas, dados sobre o

bairro – se é considerado “bom”; porcentagem de pessoas que pagam aluguel; de adultos que vivem no bairro há mais de 10 anos; de pessoas que acham que o bairro está melhorando).

Como muitas outras regiões metropolitanas nos Estados Unidos, Baltimore sofreu uma exploração centrífuga num ritmo acelerado. Impedido por uma complexa mistura de temores na cidade, associada com racismo e o preconceito de classe, o colapso das infraestruturas públicas, em muitas partes da cidade, e atraído pelo desejo utópico burguês de tranquilos confortos isolados e protegidos, o efeito desse individualismo centrado na propriedade criou uma paisagem notavelmente repetitiva de crescimento desordenado, associado com a total dependência do automóvel. Os impactos ecológicos são altamente negativos, e os custos sociais e econômicos do tráfego congestionado e da instalação de infraestrutura estão aumentando com rapidez. (HARVEY, 2012, p. 188).

Após essa discussão a respeito do crescimento desordenado, Harvey (2012, p. 307) discorre sobre a utopia:

O arquiteto rebelde, como todos nós, é uma pessoa corporificada. Ela ou eles são também um agregado de emoções, desejos, preocupações e temores que vem a manifestar-se por meio de atividades e ações sociais. O arquiteto rebelde não pode negar as consequências que essa corporificação tem na vida material, mental e social.

O autor questiona como é possível modificar o mundo sem estar preparado para alterar a si mesmo. E como se poderá transformar os seres sem transformar nosso mundo? Será preciso a construção de uma vida social fluida, de velocidade nos meios de comunicação, perspectivas de longa revolução, política das coletividades, oposição, ultrapismo dialético (ação coletiva), heterotopias, particularismo militante e ação política, instituições mediadoras e ambientes construídos. Todas essas combinações auxiliam na tradução e oferecem diferentes construções e representações discursivas do mundo (HARVEY, 2012, p. 320).

Sobre a continuidade do tecido espacial e suas alterações, Lefebvre (2001) indaga sobre o grau de conforto entre as moradias e o trabalho, entre as fusões dos setores habitacionais nos pavilhões e a expansão da metrópole com suas funcionalidades:

A sociedade urbana, por dissolução dessa cidade submetida a pressões que ela não pode suportar, tende então a se fundir de um lado, na disposição planificada do território, no “tecido urbano” determinado pelas coações da circulação e, por outro lado, em unidades de habitação tais como os setores dos pavilhões e dos “grandes conjuntos”. A extensão da cidade produz o subúrbio, e depois o subúrbio engole o núcleo urbano. Quando não são desconhecidos, os problemas se invertem. Não seria mais coerente, mais racional e mais agradável ir trabalhar no subúrbio e morar na cidade do que ir trabalhar na cidade e morar no subúrbio pouco habitável? (LEFEBVRE, 2001, p. 84).

Ainda para esse autor, a cidade impede que os cidadãos-cidadãos, indivíduos, grupos e corpos manipulem a sua vontade. Por conseguinte, a crise da cidade se liga não à racionalidade como tal, definível, tomando-se como ponto de partida a tradição filosófica. Essa crise se liga a formas determinadas da racionalidade: estatal, burocrática, econômica, ou antes, economista, uma vez que o economicismo é uma ideologia dotada de um aparelho. Essa crise da cidade faz-se acompanhar, quase em toda parte, por uma crise das instituições urbanas (municipais) devido à dupla pressão do Estado e da empresa industrial.

Ora o Estado, ora a empresa, ora os dois (rivais, concorrentes, mas que muitas vezes se associam) tendem a se apoderar das funções, dos atributos, das prerrogativas da sociedade urbana. Em certos países capitalistas, o que a empresa “privada” deixa para o Estado, para as instituições, para os organismos “públicos” a não ser aquilo de que ela não se encarrega por ser demasiadamente oneroso. (LEFEBVRE, 2001, p. 84).

E finalmente, para organizar, regular espacialmente todas essas relações, Rolnik (2004), Botler (2004) e Maricato (1996), acerca dos planos de ordenamento territorial (POT), sintetizam que, além de demarcar os eixos de expansão de investimentos, também induziriam o uso e a ocupação do solo das cidades, principalmente pela atribuição de potenciais de aproveitamento do solo e das políticas de preservação, interagindo fortemente com o modelo de desenvolvimento por expansão de fronteira. Conforme Maricato (1996, p. 69), a crise urbana, com foco nos aglomerados, deve criar caminhos de planejamento, seguindo alguns pressupostos:

- Criar a consciência da cidade real e indicadores de qualidade de vida (cidade oficial: ruas varridas com maior frequência, sinalização urbana é reposta, iluminação pública é melhor, maior policiamento, praças e jardins com maiores cuidados).
- Uso de indicadores sociais como: a evolução das matrículas nas escolas, leitos nos hospitais, atendimento à gestante, mortalidade infantil, números de homicídios, longevidade etc.
- Estabelecer um espaço de debate democrático: dar visibilidade aos conflitos. Não há no país, a tradição do debate democrático, ao contrário, há uma tradição da versão única e dominante sobre a realidade.
- Reforma administrativa: há uma fragmentação da ação administrativa entre secretarias, departamentos, empresas e autarquias, modelos arcaicos.
- As políticas de inclusão social exigem abordagem integrada. A urbanização de favelas pode resolver problemas de saneamento ambiental, atribuir endereço legal a cada

domicílio, melhorar as condições de moradia e de segurança urbana, mas não melhora o nível de escolaridade ou de alfabetização, não organiza as mulheres para melhorar o padrão de vida, nem ajuda na organização de cooperativas de trabalho, ou no lazer dos jovens.

- A exclusão é um todo econômico, cultural, educacional, social, jurídico, ambiental, racial e não pode ser combatida de forma fragmentada.
- Formação de quadros e agentes para uma ação integrada: É uma proposta de cidades, municípios ou comunidades “saudáveis”. Abordagem com profissionais multidisciplinares e uma rede de abrangência internacional, dá importância muito grande para a eleição de indicadores para o acompanhamento de políticas sociais.
- Aperfeiçoamento e democratização da informação. A cidade ilegal não é cadastrada.
- Um programa especial para regiões metropolitanas (80% dos moradores das favelas estão em nove regiões metropolitanas).
- Observar a bacia hidrográfica como referência para o planejamento e gestão.
- Formular políticas de curtíssimo, médio e longo prazo (governos locais despreparados, seja para a ação imediata, seja para a prevenção).

A autora pontua ações necessárias, visando um funcionamento mais justo e possível como medidas estratégicas e organizacionais. Se a maior parte destas ações for seguida, através de estatuto das cidades, resoluções e políticas rápidas e objetivas, muito será otimizado nestes espaços. Percebemos também, que os aglomerados subnormais são ao mesmo tempo ratificações, como confirmações das desigualdades, e também retificações, no sentido de que são necessárias correções do que não está apropriado, pois são inadequados, irregulares e presentes em praticamente todo o território nacional.

Estudar um assunto que é visto, mostrado e faz parte do cotidiano da maioria da população brasileira, torna-se não só empírico, mas também enquadrado dentro das teorias geográficas. A maior parte dos países em desenvolvimento sofre com questões acerca das desigualdades econômicas, sociais, culturais, mas também fluxos unilaterais de migrações, xenofobia, mazelas, insegurança pública e grandes crises de escassez, na saúde, nos empregos. O espaço, compreendido como sistema de objetos e sistema de ações está em toda parte. O espaço urbano então, como objeto de troca, de consumo, de capital é presenciado, vivido e fatiado nas rendas de diversos brasileiros.

Esses dilemas urbanos não são recentes, mas são pertinentes com a atualidade. A diferença é que a proporção numérica dos habitantes multiplicou-se, devido à explosão

demográfica na maioria das cidades brasileiras. Os problemas foram inúmeros, a começar pela falta regular de moradias, acesso à renda ou trabalho formal, resultando em poucos recursos, em ocupações irregulares, pobreza, dificuldades com mobilidade e habitação.

Reunimos, neste capítulo, levantamentos sucintos sobre conceito e sentidos de Espaço e do Espaço Urbano, das cidades e suas ramificações, com segregações, desigualdades, pobreza e aglomerados subnormais. Tudo o que conteve este capítulo e os dados teóricos, não significa que concordamos plenamente com as ideias destacadas. Foram assim redigidos para mostrar ordem, coerência e diversidade sobre a referida temática desenrolada nas últimas décadas.

No próximo capítulo serão demonstrados os recortes temporais e espaciais da pesquisa sobre Goiânia, a capital de Goiás, seus aspectos históricos, geográficos, os principais indicadores socioeconômicos e os aglomerados subnormais apontados pelos dados do IBGE (2010).

Capítulo 2

Goiânia: da capital planejada à reprodução do espaço

No presente capítulo, realiza-se a contextualização da área de estudo, com o registro de partes da história de ocupação do estado de Goiás e criação do município de Goiânia e sua “explosão demográfica”. Privilegia-se um recorte sobre as primeiras expedições bandeiristas e sertanistas em direção ao interior do Brasil, culminando com um movimento depois conhecido como “Marcha para o Oeste”. No âmbito das questões políticas e sociais para eleição e transferência da capital Goiás para Goiânia, os dados socioeconômicos sobre a nova capital foram destacados assim como alguns aspectos culturais e sobre sua formação. Ademais, teve-se como meta apresentar os fatores principais que direcionaram o processo de produção do espaço urbano, delineadores de um quadro de desigualdade socioespacial e também de segregação. Na maioria das vezes os agentes responsáveis por tal processo são direcionados pelo interesse do grande capital, constituído, geralmente, pelos grupos empresariais e pelo mercado imobiliário. No decorrer do capítulo, imagens dos aglomerados subnormais no município de Goiânia são apresentadas, apontando características morfológicas marcantes desses espaços. Para finalizar, são fornecidas algumas considerações a respeito dos contrastes entre os condomínios fechados e suas especialidades.

2.1. Formação física e socioespacial do Estado de Goiás e de Goiânia

Goiás, um dos 26 estados brasileiros, está situado na região Centro-Oeste do país, ocupando uma área de 340.106 km². Essa área torna-o sétimo estado em extensão territorial, cuja posição geográfica privilegiada limita-se ao norte com o estado do Tocantins, ao sul com Minas Gerais e Mato Grosso do Sul, a leste com a Bahia e Minas Gerais e a oeste com Mato Grosso. Ao todo, o estado possui 246 municípios, uma população de 6,779 milhões de habitantes e a cidade de Goiânia é sua capital. (IMB, 2018)

O clima tropical predomina em Goiás, com a presença de duas estações bem definidas: um verão úmido e um inverno seco, cujas temperaturas médias variam entre 18°C e 26°C. O

índice pluviométrico entre os meses de setembro a abril, oscila de 1.200 a 2.500 mm, ocorrendo chuvas mais concentradas no verão.

No Estado de Goiás, pesquisas como a de Brito *et al.* (2014), sobre as características dos solos goianos, indicam a presença dos seguintes grupos de solos: Argissolo, Cambissolo, Gleissolo, Latossolo, Neossolo Litólico, Neossolo Quartzarênico, Nitossolo e Plintossolo. Os Latossolos Vermelhos predominam no sudoeste, ocupando 30% da área do Estado, e, embora haja baixa fertilidade, o relevo, as baixas declividades e a grande espessura desse solo favorecem a agricultura mecanizada. Outros 15% são ocupados por Latossolos Vermelho-Amarelo, em áreas onde predominam pastagens plantadas. Os outros 55% estão divididos entre os acima referenciados, não possuindo uma porcentagem exata de cada tipologia. (BRITO *et al.*, 2014).

Goiânia, capital de Goiás, possui uma geografia contínua, com poucos morros e baixadas, tendo terras planas na maior parte de seu território, e destaque para o rio Meia Ponte. Atualmente, a barragem do Córrego João Leite também é marca distintiva da hidrografia da capital goiana, por sua capacidade de abastecimento de água até o ano 2025.

Houve um esforço por parte da Prefeitura, desde janeiro de 2017, para que ocorresse um debate interno sobre a reformulação do Plano Diretor de Goiânia, que fez onze anos, junto à sociedade. Entretanto, o debate desse plano continua sendo realizado via Ministério Público. Desse modo, diante da necessidade de se discutir a sua revisão, bem como a dos planos de outros municípios, o Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Goiás (CAU/GO) realizou, no dia 16 de maio de 2017, em parceria com o Ministério Público de Goiás, um evento para debater e elaborar recomendações a serem enviadas às prefeituras. Uma das ações alcançadas foi a palestra intitulada “Plano Diretor: instrumento de planejamento municipal”, ministrada pelo advogado José Antônio Tietzmann e Silva, Doutor em Direito Ambiental e Urbanístico e professor da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-Goiás) e da Universidade Federal de Goiás (UFG). Questionamentos sobre “o que é o plano e o que ele deve conter; discussão técnica para que a sociedade seja introduzida para mitigar problemas; necessidade de posicionamento técnico; implementação efetivamente; RT – quem responde pela execução do plano diretor” foram feitos e discutidos.

Nesse evento, levantou-se a questão suscitada pela prática de copiar e colar o plano diretor de outras cidades, e na capital não foi diferente, tendendo-se a adequá-lo para a nossa realidade, fato que deve ser evitado. No momento, os agentes planejadores da cidade iniciam a pensar em seu centenário, a ser comemorado em 2033 e, portanto, tratam a questão de a cidade não ter conseguido solucionar, na prática, as necessidades de sua população. Diversos

problemas como drenagem, mobilidade, transporte coletivo, estreitamento das ruas e avenidas, mudanças no sentido destas, e a própria nomenclatura delas, são barreiras para quem transita e habita.

Desde seu início, a arquitetura de Goiânia teve influência do *Art Déco*, que definiu a fisionomia dos primeiros prédios da cidade e a tornou conhecida como o maior sítio *Art Déco* da América Latina. Atilio Correa Lima elaborou projeto moderno e audacioso, com traços das cidades-jardins de Ebenezer Howard, onde concreto e asfalto se integram às matas existentes ao longo de cursos d'água, áreas de preservação ambiental e parques urbanos. Na figura 3 e 4 imagens do teatro de Goiânia e do Instituto Federal de Goiás, os quais pertencem ao estilo *Art Déco*.

Figura 3 - Teatro Goiânia, monumento referência no estilo Art Déco



Fonte: Acervo Segplan (2018)

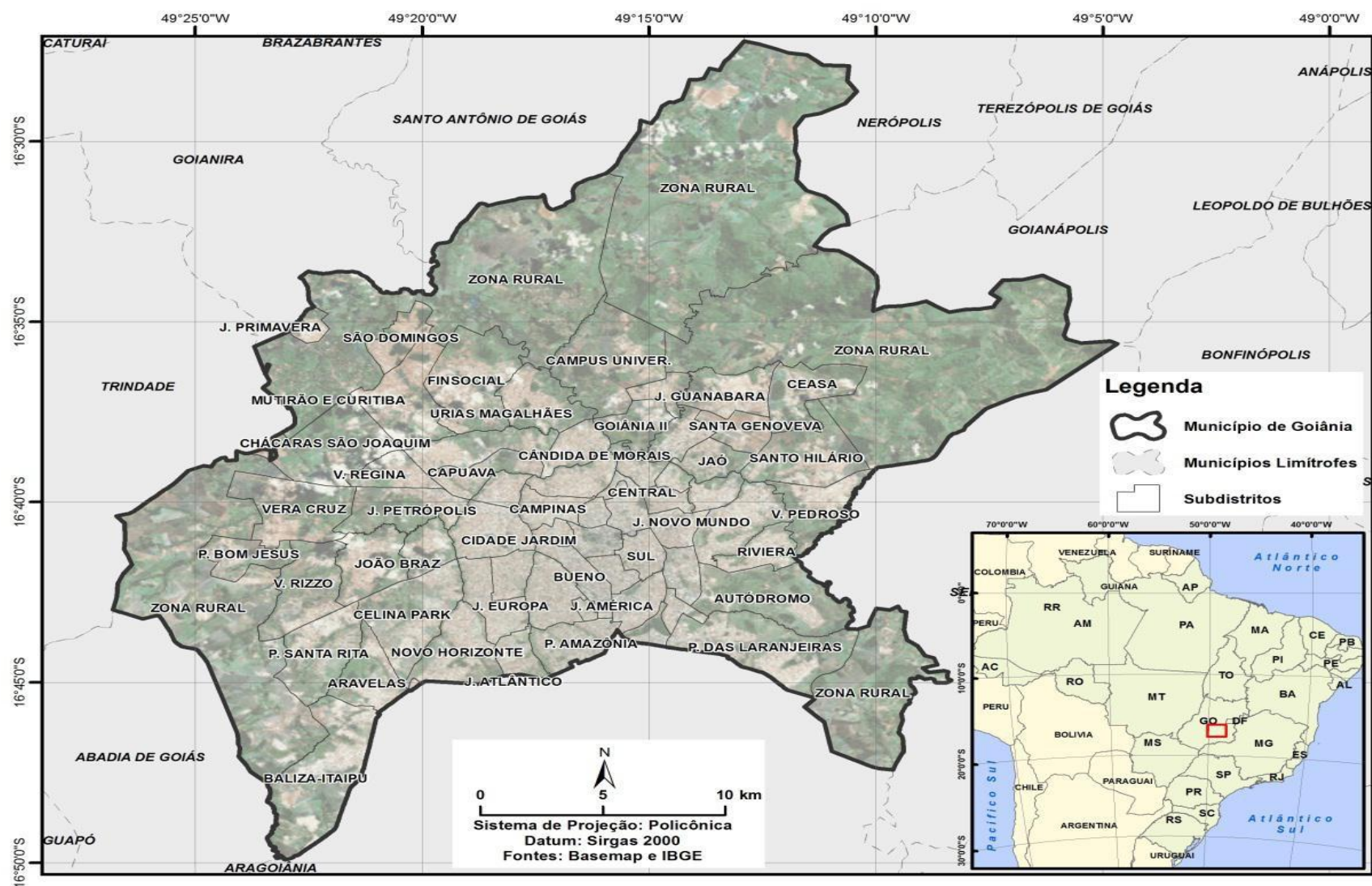
Figura 4 - Antiga Escola Técnica atual Instituto Federal de Goiás, com fachada no estilo tombado



Fonte: acervo da autora (2018)

Goiânia é o núcleo polarizador da Região Metropolitana, cujo aglomerado de 20 municípios abriga cerca de 2,494 milhões de habitantes. O nome para batizar a cidade teria vindo da adaptação ortográfica e possivelmente fonética do título do livro *Goyania*, a primeira publicação literária cuja temática gira em torno de Goiás. Trata-se de um poema épico do escritor Manuel Lopes de Carvalho Ramos, publicado em 1896, no Porto, pela tipografia a vapor de Arthur J. de Sousa. A circulação do livro é muito limitada, razão pela qual a nomeação da cidade permanece desconhecida do grande público. Também é considerada por alguns historiadores a hipótese de que o nome foi escolhido em evocação à Pedra *Goyania*, na Serra Dourada, cujo nome emana do poema. (IMB,2017).

Figura 5 – Mapa de localização do município de Goiânia



Fonte: Basemap e IBGE

Localizada na região central do Brasil, Goiânia possui uma altitude de 749 metros. Mesmo tendo uma topografia aplainada, a cidade contém regiões altas ou baixas, como o Morro do Medanha, com 841 metros de altitude, onde se localizam as torres das emissoras de televisões locais. Há também o Morro da Serrinha, que possui 816 metros de altitude.

Em relação ao tipo de vegetação, Goiânia se localiza num estado onde o cerrado é predominante em 70% de seu território. Contudo, há várias tipologias florestais como por exemplo a encontrada em regiões de savana. A cidade contém solo arenoso e ácido, formado por duas estações distintas, onde predomina o clima tropical com estação seca. Estando numa região de alta altitude, o ar da cidade é relativamente seco na maior parte do ano, alcançando níveis críticos entre os meses de julho e setembro, chegando ao extremo em agosto, como a registrada em tal mês no ano de 2011, quando a umidade do ar esteve em torno dos 10%. Tais níveis são atribuídos à urbanização e desmatamento da vegetação original. (SIEG, 2018).

As temperaturas mais baixas são registradas no inverno, e as mais altas na primavera. A precipitação varia entre 0 e 270 mm, sendo mais frequentes de outubro a março. A temperatura é amena durante todo o ano, variando em média de 20,7 °C a 25,6 °C, sendo a média anual de 23,15 °C. (SIEG, 2018).

2.2. Das expedições à transferência da capital

O registro da história de uso e ocupação do sertão goiano remonta às primeiras expedições bandeiristas e sertanistas à procura de ouro e mão de obra indígena. A busca por metais preciosos sempre foi um motivo para se adentrar no Brasil Central, mas passou a haver um maior empenho, após os achados de Minas Gerais e Cuiabá, o que ocasionou a descoberta das minas em Goiás. Entretanto, à medida que a colonização da costa brasileira avançava para o interior do país, provocava mais migrações em massa de tribo indígenas, levando às disputas pela terra e pela sobrevivência. (MORAES, 2006).

A escassez de escravos africanos foi um dos elementos que favoreceu a entrada dos paulistas no interior da colônia em busca de indígenas, para substituir o serviço escravo do negro. Dessa forma, bandeirantes e jesuítas partem para o interior em busca dos nativos. Os jesuítas, para capturar o indígena e submetê-lo à sua imposição religiosa e cultural, criaram um sistema de aldeias de aculturação. (SILVA, 2010)

O isolamento da província de Goiás fez o Estado adotar medidas rígidas contra os índios, para viabilizar a ligação desta com o Pará, através dos rios Araguaia e Tocantins. Com

notícias sobre existência de ouro e índios, o bandeirante Bartolomeu Bueno da Silva, o Anhanguera, em 1722 partiu com autorização real em busca das lendárias minas desse território. Após alguns anos de caminhada, em 1725, a bandeira encontrou a mina de ouro às margens do Rio Vermelho. O ouro encontrado em Goiás, de aluvião, era proveniente de jazidas sedimentares e se encontrava misturado ao cascalho no fundo dos rios e, às vezes, nas margens, por isso era de fácil extração, não exigindo muitas técnicas e equipamentos. (SILVA, 2010).

Em 1726, Bueno organizou outra expedição melhor estruturada. Nesta, fundou o Arraial de Sant'Ana, às margens do rio Vermelho, na Serra Dourada, primeiro povoado e sede oficial da região do Centro Oeste, dando início a uma série de povoados em função de oferecer suporte ao garimpo. Assim, nas proximidades das minas surgiram acampamentos de garimpeiros. Parte desses vilarejos constitui, na atualidade, importantes cidades dos estados de Goiás e Tocantins.

A região de Vila Boa, situada no centro-sul da capitania, era a mais importante e desenvolvida da época. Ao longo do caminho em direção às capitanias de Minas Gerais e São Paulo despontaram arraiais de maior expressão, como Sant'Ana (Cidade de Goiás em 1726) e Meia Ponte (Cidade de Pirenópolis, 1731), Crixás (1734) e Papuã (Pilar de Goiás em 1741). Houve quilombos de escravos foragidos das minas de Crixás. Santa Luzia (Luziânia, 1746) estava assentada sobre uma grande mina de ouro, a primeira que se descobriu na região. Despontaram também outras cidades menos expressivas à época, como Guacorumbá (Corumbá de Goiás-1739) e Santa Cruz de Goiás (1729).

Entretanto, a falta de comunicação viária, caminhos precários, queda da produtividade das minas, favorecimento ao desenvolvimento da agricultura e comércio, fim do ouro, expulsão e extinção de várias tribos indígenas transformaram vilas em cidades, compondo um novo cenário. Neste cenário, a ocupação indígena representa apenas 44.118 habitantes índios no Estado de Goiás. (MORAES, 2005).

No território goiano, os proprietários de terras, dedicados à pecuária extensiva e à lavoura de subsistência, eram bem estruturados econômica e politicamente. Eles não tinham interesse de legalizar suas propriedades porque isso limitaria as possibilidades de continuação da prática tão antiga do apossamento e também em razão do alto custo de demarcação. O melhor seria legalizar por meio de doações e santos padroeiros do lugar, ou das compras e

vendas que eram aceitas pelos cartórios locais. A aplicação da Lei de Terras⁷ só foi possível com a regulamentação da lei n. 28, de 19 de julho de 1893. Esta nova lei, para o Estado de Goiás, era mais flexível no tocante à regularização e, assim, atendia aos interesses da classe dominante local. Ao norte foi construída uma via férrea, ou seja, o principal meio de transporte de passageiros e de mercadoria que ligava Goiânia aos centros urbanos como São Paulo e Belo Horizonte.

As oligarquias regionais exerciam grande poder sobre os governos estaduais. Dominando a política nos Estados, os latifundiários coronéis não permitiam reformulação da estrutura da terra do país. A partir do início do século XX, as condições de exportação de café propiciaram a expansão de lavouras cafeeiras até Goiás, Minas Gerais e São Paulo. As lavouras cresceram e acompanharam o prolongamento dos trilhos. A agricultura, ao lado da pecuária de corte, começou a se organizar como atividade mercantil em Goiás. O setor primário foi a principal atividade econômica responsável pela ocupação efetiva dos sertões em Goiás. (MORAES, 2005).

Desde 1748, a capital do estado era Goyaz, atual Cidade de Goiás. Profundas transformações na política ocasionaram a mudança da capital para Goiânia. Para Moraes (2006), o interventor do estado de Goiás, o médico Pedro Ludovico Teixeira, enfrentou a resistência de grupos políticos da época.

Diante dessa constatação histórica e segundo estudos de Campos (1980), Chaul (1994), Silva (2001) e outros pesquisadores sociólogos e historiadores da Universidade de Goiás, bem como relatos de goianos que vivenciaram essa época, a mudança da capital teve também uma origem política que veio a se configurar em uma busca de um novo Estado e de uma nova cidade capital, contribuindo para a alteração de grupos políticos no poder, ou seja, para a substituição de um grupo por outro. A oligarquia dos Caiado foi substituída pela dos Ludovico, embora para muitos estudiosos, eles constituíssem um grupo político e não uma oligarquia. (MORAES, 2006, p. 81).

Pedro Ludovico não considerava a antiga capital um centro adequado para implementar suas ideias políticas e o desenvolvimento social e econômico do estado de Goiás. Sobre o assunto, Oliveira (2005) assegura que:

⁷ **Lei de Terras**, como ficou conhecida a lei nº 601 de 18 de setembro de 1850, foi a primeira iniciativa no sentido de organizar a propriedade privada no Brasil. Até então, não havia nenhum documento que regulamentasse a posse de terras e com as modificações sociais e econômicas pelas quais passava o país, o governo se viu pressionado a organizar esta questão. <<https://www.infoescola.com/historia/lei-de-terras/>>.

a cidade de Goiânia surgiu a partir de uma demanda de ordem política e econômica, tendo se inserido num movimento que, no âmbito regional, buscava articular as regiões produtivas do Estado, principalmente as regiões sul e sudoeste e, no âmbito nacional buscava adequar o país a um novo ritmo de produção capitalista. (OLIVEIRA, 2005, p. 127).

Em 24 de outubro de 1933 foi lançada a pedra fundamental da nova Capital do Estado, cuja emancipação ocorreu em 02 de agosto de 1935, e as atividades administrativas iniciaram-se neste referido ano. (IMB, 2018). Em março de 1937, através do decreto 1816, oficializou-se definitivamente a transferência da capital para Goiânia.

Reunida em 4 de março de 1933, a Comissão concluiu pela escolha da região de Campinas, desde que não houvesse urgência na mudança. O relatório da Comissão, depois de submetido ao parecer dos engenheiros Armando Augusto de Godói, Benedito Neto de Velasco e Américo de Carvalho Ramos, foi encaminhado ao Chefe do Governo Estadual. Apesar da forte campanha antimudancista, ficou decidido que a Capital seria construída na região de Campinas. O Decreto nº 3359, de 18 de maio de 1933, determinou que a região às margens do córrego Botafogo, compreendida pelas fazendas denominadas “Criméia”, “Vaca Brava” e “Botafogo”, no então Município de Campinas, fosse escolhida para nela ser edificada a Nova Capital do Estado. Entre outras medidas, enumerava-se o ato que a transferência se operasse no prazo máximo de dois anos. (IMB, 2018).

Designado o dia 27 de maio de 1933, para início dos trabalhos de preparo do terreno, a 24 de outubro do mesmo ano houve o lançamento da pedra fundamental, no local onde está o Palácio do Governo. Dois anos depois, pelo Decreto nº 327, de 2 de agosto de 1935, organizou-se o Município de Nova Capital, que recebeu o topônimo de Goiânia, sugerido pelo Professor Alfredo de Faria Castro. A 20 de novembro de 1935 instalou-se o Município e, a 13 de dezembro de 1935, foi assinado o primeiro Decreto, que recebeu o nº 560 e determinava a transferência da Secretaria Geral, Secretaria do Governo e Casa Militar para a Nova Metrópole.

Posteriormente, foram transferidas a Diretoria Geral da Segurança Pública, uma Companhia de Polícia Militar (1935) e a Diretoria Geral da Fazenda (1936). Finalmente, a 23 de março de 1937, foi assinado o Decreto nº 1816, transferindo definitivamente a Capital Estadual da Cidade de Goiás para a de Goiânia. O Batismo Cultural só ocorreu a 5 de julho de 1942, em solenidade oficial realizada no recinto do Cine-Teatro Goiânia, com a presença de representantes do Presidente da República, Governadores dos Estados e dos Ministros, além de outras autoridades e de caravanas de todos os municípios goianos. Na ocasião, realizaram-

se o 8º Congresso Brasileiro de Educação e a Assembleia-Geral do Conselho Nacional de Geografia e do Conselho Nacional de Estatística, órgãos do IBGE. (IMB, 2018).

Figura 6 - Antiga capital de Goiás



Fonte: Acervo Biblioteca Segplan (2018)

Figura 7 - Antiga capital de Goiás, Praça do Coreto



Fonte: Acervo Biblioteca Segplan (2018)

A antiga capital tornou-se referência em gastronomia, turismo religioso e foi tombada pelo IPHAN. A cidade de Goiás, conhecida carinhosamente pelo nome de Goiás Velho, foi fundada no ciclo do ouro e retrata o período colonial brasileiro de uma maneira muito

particular, razão pela qual é Patrimônio Cultural da Humanidade pela Unesco. O traçado urbano é um exemplo do desenvolvimento de uma cidade mineira com as adaptações às condições do local, como os limites impostos pelo vale da Serra Dourada e pelo rio Vermelho. Entre suas manifestações culturais destaca-se a Semana Santa, em especial a Procissão do Fogaréu, que recebe visitantes de todo o país. A cidade também é muito conhecida por nela ter nascido a poetisa Cora Coralina. (GOIÁS, 2018).

Atualmente, a cidade de Goiás tem uma população de 24.103 habitantes. Localiza-se em terreno bastante acidentado onde se destacam a Serra Dourada e os Morros de São Francisco, Canta Galo e das Lages. O município é cortado pelo rio Vermelho (afluente do rio Araguaia), que passa ao lado da casa da poetisa Cora Coralina, e está situado na bacia do Tocantins-Araguaia, que compartilha a foz com o rio Amazonas. Há também os rios Uru, do Peixe, Ferreira e Índio. (IMB, 2017).

Figura 8 - Cidade de Goiás, casa de Cora Coralina



Fonte: O Hoje (2019)

Figura 9 - Rua Principal na Cidade de Goiás



Fonte: Viaje na Viagem (2016)

A transferência da capital do país para o Planalto Central e a estruturação de uma rede rodoviária na região do Centro-Oeste, a partir da década de 1960, propiciou ainda a modernização da agropecuária, estimulando o aumento da produtividade no meio rural e a criação de ramos industriais específicos. A fronteira agrícola abriu frentes de expansão e avançou para o Sudoeste e para o Mato Grosso goiano estabelecendo, na época, duas regiões distintas no estado: a do sul, em pleno desenvolvimento, e a do norte, estagnada pelo atraso, o que veio a fortalecer a ideia de criação do estado do Tocantins, anos mais tarde. A seguir, imagem do início da construção do centro administrativo da nova capital, na década de 1940. (IMB, 2017).

Figura 10 - Terreno destinado à construção do poder Legislativo e Executivo em Goiânia, Praça Cívica



Fonte: Acervo Biblioteca Segplan (2018)

As ações realizadas no território goiano, através de intervenções governamentais, têm a intenção de adequar a estrutura social à lógica de reprodução ampliada do capital, exercendo poderes e ações com as conexões sobre a organização territorial. (CHAVEIRO *et al*, 2005).

Figura 11 - Construção da Praça Cívica



Fonte: Acervo Biblioteca Segplan (2018)

2.3. Indicadores socioespaciais em Goiânia

Goiânia se transformou de uma cidade que representaria a mudança na “argamassa da ordem”, em referência do Centro-Oeste. Ela apresenta mais de oitocentos bairros, é mencionada na área médica, na área do turismo de negócios e conta com uma população que ultrapassa um milhão, quatrocentos e sessenta e seis mil habitantes em sua metrópole e dois milhões e oitocentos mil habitantes na Região Metropolitana. (IBGE, 2010).

Uma cidade que não para de crescer, engendrada à sua própria história, intensificada com a construção de Brasília, a capital goiana se transformou em um receptáculo de migrantes em busca de um novo eldorado: o Centro-Oeste (SOARES, 2011). No entanto, Ramos (2016) corrobora o crescimento desajustado da capital, acerca dos fluxos migratórios:

Destaca-se, além disso, o fluxo migratório para a capital goiana que se deu por vários motivos, a saber: a busca por novas oportunidades de moradia, emprego, estudo, entre outros fatores. Para atender a estas necessidades, migraram-se pessoas de vários lugares do país para residirem em Goiânia. Esta não estava preparada para receber tantos habitantes, pois em seu traçado original previa-se uma população de 50.000 habitantes. (RAMOS, 2016, p. 44).

Figura 12 - Goiânia década de 1970



Fonte: Acervo Biblioteca Segplan (2018)

Figura 13 - Goiânia década de 1970



Fonte: Acervo Biblioteca Segplan (2018)

Figura 14 - Construção da Praça Cívica



Fonte: Acervo Biblioteca Segplan (2018)

Figura 15 - Vista de Goiânia, década de 1980



Fonte: Acervo Biblioteca Segplan (2018)

O traçado urbanístico de Goiânia como projeto de cidade planejada, para muitos projetistas, foi o rompimento do modelo colonialista e urbanístico português, que ainda prevalece em muitas cidades brasileiras. Goiânia assim como Palmas e Brasília traduz a simbologia do urbanismo moderno. Logo, em todas elas há dicotomias entre o que foi idealizado e as adjacências que são as periferias. São espaços administrativos idealizados, planejados e construídos pelo Estado.

Os urbanistas elaboraram os projetos das cidades de Goiânia, Brasília e Palmas, onde adotaram linhas modernistas do século XX, presentes nas cidades jardins⁸ de Ebenezer Howard e nos Congressos Internacionais dos Arquitetos Modernistas (CIAMs). É a transformação do cerrado em uma nova paisagem urbana. Todavia, como aspecto negativo, não houve a inclusão da população de menor poder aquisitivo nos novos espaços urbanos dessas capitais. (MORAES, 2005).

⁸ O modelo proposto, chamado de Cidade-jardim, deveria ser construído numa área que compreenderia, no total, 2400 hectares, sendo 400 hectares destinados à cidade propriamente dita e o restante às áreas agrícolas. O esquema feito para a cidade assume uma estrutura radial, sendo composto por 6 bulevares de 36 metros de largura que cruzam desde o centro até a periferia, dividindo-a em 6 partes iguais. No centro, seria prevista uma área de aproximadamente 2,2 ha, com um belo jardim, sendo que na sua região periférica estariam dispostos os edifícios públicos e culturais (teatro, biblioteca, museu, galeria de arte) e o hospital. O restante desse espaço central destinaria-se a um parque público de 56 ha com grandes áreas de recreação e fácil acesso. <http://urbanidades.arq.br/2008/10/ebenezer-howard-e-a-cidade-jardim/>. Em Goiânia houve ambas as tendências na influência sobre a concepção culturalista e progressista/modernista.

Moraes (2005) aponta o programa Marcha para o Oeste como introdução de uma nova expansão capitalista, com a construção de Goiânia, no período do governo Getúlio Vargas, que buscava a ocupação da Amazônia Legal e a modernização do Estado Brasileiro. A Marcha para o Oeste foi um grande marco econômico para a promoção do crescimento da região Centro-Oeste.

Contudo, a política governamental continuou a privilegiar a classe burguesa, segregando os menos favorecidos. Em contrapartida, surge a configuração de um novo espaço urbano, marcado pela política de exclusão e divisão das classes sociais. Portanto, o que era para ser conhecido como ferramenta de modernização das políticas do Estado brasileiro, mostrava também outro cenário de promoção de pobreza e segregação (RAMOS, 2016). Acrescenta Guimarães (2006), “A verdade é que a Marcha para o Oeste modernizou o campo e a cidade para um modelo autoritário e concentrador de posse de renda, poder e influência na sociedade”. A transferência da capital para o Planalto Central proporcionou o desenvolvimento ao interior do país como um todo, redirecionando a corrente migratória com uma efetiva ocupação das regiões Centro-Oeste e Norte. A construção de Brasília ocorreu concomitantemente com a implantação de medidas de caráter econômico, do Plano de Metas do governo Kubitschek, cujo carro chefe foi a indústria automobilística. Goiás saiu do anonimato administrativo e econômico para um centro administrativo do país. A construção e a pavimentação de rodovias que ligam Brasília a todas as regiões do Brasil continuam proporcionando o desenvolvimento e a urbanização do Centro-Oeste como um todo, principalmente através da BR-153.

O discurso da modernidade no Centro-Oeste se faz presente desde a década de 1930, com a construção da cidade de Goiânia, posteriormente reforçada com a nova capital, Brasília, em 1960, e por último com a cidade de Palmas, em 1990. Cidades idealizadas, planejadas e construídas por políticos que enfatizavam a ocupação do Centro-Oeste como meta prioritária para o desenvolvimento e interiorização do país rumo a Amazônia. (PELA, 2014).Concorda com esta linha de cidade planejada, Moraes (2006) ao citar Palmas, capital do Tocantins. Também planejada e promessa de uma nova e moderna cidade seria o marco de Siqueira Campos na região Norte do país, por um longo período, assim como Goiânia foi para Ludovico e Brasília, para Juscelino: cidades idealizadas, planejadas e construídas conforme os ideais políticos de seus fundadores, que preconizavam o desenvolvimento do Planalto Central sob o símbolo do Estado Moderno da Marcha para o Oeste. (MORAES, 2006).

O sistema viário de Goiânia é formado por avenidas Goiás, Anhanguera, Paranaíba e outras que convergem para o centro, ponto de ostentação e marco do poder administrativo da cidade. Nas imagens seguintes, destaque para a Praça dos Girassóis em Palmas, Praça Três Poderes em Brasília e Praça Cívica, símbolo da construção da cidade. Ambas apresentam esta contextualização modernista/racionalista e também culturalista.

Figura 16 - Praça dos Girassóis em Palmas, capital do Tocantins



Fonte: Cruvinel (2014)

Figura 17 - Praça Três Poderes em Brasília, Distrito Federal



Fonte: vejanomapa (2018)

Figura 18 - Movimento político na Praça Cívica década de 1960



Fonte: Acervo Biblioteca Segplan (2018)

A seguir, imagens antigas do Parque Agropecuário de Goiânia e do setor Vila Nova em Goiânia.

Figura 19 - Parque Agropecuário



Fonte: Acervo Biblioteca Segplan (2018)

Figura 20 - Parque Agropecuário



Fonte: Acervo Biblioteca Segplan (2018)

Figura 21 – Setor Leste Vila Nova



Fonte: Acervo Biblioteca Segplan (2018)

Arrais (2013, p. 35) afirma ter sido assim que nasceram cidades vistas como modernas, porém implantadas em meio a um território de tradição agropastoril. Daí, a consolidação de um novo paradigma de urbanização da vasta região conhecida como Planalto Central, com a tendência em seu desenvolvimento para as integrações das regiões Norte e Centro-Sul do país. Fazem parte desta política de expansão, Goiânia, como a nova capital do Estado de Goiás, e Brasília, como a nova capital federal. Vale lembrar, que nesse período, até então, Goiânia se destacava com seus traços modernos de urbanismo em plena década de 1930, se consolidando com o *status* de cidade futurista. Porém, concomitante a esse direcionamento, cresceram as ocupações irregulares. Aponta Moraes:

Os planos urbanísticos de Goiânia, Brasília e Palmas se transformaram rapidamente em traçados urbanos concretos. Enquanto o governo construía uma cidade criteriosamente planejada, contraditoriamente, em paralelo, os trabalhadores construíram nas proximidades do traçado urbano em implantação uma cidade popular, delineando assim, as primeiras áreas de invasões. (MORAES, 2006, p. 16).

Figura 22 - Migrantes na construção da Praça Cívica



Fonte: Acervo Biblioteca Segplan (2018)

Figura 23 - Favela do Papel - Uma das primeiras ocupações irregulares da década de 1960



Fonte: Acervo Biblioteca Segplan (2018)

Tanto a capital do Estado de Goiás como, posteriormente, Palmas e Brasília foram planejadas e construídas por muitos migrantes. Algumas já iniciaram seu planejamento com estes trabalhadores, criando moradia em áreas não planejadas, uma vez que não retornaram às suas cidades de origem e foram construindo e aumentando cada vez mais desvios na ordem para suas próprias moradas. Ainda neste capítulo serão mostradas imagens de outras ocupações irregulares.

2.4. Indicadores socioeconômicos em Goiânia

Os indicadores socioeconômicos demonstram os aspectos objetivos de cada cidade. É importante refletir sobre a progressão numérica da educação, bem como a respeito da longevidade e da renda, fatores atrativos para aqueles que buscam melhorias de vida e acabam migrando para outros centros.

Levando em consideração esses aspectos, Goiânia está à frente de muitas outras capitais. No quesito IDHM, em 2010, era 0,799, lembrando que quanto mais próximo a 1,0, maior é o desenvolvimento do local. A tabela a seguir (Tabela 2) mostra dados sobre rendimentos, educação, economia, saúde e ambientais em Goiânia.

Tabela 2 - Dados sobre rendimentos, educação, economia, saúde e ambiente

TRABALHO E RENDIMENTO	
Salário médio mensal dos trabalhadores formais [2016]	3,2 salários mínimos
Pessoal ocupado [2016]	652.958 pessoas
População ocupada* [2016]	45,1 %
EDUCAÇÃO	
Matrículas no ensino fundamental [2017]	160.351 matrículas
Matrículas no ensino médio [2017]	50.038 matrículas
Docentes no ensino médio [2017]	2.991 docentes
ECONOMIA	
PIB per capita [2015]	R\$32.594,32
Total de receitas realizadas [2017]	4.526.870,00 R\$ (×1000)
Total de despesas empenhadas [2017]	4.184.020,00 R\$ (×1000)
SAÚDE	
Mortalidade Infantil [2014]	10,85 óbitos por mil nascidos vivos
Internações por diarreia [2016]	0,6 internações por mil habitantes
Estabelecimentos de Saúde SUS[2009]	327 estabelecimentos
TERRITÓRIO E AMBIENTE	
Área da unidade territorial [2017]	728,841 km ²
Esgotamento sanitário adequado [2010]	76,1 %
Arborização de vias públicas [2010]	89,3 %
Urbanização de vias públicas [2010]	48,6 %

Fonte: IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2017)

*Pessoas que estão trabalhando.

Em 2016, o salário médio mensal em Goiânia era de 3 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 45,1%. Na comparação com outros municípios do estado, ocupava as posições 10 de 246 e 4 de 246, respectivamente. Já na comparação com cidades do país todo, ficava na posição 115 de 5570 e 87 de 5570, respectivamente. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, tinha 27.8% da população nessas condições, o que o colocava na posição 244 de 246 dentre as cidades do estado e na posição 5051 de 5570 dentre as cidades do Brasil. (IBGE, 2010).

Educação

Em 2015, os alunos dos anos iniciais, da rede pública da cidade, tiveram nota média de 5.7 no IDEB⁹. Para os alunos dos anos finais, essa nota foi de 4.9. Na comparação com cidades do mesmo estado, a nota dos alunos dos anos iniciais colocava esta cidade na posição 106 de 246. Considerando a nota dos alunos dos anos finais, a posição passava a 96 de 246. A taxa de escolarização (para pessoas de 6 a 14 anos) foi de 96.4 em 2010. Isso colocava o município na posição 203 de 246 dentre as cidades do estado e na posição 4281 de 5570 dentre as cidades do Brasil. (IBGE, 2010).

Esgoto

Apresenta 76.1% de domicílios com esgotamento sanitário adequado, 89.3% de domicílios urbanos em vias públicas com arborização e 48.6% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio). Quando comparado a outros municípios do estado, está na posição 11 de 246, 102 de 246 e 1 de 246, respectivamente. Já quando comparado a outras cidades do Brasil, sua posição é 1122 de 5570, 1573 de 5570 e 474 de 5570, respectivamente. (IBGE, 2010).

A metrópole, Goiânia, assim como as demais capitais brasileiras, ultrapassou demograficamente a previsão do seu número de habitantes, idealizada para as primeiras décadas. O município teve um acelerado crescimento populacional desde a década de 1960, atingindo um milhão de habitantes, cerca de sessenta anos depois de sua fundação. A seguir, na tabela 1, tem-se a evolução da população da cidade.

Tabela 3 - evolução da população da cidade.

Ano de análise	Goiânia, população residente
1940	48.166
1950	53.389
1970	151.013
1980	380.773
1991	717.519
2000	1.090.737
2007	1.244.645
2010	1.302.001
2014	1.412.364
2015	1.430.697
2018	1.495.705

Fonte: IBGE, estimativa da população nos anos de 1940 a 2018. Elaborado pela autora (2018)

⁹ **Ideb** é o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, criado em 2007, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), formulado para medir a qualidade do aprendizado nacional e estabelecer metas para a melhoria do ensino. <<http://portal.mec.gov.br/conheca-o-ideb>>

Goiânia exerce poder de atração devido às ofertas de serviço e possibilidades de trabalho, tanto formal quanto informalmente. Novos contingentes populacionais se formam no entorno da capital. E, por fim, a manutenção da taxa de crescimento da população metropolitana durante a década de 1990 atesta a existência de uma grande mobilidade interna, ou seja, a transferência de pessoas de um município para outro são constantes nesse período, conforme cálculo do crescimento geométrico da cidade.

Tabela 4 - Crescimento geométrico de Goiânia-GO

Ano Inicial	Número de Habitantes	Ano Final	Cálculo	Taxa de Crescimento
1940	48.166,00	1950	53.389,00	1,03%
1950	53.389,00	1970	151.013,00	5,33%
1970	151.013,00	1980	380.773,00	9,68%
1980	380.773,00	1991	717.519,00	5,92%
1991	717.519,00	2000	1.090.737,00	4,76%
2000	1.090.737,00	2007	1.244.645,00	1,90%
2007	1.244.645,00	2010	1.302.001,00	1,51%
2010	1.302.001,00	2014	1.412.364,00	2,05%
2014	1.412.364,00	2015	1.430.697	1,29%
2015	1.430.697,00	2018	1.495.705,00	1,492%

Fonte:IBGE,2010. Elaborado pela autora(2018)

O significado do crescimento geométrico envolve o percentual de incremento médio anual da população residente em determinado espaço geográfico, no período considerado. O valor da taxa refere-se à média anual obtida para um período de anos compreendido entre dois momentos, em geral correspondentes aos censos demográficos. Percebe-se que do ano de 1940 para o ano de 1950, anos iniciais da nova capital, houve um crescimento relativamente baixo para a década. Aumentando significativamente, quase seis vezes mais de 1950 até 1970. A capital atingiu a casa de um milhão de habitantes no ano 2000. E em nove anos, cresceu três vezes mais. Do ano 2000 a 2007 aumentou mais de duzentos mil habitantes, com o crescimento de 1,90%. Nos anos seguintes, provavelmente pela inserção da mulher no

mercado de trabalho e pelo uso dos métodos contraceptivos deixou o crescimento geométrico em menos de 1,5%. Daí os múltiplos olhares:

Goiânia é representada atualmente pelos de “fora” como capital do Pequi, “cidade urbaneja”, cidade que cresce aceleradamente, entreposto dos novos circuitos do mercado consumidor nacional a partir do norte e do sul, do sertão e do litoral brasileiros; novo território de migrantes provenientes da região norte e nordeste do país. É considerada também a cidade das feiras populares e agora de novos viadutos que visam reordenar o intenso fluxo de um milhão de veículos. (CHAVEIRO, 2011, p. 19).

Goiânia é a segunda cidade mais populosa do Centro-Oeste, sendo superada apenas por Brasília. Situa-se no Planalto Central e é um importante polo econômico da região, sendo considerada centro estratégico para áreas como indústria, medicina, moda e agricultura. De acordo com o IBGE, é a sexta maior cidade do Brasil em tamanho, com 256,8 quilômetros quadrados de área urbana. A Região Metropolitana de Goiânia possui mais de 2,2 milhões de habitantes, o que a torna a décima região metropolitana mais populosa do País (GOIÂNIA, 2017).

Figura 24 - Monumento Latif Sebba



Fonte. Acervo Biblioteca Seplag (2018)

No Brasil, as aglomerações urbanas e metropolitanas são criadas por leis. As definições para o agrupamento dos municípios, em geral, seguem a princípio o que determina a Constituição Federal e dos Estados, seja a formação de aglomerações por agrupamento de municípios limítrofes, em processos de conurbação, que agrupam-se em torno de uma

metrópole ou grande cidade, com forte concentração populacional e econômica, com grandes necessidades e problemas na oferta e demanda de infraestrutura urbana e serviços diversos. Existem estudos e pesquisas realizados que empregam metodologias tais como no âmbito internacional, com a utilização de critérios embasados predominantemente na dimensão funcional, que resultam também em distintas delimitações de unidades político-administrativas versus teórico-metodológicas. (MOURA, 2010).

As regiões metropolitanas brasileiras são instituídas pelos Estados, mediante lei complementar, seguindo um movimento resultante da concentração e da aglomeração em torno da grande cidade, geralmente uma metrópole, formando unidades territoriais legalizadas. Em janeiro de 2015, a Lei 13.089 (BRASIL, 2015) criou o Estatuto da Metrópole, que manteve os Estados como responsáveis pela criação das “regiões metropolitanas e aglomerações urbanas, constituídas por agrupamento de Municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum”. (CUNHA, BARREIRA, COSTA, 2017, p. 71). Ressalta-se, que, as oito primeiras (Belém, Belo Horizonte, Curitiba, São Paulo, Fortaleza, Recife, Salvador e Porto Alegre) foram criadas pela Lei Complementar Federal nº 14 (1973). A número 20 (1974) criou a do Rio de Janeiro.

Criada em 1999 pela Lei Complementar Estadual nº. 27/99, a Região Metropolitana (RM) de Goiânia é composta por 20 municípios e possui área de 7.315 km². Encontra-se na mesorregião do Centro Goiano do Estado de Goiás, situada entre os paralelos 16°18'36,84” S e 17°10'40,31” S e os meridianos 49°42'32,85” W e 48°57'56,62” W. (SILVA; FERREIRA, 2014).

Em 2010, a Região Metropolitana de Goiânia possuía um grau de urbanização de 98% e pouco mais de 1/3 da população estadual residia na Região metropolitana. A população do município-núcleo da RM, Goiânia, correspondia, em 2010, a 60% da população metropolitana. A taxa de crescimento da população desta, entre 2000 e 2010, foi de 2,23% ao ano. Constituem como REG, além de Goiânia, os seguintes municípios: Abadia de Goiás, Aparecida de Goiânia, Aragoiânia, Bela Vista de Goiás, Bonfinópolis, Brazabrantas, Caldazinha, Caturai, Goianópolis, Goianira, Guapó, Hidrolândia, Inhumas, Nerópolis, Nova

Veneza, Santo Antônio de Goiás, Santa Bárbara de Goiás, Senador Canedo, Terezópolis de Goiás e Trindade.

Tabela 5 - População da Região Metropolitana de Goiânia

Total da população dos municípios da Região Metropolitana de Goiânia – 2010			
Município	Homens	Mulheres	Total
Abadia de Goiás	3.371	3.505	6.876
Aparecida de Goiânia	224.798	230.859	455.657
Aragoiânia	4.265	4.100	8.365
Bela Vista de Goiás	12.612	11.942	24.554
Bonfinópolis	3.777	3.759	7.536
Brazabrantes	1.646	1.586	3.232
Caldazinha	1.689	1.636	3.325
Caturai	2.398	2.288	4.686
Goianópolis	5.453	5.242	10.695
Goiânia	620.857	681.144	1.302.001
Goianira	17.120	16.940	34.060
Guapó	6.970	7.006	13.976
Hidrolândia	8.942	8.456	17.398
Inhumas	23.666	24.580	48.246
Nerópolis	11.923	12.287	24.210
Nova Veneza	4.128	4.001	8.129
Santo Antônio de Goiás	2.389	2.314	4.703
Santa Bárbara de Goiás	2581	2648	6396
Senador Canedo	42.211	42.232	84.443
Terezópolis de Goiás	3.346	3.215	6.561
Trindade	51.445	53.043	104.488
Total	1.053.006	1.120.135	2.173.141

Fonte: Seplan (2013)

Tabela 6 - Estado de Goiás, Centro-Oeste e Brasil: População recenseada e estimada – 1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000, 2010 e 2017

ANO	População(hab.)		
	Goiás	Centro-Oeste	Brasil
1940	826.414	1.258.679	41.236.315
1950	1.214.921	1.736.695	51.944.397
1960	1.913.289	2.942.992	70.070.457
1970	2.938.677	5.073.259	93.139.037
1980	3.860.174	7.545.769	119.011.052
1991	4.018.903	9.427.601	146.825.475
2000	5.003.228	11.636.728	169.799.170
2010	6.003.788	14.058.094	190.755.799
2017	6.778.772	15.875.907	207.660.929

Fonte: IBGE. / Segplan-GO / Gerência de Sistematização e Disseminação de Informações Socioeconômicas (2018)

(1) Estimativa 01/07/2017

Ao comparar os dois quadros, percebe-se um aumento significativo da população do estado de Goiás, em sete anos, de 2010 a 2017, cujo aumento foi de quase um milhão de habitantes.

2.5. Aglomerados subnormais em Goiânia: à margem da cidade formal

No Brasil, as primeiras favelas tiveram início no século XIX, no chamado Morro da Providência. Mas, a partir da década de 1940, principalmente na década de 1950, sob a ideologia do “milagre econômico”, as favelas no Brasil começaram a se expandir. Principalmente as cidades em processo de industrialização atraíram para si grandes fluxos da população do campo. (MONTEIRO; TAVARES, 2015).

Relatório apresentado na abertura do V Fórum Urbano Mundial da Organização das Nações Unidas (ONU, 2010) apresenta Goiânia como a décima capital brasileira, Belo Horizonte, a décima terceira, seguidas de Fortaleza, Brasília e Curitiba entre as 20 mais desiguais do mundo e as maiores diferenças de renda entre ricos e pobres no País. (JUNQUEIRA, 2010).

No *Jornal Opção*, em 15 de setembro de 2012, o pesquisador do tema da desigualdade social, professor e cientista social Dijaci David de Oliveira, da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás (UFG), comenta:

Na verdade, a desigualdade social cresceu desde a década de 1970, quando não fez a distribuição das riquezas [...] O governo Lula corrige parte desse equívoco quando

aposta nos programas de transferência de renda e em ações afirmativas [...]. As empresas [*em Goiânia*] têm geralmente poucos empregados e são, em muitos casos, familiares. Os dividendos acabam distribuídos de forma doméstica [...]. Os mais ricos poderiam distribuir melhor suas riquezas, têm margens de lucros imensas. Em vez disso, sonégam o que podem e concentram (riquezas) mais ainda, ao não pagar bem seus trabalhadores; como se não bastasse, ainda terceirizam o que for conveniente, precarizando as relações de trabalho. [...] A transferência de renda não deve ser exclusividade do poder público.

Em Goiânia os 20% mais pobres detêm apenas 3,34% da riqueza e os 20% mais ricos 63,06% - dados de 2010 [...] Na opinião de Oliveira, o melhor a ser feito é intensificar os investimentos em educação construindo novas escolas e melhorando a qualidade do ensino em todos os níveis. Não basta erradicar o analfabetismo, é preciso também aumentar o tempo de permanência nas escolas e aumentar o tempo de escolaridade. É sabido que existe uma relação direta entre a escolaridade e a renda. O professor João Batista de Deus, professor do Instituto de Estudos Socioambientais (Iesa), da Universidade Federal de Goiás (UFG), referindo-se aos dados apresentados pela ONU-Habitat, também defende que há uma relação estreita entre desigualdade social e nível educacional: “Como os adultos pobres que moram em Goiás, em geral, têm pouca qualificação profissional, é preciso, além das ações de governo que já visam reduzir essas discrepâncias, investir nas escolas. Temos de ter como meta salvar a geração seguinte e a educação é fundamental. (SEABRA, 2014, p. 2).

Sobre essas diferenças, Teixeira (2013) afiança que o espaço urbano constitui o centro de acumulação capitalista, seja por meio da valorização imobiliária para a concentração da riqueza social ou por meio dos investimentos públicos. Desse modo, a cidade tornou-se espaço-mercadoria, privatizada em prol da valorização do capital. Seguindo o raciocínio, a respeito da desigualdade, Chaveiro (2011) assegura:

As tendências das metrópoles brasileiras são especificadas na cidade como a precarização dos espaços públicos; a tentativa de redimir a violência e o medo por atividades culturais apaziguadoras; a vontade de criar ilhas suntuosas em meio ao mar de desigualdade social; a mercantilização da cultura popular e militarização da cidade etc. (CHAVEIRO, 2011, p. 20).

A origem da investigação sobre cidades planejadas como Goiânia, Brasília e Palmas remete aos planos urbanísticos que não definiram áreas para a habitação dos trabalhadores que participaram de suas construções. Nos tempos de fundação da cidade, os “sem teto” ocupavam as margens direita da Marginal Botafogo, sendo ainda presentes habitações precárias, em que sistema de invasão de terras urbanas passa ser uma solução para estas pessoas, ocasionando uma bipolaridade entre cidade formal e outra informal. Até 1950, o Estado era proprietário da grande maioria das terras urbanas. Setores como o Vila Nova e o Pedro Ludovico abrigaram posseiros nas margens do córrego Botafogo. (MOYSES, 2007). A seguir, imagens de ocupações irregulares iniciais em Goiânia do final de 1969.

Figura 25 - Ocupação irregular nas margens da Marginal Botafogo



Fonte: Acervo Biblioteca Seplag (2018)

Figura 26 - Ocupações iniciais em Goiânia, década de 1970



Fonte: Acervo Biblioteca Seplag (2018)

Figura 27 - Primeiras ocupações irregulares em Goiânia



Fonte: Acervo Biblioteca Seplag (2018)

Atualmente ainda há presença dessas ocupações na Avenida Marginal. Casas mais simples e emendadas umas nas outras, sem calçadas, sem logradouros, sem sinalizações. Barracos e habitações precárias, como mostra a figura 25.

Figura 28 - Ocupação irregular às margens da Marginal Botafogo



Fonte: Acervo da autora (2018)

A história das ocupações organizadas em Goiânia surge quando um grupo de inquilinos ocupa um terreno baldio privado localizado no setor Noroeste. Esses posseiros datam de 1979. Estrategicamente, as lideranças negociaram com as autoridades públicas sobre suas casas. Regimes de mutirão deram forma e vida. Houve forte repressão, espancamentos e desapropriações. A partir de 1982, o entorno do Jardim Botânico era alvo de ocupações irregulares. Área de preservação ecológica na região sul da cidade, em 1984 foi o primeiro mutirão verde, para o plantio de 300 mudas de árvores na área do Jardim Botânico. A prefeitura vem transferindo os posseiros para outras áreas com o objetivo de consolidá-lo plenamente como tal. (OLIVEIRA; MOYSÉS, 2005).

O Jardim Botânico possui mil hectares e desde 2000 a prefeitura remanejou centenas de famílias que ocupavam a área de preservação ambiental. No entanto, restaram dois imóveis cujas famílias recusaram inúmeras vezes a deixar o local. Por isso, a agência elabora nova proposta para negociar a saída dessas pessoas. Atendendo a pedido do Ministério Público de Goiás, a Justiça determinou, em 2012, que o município fizesse a remoção das famílias. No entanto, segundo a Procuradoria Geral do Município, foi proposto o embargo da sentença em março deste ano. "Hoje, esse processo está aguardando perícia determinada pelo juiz", informa a subprocuradora judicial, Anne Cristina Naves Godói.

Após este período, as ocupações continuaram sem grande visibilidade devido à topografia da cidade. Além disso, são consideradas baixas as áreas de risco. As áreas de porte pequeno, que abrigam até 100 habitantes, constituem 58% do total. Estas se situam em terrenos públicos ou privados, reservados para a construção de equipamentos comunitários, praças e logradouros, e em geral são passíveis de urbanização e legalização. Já as áreas de médio porte abrigam de cem a quinhentas pessoas e representam 29% das posses.

Essas ocupações localizam-se em certos trechos das rodovias e ferrovias e das áreas verdes ao longo dos córregos e rios que cortam a cidade, como os córregos Botafogo, Areião, Capim Puba, Buritis, Macambira, rio Meia Ponte, entre outros. Encontram obstáculos de legalização devido a legislação fundiária, condições topográficas e por serem áreas de risco. As áreas de posse, de grande porte, abrigam o maior número de pessoas, de 500 a 10.000, distribuídas por dez áreas, 13% do total. Essas, em sua maioria, foram ocupações organizadas, de propriedade particular, e situam-se em várias regiões da cidade. (OLIVEIRA; MOYSÉS, 2005)

No entanto, segundo a Procuradoria Geral do Município, foi proposto o embargo da sentença em março de 2015. Havia, no mesmo terreno, três casas onde viviam 12 pessoas da

família de Oswaldo Geraldo da Silva, de 73 anos. Apesar de já ter recebido proposta para se mudar para outro imóvel, ele disse que não aceitou, pois dois filhos são deficientes mentais. Alega que as casas eram apertadas e amontoadas. (G1, 2015). Abaixo, imagem atual do Jardim Botânico revitalizado, logo após despejo das ocupações irregulares.

Figura 29 - Jardim Botânico deve atrair frequentadores com a revitalização



Fonte: G1 (2015)

2.6. Infraestrutura dos aglomerados subnormais

Água

No estado de Goiás, quanto à forma de abastecimento de água, 88,93% dos domicílios particulares permanentes em aglomerados subnormais, possuem abastecimento de água adequado por rede geral de distribuição. Nos aglomerados Jardim Goiás Área I e Emílio Póvoa, 100% de seus domicílios possuem abastecimento de água adequado por rede geral de distribuição. Já na Rocinha, essa porcentagem é de apenas 42,86%, sendo comum nesse aglomerado, como forma de abastecimento de água, a utilização de poço ou nascente na propriedade. (ARRIEL; COSTA; LOPES, 2012).

Esgoto

Em Goiás, 53,48% dos domicílios permanentes em aglomerados subnormais possuem tipo adequado de esgotamento sanitário, sendo 31,10% por rede geral de esgoto ou pluvial e 22,38% por fossa séptica (ARRIEL; COSTA; LOPES, 2012).

Goiânia apresenta 76,1% de domicílios com esgotamento sanitário adequado, 89,3% de domicílios urbanos em vias públicas com arborização e 48,6% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio). Quando comparado com os outros municípios do estado, fica na posição 11 de 246, 102 de 246 e 1 de 246, respectivamente. Já quando comparado a outras cidades do Brasil, sua posição é 1122 de 5570, 1573 de 5570 e 474 de 5570, respectivamente. (IBGE, 2017).

Goiás é o segundo estado da região Centro-Oeste a possuir o menor número de aglomerados subnormais, de domicílios particulares ocupados e população residindo nesses aglomerados. (IBGE, 2010). No estado, dos doze aglomerados subnormais identificados, sete estão localizados na capital, Goiânia; seguida por Anápolis, com dois; e pelos municípios do entorno de Brasília, Novo Gama (dois) e Valparaíso de Goiás (um). Os de Goiânia catalogados são: Jardim Guanabara I, Emílio Póvoa, Quebra Caixote, Jardim Goiás área I, Jardim Botânico I e II e Rocinha. (SEGPLAN, 2012).

Cidade, desigualdades e aglomerados em retratos

O crescimento da cidade evidenciou falhas no planejamento e ausência deste, a partir de 1950. A cidade perdeu contato com o campo e as áreas reservadas para futura expansão urbana e abastecimento agrícola foram parceladas sem critérios. Surgiram então extensos vazios urbanos, ganho de capital através da especulação imobiliária e ocupação da periferia da cidade. Dessa forma, fundamenta Moysés (2006, p.26), "Todos os pedaços, entretanto, são partes integrantes de um mesmo território. A cidade dual, dividida, multifacetada, torna-se mais visível quando vista comparativamente a partir de suas partes".

A seguir algumas imagens fotografadas pela autora, em pesquisa exploratória, de lugares não valorizados, não evidenciados nas mídias, e que retratam desigualdades, adentrando inclusive no conceito de aglomerados subnormais, conforme debatido no capítulo primeiro.

Figura 30 - Área de risco e invasão próximo a BR 153, Goiânia



Fonte: Acervo da autora (2018)

O questionamento aqui suscitado aborda dialéticas urbanas. Os mercados imobiliários goianos, principalmente diante do sistema imposto, reordenam o território com uma política descentralizadora de planejamento, cuja finalidade é levar o crescimento para longe da região central da capital. Compreender essa realidade vai ao encontro do que foi proposto, ou seja, uma junção enquanto agente atuante da filologia. Nesse evento em questão, a mídia, muitas vezes, pode parecer atuante, modificadora, real, porém, ao mesmo tempo, pode ser uma fonte deturpadora e “mascaradora” de opiniões.

Corroborar este pensamento, Chaveiro (2011) ao afirmar sobre os embaralhamentos de signos da mídia, a utilização da crise da cidade e os contrastes sobre a força de controle da mídia.

a força de controle da mídia, travestida em golpes imagéticos, passa a aprimorar também as manifestações populares. Dessa maneira, a performance atua no legado simples da os que cultura popular e arrasta-se para o desvelo da espetacularização. Em quase todas sob o manto da requalificação, os antigos centros ou os monumentos que testemunham sentidos históricos importantes, tornam-se objetos que vendem a memória. A recriação da relíquia da mercantilização do simples, além de negociar a tradição promove um aparente embaralhamento de signos. De repente, o restaurante mais suntuoso da cidade, tem um carro de boi como mesa onde se serve a comida. Fora a dificuldade da leitura desses signos embaralhados, observa-se a utilização da crise da cidade como peça para revitalizar a tradição por meio da estratégia lucro. (CHAVEIRO, 2011, p. 29)

As pessoas de menor renda, confrontadas com a política voltada para as de maiores rendas, fazem parte de um processo histórico discrepante presente na realidade e na linha do tempo. Discutir cidade, planejamento, territorialidades, aglomerados subnormais, suas implicações no espaço, poder, desigualdades, contextualizando com as realidades dialéticas e no contexto do capitalismo são partes deste estudo.

Figura 31 - Esgoto a céu aberto e invasão próxima à BR -153, Goiânia



Fonte: Acervo da autora (2018)

Figura 32 - Falta de sinalização próxima à invasão “Suvaco da Onça”, na BR- 153, Goiânia



Fonte: Acervo da autora (2018)

Segundo Ribeiro (2005, p. 48), “não se tem estatísticas seguras sobre a marginalização urbana, porque é difícil quantificar o que não pode ser reconhecido institucionalmente”. Apenas em 1970, início do terceiro período e fortalecimento da indústria da construção civil, em decorrência da criação do Banco Nacional de Habitação (BNH) e da aprovação da Lei n. 4524 de 31 de dezembro de 1971, estabeleceu-se novamente a obrigatoriedade dos serviços de infraestrutura básica para os loteamentos.

Isso reforçou uma tendência de intensificação da concentração por parte dos grupos de maior capital, tendo significado para a iniciativa do parcelamento do solo urbano de Goiânia uma alteração no padrão de acumulação: os grupos privilegiados nessa atividade, nesse período, foram os do capital financeiro e da indústria de construção civil, em detrimento dos proprietários fundiários e das imobiliárias - o que não significou o fim da acumulação baseada nas atividades desses dois grupos. Nessa perspectiva, o sentido do aumento dos loteamentos em Goiânia foi a formação de espaços segregados, haja vista a ausência de infraestrutura urbana, a carência de seus moradores e a distância e dificuldades de acesso ao centro da cidade. Tudo isso se deu, segundo o autor, em função da acumulação de capital por parte de frações da classe de grandes proprietários.

Figura 33 - Falta de asfalto, acumulação de lixo e esgoto próximo à invasão “Suvaco da Onça”, na BR 153, Goiânia



Fonte: Acervo da autora (2018)

Figura 34 - Falta de sinalização próximo à invasão “Suvaco da Onça”, na BR 153, Goiânia



Fonte: Acervo da autora (2018)

Figura 35 - Largura da rua estreita e discrepante das demais. BR 153, indo ao Setor Universitário Goiânia



Fonte: Acervo da autora (2018)

Na imagem a seguir (Fotografia 33), percebe-se uma tentativa de agricultura de subsistência, com árvores frutíferas no terreno habitado.

Figura 36 - Lote irregular. BR 153, indo ao Setor Universitário Goiânia



Fonte: Acervo da autora (2018)

A ocupação irregular, no caso o aglomerado subnormal no setor Universitário, é conhecida pejorativamente como “Quebra Caixote”. Eles são visualmente impactantes comparados aos demais e mais próximos do conceito de aglomerados subnormais pelo IBGE, devido à ausência de pavimentação, lixos expostos, roupas esparramadas pelas ruas, tetos e telhados de amiantos quebrados. Há muitas famílias vivendo juntas em uma única habitação e que se destacam completamente de outros edifícios próximos às universidades no local, como a PUC e a UFG. Além disso, destoam pela valorização do setor imobiliário e das outras infraestruturas, arborizações, ordenamentos e diferentes formas de função e estrutura.

Figura 37 - Ocupações irregulares. Casas geminadas BR- 153, Setor Universitário Goiânia



Fonte: Acervo da autora (2018)

Figura 38 - Ocupações irregulares. Casas geminadas BR -153, Setor Universitário Goiânia



Fonte: Acervo da autora (2018)

Figura 39 - Ocupações irregulares. Casas geminadas e precárias. BR-153, Setor Universitário



Fonte: Acervo da autora (2018)

Figura 40 - Ocupações irregulares. Casas geminadas e precárias. BR-153, Setor Universitário Goiânia



Fonte: Acervo da autora (2018)

Quando perguntamos aleatoriamente para pessoas que vivem na capital se há favelas, grande parte diz não existir. Elas têm no conceito o impacto visual observado na mídia pelo próprio

relevo do domínio morfoclimático de mares de morros, como as favelas da região sudeste. Ou mesmo as mais íngremes, no nordeste, como em Salvador, capital baiana. Imaginam barracos uns sobre os outros em cima dos morros e nem sequer conhecem os principais critérios que as definem.

Em muitos bairros de Goiânia, como no bairro Jardim Guanabara I e II, bairro Jardim Goiás, Sudoeste há presença de casas em áreas irregulares ao lado de grandes loteamentos de condomínios luxuosos. As ilustrações que foram exibidas mostram parte da realidade goianiense. Elas relatam a não padronização. A estrutura. A precariedade. Algumas mais estruturadas que outras. Outras semelhantes a casas como nas periferias.

2.7. Do outro lado do muro: o alto clero e as fortalezas nos condomínios fechados

A expansão dos condomínios horizontais e verticais fechados ampliou-se em escala nacional. Almeida *et al* (2005) reitera que estes espaços exclusivos das classes média-alta dependem de critérios, negociações e acordos, atingindo até mesmo os que não se restringem ao sítio urbano, mas está presente na área de expansão urbana ou na área rural de Goiânia ou de sua região metropolitana. Os condomínios fechados dão a falsa ideia de segurança, mas continuam sendo sonhados e cobiçados por muitos brasileiros. A autora destaca a segurança privada dentro dos condomínios e a insegurança pública, ao lado de fora. Aponta ainda o status, o poder de quem ali mora, as infraestruturas de luxo e poliesportivas sendo alvo mercadológico sobre qualidade de vida e bem estar.

Segundo Moyses (2007), o ponto de partida da valorização da parte sul da cidade de Goiânia deveu-se à construção do Autódromo de Goiânia, mais tarde transformado em Autódromo Internacional Ayrton Senna, e do Estádio Serra Dourada em meados dos anos 1970. Nos anos 1980 lançou-se um empreendimento de grande porte – Shopping Flamboyant, o primeiro de Goiânia e da Região Metropolitana de Goiânia, no meio do nada, fora da área urbanizada. Este empreendimento já foi expandido várias vezes. Sem muita pressa foi forçando o poder público a intervir na área de modo que esta intervenção viabilizasse os interesses de longo prazo, ressaltando-se, pré-concebido pela iniciativa privada. Portanto, como este grupo empresarial de caráter familiar, outros também pavimentam sua aproximação com o poder público e vão entronizando suas concepções de cidade e de cidadania junto ao Executivo Municipal (no planejamento urbano), ao legislativo (na formulação das leis urbanísticas) e até mesmo nos fóruns onde a participação social é mais ampla, como por exemplo, nas plenárias das conferências municipais, estaduais e nas audiências públicas da cidade.

Escolas, Universidades, *flats*, hotéis, edifícios inteligentes para escritórios, torres de apartamentos para possuidores de renda média e alta, hipermercados como Carrefour Sul e Wal Mart, lojas de bricolagem e plantas comerciais para acomodar um comércio diversificado e voltado para a população de renda mais elevada. Valorizando ainda mais a região, no ano de 2006 foi inaugurado nas proximidades, conhecido como “eixo da expansão endinheirada da cidade”, o Centro Cultural Oscar Niemeyer. Trata-se de um amplo conjunto voltado à arte, com 17.000m² de área construída, sendo quatro edifícios diversos no formato de uma cambota, um triângulo, um cilindro suspenso e um pavilhão, sobre uma esplanada retangular que chama a atenção de qualquer um que sobrevoe os céus da cidade.

Num movimento similar, ocorre no município de Goiânia o fenômeno da verticalização construtiva de alto “luxo”. São edifícios com padrão arquitetônico internacional, Lofts e condomínios clube – como o *Loft Gyn*, *Ilhas de Flamboyant Condominium Club*, *Eldorado Bairro Planejado* (condomínios clube e um shopping center), bem como os sucessivos lançamentos de prédios de apartamentos “3 e 4 suítes”, estes por sua vez espalhados entre os bairros nobres da cidade e até em áreas mais isoladas. Como parte integrante dessa nova paisagem do poder e do dinheiro, que se institui na grande Goiânia, principalmente a partir do ano 2000, empreendimentos construídos como investimento, seguindo a tendência global, e com a finalidade de serem alugados, de modo que a ideia de “sede própria” perde importância em relação à busca das empresas por maior liquidez e, conseqüentemente, por menor imobilização do seu patrimônio.

Figura 41 - Entorno da Região do Flamboyant Shopping Center



Fonte: Disponível em <google.com.br/search?q=fotos+do+setor+alto+da+gloria+em+goiania&>. Acesso 20/06/2017

Os anos 90 se caracterizam pelo lançamento numeroso de novos empreendimentos do tipo condomínios horizontais fechados, intensificação da verticalização de alto padrão construtivo, Lofts, inclusive com a incorporação de áreas antes tidas como periféricas, edifícios inteligentes de escritórios, Malls e mega empreendimentos de negócios que atingem todas as classes sociais. Ainda que não se possa transferir, de forma automática, o conceito de “cidade mundial” ou “cidade global” para a compreensão da Região Metropolitana de Goiânia, ao mesmo tempo há que se considerar que a presença dos grandes *equipamentos urbanos*, como vem ocorrendo, se inserem na “nova trama”, através da assunção de funções ao processo de reestruturação econômica, dispersão das empresas, dos lugares de trabalho, do declínio do modelo de cidade industrial tradicional, da descentralização de empregos e da “polinucleação”, além do fato fundamental de a região ter como função regional articular a exportação de produtos provenientes do agronegócio com o mercado internacional. (MOYSES, 2005). O quadro a seguir representa o quantitativo de condomínios fechados em Goiânia, com nome e número de lotes e áreas.

Tabela 7 - Condomínios fechados em Goiânia

Bairro	Área Parcelada (m ²)	Área Sistema Viário (m ²)	Áreas Públicas (m ²)	Área dos Lotes (m ²)	Número de lotes
Jardins Milão	342.836	83.060	50.554	207.927	282
Jardins Paris	424.059	94.468	55.201	253.882	320
Jardins Verona	392.156	145.498	49.541	187.091	380
Jardins Atenas	404.946	111.904	41.898	230.861	451
Jardins Lisboa	453.398	122.065	61.004	223.874	498
Jardins Munique	418.043	83.703	124.093	209.514	239
Jardins Valência	491.143	138.993	86.029	264.573	638
Residencial Araguaia	632.425	165.412	98.613	368.400	558
Condomínio do Lago 1ª Etapa	229.352	53.554	34.395	141.393	289
Condomínio do Lago 2ª Etapa	286.262	72.304	25.234	167.257	288
Condomínio do Lago 3ª Etapa	208.838	43.673	15.854	133.648	213
Residencial Goiânia Golfe Clube	2.058.645	510.478	155.753	1.156.703	860
Residencial Parque Mendanha	233.966	66.970	27.297	136.052	233
Jardins Florença	424.986	133.880	74.946	210.195	408
Jardins Madri	735.508	224.048	111.601	399.860	943
Residencial Granville	894.272	270.106	219.778	388.177	759
Portal do Sol I	629.937	235.237	155.297	233.928	528
Portal do Sol II	636.370	211.667	81.439	337.728	772
Residencial Alphaville Flamboyant	2.308.637	646.506	446.109	957.385	1110
Residencial Aldeia do Vale*	1.372.251	114.109	-	1.258.659	684
Privê Atlântico	-	-	-	-	456

Fonte: Moyses (2005).

Correia (2005, p. 115) explica que “a segregação em Goiânia se manifesta em espaços de inclusão e exclusão, os quais denunciam a desigualdade social de uma sociedade dividida em classes”. Ainda segundo o autor, considerando o pressuposto de tripé econômico, Goiânia ao longo de sua história, amadureceu os intercâmbios da pluralidade. Nessa ótica, investimentos localizados em equipamentos de consumo de massa podem e devem ser observados como instrumentos de maturidade incorporados aos espaços, pois são eles que incentivam o grau de fluxo em determinadas áreas da cidade. Para Correia (2005, p. 134), “casas rústicas, inacabadas, com aspectos decadentes convivem lado a lado com mansões modernas de formas arquitetônicas arredondadas compostas por vidros e armações metálicas, além de quadra de futebol, piscina e dois carros médios na garagem”.

Dessa forma, a dialética do espaço, as influências mercadológicas e das construtoras com relação ao planejamento urbano e territorial giram em torno de interesses específicos, pontuais e para uma pequena parcela da população. Não há novidade nesta ordem, visto que o sistema capitalista assim o impõe, gira e funciona em praticamente todas as capitais

brasileiras. A diferença é que quando há indicadores socioeconômicos mais altos, a população de baixa renda também usufrui equipamentos, ruas, hospitais, escolas, postos de saúde e comércio. Em Goiânia, a cidade formal gira e adentra na cidade informal.

Goiânia, por ter passado por processo de uso e ocupação do solo com o princípio de interiorização do país, não escapou dos percalços. Sua característica geomorfológica plana a favorece visualmente com olhares miúdos para que não se encontre as famosas “favelas”. O que neste trabalho denominamos de aglomerados subnormais, visto que a maior parte das ocupações irregulares estiveram, iniciaram-se e estão em terrenos públicos ou privados sem o direito de posse, foi vivenciado na capital goiana, assim como na tocantinense e em Brasília. A contradição da cidade planejada e, crescendo paralelamente em suas proximidades, as habitações dos próprios trabalhadores que as construíram e edificaram, não retornando às suas terras de origem como mentalizado pelos orientadores e gestores locais.

Por estarem próximos a grandes polos farmacêuticos, como a cidade de Anápolis, outros municípios com economia atraem moradores, favorecendo migrações internas e pendulares. Com relação à educação, há ofertas públicas e privadas em todos os níveis educacionais. E certamente pessoas inclusive de outros estados se deslocam em busca desse melhor desempenho de ensino e ingresso nas universidades.

Teve-se o cuidado de pontuar sobre a forma de abastecimento, esgotamento sanitário, arborização, urbanização, pavimentação de calçadas nos aglomerados subnormais. Afinal, estas especificidades são mais positivas que negativas, enquanto número e equipamentos, se comparadas a outras da região Sudeste, por exemplo.

No próximo capítulo, os procedimentos e métodos são detalhados para melhor definir a consistência e as abordagens previstas e executadas. Procurou-se não perder o foco de abranger, observar, analisar e mensurar as ocupações, através da análise espacial, a fim de gerar resultados para a pesquisa em questão. Com a flecha de que a capital antes planejada, ampliou-se e gerou ações extirpadas à conformação de aglomerados subnormais.

Capítulo 3

O caminho metodológico trilhado

Neste capítulo serão descritos os procedimentos metodológicos da tese, no tocante a abordagem quantitativa. Neste trabalho o objetivo principal é o de ampliar discussões sobre o espaço urbano a partir da análise do processo de segregação socioespacial e desigualdades, na formação de espacialidades distintas na cidade de Goiânia-GO, servindo-se de geotecnologias. A tese então teve a preocupação de verificar se há de fato, aglomerados subnormais em Goiânia e com outros indicadores checar as desigualdades espaciais. Para a realização da pesquisa, utilizaram-se indicadores e variáveis sociodemográficas extraídas do Censo Demográfico realizado no ano de 2010 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), agregados por setores censitários. A metodologia consistirá em duas partes. A primeira com a descrição dos índices, variáveis e a pertinência da eleição dos mesmos na pesquisa, com a abordagem essencialmente quantitativa, por meio da qual se realizará uma abrangente análise, gerando resultados em agrupamentos para a pesquisa em questão.

Nesta, pretende-se decompor a desigualdade, no município de Goiânia, com ênfase em dimensões socioespaciais, perante a aplicação de métodos para a avaliação das variáveis tais como o tipo de setor, a porcentagem dos domicílios vagos, a porcentagem dos domicílios alugados, a porcentagem dos apartamentos, a porcentagem dos domicílios chefiados por mulheres, o valor do rendimento nominal médio mensal, dentre outras a serem detalhadas neste capítulo, com a finalidade de abarcar as diferenças da ocupação urbana, de renda, de desigualdades, inclusive em áreas próximas.

E a segunda parte, a partir dessa descrição e da aplicação do método *Two Step Cluster*, seguido de análise de discriminante, possibilitando a consecução ou aquisição de graus de associação de cada elemento, arrolando semelhanças e dissemelhanças, analisando-os espacialmente e validando-as.

Em termos gerais, pode-se definir análise espacial como o estudo quantitativo de fenômenos posicionados no espaço, portanto, o interesse centra-se nos processos que ocorrem no espaço e nos métodos empregados, que buscam não só descrever ou explicar o comportamento destes, bem como a sua relação com os outros fenômenos espaciais, a partir dos quais se busca fazer inferências sobre o comportamento desses fenômenos. Desse modo,

na análise espacial usam-se técnicas que incorporam as localizações ou os arranjos espaciais dos objetos e fenômenos em questão (DINIZ, 2000).

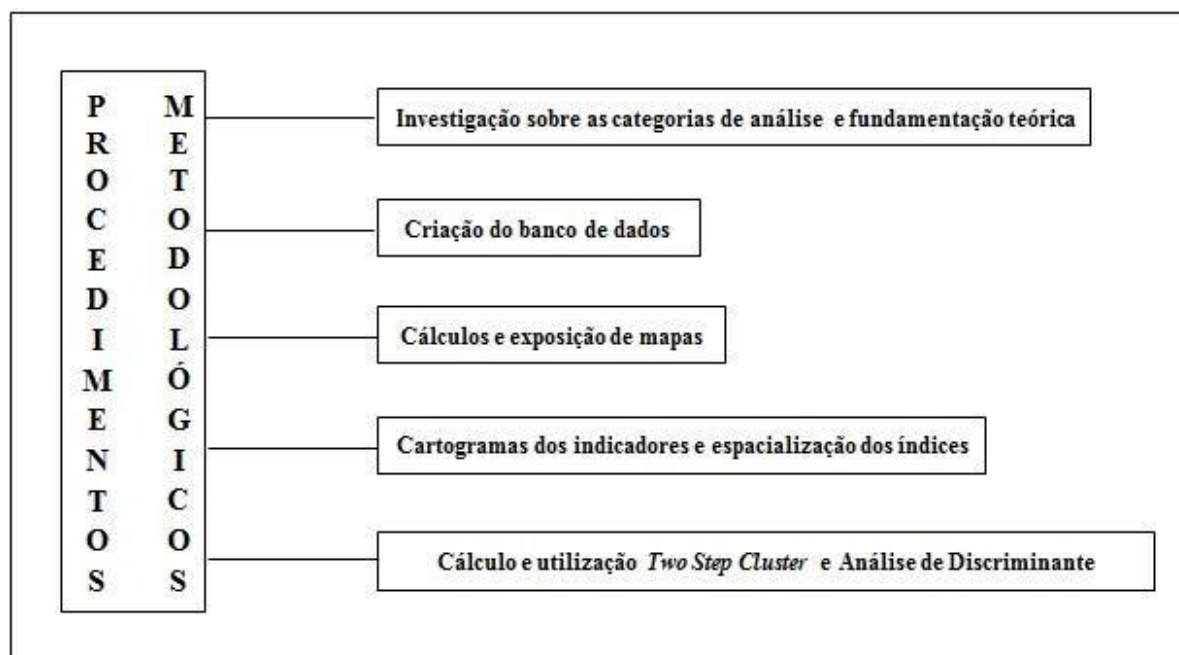
Lamas (1994, p. 6) assinala três dos principais componentes de um sistema de classificação geodemográfico: a) uma infraestrutura de unidades geográficas, suficiente pequenas, como os setores censitários; b) uma base de dados de informação estatística sobre essas unidades geográficas, geralmente o Censo ou outra fonte adicional; e c) a criação de um sistema de grupos de unidades geográficas resultante de uma Análise de Cluster, que trata de agrupar as unidades espaciais mais próximas entre si e diferenciá-las de outras menos similares. Em virtude do conjunto de variáveis ser normalmente muito numeroso e ter certo grau de correlação entre si, pode-se reduzir o número por meio da aplicação de uma Análise de Componentes Principais ou outra técnica estatística de síntese similar, antes de fazer a Análise de Clusters.

De acordo com Nunes (2013), a análise espacial viabiliza a compreensão da distribuição dos dados advindos de fenômenos ocorridos em certa região geográfica. Além disso, permite descrever e visualizar as distribuições espaciais globais e locais, descobrir padrões de associação espacial (*clusters*), analisar instabilidades espaciais e identificar situações atípicas (*outliers*). A autora enfatiza a análise quantitativa com referências espaciais:

Para tanto, a análise espacial permite a compreensão da distribuição dos dados advindos de fenômenos ocorridos em certa região geográfica. Refere-se a uma variedade de técnicas, utilizando-se diferentes abordagens analíticas aplicadas a diversas áreas do conhecimento. (NUNES, 2013, p. 239).

Vale ressaltar que o procedimento da metodologia usado para a espacialização da segregação socioespacial e demais desigualdades está baseado no *Two Step Clusters*. Os procedimentos metodológicos compreendem etapas: de detalhamento, escolha, triagem, coleta e descrição das variáveis e dos indicadores, o método *Two Step Clusters* e validação com a análise de discriminante (Figura 42).

Figura 42 - Fluxograma dos procedimentos metodológicos



Fonte: Elaboração da Autora

Antes de detalhar os procedimentos metodológicos propriamente ditos, estruturou-se a categorização dos indicadores com as informações necessárias até a geração da estatística de análise multivariada. No item 3.3 serão apresentados os métodos, as técnicas, os materiais e recursos de *softwares* utilizados no tratamento das bases de dados para a obtenção das variáveis, e desenvolvimento dos índices e indicadores utilizados nas análises.

3.1. Fontes de dados

Para esta tese, foram empregados microdados do universo do censo de 2010 do IBGE e utiliza como área de estudo o perímetro do município de Goiânia, Goiás, tendo como unidade espacial mínima de análise o Setor Censitário, cerca de 1.632, estabelecidos conforme o Censo Demográfico de 2010. Os censos demográficos produzem informações que proporcionam o conhecimento da distribuição espacial e das principais características das pessoas e dos domicílios, e acompanhar sua evolução ao longo do tempo, sendo imprescindíveis para a definição de políticas públicas e a tomada de decisões de investimentos, sejam provenientes da iniciativa privada ou de qualquer nível de governo (IBGE, 2010).

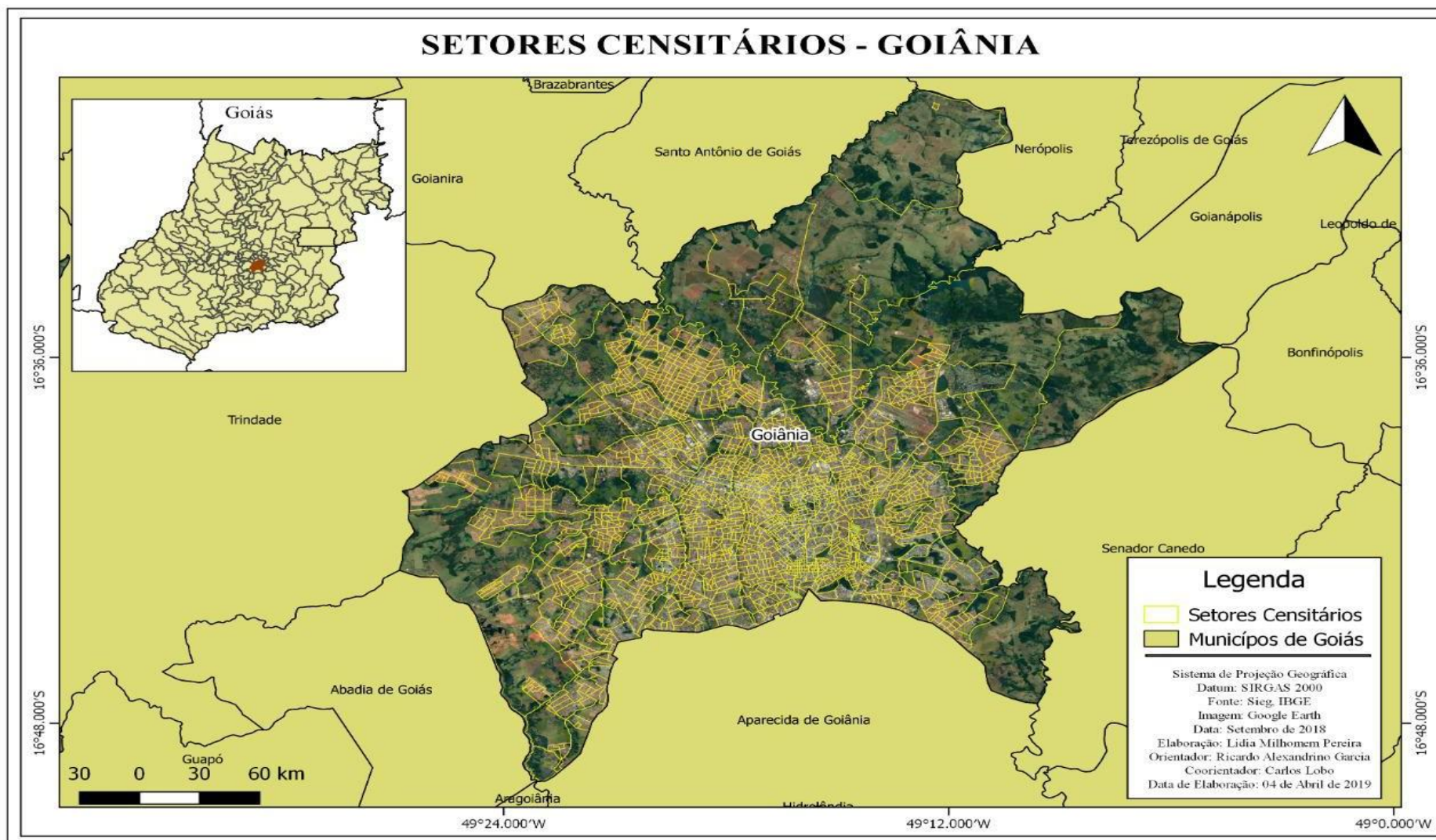
O setor censitário é a unidade territorial estabelecida para fins de controle cadastral, formado por área contínua, situada em um único quadro urbano ou rural, com dimensão e número de domicílios que permitam o levantamento por um recenseador.

Assim sendo, cada recenseador procederá à coleta de informações tendo como meta a cobertura do setor censitário que lhe é designado (IBGE, 2010, s/p).

Ainda segundo o IBGE, os agregados por setores censitários foram gerados a partir dos microdados do universo dos Censos Demográficos e são formados por diversas planilhas de dados para cada Unidade da Federação, contendo mais de milhares de variáveis. Por sua vez, o setor censitário corresponde à unidade territorial de coleta das operações censitárias, definido pelo IBGE, com limites físicos identificados, em áreas contínuas e respeitando a divisão político-administrativa do Brasil, que se dá por meio da distribuição do país em, por exemplo, 215.811 setores para a realização do Censo Demográfico de 2000 (IBGE, 2010).

A Figura 43 apresenta o mapa de Goiânia, com a delimitação das regionais administrativas por setores censitários.

Figura 43 - Mapa do município de Goiânia por setores censitários (2010).



Fonte: IBGE, 2010.

De acordo com Martins (2014, p. 79), os dados censitários são de extrema importância para avaliar a vida social e econômica da população. A riqueza das informações encontra-se na variedade dos dados transformados em informações, com avaliações e análises distribuídas em diversas vertentes. Compreender como estão inter-relacionados alguns dos eventos espaciais constitui, atualmente, um importante elemento de informação no estudo da estrutura e da dinâmica dos fatores indicativos do desenvolvimento socioambiental de uma região.

Tais estudos vêm se tornando cada vez mais comuns devido à disponibilidade de Sistemas de Informação Geográfica (SIG) e da necessidade de explicar a distribuição espacial de problemas e variáveis de interação socioeconômica e ambiental, aos quais os modelos tradicionais e clássicos geralmente não remetem (NUNES, 2013).

Conforme mostrado na discussão realizada no capítulo 1, nesta pesquisa é pertinente discutir os aglomerados subnormais como conformações advindas de afunilamentos e consequentes formas de desigualdades econômicas e socioespaciais. Além disso, abordar-se-ão algumas diferenciações entre aglomerados subnormais, habitações precárias e outras similares. Em seguida, apresenta-se a localização com recortes locais dos aglomerados subnormais detectados pelo IBGE (2010). Neste sentido, o IBGE define aglomerados subnormais como:

Um conjunto constituído de, no mínimo, 51 unidades habitacionais (barracos, casas etc.) carentes, em sua maioria, de serviços públicos essenciais, ocupando ou tendo ocupado, até período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular) e estando dispostas, em geral, de forma desordenada e densa. Nomenclatura que engloba os diversos tipos de assentamentos irregulares existentes no país, como favelas, invasões, grotas, baixadas, comunidades, vilas, ressacas, mocambos, palafitas, entre outros. Nesta divulgação, contempla-se uma perspectiva essencialmente espacial de tais aglomerados, com base nos resultados do Levantamento de Informações Territoriais - LIT efetuado nos setores censitários assim localizados, aos quais se somaram imagens de satélite e fotografias, além de outros recursos informacionais oriundos de prefeituras e órgãos de planejamento locais. As informações do LIT, principal insumo utilizado nesta abordagem, abarcam as características e a localização do sítio do aglomerado, seus padrões urbanísticos, acessibilidade e densidade de ocupação, bem dados sobre a verticalização dos domicílios e o espaçamento existente entre eles (IBGE, 2011, p. 38).

Para o IBGE, o termo “aglomerado subnormal” foi utilizado pela primeira vez em 1991, tendo permanecido no Censo Demográfico de 2010. O vocábulo “possui certo grau de generalização de forma a abarcar a diversidade de assentamentos irregulares existentes no país. Segundo esse órgão, a identificação dos aglomerados subnormais deve ser feita com base nos critérios listados: a) ocupação ilegal da terra, ou seja, construção em terrenos de propriedade alheia (pública ou particular) no momento atual ou em período recente (obtenção

do título de propriedade do terreno há dez anos ou menos); b) urbanização fora dos padrões vigentes se reflete por vias de circulação estreitas e de alinhamento irregular, lotes de tamanhos e formas desiguais e construções não regularizadas por órgãos públicos; c) precariedade de serviços públicos essenciais (serviços de abastecimento de água, coleta de esgoto, coleta de lixo e fornecimento de energia elétrica) leva em conta somente a existência do serviço ou não, de forma que não se considera a qualidade desses serviços (frequência da coleta de lixo, qualidade da água e frequência do fornecimento de energia). A Tabela 8 mostra o montante da população residente em aglomerados subnormais por domicílios particulares no estado de Goiás.

Tabela 8 – População residente em aglomerados subnormais por domicílios particulares, GO

Brasil, Centro-Oeste, Goiás, Goiânia	Número de aglomerados subnormais	População residente em domicílios particulares ocupados (total)	Em aglomerados subnormais
Brasil	6.329	190.072.903	11.425.644
Centro-Oeste	70	14.001.126	206.610
Goiás	12	5.985.111	8.823
Goiânia	7	1.300.383	3.495

Fonte: SEGPLAN, 2012.

Vale enfatizar o grande avanço ocorrido, pois, até 2000, o IBGE tratava a questão das favelas com o conceito de aglomerados subnormais, uma unidade de coleta de dados puramente operacional, que se diferenciava dos setores denominados não-especiais, tendo em vista que havia maior dificuldade na coleta de dados. Fato idêntico ocorre em aldeias indígenas, penitenciárias etc. Não se tratava de um recorte geográfico específico, apenas de um setor especial. Em 2010, o IBGE desenvolveu um trabalho de reformulação do conceito em nível de Brasil. Até então, o conceito pautava-se nas favelas cariocas e não contemplava, portanto, as diversas tipologias existentes em diferentes regiões do país. A partir de 2010, o IBGE reconhece, em suas publicações, os aglomerados subnormais como um recorte territorial específico, assim como existem zona urbana e zona rural. Desde as divulgações de dados via *internet*, o público em geral passou a associar os aglomerados subnormais às favelas. No Rio de Janeiro, os aglomerados subnormais sempre foram favelas. Isto não significa dizer que todas as favelas cariocas sejam consideradas pelo IBGE como aglomerados subnormais. Existe inclusive uma distinção no número de domicílios para o IBGE e para o Instituto Pereira Passos.

Em vários pontos do país encontram-se aglomerados subnormais em que serviços essenciais de coleta de lixo, abastecimento de água, de energia, esgoto, entre outros, são ineficientes, quando não inexistentes. Nas regiões brasileiras, os aglomerados apresentam características distintas. Para melhor caracterizá-los, foi necessário padronizar elementos que definissem a situação. Convém ressaltar que, para se ter um conceito comparativo entre as regiões, perde-se, muitas vezes, as especificidades locais, o que ocorre principalmente devido à diversidade existente em municípios e regiões. Em razão disso, diversos locais onde se verifica a carência de prestação de serviços não foram identificados como aglomerados subnormais, conforme os critérios estabelecidos pelo IBGE (CAVALLIERI; VIAL, 2012).

Considerando as distintas formas de organização urbana adotadas em diferentes lugares do mundo, nota-se que é vasta a gama de conceitos utilizados para se referir aos assentamentos precários. Diante da falta de nomenclatura única que identifique, qualifique e quantifique os tipos de moradia informais, torna-se pertinente discorrer sobre estudos dos diversos conceitos adotados pelas fontes oficiais de informação. Incluem-se, nessas fontes, o Ministério das Cidades, o IBGE, as prefeituras do Brasil e a Organização das Nações Unidas para o Habitat (ONU/HABITAT). Acerca das necessidades habitacionais, das segregações e inadequações de domicílios, há diferenciações. O déficit habitacional está ligado diretamente às deficiências do estoque de moradias e à necessidade de construção de novas para a solução de problemas tanto sociais como específicos de habitação. Por outro lado, a inadequação de moradias reflete carências na qualidade de vida dos moradores. O conceito de domicílios improvisados abarca todos os locais e imóveis sem fins residenciais e lugares que servem como moradia alternativa. Exemplos: imóveis comerciais, embaixo de pontes e viadutos, barracas, carcaças de carros abandonados e cavernas, entre outros, isto indica, sem dúvida, a carência de novas unidades domiciliares. Sob esta ótica, habitações precárias constituem um conceito que contabiliza os domicílios improvisados e os domicílios rústicos, englobando aquelas sem condições de serem habitadas em razão da precariedade das construções caracterizam o déficit habitacional. Domicílios inadequados são classificados aqueles com carência de infraestrutura, adensamento excessivo de moradores (em domicílios próprios), problemas de natureza fundiária, cobertura inadequada, sem unidade sanitária domiciliar exclusiva ou em alto grau de depreciação. São considerados domicílios carentes de infraestrutura todos os que não dispõem de, ao menos, um dos seguintes serviços básicos: iluminação elétrica, rede geral de abastecimento de água com canalização interna, rede geral de esgoto sanitário ou fossa séptica e coleta de lixo. (MIRANDA-RIBEIRO, *et al*, 2015)

Corroborando a estas caracterizações, o estudo elaborado pela Fundação João Pinheiro no qual se preocupa em apresentar os números do déficit habitacional para as áreas em que, supostamente, deveriam ser encontradas as piores condições de moradia e identificação dos setores censitários que apresentavam perfis socioeconômico, demográfico e de características habitacionais urbanas similares aos setores censitários classificados como aglomerados subnormais. Esses setores foram, então, chamados assentamentos precários. Apesar de ter sido uma contribuição valiosa para o debate e a mensuração dos núcleos precários, no entanto, dada a impossibilidade de contar com outra fonte de dados que forneça informações para todo o país, optou-se por considerar os números divulgados pelo IBGE, apesar de subenumerados. No universo dos 2,057 milhões de domicílios situados em aglomerados subnormais em 2009, 232 mil são classificados como déficit, o que corresponde a 11,3% das moradias dessas áreas e a 4,6% do déficit habitacional urbano. Do total, 166 mil unidades localizam-se nas regiões metropolitanas. Quando se compara esse resultado com o percentual do déficit habitacional do país, de 10,2%, observa-se que a situação dos aglomerados subnormais não é muito mais drástica (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2009, p. 17).

A construção das análises sobre desigualdades proposta neste trabalho baseou-se em leituras a partir de índices como: Índice de Qualidade de Saneamento Ambiental, Índice de Coeficiente de Gini e Índice de Vulnerabilidade Social. Para tanto, foram utilizados dois métodos de análise o “Two-Step Clusters” para a classificação dos setores e a Análise de discriminante para a sua validação. Optou-se por esses métodos, pois de acordo com a literatura vista em Miranda-Ribeiro e Garcia (2008), pode-se dizer que a *segregação social* está ancorada em dois fatores: “desigualdade” e “pobreza”. Esse método mostra-se eficaz para a obtenção de informações necessárias à análise, ratificação e formação de agrupamentos de semelhanças e dissemelhanças, nitidamente fazendo parte da eleição da tese, se há de fato, aglomerados subnormais em Goiânia. As variáveis e os indicadores elencados auxiliaram não apenas na definição da situação do imóvel, da renda e das informações quanto à propriedade, dentre outras vulnerabilidades e estruturas.

3.2. Conceituação dos indicadores

Jannuzzi (2005) explica que a construção de indicadores deve, contudo, respeitar algumas propriedades desejáveis a sua aplicabilidade. Dentre as quais, pode-se destacar: a sua relevância social, ou seja, a identificação das demandas da sociedade para a sua legitimação; a validade ou o grau de proximidade entre o conceito e o indicador, a que o indicador pretende

substituir ou operacionalizar; a confiabilidade, propriedade relacionada à qualidade dos dados levantados; a boa cobertura espacial ou populacional, adequada aos propósitos a que se presta, para que o indicador seja representativo da realidade empírica; a sensibilidade, isto é, a capacidade do indicador refletir mudanças significativas nas condições que afetam a dimensão social.

O indicador, como o seu próprio sentido etimológico anuncia, deriva do verbo latino *indicare*, que significa anunciar, divulgar ou fornecer informações sobre questões de interesses amplos. Em suma, tem a função de descrever o que acontece ou que esteja para acontecer (RIBEIRO, 2006). Revalida esse pensamento, quanto ao caráter dos indicadores, Miranda-Ribeiro e Garcia (2008).

No início da história e da evolução dos indicadores, predominava a exclusiva quantificação, seja de pessoas, recursos ou equipamentos. A partir de 1920 e, sobretudo, após a Segunda Guerra Mundial, devido à transformação da estatística e às produções nos departamentos, agências e divisões de repartições públicas nacionais. Em relação aos indicadores sociais, já há registros de, nos anos 1920 e 1930, serem identificadas contribuições significativas para a construção de um marco conceitual. Contudo, na década de 60, ocorreram tentativas mais sistemáticas de organização e acompanhamento das transformações sociais e aferição do impacto das políticas sociais nas sociedades desenvolvidas e subdesenvolvidas. Daí, observações entre descompasso entre crescimento econômico e melhoria das condições sociais da população, principalmente em países em desenvolvimento.

Uma dessas evidências se encontra no indicador Produto Interno Bruto (PIB), que, apesar do aumento significativo em alguns países, verificava-se a persistência de altos níveis de pobreza e acentuação das desigualdades sociais. Esse indicador era usado, até então, para demonstrar o nível de desenvolvimento socioeconômico, no entanto, mostrava-se cada vez menos apropriado (CARLEY, 1985). Os indicadores sociais sempre estiveram relacionados com o objetivo de medir as necessidades básicas ou os níveis mínimos de sobrevivência que os planos de desenvolvimento devem procurar satisfazer (CARLEY, 1985). Isso tem relação com a formulação de políticas associadas à redução da pobreza ou aos objetivos de melhorar a qualidade de vida de grupos populacionais marginalizados do processo de desenvolvimento. Indicadores preditivos¹⁰ podem proporcionar variáveis para um modelo que tente prever os

¹⁰ Indicadores informativos que se adaptam a modelos formais explícitos de subsistemas do sistema social. Por exemplo, um modelo que consista numa série de indicadores de vários fatores ambientais (níveis de renda familiar, localização das instalações urbanas de recreação, utilização do tempo de lazer).

níveis potenciais de criminalidade juvenil em situações específicas. Em uma introdução à área de indicadores sociais, o autor põe em texto os primeiros problemas dos indicadores sociais como o fato dos pesquisadores não reproduzirem a realidade em números e, por isso, cometem distorções, mascaram os problemas e suprimem os dados.

Vivemos em um momento marcado por inegáveis conquistas. Em um intervalo de tempo relativamente curto, a humanidade conseguiu minimizar boa parte dos males que afligiam. No entanto, boa parte dos mesmos problemas continuam [sic] atingindo grandes contingentes populacionais, principalmente os países em desenvolvimento (LOBO; SANTOS, 2002).

Garcia, Silva e Lobo (2016) evidenciaram certos padrões de simulações e representação da sociedade em sistemas, com suporte estatístico e com desafios para demonstrar toda a heterogeneidade e, ao mesmo tempo, a complexidade e distinção da sociedade.

Entretanto, a reprodução de simulações e/ou representatividade de aspectos da sociedade em sistemas se dá em função de padrões. Um dado comportamento deve ser analisado em detalhes, considerando os fatores tempo e escala, com suporte estatístico, para se estabelecer arquétipos e, posteriormente, replicar os resultados em conformidade aos moldes previamente adquiridos. A complexidade de elaboração de sistemas que abarcam a sociedade e sua dinâmica demográfica conjunta ao *locus* que habita e transforma, lança desafios para os métodos utilizados, uma vez que a incorporação da dimensão humana gera conflitos passíveis de discussão no que diz respeito às expressividades matemáticas. As críticas estão relacionadas uma vez que as relações sociais apresentam padrões heterogêneos de distribuição e em distintas escalas, seja nas atividades produtivas ou aspectos populacionais, o que poderia trazer respostas inadequadas da realidade (GARCIA; SILVA; LOBO, 2016, p. 78).

Desta maneira, compreender o significado dos indicadores, torna-se fundamental para a melhor absorção dos fatores socioespaciais e obtenção práticas do reconhecimento no cotidiano das cidades. Um indicador pode ser entendido como uma medida sintética, uma forma de reduzir informações, preservando-se, no entanto, a variedade das informações originais. A maior vantagem na utilização de um indicador reside na sua capacidade de representar uma realidade multidimensional e, muitas vezes, complexa, em uma medida única. A maior limitação na utilização de um indicador está relacionada à sua interpretação, que requer cuidados, além de uma boa fundamentação teórica.

Por sua vez, Nunes (2013) esclarece que o uso de estatísticas espaciais pode verificar a correlação dos fenômenos socioeconômicos e ambientais a fim de facilitar o processo de tomada de decisão, pois os SIGs possuem o ferramental necessário para realizar análises com dados espaciais, oferecendo diversas alternativas para o entendimento da ocupação do espaço físico. Câmara e colaboradores (2004), a respeito das pesquisas espaciais, afirmam que há desajustes e todos esses problemas fazem parte da análise espacial de dados geográficos. A ênfase da análise espacial compreende mensurar propriedades e relacionamentos, levando em

conta a localização espacial do fenômeno em estudo de forma explícita. Isso significa que a ideia central é incorporar o espaço à análise que se deseja fazer.

Atualmente é possível encontrar uma gama de indicadores que permita mensurar várias dinâmicas temporais de determinado fenômeno, e ainda em escala que atenda ao objeto de análise do pesquisador. Metodologias são elaboradas para apresentarem indicadores sintéticos de desigualdade e vulnerabilidade sociais, segregação socioespacial etc. (PINHEIRO *et al.*, 2008; NERI, 2006; RIBEIRO; GARCIA, 2005; JANNUZZI, 2005; VIEIRA, 2005). Entretanto, nem sempre é possível a criação desses indicadores e, sobretudo, a sua continuidade, devido à indisponibilidade e atualização de dados que tratam do estudo de um dado fenômeno (NUNES, 2017).

Como indicadores utilizados e serão detalhados ainda neste capítulo: Índice de Qualidade de Saneamento ambiental (IQSA); Índice de coeficiente de Gini, Índice de Vulnerabilidade Social (IVS); Índice de Infraestrutura Urbana; Indicador de subnormalidade (IS); Indicador de poder de consumo (IC); Indicador de ocupação imobiliária (IOI); Indicador de concentração imobiliária (ICI); Indicador de verticalização imobiliária (IVI); Indicador de relações de gênero (IGe), conforme a Tabela 9.

Tabela 9 – Síntese dos Indicadores Utilizados

Indicadores	Dimensionalidades	Variáveis
Indicador de subnormalidade (IS)	Arranjo territorial	Tipo de setor
Indicador de poder de consumo (IC)	Produção, consumo e reprodução social	Renda per capita
Indicador de ocupação imobiliária (IOI)	Dinâmica habitacional	Domicílios vagos
Indicador de concentração imobiliária (ICI)	Mercado imobiliário	Domicílios alugados
Indicador de verticalização imobiliária (IVI)	Ordenamento territorial	Domicílios tipo apartamentos
Indicador de relações de gênero (IGe)	Empoderamento feminino	Domicílios chefiados por mulheres
Índice de Qualidade de Saneamento ambiental (IQSA)	Saúde, bem estar e qualidade ambiental	Lixo acumulado, esgoto a céu aberto, bueiros, alçamento e arborização
Índice de Vulnerabilidade Social (IVS)	Risco social e econômico	Renda, escolaridade e moradia
Índice de Gini (IG)	Equidade, desigualdade social e desenvolvimento humano	Distribuição dos rendimentos de uma determinada população
Índice de Infraestrutura Urbana (IIU)	Qualidade de vida urbana	Abastecimento de água, esgotamento sanitário, coleta de lixo

Fonte: Elaboração da autora(2019)

Indicador de subnormalidade (IS)

O indicador de subnormalidade foi a variável censitária “tipo de setor censitário que classifica o setor censitário como subnormal ou não. O tipo do setor pode ser: setor comum ou não-especial; e setor especial. O setor especial é aquele que apresenta características que tornam necessário um tratamento diferenciado de coleta em relação aos setores comuns ou não-especiais. O setor especial de aglomerado subnormal é o conjunto constituído por um mínimo de 51 domicílios, ocupando ou tendo ocupado, até período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular), dispostos, em geral, de forma desordenada e densa, carentes, em sua maioria, de serviços públicos essenciais.

Indicador de poder de consumo (IC)

Valor do Rendimento nominal médio mensal das pessoas de 10 ou mais anos de idade foi a proxy do indicador de poder de consumo dos setores censitários. Esse valor consiste na soma mensal de trabalho com o rendimento proveniente de outras fontes. Os empregados

foram classificados em: com carteira de trabalho assinada; militares e funcionários públicos estatutários; ou outro, sem carteira de trabalho assinada (BDE, 2018). Considerou-se como rendimento nominal mensal a divisão do rendimento nominal mensal domiciliar pelo número de moradores do domicílio particular, exclusive aqueles cuja condição no domicílio particular fosse pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

Indicador de ocupação imobiliária (IOI)

O percentual de domicílios vagos no setor foi à referência do indicador de ocupação imobiliária. O conceito de domicílio vago é o domicílio particular permanente sem morador na data de referência, embora, posteriormente, durante o período da coleta, tivesse sido ocupado. Portanto, sobre aquele que estava desocupado na data base da pesquisa, mesmo ocupado, não possui informações detalhadas. É possível apenas a identificação de características das unidades domiciliares vagas mediante o uso da variável “tipo de entrevista”, na qual o pesquisador de campo assinala as que estavam em condições de serem habitadas, as de uso ocasional, as em ruínas e as em construção ou reforma (IBGE, 2010).

De acordo com a PNAD (2009), o Brasil possui 7,517 milhões de imóveis vagos, 72,0% dos quais localizados em áreas urbanas e 28,0% em áreas rurais. Desse montante, 6,307 milhões encontram-se em condição de serem ocupados, 894 mil estão em construção ou reforma, e 340 mil, em ruínas. Excetuando-se estes últimos, os demais constituem o estoque do mercado, uma vez que representam as unidades prontas e aquelas com potencial de serem habitadas em futuro próximo.

Indicador de concentração imobiliária (ICI)

Para o indicador de concentração imobiliária, adotou-se o percentual de domicílios alugados no setor censitário. Para domicílio nessa condição define-se que, caso o domicílio seja alugado, o aluguel deva ser pago por um ou mais moradores. Considerou-se também como alugado o domicílio em que o empregador (de qualquer um dos moradores) pagar, como parte integrante do salário, uma parcela em dinheiro para o pagamento do aluguel (IBGE, 2010).

Em consequência da elevação do número de famílias com a “casa própria”, houve uma diminuição relativa do número de domicílios alugados, significando que uma menor proporção de brasileiros recorre ao aluguel de um imóvel para moradia. Contudo, o número

de domicílios alugados cresceu em termos absolutos e representa um mercado bastante amplo. Paralelamente, o número de domicílios cedidos ou com outra forma de ocupação decresceu tanto em termos absolutos quanto em termos relativos.

Indicador de verticalização imobiliária (IVI)

O percentual de domicílios tipo apartamento foi o indicador de verticalização imobiliária do setor. Segundo o IBGE (2010), em relação ao tipo, classificou-se o domicílio particular permanente como apartamento quando localizado em edifício: de um ou mais andares, com mais de um domicílio, servidos por espaços comuns (*hall* de entrada, escadas, corredores, portaria ou outras dependências); de dois ou mais andares em que as demais unidades eram não residenciais; e de dois ou mais pavimentos com entradas independentes para os andares;

Indicador de relações de gênero (IGe)

O indicador de relações de gênero foi dado pelo percentual dos domicílios chefiados por mulher. A respeito de “chefe de domicílio”, variável entendida, neste caso, como a mulher, responsável pelo domicílio, a provedora. O conceito de chefia usado refere-se ao adotado pelo instituto oficial que chama de pessoa de referência: o integrante da família considerado responsável por aquela casa. O levantamento reflete mais a divisão entre homens e mulheres. O número de famílias chefiadas por mulheres quase dobrou. O contingente desses lares saltou de 14,1 milhões, em 2001, para 28,9 milhões, em 2015, avanço de 105% (CANEVAGHI; ALVES, 2018).

Índice de qualidade de saneamento ambiental (IQSA)

Para mensurar aspectos relevantes da realidade da cidade, a análise da qualidade ambiental define quais indicadores ambientais devem ser utilizados, como o saneamento ambiental representado pelas variáveis de infraestrutura, abastecimento de água, energia elétrica, esgoto sanitário, coleta de lixo e pavimentação das vias públicas. Borges em sua tese discorre a respeito do crescimento desordenado ou irregular no território nacional, comprometendo instalações e infraestruturas nas áreas urbanas e nas regiões metropolitanas.

A expansão de moradias problemáticas no país, no que tange a qualidade de suas instalações estruturais e sanitárias é um problema que se reproduz negativamente em recortes espaciais diferenciados. Nas áreas urbanas e regiões metropolitanas, onde a densidade populacional e demanda por investimentos é intensa, é notável a pior condição de sobrevivência e salubridade, sobretudo nas áreas de concentração de grupos humanos marginais. E na zona rural a concentração de terras e falta de recursos a serem empregados no aspecto construtivo, remonta em domicílios com ínfima infraestrutura (BORGES, 2017, p. 35).

Evidencia-se nos espaços urbanos, a degradação ambiental, em maior ou menor grau, através da utilização dos recursos naturais aliados, a falta de uma preocupação com os elementos físicos que compõem essa paisagem, na própria organização econômica e social desse espaço. As cidades devolvem para a natureza seus resíduos, como dejetos domésticos e industriais, poluição, seja do ar, da água ou do solo, além dos problemas causados pela constante artificialidade da natureza, tornando a vegetação, espaços verdes e áreas permeáveis como elementos secundários na paisagem urbana.

Seguindo uma tendência cultural e temporal, a maioria das cidades brasileiras formou-se e expandiu-se sem um prévio planejamento ou com um planejamento inadequado e sempre atrelado a variações nos ciclos econômicos. Sendo assim, os espaços urbanos são consequências da organização social, econômica e cultural, com grande diversidade e evidenciando as contradições do sistema capitalista e, portanto, sem a concepção de racionalidade ambiental, interferindo no equilíbrio ecológico dos referidos espaços (LIMA, 2013, p. 68).

A autora esclarece:

Todavia, é importante ressaltar que os impactos negativos, por falta de adequada infraestrutura, e dos serviços que envolvem essas obras corretivas, com relação a terrenos irregulares, por exemplo, devem ser associados, também, ao reflexo da ausência de consciência ambiental e descuido dos próprios moradores, que envolvem aspectos de interesse coletivo e interferem na qualidade de vida da cidade como um todo. A disposição de lixo em terrenos sem construção, em córregos, a ocupação de áreas inadequadas como margens de rios e córregos servem de exemplos para o problema ambiental (LIMA, 2013, p. 70).

Já o Índice de Saneamento Ambiental (ISA), proposto por Garcia, Silva e Lobo (2016), mensura os microdados do universo do Censo de 2010, do IBGE, referentes às seguintes variáveis: porcentagem de domicílios particulares permanentes com abastecimento de **água** da rede geral; porcentagem de domicílios particulares permanentes com banheiro de uso exclusivo dos moradores ou sanitário e esgoto sanitário via rede geral de **esgoto** ou pluvial; porcentagem de domicílios particulares permanentes com **lixo** coletado; porcentagem de domicílios particulares permanentes - não existe lixo acumulado nos logradouros;

porcentagem de domicílios particulares permanentes - não existe **esgoto** a céu aberto; porcentagem de domicílios particulares permanentes - existe **arborização**; porcentagem de domicílios particulares permanentes - existe **bueiro/boca-de-lobo**; porcentagem de domicílios particulares permanentes - existe **calçada**; todas por setor censitário.

Complementando a análise, uma média simples visando uma classificação de mesmo peso referente às demais variáveis (não críticas), conforme pôde ser observado na equação abaixo. Os setores censitários que não apresentaram lixo acumulado nos logradouros ou esgoto a céu aberto foram classificados conforme a porcentagem de domicílios presentes que se adéquam as demais variáveis, conforme a seguinte equação:

$$ISA = \frac{\sum ADOM}{6}$$

Em que o ISA é igual ao Índice de Saneamento Ambiental; $\sum ADOM$ é a soma do percentual da adequação dos domicílios de cada variável por setor censitário. (GARCIA; SILVA; LOBO, 2016). Isso posto, as classes hierárquicas do índice foram definidas com base na porcentagem de domicílios que se adéquam a cada variável: de 0% a 20% de adequação – estado crítico; de 21% a 40% de adequação – estado insatisfatório; de 41% a 60% de adequação – estado inadequado; de 61% a 80% de adequação – estado satisfatório; 81% ou mais de adequação – estado adequado.

No que se refere ao planejamento territorial há uma demanda acentuada pelo uso dos serviços que incrementam a qualidade de vida, seja por razões de ordem econômica ou pelas mudanças ambientais recentes nocivas à sobrevivência humana, o que acarreta uma pressão dos diferentes segmentos sociais. Em linhas gerais, os índices são associações matemáticas concebidas a partir de conceitos que resumem e contem relevância sobre determinados atributos e dimensões do estado de saúde, bem como do desempenho do sistema e das bases de atendimento ao saneamento. Vistos em conjunto, devem refletir a situação salubre (ou não) de uma população e contribuir para o monitoramento das condições de vida. Logo, a salubridade torna-se também um produto das condições materiais e sociais que podem interferir na saúde da população e caracterizam o meio no qual as pessoas vivem (GARCIA; SILVA; LOBO, 2016, p. 5).

Índice de Vulnerabilidade Social (IVS)

Nas últimas décadas, o termo vulnerabilidade tem sido utilizado em estudos expressando a multidimensionalidade de um conceito em construção empregado em diversos campos de saber, pode se destacar em áreas como as ciências da vida, as naturais e as sociais, em especial na área da geografia, demografia, economia, saúde e bioética. A diversidade de abordagens disciplinares e a polissemia de definição proporcionam uma ampla utilização do termo vulnerabilidade, que adquire delimitações específicas a depender da área em que é adotado, embora corra o risco de perder significado pelo uso indiscriminado em amplo espectro de abordagens sem delimitação teórica e conceitual (SCHUMANN; MOURA, 2015).

O conceito de vulnerabilidade é delimitado por processos sociais dinâmicos e multigeracionais que envolvem pelo menos três dimensões: exposição a trajetórias de riscos, capacidades internas e externas de reação e possibilidades de adaptação baseada tanto na intensidade do risco quanto na resiliência das pessoas. O IVS é um indicador composto que, por meio de variáveis socioeconômicas e de saneamento, analisa as características de grupos populacionais que vivem em setores censitários. O índice pode avaliar os percentuais de domicílios particulares permanentes com abastecimento de água, esgotamento [sic] sanitário e destino do lixo inadequados ou ausentes; a razão de moradores por domicílio; o percentual de pessoas analfabetas; o percentual de domicílios particulares com rendimento *per capita*; o rendimento nominal mensal médio das pessoas responsáveis; e o percentual de pessoas de raça/cor parda, preta ou indígena. O IVS é utilizado em muitos estudos como subsídio para a identificação das pessoas que se encontram em processos de vulnerabilidade (SCHUMANN; MOURA, 2015, p. 2.108).

Estes autores ampliaram e distinguiram em seus trabalhos uma ampla gama e aplicabilidade do conceito. Por outro lado, há autores que definem com o prisma econômico da vulnerabilidade social, apresentando-a incompleta, pois, não esclarece condições pelas quais os diferentes grupos sociais ingressam no conjunto dos indivíduos ou grupos vulneráveis. Além disso, há indivíduos vulneráveis entre os índios, os negros, as mulheres, os nordestinos, os trabalhadores rurais, tanto assalariados quanto aqueles ainda na condição de posseiros, meeiros, as crianças em situação de rua, a maioria dos deficientes físicos, entre outros segmentos populacionais (JANZCURA, 2012).

Esses instrumentos são apresentados como facilitadores para o atendimento das demandas de informação não só para formulação de políticas, tomada de decisões nas esferas públicas, divulgação pelos meios de comunicação de resultados sintéticos, bem como para a disseminação da cultura de uso de indicadores nos pactos das agendas de políticas públicas nacionais e global. Entre os anos de 2000 e 2010, o IVS nacional apresentou melhoras significativas das condições sociais no país, período de expansão sociopolítica. Ressalta-se a dimensão na melhora referente à renda e trabalho; em segundo, capital humano; e, em terceiro, infraestrutura urbana, fato que não desprezou disparidades regionais (BUGNI; JACOB, 2015, p. 117). Trata-se, portanto, de analisar a existência de condições mínimas de bem-estar da população em determinado território e apresentar possibilidades de mobilidade social ao longo do tempo. Importante ressaltar que essa recente publicação do IVS promove de forma inédita um olhar sobre os municípios brasileiros, sobretudo dos centros metropolitanos do país (BUGNI; JACOB, 2015). Portanto, corroboram com esse pensamento Garcia e Nunes:

Não é incomum que as pessoas sejam classificadas como vulneráveis em função da renda, situação familiar (família convivente secundária, família composta por mulher solteira com filhos etc.), escolaridade, idade, deficiência física etc. Determinados fatores costumam também ser arrolados como agravantes da situação de vulnerabilidade como, por exemplo, a precariedade na relação de trabalho e o acesso precário a moradia e a bens, equipamentos e serviços. Pessoas residentes em cortiços ou similares ou em imóveis alugados, por exemplo, são mais vulneráveis do que as residentes em imóveis próprios, porque dispõem de mais recursos com a

moradia e porque são sujeitas a despejo, não renovação dos contratos ou a renovação por valores mais altos do que a famílias podem arcar. Por outro lado, pode-se considerar como mais vulnerável a processos de transformação urbana a população residente em imóveis sujeitos a substituição em processos de alteração do uso e ocupação do solo. Pode-se, por exemplo, considerar como mais vulnerável a processos de transformação urbana a população residente em áreas ocupadas por edificações horizontais, em mal estado de conservação, não protegidas por legislação específica, do que a população residente em áreas ocupadas por edificações verticais, que geralmente implicam em preços fundiários mais altos e maiores custos de substituição. Embora se possa argumentar que antigos proprietários deslocados pela incapacidade de pagamento de tributos fundiários no mínimo incorporam uma parcela da valorização fundiária causada pela transformação do uso e ocupação do solo (GARCIA; NUNES; OLIVEIRA 2012, p. 74).

Dada a necessidade de caracterização das áreas de entorno dos grandes projetos abordados, optou-se por caracterizar a vulnerabilidade social da população a processos de transformação urbana segundo os setores censitários (o que exclui indicadores relativos às famílias, à ocupação no trabalho etc., disponíveis por área de ponderação) a partir dos seguintes fatores: renda do responsável pelo domicílio; condição de ocupação (próprio, alugado, cedido, outros); tipo do domicílio (casa/sobrado, apartamento, cômodo); escolaridade do responsável pelo domicílio. De acordo com a incidência desses fatores, os setores de Goiânia puderam ser caracterizados como vulneráveis segundo a hierarquia contida no Quadro 3:

Quadro 3- Procedimentos, critérios e variáveis utilizadas na construção do Índice de Vulnerabilidade Social dos setores censitários

<p>I. Setor de vulnerabilidade máxima – reúne ao mesmo tempo as seguintes condições:</p> <ul style="list-style-type: none"> •Mais de 50% dos responsáveis tem renda até 2 salários mínimos; •Mais de 30% da população reside em domicílios tipo alugados ou cedidos •Mais de 50% dos responsáveis tem baixa escolaridade (menos de 4 anos de estudo) •Mais de 50 % da população reside em domicílios tipo cômodos ou casas <p>II. Setor de vulnerabilidade crítica – excluídos os casos incluídos no item anterior, reúne ao mesmo tempo as seguintes condições:</p> <ul style="list-style-type: none"> •Mais de 50% dos responsáveis tem renda até 2 salários mínimos; •Mais de 30% da população reside em domicílios tipo alugados ou cedidos •Mais de 50% dos responsáveis tem baixa escolaridade (menos de 4 anos de estudo) •Mais de 50 % da população reside em domicílios tipo cômodos ou casas 	<p>IV. Setor de vulnerabilidade alta – excluídos os casos incluídos nos itens anteriores, compreende duas situações:</p> <p>a) Tipo 1 - reúne ao mesmo tempo as seguintes condições</p> <ul style="list-style-type: none"> •Mais de 50% dos responsáveis tem renda até 3 salários mínimos; •Mais de 30% da população reside em domicílios tipo alugados •Mais de 35% dos responsáveis tem baixa escolaridade (menos de 4 anos de estudo) •Mais de 50% da população reside em domicílios tipo cômodos ou casas <p>b) Tipo 2 - reúne ao mesmo tempo as seguintes situações</p> <ul style="list-style-type: none"> •Mais de 50% dos responsáveis tem renda até 3 salários mínimos; •Mais de 35% dos responsáveis tem baixa escolaridade (menos de 4 anos de estudo); •É indiferente a condição de ocupação ou a tipologia do domicílio <p>V. Setor de vulnerabilidade média/alta -</p>
--	--

III. Setor de vulnerabilidade muito alta – excluídos os casos incluídos no item anterior, incluem duas situações:

a) Tipo 1 - reúne ao mesmo tempo as seguintes condições:

- Mais de 35% dos responsáveis tem renda até 2 salários mínimos;
- Mais de 15% dos responsáveis tem renda maior do que 2 até 3 salários mínimos;
- Mais de 30% da população reside em domicílios tipo alugados ou cedidos
- Mais de 35% dos responsáveis tem baixa escolaridade (menos de 4 anos de estudo)
- Mais de 50 % da população reside em domicílios tipo cômodos ou casas

b) Tipo 2 - reúne ao mesmo tempo as seguintes situações:

- Mais de 50% dos responsáveis tem renda até 2 salários mínimos
- Mais de 50% dos responsáveis tem baixa escolaridade (menos de 4 anos de estudo)
- É indiferente a condição de ocupação ou a tipologia do domicílio

excluídos os casos incluídos nos itens anteriores, reúne ao mesmo tempo as seguintes condições:

- Mais de 35% dos responsáveis tem renda até 3 salários mínimos;
- Mais de 30% da população reside em domicílios tipo alugados
- Mais de 35% dos responsáveis tem baixa escolaridade (menos de 4 anos de estudo)

VI. Setor de vulnerabilidade média - excluídos os casos incluídos nos itens anteriores, reúne a seguinte condição:

- Mais de 35% dos responsáveis tem renda até 3 salários mínimos.

VII. Setor de vulnerabilidade baixa - excluídos os casos incluídos nos itens anteriores, reúne a seguinte condição:

- Menos de 35% dos responsáveis tem renda até 3 salários mínimos.

Fonte: Garcia et al (2012).

Índice de coeficiente de Gini

O Índice de Gini, criado pelo matemático italiano Conrado Gini, é um instrumento para medir o grau de concentração de renda em determinado grupo, aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de zero a um (alguns apresentam de zero a cem). O valor zero representa a situação de igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda. O valor um (ou cem) encontra-se no extremo oposto, significa que uma pessoa detém toda a riqueza. Na prática, esse índice costuma comparar os 20% mais pobres com os 20% mais ricos. No Relatório de Desenvolvimento Humano de 2004, elaborado pelo PNUD, o Brasil aparece com índice de 0,591, quase no final da lista de 127 países. No IDH ajustado à desigualdade- um método que relativiza o desenvolvimento humano em função da diferença entre os mais e menos abastados de um país- O Brasil é o terceiro país que mais perde posições, empatado com Coreia e Panamá e atrás somente do Irã(-40) e de Botsuana(-23). Em relação ao Coeficiente de Gini(2010-2015) instrumento que mede o grau de concentração de renda em determinado grupo e aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos, o Brasil é o quarto pior país da América Latina e do Caribe, atrás somente do Haiti, Colômbia e Paraguai(PNUD, 2017).

Conforme Medeiros (2012), o coeficiente de Gini é uma medida que sintetiza o nível de desigualdade de uma distribuição de renda em um único número. Trata-se do indicador de desigualdade mais conhecido e usado. À medida que se incorpora em vários outros índices, inclusive medidas de pobreza, também é conhecido como Índice de Gini ou simplesmente Gini. O tipo de desigualdade medida pelo coeficiente de Gini é a desigualdade relativa.

Nunes e Garcia (2015) reiteram que o coeficiente de Gini é uma medida geralmente utilizada para mensurar o grau de desigualdade social. Os resultados da medida situam-se no intervalo entre 0 e 1, em que 0 corresponde à completa igualdade e 1 à completa desigualdade, portanto, quanto mais próximo da unidade, maior o grau de desigualdade; quanto mais próximo de 0, maior o grau de equidade entre as variáveis utilizadas. Ainda para esses autores, o coeficiente de Gini pode ser calculado com a Fórmula de Brown, que é mais prática:

$$G_N = \frac{1}{n} \sum_{k=1}^n (P_k^N - P_{k-1}^N) (Q_k^N - Q_{k-1}^N)$$

em que: G_m é o Coeficiente de Gini municipal, P_k^m a proporção acumulada da variável população do município m , até o estrato k ; e Q_k^m corresponde à proporção acumulada da variável renda no município m no estrato k .

Índice de Infraestrutura Urbana (IIU)

A expansão demográfica observada desde o último século fez também aumentar o tamanho das cidades e, por consequência, a sua população. Entretanto, o ingresso em uma sociedade urbana ultrapassa a sua expressão demográfica e alcança preocupações no modo como a cidade está estruturada para servir a demanda da população em relação aos serviços e aparelhos urbanos, ou seja, a infraestrutura urbana. Em complementaridade aos aspectos de cunho socioeconômico para o desenvolvimento de uma região considerada um centro urbano, a infraestrutura das cidades encontra-se intrinsecamente associada a este desenvolvimento, isto é, uma região com uma infraestrutura urbana bem desenvolvida oferece à população melhores condições de saúde, de saneamento básico, de mobilidade urbana, de educação e de acesso aos meios de comunicação e eletrificação, além de melhores condições físicas do entorno dos domicílios (MORAIS; SOBREIRA; LIMA, 2018). No Brasil, especialmente nos centros urbanos, a situação sanitária é aparentemente favorável devido ao fato de quase a totalidade dos domicílios serem atendida por abastecimento de água, inclusive os de baixa situação socioeconômica. No entanto, isso não ocorre com as redes de esgoto sanitário,

ausentes em grande parte das cidades, principalmente nos domicílios de nível socioeconômico mais baixo. Com o crescimento urbano e o aumento da população, todas as questões relacionadas à infraestrutura passam a ser um desafio para os gestores públicos e ambientalistas, por exigirem um conjunto de políticas públicas consistentes e um planejamento eficiente, com a adoção de tecnologias compatíveis com a realidade da população, para que seja viável sua implementação e manutenção (SIQUEIRA, 2018). As análises pertinentes à infraestrutura foram baseadas em conformidade a Garcia e Nunes (2012). Na infraestrutura é conceituada por serviços tradicionais, energia elétrica, transportes, telecomunicações. Análises relacionadas aos fatores: (1) existência de esgotamento sanitários ligado à rede geral; (2) existência de abastecimento de água ligado à rede geral; e (3) existência de serviço de coleta de lixo.

De acordo com a incidência desses fatores, o setor censitário pode ser caracterizado como detentor de certo grau de infraestrutura urbana, segundo a hierarquia contida no quadro abaixo.

Quadro 4 -Procedimentos, critérios e variáveis utilizadas na construção do índice de infraestrutura urbana nos setores censitários.

<p>I. Setor de infraestrutura urbana máxima – reúne ao mesmo tempo as seguintes condições:</p> <ul style="list-style-type: none"> •Percentual de domicílios com existência de esgotamento sanitário ligado à rede geral igual a 100%; •Percentual de domicílios com existência de abastecimento de água ligado à rede geral igual a 100%; •Percentual de domicílios com existência de serviço de coleta de lixo igual a 100%. <p>II. Setor de infraestrutura urbana alta – excluídos os casos incluídos no item anterior, reúne ao mesmo tempo as seguintes condições:</p> <ul style="list-style-type: none"> •Percentual de domicílios com existência de esgotamento sanitário ligado à rede geral igual ou superior a 95%; •Percentual de domicílios com existência de abastecimento de água ligado à rede geral igual ou superior a 95%; •Percentual de domicílios com existência de serviço de coleta de lixo Igual ou superior a 95%. <p>III. Setor de infraestrutura urbana média-alta – excluídos os casos incluídos no item anterior, reúne ao mesmo tempo as</p>	<p>V. Setor de infraestrutura urbana média-baixa – excluídos os casos incluídos no item anterior, reúne ao mesmo tempo as seguintes condições:</p> <ul style="list-style-type: none"> •Percentual de domicílios com existência de esgotamento sanitário ligado à rede geral igual ou superior a 80%; •Percentual de domicílios com existência de abastecimento de água ligado à rede geral igual ou superior a 80%; •Percentual de domicílios com existência de serviço de coleta de lixo igual ou superior a 80%. <p>VI. Setor de infraestrutura urbana baixa – excluídos os casos incluídos no item anterior, reúne ao mesmo tempo as seguintes condições:</p> <ul style="list-style-type: none"> •Percentual de domicílios com existência de esgotamento sanitário ligado à rede geral igual ou superior a 75%; •Percentual de domicílios com existência de abastecimento de água ligado à rede geral igual ou superior a 75%; •Percentual de domicílios com existência de serviço de coleta de lixo igual ou superior a 75%. <p>VII. Setor de infraestrutura urbana</p>
--	--

<p>seguintes condições:</p> <ul style="list-style-type: none"> •Percentual de domicílios com existência de esgotamento sanitário ligado à rede geral igual ou superior a 90%; •Percentual de domicílios com existência de abastecimento de água ligado à rede geral igual ou superior a 90%; •Percentual de domicílios com existência de serviço de coleta de lixo igual ou superior a 90%. <p>IV. Setor de infraestrutura urbana média – excluídos os casos incluídos no item anterior, reúne ao mesmo tempo as seguintes condições:</p> <ul style="list-style-type: none"> •Percentual de domicílios com existência de esgotamento sanitário ligado à rede geral igual ou superior a 85%; •Percentual de domicílios com existência de abastecimento de água ligado à rede geral igual ou superior a 85%; •Percentual de domicílios com existência de serviço de coleta de lixo igual ou superior a 85%. <p>Fonte: Garcia et al (2012).</p>	<p>baixíssima – excluídos os casos incluídos no item anterior, reúne ao mesmo tempo as seguintes condições:</p> <ul style="list-style-type: none"> •Percentual de domicílios com existência de esgotamento sanitário ligado à rede geral superior a 50%; •Percentual de domicílios com existência de abastecimento de água ligado à rede geral superior a 50%; •Percentual de domicílios com existência de serviço de coleta de lixo superior a 50%. <p>VIII. Setor de infraestrutura urbana mínima – excluídos os casos incluídos no item anterior, reúne ao mesmo tempo as seguintes condições:</p> <ul style="list-style-type: none"> •Percentual de domicílios com existência de esgotamento sanitário ligado à rede geral igual ou inferior a 50%; •Percentual de domicílios com existência de abastecimento de água ligado à rede geral igual ou inferior a 50%; •Percentual de domicílios com existência de serviço de coleta de lixo igual ou inferior a 50%.
---	---

3.3. Análise Multivariada

Do método K-Means ao Two Step-cluster

K-means clustering trata-se de um tipo de aprendizado não supervisionado, que é usado quando tem dados sem rótulo, ou seja, dados sem categorias ou grupos definidos. O objetivo desse algoritmo se funda em encontrar por grupos nos dados, com o número de grupos representados pela variável K. O algoritmo trabalha para atribuir cada ponto de dados a um dos grupos K com base nos recursos fornecidos. Os pontos de dados são agrupados com base na similaridade do recurso. Os resultados do algoritmo de *clusterização K-means* são: centroides dos *clusters* K, que podem ser usados para rotular novos dados; etiquetas para os dados de treinamento (cada ponto de dados é atribuído a um único *cluster*); em vez de definir grupos antes de examinar os dados. Desse modo, o armazenamento em *cluster* permite localizar e analisar os grupos formados organicamente. Cada centroide de um *cluster* é uma coleção de valores de recursos que definem os grupos resultantes. Examinar os pesos dos

recursos do centroide pode ser usado para interpretar qualitativamente o tipo de grupo que cada *cluster* representa. Uma vez que o algoritmo é executado e os grupos são definidos, qualquer novo dado pode ser facilmente atribuído ao grupo correto.¹¹

Análise, que atribui automaticamente objetos para diferentes classes, analisando as semelhanças ou dissimilaridades entre eles. K-means é um método de clustering não hierárquico que visa dividir os objetos em k clusters. (SANTOS et al., 2018, p. x).¹²

A ideia do algoritmo *K-Means*, denominado também K-médias, propõe-se fornecer uma classificação de informações de acordo com os próprios dados, a qual se baseia em análise e comparações entre os valores numéricos dos dados. Desta maneira, o algoritmo automaticamente fornece uma classificação automática sem a necessidade de nenhuma supervisão humana e, portanto, sem nenhuma pré-classificação existente. Em virtude desta característica, o *K-means* é considerado como um algoritmo de mineração de dados não supervisionado, além de funcionar como uma tabela com linhas e colunas para classificar os dados. Nesta tabela, cada coluna é chamada de dimensão e cada linha contém informações para cada dimensão, nomeadas também de ocorrências ou pontos.

Em geral, trabalha-se com dados contínuos neste algoritmo, embora nada impeça que os dados discretos sejam utilizados, desde que mapeados para valores numéricos correspondentes. Como dito, o algoritmo analisa todos os dados da tabela e cria classificações, isto é, o algoritmo indica uma classe (*cluster*) e informa quais linhas pertencem a esta classe. O usuário deve fornecer ao algoritmo a quantidade de classes que deseja, a qual deve ser passada para o algoritmo e é chamada de k, daí vem a primeira letra do algoritmo: *K-Means*. Para gerar as classes e classificar as ocorrências, o algoritmo realiza uma comparação entre cada valor de cada linha por meio da distância e, usualmente, utiliza-se a distância euclidiana para calcular o quão “longe” uma ocorrência está de outra. No entanto, a maneira de calcular a distância depende da quantidade de atributos da tabela fornecida. Após o cálculo das distâncias, o algoritmo calcula os centroides para cada uma das classes. Conforme o algoritmo iterativo, o valor de cada centroide é refinado pela média dos valores de cada atributo de cada ocorrência que pertence a este centroide. Dessa maneira, o algoritmo gera k centroides e coloca as ocorrências da tabela de acordo com sua distância dos centroides.

Os modos k algoritmo estende o algoritmo de k-médias usando uma simples medida de dissimilaridade correspondente aos objetos categóricos, modos em vez de meios para *clusters* e uma frequência baseada método para atualizar modos no processo de agrupamento

¹¹ Disponível em: <<https://www.datascience.com/blog/k-means-clustering>>.

¹² K-means is a technique of cluster analysis, which automatically assigns objects to different classes by analyzing the similarities or dissimilarities between them. K-means is a non-hierarchical clustering method that aims to divide the objects into k clusters. (SANTOS et al., 2018, p. 80).

para minimizar a função de custo de *clustering*. Convém ressaltar que Huang também combinou o algoritmo k-modes com o algoritmo k-means resultando no algoritmo chamado k-protótipos para agrupar objetos descritos por números numéricos e atributos categóricos. Essas extensões removeram a limitação numérica do algoritmo *k-means* e quando ativada deve ser usado para *clustering* eficiente de dados muito grandes, por exemplo, vários conjuntos de bancos de dados do mundo real. No entanto, o algoritmo *k-modes* é instável devido a não unicidade dos modos, ou seja, os resultados do agrupamento dependem fortemente da seleção de modos durante o processo de agrupamento.¹³

A Two Step Cluster, técnica de mineração de dados recente e inovadora, ainda pouco difundida no Brasil, permite que os pesquisadores, ao utilizarem questionários com respostas nominais e/ou contínuas, saiam do estágio descritivo trivial de reconhecimento de padrões e desenvolvam técnicas multivariadas para o tratamento avançado dos múltiplos indicadores de diferentes tipos de medição em grandes bases de dados. A Two Step Cluster vai além das análises das porcentagens das distribuições de frequência e das tabelas de contingências e realiza análises estruturais sobre grandes bases de dados que convivem com diferentes medições. A Two Step Cluster é o instrumento analítico que privilegia as situações nas quais seja necessário lidar conceitual e metodologicamente com objetos de estudo de configuração complexa (grandes espaços de análise com diferentes indicadores de diferentes tipos de medição). Portanto, compreende um conjunto de critérios para analisar dados multivariados em escala nominal e/ou contínua, cuja finalidade é atingir a segmentação dos registros em subgrupos homogêneos. Neste aspecto, a Two Step Cluster busca averiguar, por via de um algoritmo escalonável, se são definidos grupos distintos. Em caso afirmativo, pretende-se verificar a configuração e o posicionamento dos grupos uns com os outros. A Two Step Cluster revela-se particularmente interessante na segmentação de grandes espaços de análise com configuração complexa. Assim, a complexidade que se estabelece no espaço de análise é particionada e simplificada enquanto se evidenciam as configurações latentes. Diante do exposto, a Two Step Cluster é uma abordagem multifacetada e relacional sobre o objeto em um estudo e propicia a visualização de traços de configurações num contexto de complexidade. Aplicam-se as técnicas estruturais inovadoras da Two Step Cluster em várias áreas do conhecimento onde se tenha disponível uma grande base de dados com múltiplas variáveis em escalas diferentes e quando se deseje realizar uma análise de formação de *clusters* para tornar mais nítida, simples e racional uma análise estrutural. Portanto, pode ser

¹³ Disponível em: <<https://www.devmedia.com.br/data-mining-na-pratica-algoritmo-k-means/4584>>.

aplicada em amplas variedades de problemas de marketing, administração, economia, contabilidade, ciências sociais etc. A Two Step Cluster é uma técnica nova e relevante para o reconhecimento de padrões, na mineração de dados, quando estão envolvidos indicadores de natureza complexa, com diferentes tipos de medições, em grande massa de informações (COSTA, 2017).

O SPSS Two Step Clustering Component é um algoritmo de análise de cluster escalonável projetado para lidar com conjuntos de dados muito grande. Capaz de lidar com variáveis ou atributos contínuos e categóricos, requer apenas uma passagem de dados no procedimento. Na primeira etapa do procedimento, pré-agrupa os registros em vários subclusters pequenos. Em seguida, agrupe os subclusters da etapa pré-cluster no número desejado de clusters. Se o número desejado de clusters for desconhecido, o Componente de Cluster de Duas Etapas do SPSS encontrará o número apropriado de clusters automaticamente (SPSS, 2019, p. x).¹⁴

Dessa forma, esses métodos são úteis na exploração dos dados, geram bons resultados dependentes na escolha da correta de representação dos dados e da métrica de similaridade. Os dados podem ser categóricos ou numéricos.

Análise de Discriminante

É oportuno referenciar outra técnica estatística bastante utilizada na criação de indicadores, avaliação e desempenho de objetos: a análise discriminante. A partir da qual, identificar a condição de certos aspectos tem se mostrado eficaz, tornando-se um fator decisivo para a elaboração de análises globais. Além disso, a análise discriminante é uma técnica da estatística multivariada utilizada para discriminar e classificar objetos. O problema consiste em se obter uma combinação linear de características observadas que apresente maior poder de discriminação entre populações. A combinação linear é denominada função discriminante, que tem a propriedade de minimizar as probabilidades de má classificação, quando as populações são normalmente distribuídas com média μ e variância Σ conhecidas. Entretanto, tal situação não ocorre, isto é, a média e a variância das populações normalmente não são conhecidas, portanto havendo a necessidade de estimação desses parâmetros. Pode-se assumir que as populações têm uma mesma matriz de covariâncias ou não. Conforme a

¹⁴ The SPSS Two Step Clustering Component is a scalable cluster analysis algorithm designed to handle very large datasets. Capable of handling both continuous and categorical variables or attributes, it requires only one data pass in the procedure. In the first step of the procedure, you pre-cluster the records into many small sub-clusters Then, cluster the sub-clusters from the pre-cluster step into the desired number of clusters. If the desired number of clusters is unknown, the SPSS Two Step Cluster Component will find the proper number of clusters automatically (SPSS, 2019, p. 2).

seleção as funções discriminantes são denominadas de lineares ou quadráticas. (VARELLA, 2004).

A função discriminante linear de Fisher é uma combinação linear de características originais que se caracteriza por produzir separação máxima entre duas populações. Considerando que μ_i e Σ são parâmetros conhecidos e, respectivamente, os vetores de médias e a matriz de covariâncias comum das populações π_i . Demonstra-se que a função linear do vetor aleatório X produz separação máxima entre duas populações.

No caso particular da função de Fisher, assume-se que as matrizes de covariâncias são iguais, denominada de função discriminante linear de Fisher, a qual consiste em obter funções matemáticas capazes de classificar um indivíduo X (uma observação X) em uma de várias populações π_i , ($i=1, 2, \dots, g$), com base em medidas de um número p de características, buscando minimizar a probabilidade de má classificação, isto é, minimizar a probabilidade de classificar erroneamente um indivíduo em uma população π_i , quando realmente pertence à população π_j , ($i \neq j$) $i, j=1, 2, \dots, g$ (VARELLA, 2004).

Basicamente, o problema reside em separar duas classes de objetos ou fixar um novo objeto em uma das duas classes. Deste modo, é interessante alguma exemplificação. A ideia de Fischer foi transformar as observações multivariadas X_s nas observações univariadas y_s tal que os y_s das populações Π_1 e Π_2 sejam separadas tanto quanto possível. Fischer teve a ideia de tomar combinações lineares de X para criar os y_s , dado que as combinações lineares são funções de X e, por outro lado, são de fácil cálculo matemático.

Seja $\mu_1 y$ a média dos y_s obtidos dos X_s pertencentes à Π_1 e $\mu_2 y$ a média dos y_s obtidos dos X_s pertencentes a Π_2 , Fischer então selecionou a combinação linear que maximiza a distância quadrática entre $\mu_1 y$ e $\mu_2 y$ relativamente à variabilidade dos y_s . Assim, seja: $\mu_1 = E(X|\Pi_1) =$ valor esperado de uma observação multivariada de Π_1 . $\mu_2 = E(X|\Pi_2) =$ valor esperado de uma observação multivariada de Π_2 e supondo a matriz de covariância $\Sigma = E(X - \mu_i)(X - \mu_i)'$ $i = 1, 2$.¹⁵

Corroborando Silva (2018) que a função discriminante linear de *Fisher* é uma combinação linear de características originais a qual se caracteriza por produzir separação máxima entre duas populações. Considerando que μ_i e Σ são parâmetros conhecidos e respectivamente, os vetores de médias e a matriz de covariâncias comum das populações π_i . Demonstra-se que a função linear do vetor aleatório X que produz separação máxima entre duas populações é dada por:

¹⁵ Disponível em: <http://www.leg.ufpr.br/lib/exe/fetch.php/disciplinas:ce229:tcc2008_marcelo_marcos.pdf>.

$$(D)X = L' \cdot X = [\mu_{\text{m1}}, \mu_{\text{m2}}]' \cdot \Sigma^{\text{m1m2}} \cdot X$$

$$\text{Onde: } X = [X_{\text{m1}}, X_{\text{m2}}, \dots, X_{\text{p}}] \text{ e } \pi = [\pi_{\text{m1}}, \pi_{\text{m2}}]$$

L = vetor discriminante;

X = vetor aleatório de características das populações;

μ = vetor de médias p-variado;

Σ = matriz comum de covariâncias das populações $n_{\text{m1}, n_{\text{m2}}}$;

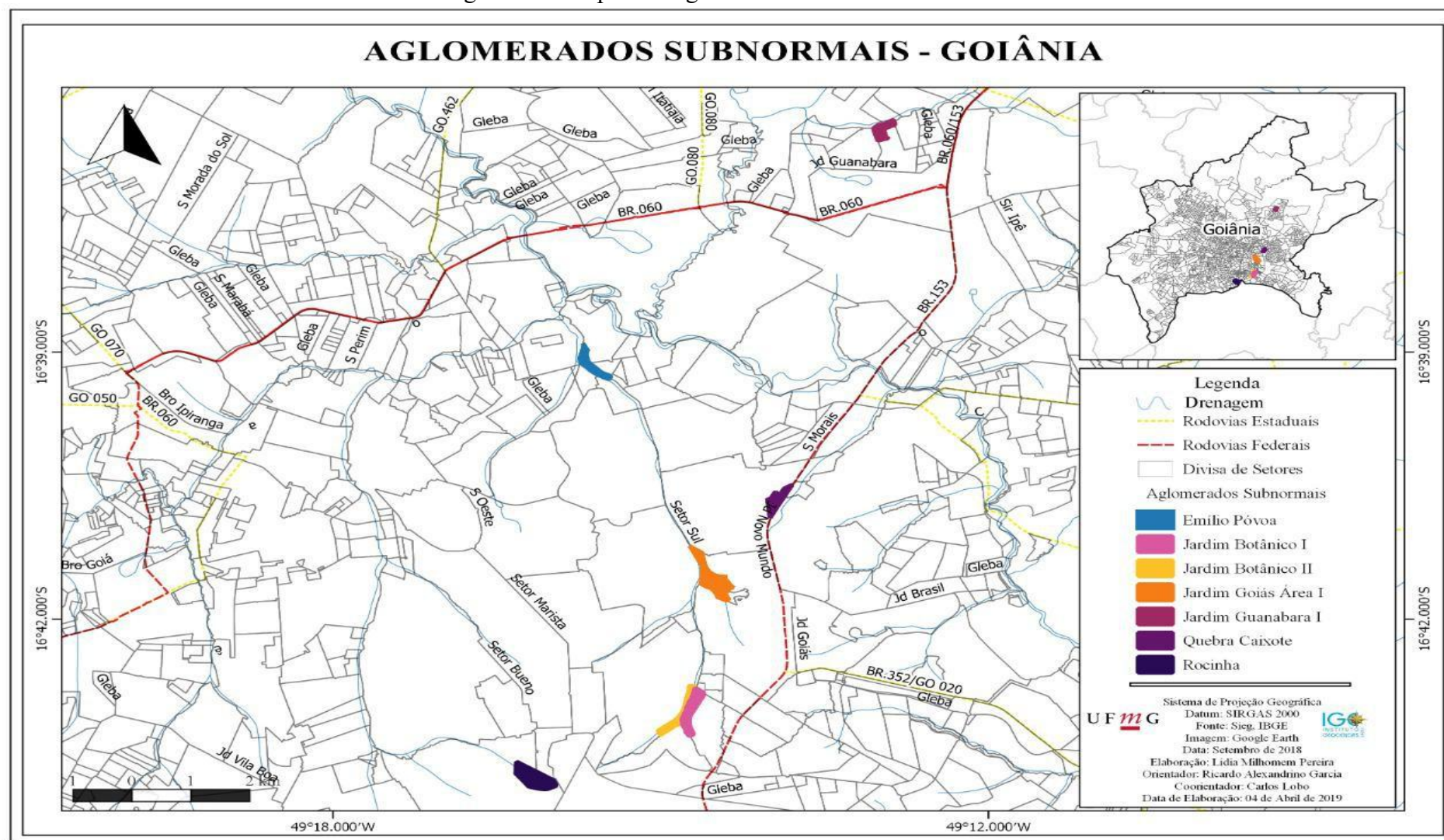
3.4. Os recortes espaciais: os aglomerados subnormais de Goiânia

“Procurei, seja como prefeito ou governador, retribuir o que recebi desta cidade. Basta lembrar que Goiânia não convive com favelas. Ainda jovem, aos 31 anos, eleito prefeito pela primeira vez, priorizei a casa própria como um bem fundamental. A capital é a única cidade de seu porte que não convive com poeira e lama.” Este trecho foi retirado da carta escrita pelo Prefeito Iris Rezende (PMDB) e divulgada à imprensa no dia 6 de julho de 2016. No texto, o chefe do Executivo da capital anunciava que, “conhecido o resultado da última eleição para governador, em 2014”, tomou a decisão de “encerrar ali” sua carreira política “com a consciência do dever cumprido”. “Em mais de 50 anos como homem público, posso dizer, com orgulho, que Goiânia jamais se envergonhou de mim”, afirma o peemedebista no documento.ⁱⁱⁱ Nesta direção, a palavra favela assusta, pois quando alguém pronuncia o termo, a primeira imagem é de um conjunto de casas aglomeradas em encostas de morros em alguma cidade do Rio de Janeiro ou na própria capital fluminense. Tadeu Alencar Arrais, professor do Instituto de Estudos Socioambientais (IESA) da Universidade Federal de Goiás (UFG) e doutor pela Universidade Federal Fluminense (UFF), lembra que as pessoas costumam tratar, de forma muito errada, a classificação de favela como um lugar cheio de pobres, recheado de mão-de-obra barata e com acesso a poucos recursos (DINIZ, 2017).

Neste trabalho, conforme mencionado anteriormente, delimitou-se o recorte espacial na cidade de Goiânia, e as disparidades mencionadas na metodologia, aglomerados subnormais, para facilitar o processamento visual entre a teoria explanada. Observa-se o padrão do espaço urbano, representados nas figuras 46 a 53. Todos os aglomerados possuem

características semelhantes no processo de uso, ocupação, infraestrutura, elementos visuais que os distinguem, com exceção, do Aglomerado Subnormal do Setor Universitário, conhecido pejorativamente, como “Quebra-caixote”. Para alcançar o objetivo de sistematização, foi realizada uma espacialização para a visualização por distribuição de dados, conforme a imagem 44 apontando os sete aglomerados subnormais em Goiânia.

Figura 44 – Mapa dos Aglomerados Subnormais – Goiânia



Fonte: IBGE, 2010

A Figura acima (44), mostra a localização dos sete aglomerados subnormais. O aglomerado denominado Rocinha está situado praticamente entre a fronteira de Goiânia com o município já conturbado de Aparecida de Goiânia, da REG. O aglomerado subnormal Jardim Guanabara I está próximo do aeroporto e do condomínio horizontal fechado denominado Aldeia do Vale, muitos moradores trabalham em áreas operacionais, como terceirizados dentro deste condomínio. Os aglomerados Jardim Botânico I e II, são vizinhos, conhecidos apenas como “Jardim Botânico”, próximos ao Córrego Botafogo, apresentam, atualmente, melhorias, tais como: estrutura de equipamentos de ginástica, possui comércio em geral, além de bares e restaurantes, há contrastes também entre ruas largas e estreitas, casas com e sem calçada, praticamente todas as ruas e avenidas encontram-se asfaltadas.

O setor Jardim Goiás, no qual está localizado o aglomerado Jardim Goiás I, tem em sua proximidade o Parque Flamboyant, o Estádio Serra Dourada, a Pontifícia Universidade Católica de Goiás, alguns hipermercados, como o Carrefour, que serviram como fatores determinantes no processo de valorização do terreno, infraestrutura equivalente a valorização dos bairros, segundo o CREA, houve construção de prédios, tornando-o um dos setores mais nobres e com a metragem quadrada mais caras de Goiânia. É conhecido como “Vila Lobó”. Embora muitas famílias já tenham sido removidas no início dos anos 2000, algumas ali permaneceram, apropriadas pela lei de usucapião. As famílias extraídas conseguiram acordos, e passaram a morar em imóveis tipo apartamentos, financiados pelo Estado, visto a localização ser extremamente próxima a onde residiam anteriormente.

O aglomerado subnormal Quebra-Caixote, localizado no setor universitário, às margens da rodovia BR-153, apresenta a menor infraestrutura adequada. Exibe-se como algo precário, rua sem asfalto, completamente estreita, fios elétricos como varais, onde crianças ficam sentadas e sem perspectiva de futuro. Nessa mesma linha, o aglomerado subnormal Emílio Póvoa situado no atual bairro Bueno é ainda hoje palco de desigualdades. É nítida a diferença da largura de algumas ruas e avenidas. Por exemplo, a Avenida Eurico Viana, com comércios (supermercados, hospital, laboratórios, casas) comparados a algumas ruelas, onde mal pode passar um carro, como na Avenida Desembargador Emílio Póvoa. Como ponto positivo, todas as ruas e ruelas são asfaltadas. Há uma restinga do córrego do Serrinha e mudanças territoriais no trânsito foram feitas no ano de 2018. Diante do exposto, os principais problemas que podem ser distinguidos em todos os sete aglomerados são algumas fossas a céu aberto, esgoto sanitário, lixo queimado e/ou enterrado, desconfiguração e a não padronização de calçadas.

Compactua com esta análise, Martins (2014), ao mencionar:

Ao investigar esses processos segregatórios, é pertinente pontuar algumas relações condizentes com a análise. Assim adentrando definitivamente sobre o perfil de renda da população goianiense e empreender como esse processo impulsiona a segregação socioespacial, é preciso deixar claro que o que foi proposto aqui não está relacionado às relações entre centro e periferia, nem tampouco negar essa mesma relação; mas sim adentrar a multidimensionalidade do fenômeno em si. É notório que há uma generalização dos dados em toda cidade. Todavia, nota-se uma forte acentuação da classe de baixa renda nos quadrantes sudoeste, noroeste e norte da cidade. (MARTINS, 2014, p. 101).

Figura 45 – Mapa do Aglomerado Subnormal – Rocinha – Goiânia – Goiás



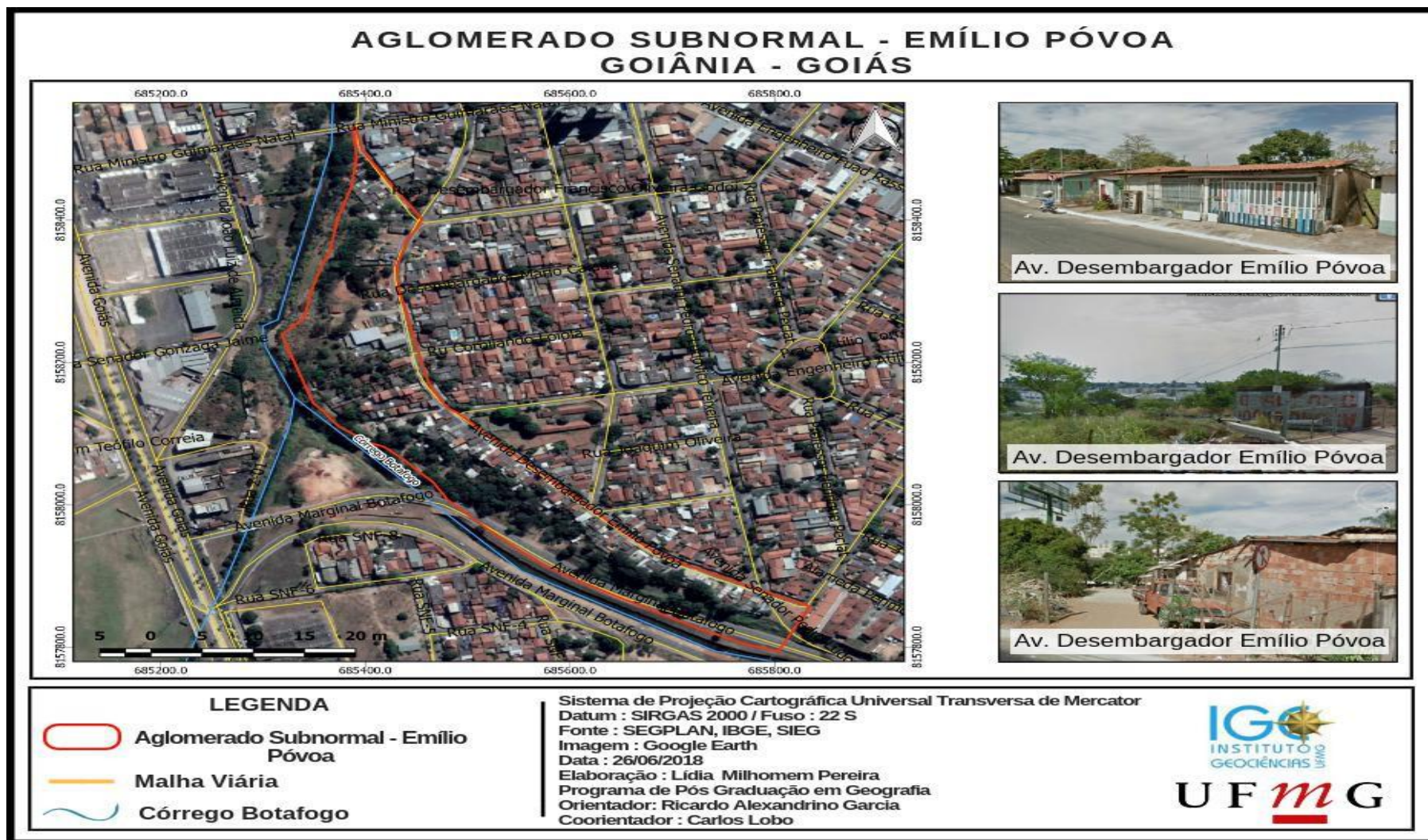
Fonte: Elaborado pela autora, a partir dos dados de IBGE, 2010.

Figura 46 – Mapa do Aglomerado Subnormal – Jardim Guanabara I – Goiânia – Goiás



Fonte: Elaborado pela autora, a partir dos dados de IBGE, 2010.

Figura 47 – Mapa do Aglomerado Subnormal – Emílio Póvoa – Goiânia – Goiás



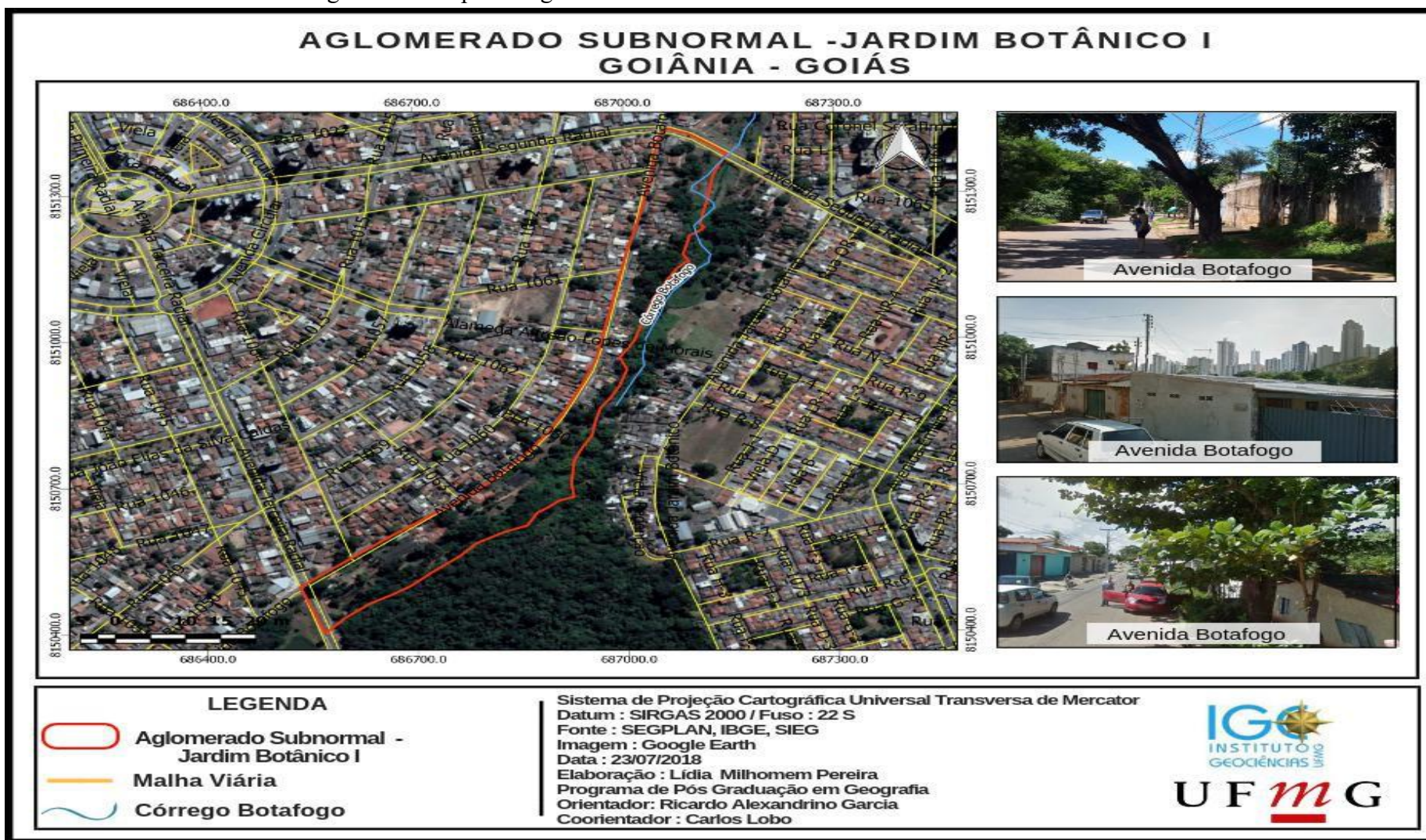
Fonte: Elaborado pela autora, a partir dos dados de IBGE, 2010.

Figura 48 – Mapa do Aglomerado Subnormal – Jardim Goiás – Goiânia – Goiás



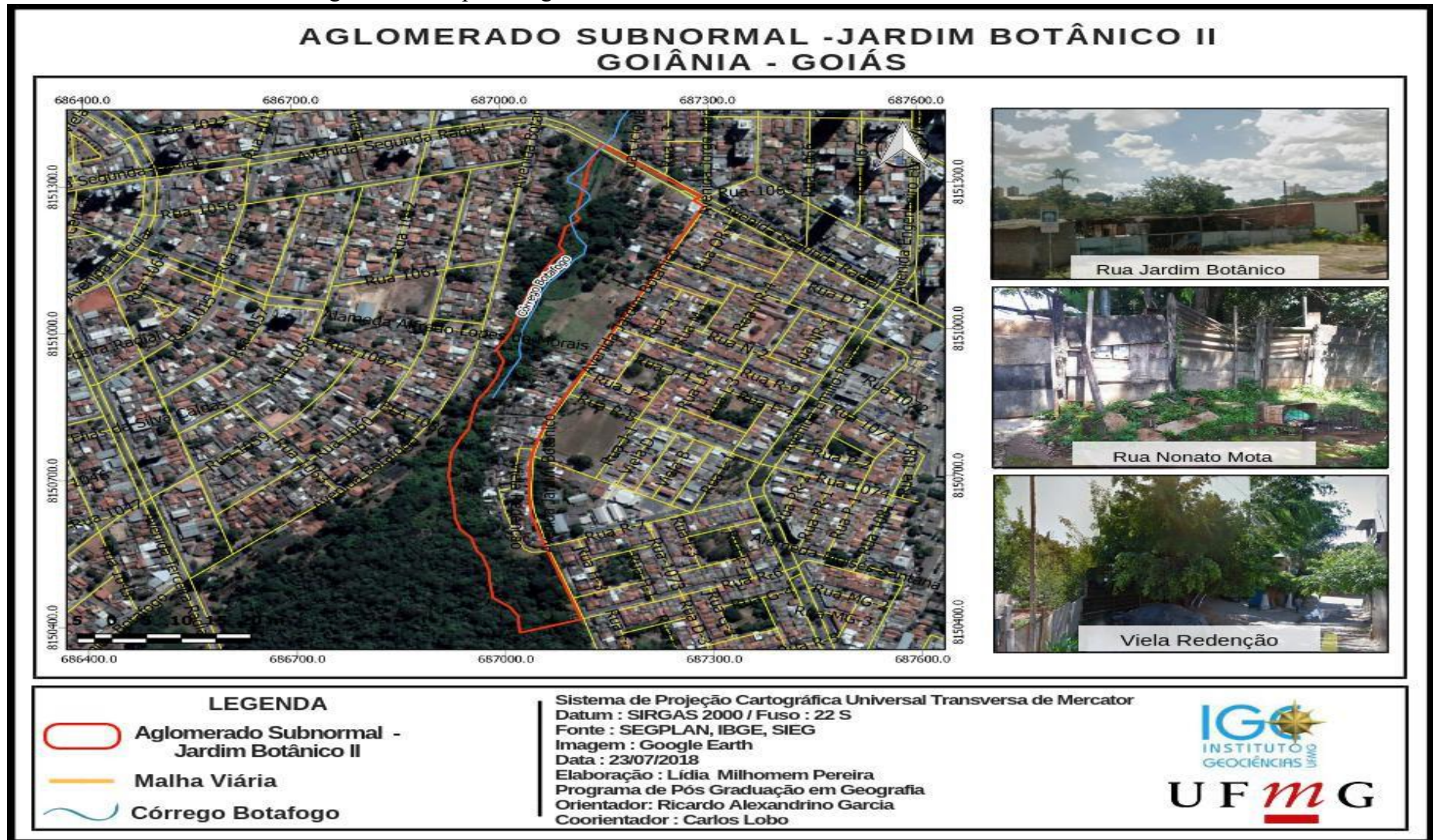
Fonte: Elaborado pela autora, a partir dos dados de IBGE, 2010.

Figura 49 – Mapa do Aglomerado Subnormal – Jardim Botânico I – Goiânia – Goiás



Fonte: Elaborado pela autora, a partir dos dados de IBGE, 2010.

Figura 50 – Mapa do Aglomerado Subnormal – Jardim Botânico II – Goiânia – Goiás



Fonte: Elaborado pela autora, a partir dos dados de IBGE, 2010.

CAPÍTULO 4

ANÁLISE DOS RESULTADOS

As contradições entre planejamento e realização de ações no espaço urbano, por meio das transformações, leis, parcerias público-privado, apropriação do solo e, conseqüentemente, da cidade convertida em mercadoria, foram discutidas, observadas e verificadas nesta pesquisa. A segregação socioespacial, as disparidades espaciais, a relação intrínseca entre gestão estatal, ordenamento espaciais nortearam o estudo de maneira imprescindível para os resultados obtidos e relatados neste capítulo.

Através de componentes que podem ser mapeados, os resultados gerados por padrões e também pelas não padronizações das ocupações irregulares, indicam informações a partir de uma reunião de variáveis e indicadores acerca da exclusão/inclusão/desigualdades socioespaciais. Há, nesse aspecto, possibilidades de formulação de políticas públicas a serviço do bem comum. Explicitamente, essas ações no espaço urbano dependem da minimização dos interesses particulares dos agentes públicos, em benefício dos interesses coletivos.

A formação de segregação socioespacial, incluindo os aglomerados subnormais, evidencia lacunas de um planejamento incompleto e díspar. Esta pesquisa coopera em esfera local e regional, podendo contribuir em ações de organização, direção e controle pelo poder público, englobando instituições de pesquisa sobre a temática. Ademais, como ponto chave, a pesquisa centrou-se na abertura ao diálogo, no diagnóstico e na ratificação desses aglomerados de exclusão.

Situação do domicílio

A classificação da situação do domicílio é urbana ou rural, segundo a área de localização do domicílio, e tem por base a legislação vigente por ocasião da realização do Censo Demográfico (2010). Como situação urbana consideram-se as áreas correspondentes às cidades (sedes municipais), às vilas (sedes distritais) ou às áreas urbanas isoladas. A situação rural abrange toda a área situada fora desses limites. Este critério é, também, utilizado na classificação da população urbana e rural. (IBGE, 2010).

Nas últimas décadas do século XX, a população brasileira passa de rural para urbana sem, contudo, a implementação de políticas públicas voltadas à inserção dessa população. Segundo dados do Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), 84,35% da população brasileira vivem em cidades, com padrões desiguais de urbanização e de acesso à terra urbanizada. (IBGE, 2010).

Em Goiás, os proprietários de terras, dedicados à pecuária extensiva e à lavoura de subsistência, eram bem organizados econômica e politicamente. Eles não tinham interesse de legalizar suas propriedades porque isso limitaria as possibilidades de continuação da prática tão antiga do apossamento e também em razão do alto custo de demarcação. O melhor seria legalizar por meio de doações e santos padroeiros do lugar ou das compras e vendas que eram aceitas pelos cartórios locais. A aplicação da Lei de Terras só foi possível com a regulamentação de uma nova lei para o Estado de Goiás, a lei n. 28, de 19 de julho de 1893, mais flexível no tocante à regularização e, assim, atendia aos interesses da classe dominante local.

Em 1991/1992 com a nova agregação do espaço urbano, via distritalização(foi um método de planejar a cidade de forma mais ordenada visto o aumento de vilas, bairros, setores e jardins). O Plano de Desenvolvimento Integrado de Goiânia (PDIG) reagrupou a cidade em 64 distritos e nove grandes áreas. As regiões oeste, sudoeste e noroeste da cidade passaram por alterações com os inúmeros loteamentos. Até junho de 2004 foram aprovados 146 novos parcelamentos oferecidos aos proprietários de terras pela Lei 7.222/93, sendo considerado pelos estudiosos como o início de um processo de desordenamento da cidade, já que o Estado, até os anos 1950 era o responsável. Como consequência houve o espraiamento da cidade, crescimento de sua periferia, com a redução da zona rural. (MOYSÉS, 2005).

Considerada centro estratégico para áreas como indústria, medicina, moda e agricultura, Goiânia é a segunda cidade mais populosa do Centro-Oeste, depois de Brasília. De acordo com as estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), sua população é de 1.495.705 habitantes em 2018. É a sexta maior cidade do Brasil em tamanho, com 256,8 quilômetros quadrados de área urbana e o décimo município mais populoso do Brasil. Em 2016, a Região Metropolitana de Goiânia possuía 2.458.504 habitantes, sendo a 13ª região metropolitana mais populosa do país. (IBGE, 2010).

De acordo com o Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), a densidade ideal é de 350 a 500 habitantes por hectare. No entanto, técnicos da prefeitura de Goiânia usaram outra metodologia que indica a densidade ideal com 1000 habitantes por hectare. Esses indicadores são essenciais para o planejamento do espaço urbano, pois quando se aumenta a densidade

isso impacta no lençol freático, na questão climática, no trânsito e em outros fatores que precisam ser levados em conta e estudados.

Regina Maria de Faria Amaral Brito, coordenadora do CAU/GO, destaca a importância do monitoramento da quantidade de pessoas em um determinado setor e mobilidade para suportar o adensamento, alertando para os efeitos da ocupação de áreas sem estrutura:

As regiões do Parque Vaca Brava e do Parque Flamboyant sofreram com essa falta de planejamento que só favoreceu o mercado imobiliário. Não temos um mecanismo para mensurar todos os impactos das escolhas que foram tomadas, mas já podemos ver a questão da sombra na mata do Parque Flamboyant, problemas energéticos em vários bairros e trânsito desordenado no Setor Bueno.¹⁶

Sobre a questão da expansão urbana, a coordenadora assegura que será encaminhado Plano Diretor à Câmara Municipal de Goiânia. Para ela, o que o documento propõe na verdade é apenas a correção de algumas áreas que não trazem impactos significativos ao município. De acordo com a coordenadora, o CAU entende que não é necessário promover a expansão no momento e que esse entendimento foi acatado na formulação do plano: “Não há necessidade de expansão em uma área que já está de certa forma muito maior que sua necessidade real. Temos que ver a questão de planejamento urbano e o adensamento do centro”.

Sobre as correções propostas pelo Plano Diretor, o conselheiro da CAU, Ariel Silveira de Viveiros ressalta que se trata de uma mera formalidade, pois foram identificados alguns parcelamentos que ocupavam, simultaneamente, áreas urbanas e rurais: “Serão feitas correções em cerca de 12 pequenos pontos na cidade em todas as regiões, para corrigir áreas que já têm caráter urbano”. (BARBOSA, 2018).

Em 1950, o centro de Goiânia contava com vários prédios públicos, construídos no estilo *art déco* e constituintes de um significativo acervo da arquitetura brasileira. Por esta razão, em 18 de novembro de 2003 um conjunto de 22 prédios e monumentos públicos localizados no núcleo central de Goiânia e no bairro de Campinas foram incorporados oficialmente ao patrimônio histórico e artístico nacional. Entre as décadas de 1940 e de 1950, a nova capital de Goiás já registrava um crescimento superior ao planejamento inicial, que era de 50 mil habitantes. Da população de mais de 53 mil pessoas em 1950, cerca de 40 mil

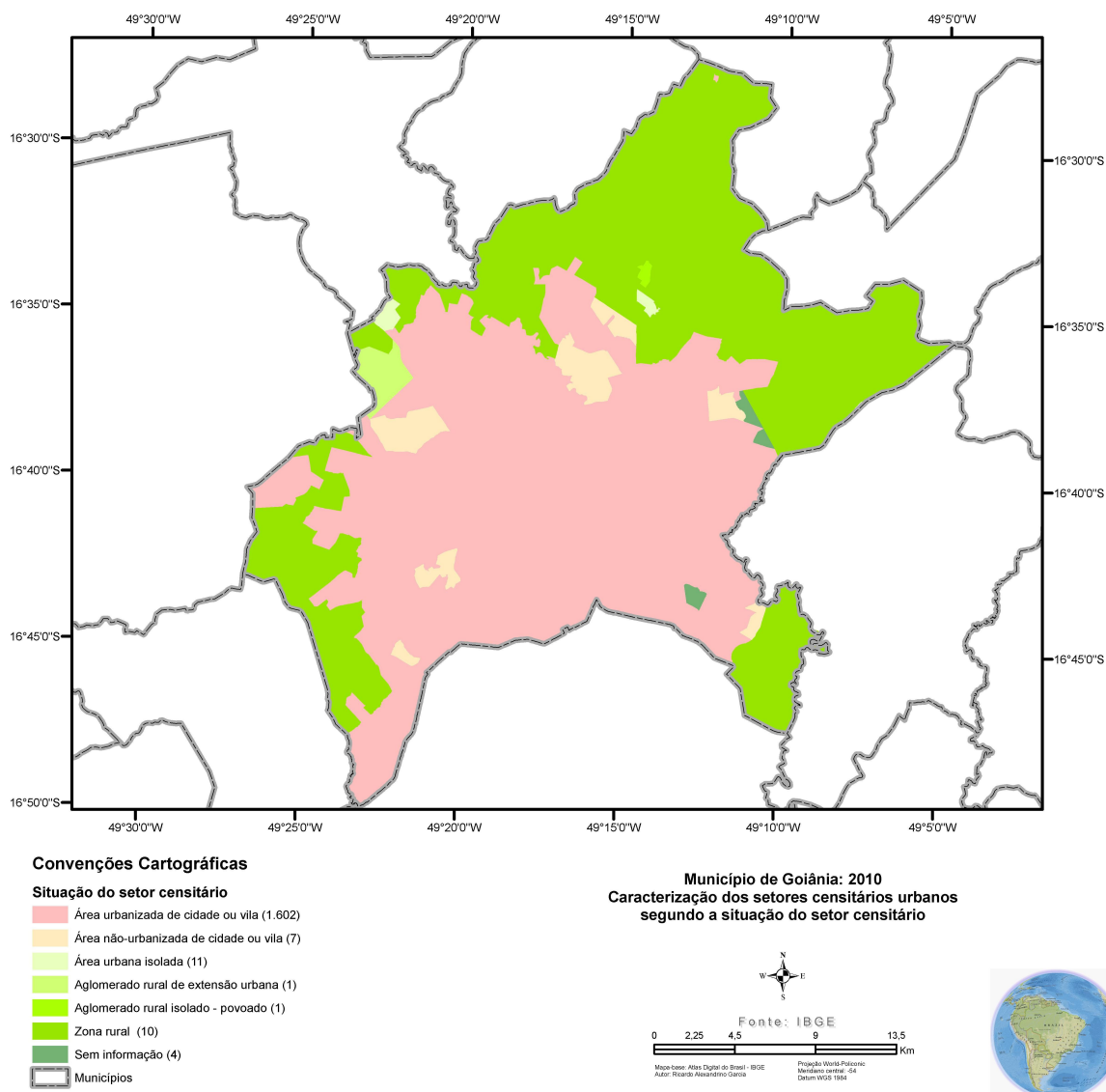
¹⁶ Entrevista de Regina Maria de Faria Amaral Brito, coordenadora e representante do CAU/GO, ao Jornal Opção 5/12/2018. Edição 2254, p. 2).

(aproximadamente 75%) viviam em território urbano, formado basicamente pelos bairros Centro, Norte, Sul e Oeste.

Até 1955, Goiânia experimentou um crescimento moderado para uma cidade recém-implantada. No entanto, o crescimento demográfico aumentou consideravelmente devido a uma série de fatores, tais como a chegada da estrada de ferro em 1951; a retomada da política de interiorização de Vargas entre 1951 e 1954; a inauguração da Usina do Rochedo em 1955; a construção de Brasília entre 1956 e 1960; as obras viárias que promoveram a ligação do Planalto Central com o resto do país e uma das leis aprovadas por Eurico Viana, prefeito da cidade nessa época, que consistia em não obrigar os donos de loteamentos a oferecer estrutura urbana nos novos bairros. Tudo isso causou o surgimento de cerca de cem novos bairros na cidade em regiões mais distantes, como Jardim Balneário Meia Ponte, Coimbra, Universitário, Norte Ferroviário, Funcionários, Sul, Oeste, Aeroporto, Fama e Pedro Ludovico. Nessa década, a capital goiana ganhou mais 125 bairros. Em 1960, Goiânia contava com mais de 150 mil habitantes. (SEGPLAN, 2015).

Atualmente Goiânia conta com aproximadamente 1.602 setores censitários em área urbana e cerca de 12 setores censitários em área rural, conforme Figura 51. Há muitas praças com aglomerações de imóveis, parques atuando de maneiras similares às praças, gerando núcleos em seu entorno, com áreas residenciais e geralmente estas se tornam mais valorizadas diante do mercado imobiliário. Somam-se a esses dados, vias públicas, cruzamentos e rodovias, edifícios de alto padrão, nos bairros nobres da cidade. Muito embora essa variável seja de notável importância para a configuração das microterritorialidades municipais, as análises que se seguirão privilegiarão as áreas urbanas do município.

Figura 51 - Mapa do Município de Goiânia com caracterização de setores censitários segundo Situação do Setor



Fonte: IBGE. Censo demográfico de 2010 (microdados).

Indicador de subnormalidade (IS)

Há uma diversidade de tipos e tamanhos de aglomerados subnormais. Em algumas cidades predominam os pequenos e podem se apresentar de maneira fragmentada no conjunto urbano, ocupando, por vezes, partes de loteamentos regulares ou áreas de risco, como margens de córregos, faixas de domínio de linhas de alta-tensão, de ferrovias. Em outras cidades, predominam os grandes aglomerados subnormais, alguns com mais de 10.000 domicílios. Esse tipo de aglomerado pode surgir da ocupação de áreas pouco propícias à urbanização regular, como encostas de elevada declividade, áreas sujeitas à inundação, áreas

de manguezal ou de praia, sendo frequente sua localização próxima a áreas com concentrações de emprego e infraestrutura.

Com o fim de melhorar os padrões de qualidade na identificação dos aglomerados subnormais, o IBGE introduziu inovações gerenciais, metodológicas e tecnológicas, com destaque para o uso de imagens de satélite de alta resolução, e o desenvolvimento e aplicação de uma pesquisa específica – o Levantamento de Informações Territoriais - LIT, além da realização de reuniões sobre o tema nas Comissões Municipais de Geografia e Estatística - CMGEs.

Para a identificação das áreas de aglomerados subnormais, a base territorial utilizou o conceito usual para nortear as ações das equipes em campo com a finalidade de definir mais adequadamente os setores censitários. Outra inovação no tratamento do tema foi o LIT, composto de um módulo de campo (LIT-Campo) que foi aplicado e preenchido, fazendo-se observações da localização das áreas e dos padrões urbanísticos presentes, e outro que foi aplicado às prefeituras (LIT-Prefeitura) direcionado para a investigação da situação fundiária e legal. Do universo de 30.000 setores censitários investigados com o LIT, cerca de 15.170 foram cadastrados na Base Operacional Geográfica – BOG como sendo aglomerados subnormais. (IBGE, 2010).

Segundo dados do IBGE, em 2010, Goiânia possuía sete aglomerados subnormais: Emílio Póvoa, Quebra Caixote, Rocinha, a primeira e a segunda etapas do Jardim Botânico, a área I do Jardim Goiás e uma invasão numa parte do Jardim Guanabara, somando uma população de 3.495 pessoas em 1.066 domicílios. Embora o termo favela não seja bem visto pelas autoridades da cidade por não haver muitos morros no município, em 2009 existiam 141 áreas irregulares, chamadas de invasões. Segundo os gestores, tal situação é maquiada em Goiânia, já que as famílias moradoras em locais como esses são retiradas dos mesmos e colocadas nas periferias da cidade. Conforme estudos do Observatório das Metrôpoles, a história da desigualdade social é antiga na cidade, e teve seu início com o povoamento nas mais diferentes regiões de Goiânia. Sua região noroeste, por exemplo, foi formada a partir de três invasões na Fazenda Caveiras. Logo na primeira, foi originado o Jardim Nova Esperança, e depois outros bairros. A população de baixa renda é predominante nessa região, que gerou uma série de conflitos sociais, políticos e militares.

Em outros pontos isolados de Goiânia, como o Jardim Goiás, a desigualdade é mais perceptível, onde há construções verticais de especulação imobiliária e em outro lado casas simples sem infraestrutura digna. As regiões sul e sudeste são as mais desenvolvidas da cidade, enquanto na noroeste a situação é diferente. Há também bairros próximos com

características sociais diferentes em várias regiões de Goiânia, como o Alto da Boa Vista e Jardim Primavera na região noroeste; a dialética entre o condomínio Aldeia do Vale e a moradia social, pós invasões e lutas na região norte, gerou o bairro denominado, Vale dos Sonhos; os bairros Madre Germana 2 e Grajaú, compartilhando a mesma região com condomínios horizontais de luxo. (IMB, 2012).

Neste processo de expansão, vários bairros da região norte, como o Itatiaia (a UFG se encontra neste bairro. Ela foi criada no período militar assim também como o aeroporto. 42º Batalhão de Infantaria Motorizada atualmente transformado na Brigada de Operações Especiais) surgiram pela iniciativa privada em meados da década de 1970. Para Cunha (2007), a forma como os bairros desta região norte se formaram, revela também o descaso do Estado, que não agiu adequadamente na regulação do solo urbano, previsto no Plano Diretor da cidade. Problemas socioambientais da Vila Roriz, nas proximidades do setor Urias Magalhães, erguida junto às margens dos rios Anicuns e Meia Ponte, configuram-se em um “aglomerado de exclusão” e de áreas de risco a alagamentos.

Neste contexto, de acordo com Arrais e Pinto (2009), a valorização do uso do solo gera forte segregação espacial também nos municípios do entorno de Goiânia, que revelaram especulação imobiliária e padrão de assentamentos, ocupados pelos mais pobres. Assim, é importante frisar que a especulação imobiliária torna-se um instrumento encadeador da própria segregação social, à medida que provoca o lançamento de novos empreendimentos imobiliários mais distantes dos centros urbanos das cidades, onde estão concentrados os bens e serviços, como infraestruturas, lazer, saúde, educação e segurança.

Da mesma forma, e em paralelo, o Estado assumiu o papel de estimulador da construção de regiões ou setores interurbanos, conhecidos como áreas periféricas e com padrões urbanísticos inferiores, destinados às pessoas de menor poder aquisitivo. Isto se configura como método de segregação socioespacial, em que as pessoas habitarão fora do espaço urbano planejado. De modo geral constatou-se que no ano de 2016, havia 313 loteamentos na área em estudo, desses apenas 47,6% em situação regular, confirmada junto à prefeitura de Goiânia e aos cartórios de registro de imóveis. Além disso, oito loteamentos estão aprovados pela Prefeitura, mas sem registro em cartório e apenas um loteamento encontra-se em aprovação junto à SEPLAM.

Nesse sentido, identificou-se 118 glebas na Prefeitura de Goiânia. São imóveis na Macrozona Construída ou nas Macrozonas Rurais, oriundos de desmembramento de fazendas, que ainda não foram objeto de parcelamento. Incluem-se nessa classe os conjuntos residenciais, compostos de grupamento de unidades habitacionais unifamiliares, geminadas,

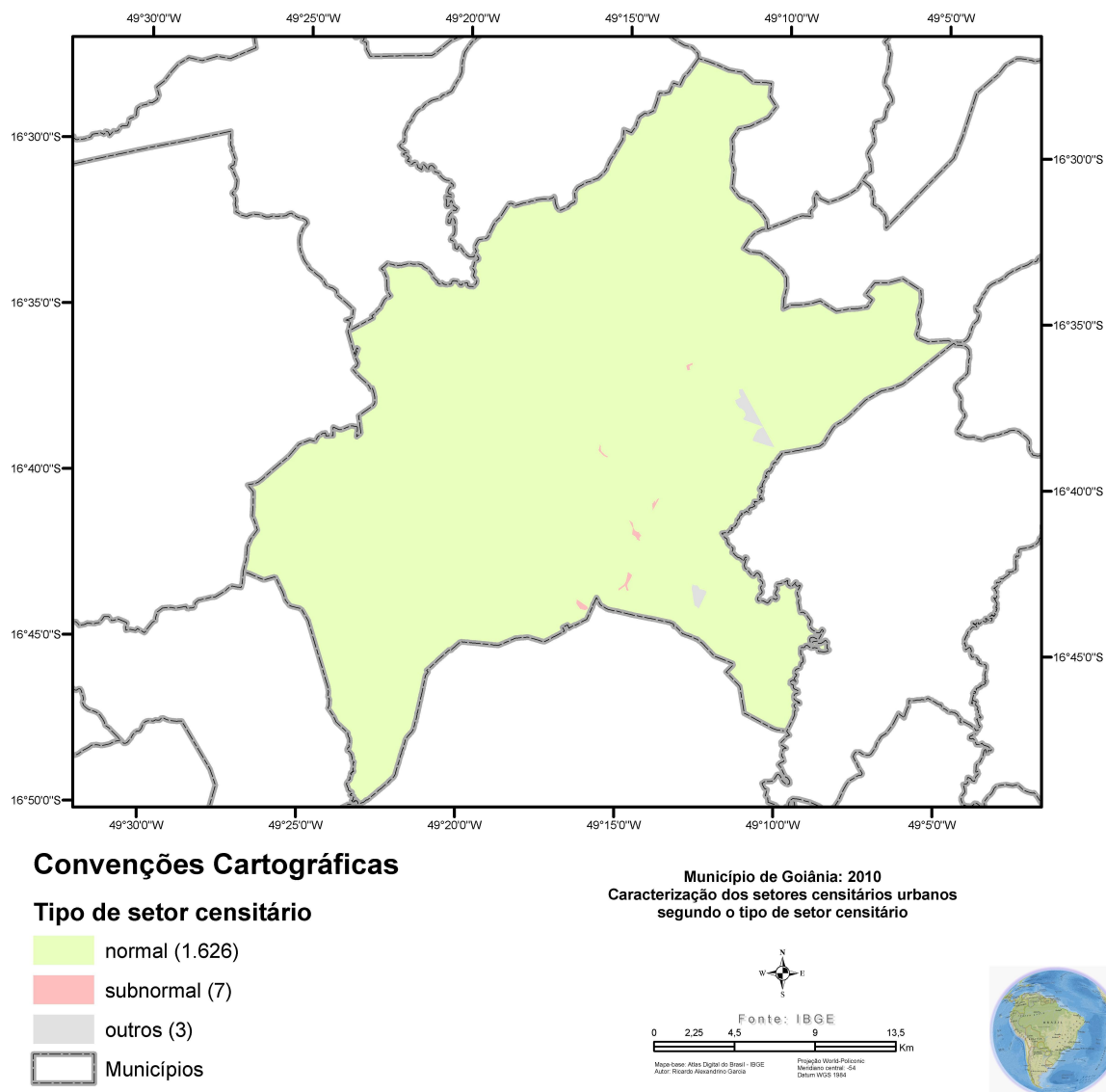
seriadas, coletivas ou ainda, mistas entre si, em edificações contínuas ou não, podendo formar vias particulares de acesso interno, com ou sem ocorrência de loteamento, aprovado conforme Lei Específica. (RAMOS, 2016).

Como se observa na Figura 52, a metrópole Goiânia apresenta manchas pequenas localizadas de coloração rosa. Em cor verde há cerca de 1.625 setores censitários categorizados como normais, e sete setores censitários denominados subnormais(rosa). Na maior parte deles, as nomenclaturas são as do próprio bairro, sendo o mais ao norte e o mais antigo, o Jardim Guanabara I, situado às margens da BR 153, com proximidade do aeroporto de Goiânia. No setor, há iluminação pública, água, cercado de comércios, a maioria das casas está em ruas pavimentadas. Contudo, há muitas ocorrências de assassinatos, assaltos e furtos, não padronização das ruas, variando entre estreitas, largas, com pavimentação e sem; estrutura, largura das calçadas e casas. Ainda há ruelas sem asfalto e muito lixo que se acumula.

Ao encontro destas informações, Ramos (2016) narra que este setor, o Jardim Guanabara II é um loteamento regularizado. Entretanto existe no setor ocupações irregulares em APP de cursos d'água. Suas moradias são compostas por famílias de média e baixa renda. É conhecido como um dos setores mais violentos de Goiânia. Possui comércio bem estruturado, farmácias, supermercado, lojas de móveis e eletrônicos. Parte dos moradores, que está na área de APP, começou a ser removida no começo do ano de 2012, porém, aproximadamente 150 famílias ainda continuam no local. Possui infraestrutura como postos de saúde, delegacias, praças e playground. A ocupação irregular ocorreu em uma APP às margens do Córrego Pedreira, resultando na supressão da mata de galeria. Os moradores começaram a ocupar o lugar no começo da década de 1980. O total de área ocupada atingiu a ordem de 3.92 km².

O aglomerado Emílio Póvoa começou como invasão no setor Vila Redenção, Serrinha e Bueno. É uma área de risco, muitas casas estão próximas ao córrego Serrinha. Cerca de 60 por cento da energia elétrica abastece o setor com regularidade, mas falhas e quedas de energia são recorrentes. Em 2016 houve retirada de famílias e fizeram uma ponte e reestruturação territorial no setor, abreviando o trajeto entre o setor Pedro Ludovico e Vila Redenção/ Alto da Glória.

Figura 52 – Setores censitários do município de Goiânia segundo indicador de Subnormalidade



Fonte: IBGE. Censo demográfico de 2010 (microdados).

Indicador de ocupação imobiliária (IOI)

Em toda a cidade há domicílios vagos. Majoritariamente a região norte, centro-oeste e um ponto da sudoeste tiveram maior representatividade de domicílios vagos, com 54,9% a 96%. As regiões central, norte, nordeste, oeste e sul têm menos domicílios vagos, devido à valorização do metro quadrado, ao aumento da infraestrutura urbana, crises e até falência das incorporadoras, que começaram e tiveram suas obras inacabadas, ficando em segundo lugar, variando entre 27% e 54%. Os motivos são diversos, como por exemplo a região norte ter

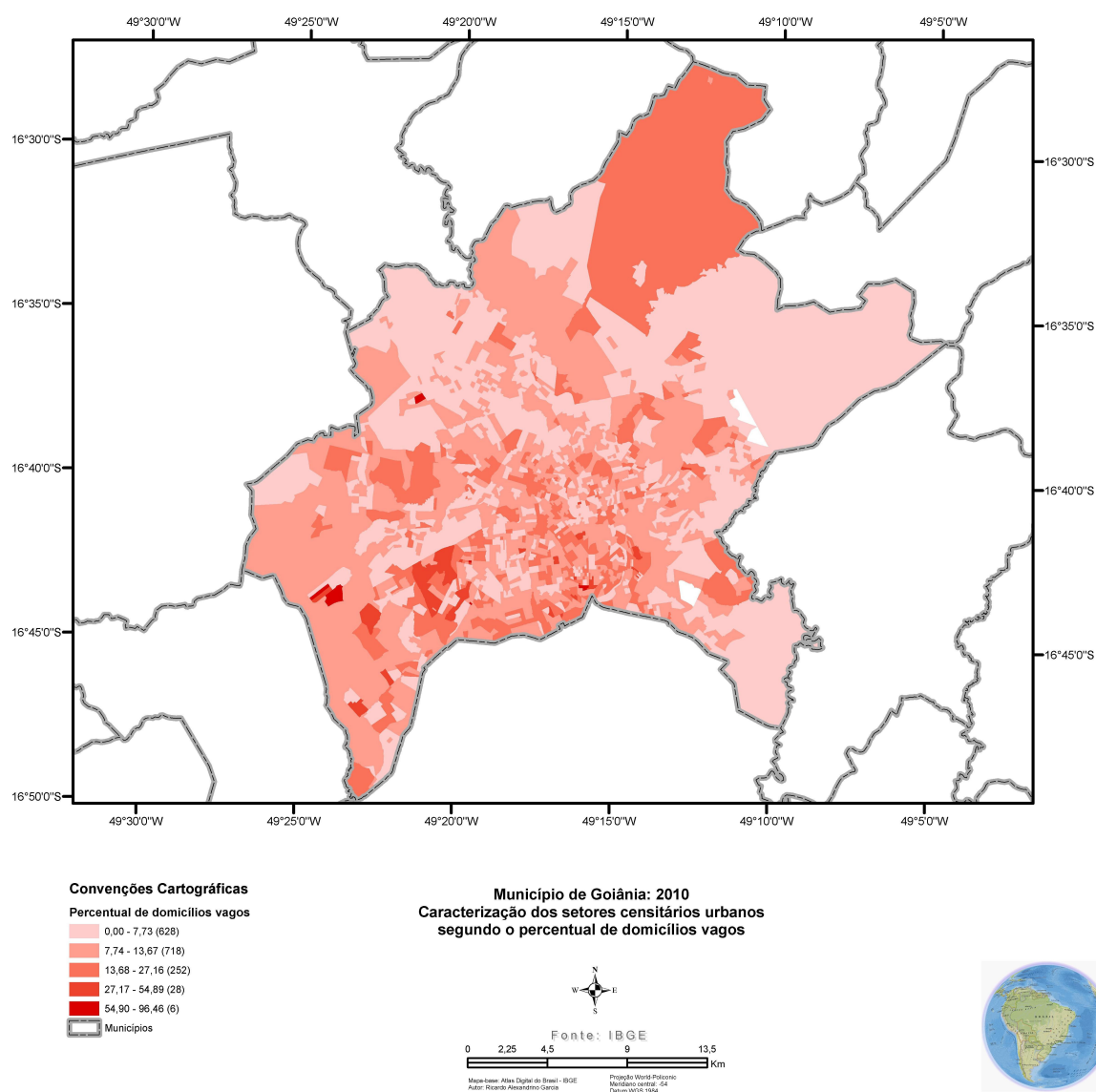
uma densidade demográfica menor, estar mais distante do centro, dos órgãos públicos, dos aparelhos de lazer da cidade.

As regiões sudeste, sudoeste, parcialmente da norte e sul, central apresentaram uma variação entre 13 por cento e 27 por cento. De sete a 13 por cento, em segundo lugar referente ao menor número de domicílios vagos, estão os terrenos pertencentes à parte mais valorizada e urbanizada dos setores norte, nordeste, centro, centro-oeste e sul. De zero a sete por cento correspondentes aos domicílios vagos, com o menor índice, menores quantidades de imóveis vagos. Estas espacialidades estão próximas a áreas conurbadas com outros municípios, que fazem parte da região metropolitana de Goiânia (Figura 53).

Borges *et al.* (2009, p. 96) inferem ser possível sugerir que o crescimento da Região Metropolitana de Goiânia ter ocorrido de modo mais intenso, principalmente, no município polo e naqueles que possuem algum tipo de conurbação com a capital. Essa constatação leva a considerar que esse crescimento ocorre a partir do que se verifica no polo. Ou seja, na medida em que mesmo as áreas mais periféricas de Goiânia oferecem dificuldades para serem ocupadas, as áreas de outros municípios que possuem proximidade com a capital, passam a ser mais demandadas, como forma de viabilizar a condição de moradia e mobilidade das pessoas em direção ao trabalho e estudos.

É notória a diferença de crescimento populacional de Goiânia ocorrida nos três municípios vizinhos a Goiânia. Aparecida apresenta a maior variação populacional, chegando a 317,7% entre 1980 e 1991; 88,5% entre 1991 e 2000; e 35,4% na última década. Senador Canedo tem incremento de 253% em sua população, entre 1991 e 2010. E Trindade absorve um crescimento de 241% entre 1980 e 2010. Pode-se afirmar que, em grande parte, isso resulta da zona de influência que a capital exerce sobre a sua área de vizinhança. Nessa perspectiva, a autora baseia-se na dispersão e concentração territorial. Existe a relação entre centro e periferia, porém não de forma única na cidade. Há, na verdade, várias relações entre centros e periferias, o que a torna fragmentada, um verdadeiro mosaico socioespacial. Dessa forma, pode-se inserir Goiânia no que a autora denomina de par “segregação–autossegregação socioespacial.” (MARTINS, 2016).

Figura 53 – Setores censitários do município de Goiânia segundo Indicador de Ocupação imobiliária (IOI)

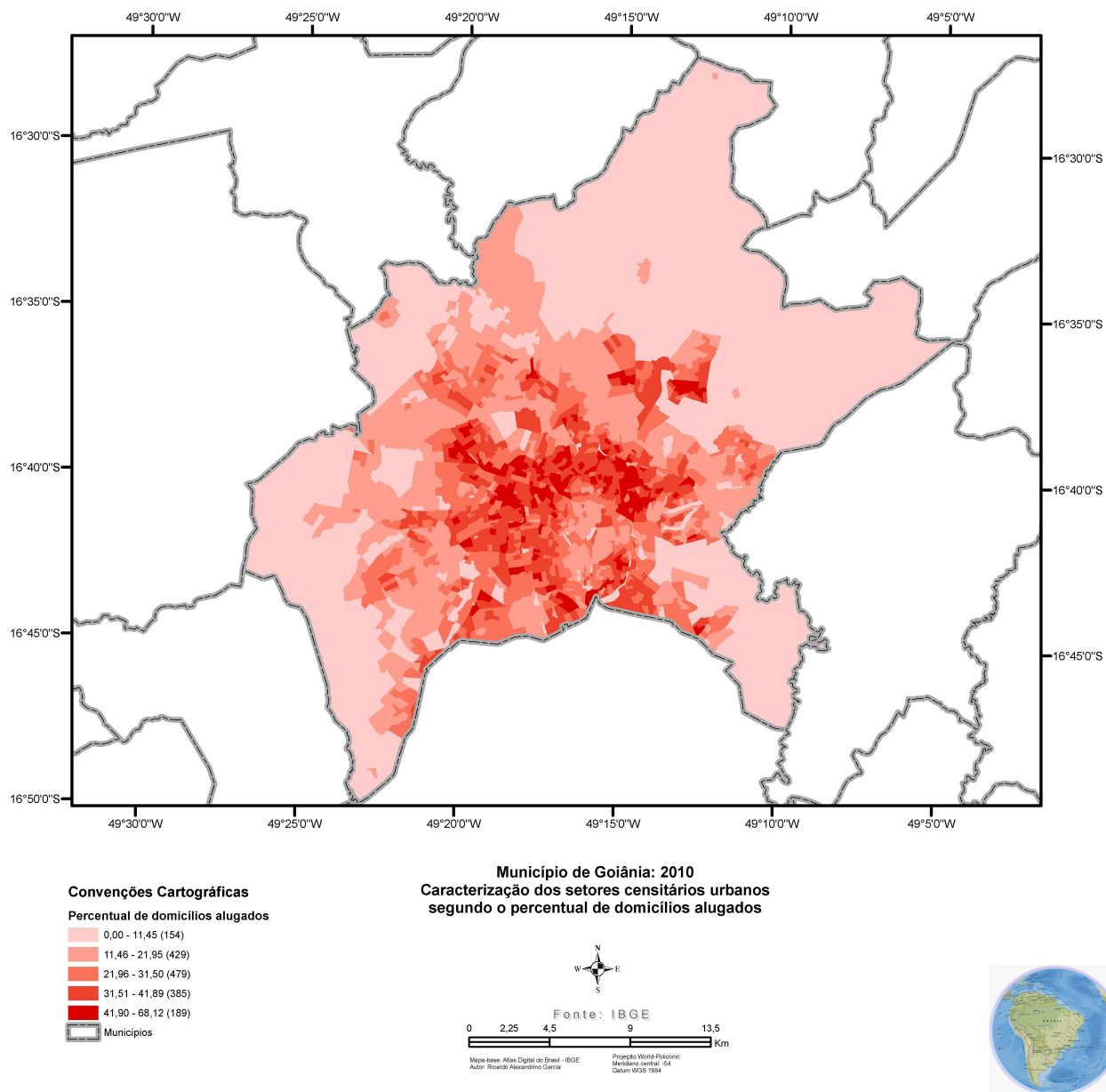


Fonte: IBGE. Censo demográfico de 2010 (microdados).

Indicador de concentração imobiliária (ICI)

Em consequência da elevação do número de famílias com a “casa própria”, houve uma diminuição relativa do número de domicílios alugados, significando que uma menor proporção de brasileiros recorre ao aluguel de um imóvel para moradia. Contudo, o número de domicílios alugados cresceu em termos absolutos e representa um mercado bastante amplo. Paralelamente, o número de domicílios cedidos ou com outra forma de ocupação decresceu tanto em termos absolutos quanto em termos relativos. (IBGE, 2010).

Figura 54 - Concentração imobiliária nos setores censitários do município de Goiânia, 2010.



Fonte: IBGE. Censo demográfico de 2010 (microdados).

Pode-se atribuir algumas causas sobre aluguéis em Goiânia relacionando a maior concentração, variando entre 41 e 66 por cento, situando-se nos setores(bairros) como o Sul, Marista, Bela Vista, extremo sul do setor Jardim Goiás e oeste. São bairros nobres da capital. Provavelmente os donos dos imóveis, compraram para investir, ou compraram e não conseguiram finalizar o pagamento, ou até mesmo a família aumentou. Assim como o do setor central. Já setores situados na região nordeste como o jardim Guanabara, pode ser também esse motivo, ou o oposto, como por exemplo o fato de terem mais imóveis tipo casa e

estarem relacionados à insegurança do setor. Outra questão pode estar associada com a distância do centro e dos serviços públicos do setor.

Observa-se que até 11% dos domicílios alugados pertencem às regiões onde existem poucas habitações em relação à malha urbana do município de Goiânia. A partir dos 21% aos 31%, mais da metade dos clusters em análise, percebe-se um conjunto de áreas nas proximidades do grande centro da capital. Pode-se inferir que, como a região central é uma zona histórica e antiga, muitas residências são passadas entre famílias por gerações. Favorecendo o aluguel. Outro fator interessante é a existência de grandes quantidades de comércio presentes no bairro popular próximo ao centro.

Indicador de verticalização imobiliária (IVI)

É possível encontrar entre porcentagem de imóvel tipo apartamento em bairros nobres, baixa renda e classe média, quando se trata da diferenciação espacial relacionada a poder aquisitivo. É presumível inferir os diferentes sujeitos, moradores e planejadores introduzidos nos processos da lógica do uso do solo urbano, culminando em processos de segregação e auto segregação.

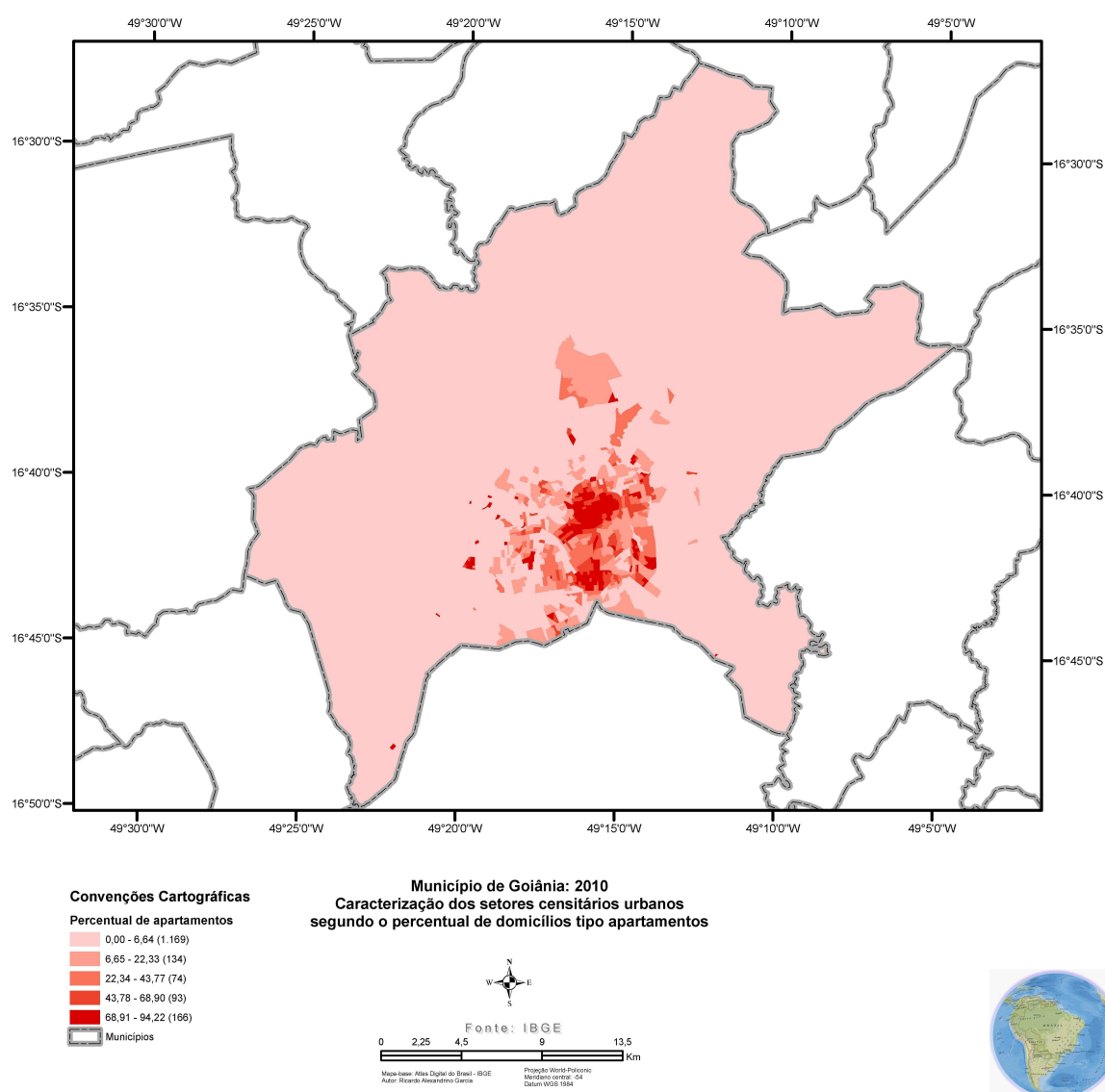
Morar em apartamentos pressupõe em geral gastos majoritários do que imóveis como casas, visto que apartamento necessita de maiores despesas, incluindo a taxa mensal do condomínio, por exemplo. Apartamentos podem demonstrar maior poder de consumo, dependendo dos padrões de vida, gastos extras como a implantação de novos sistemas energéticos, gás, água individualizados, materiais de decoração, aparelhos para academia, sala de filmes, dentre outros itens extras que acompanham as discussões nas reuniões dos moradores. Por outro lado, domicílios tipo casa implicam em gastos extras com reparos, itens de segurança como cerca elétrica, monitoramento de vídeos ou empresas terceirizadas de segurança.

Na Figura 55, na coloração rosa mais claro, há cerca de 165 setores censitários com o tipo de domicílio apartamento, aproximadamente de 0 a 6,6 por cento. Referente à região norte, em bairros de baixa renda como o jardim Catuaba, Recanto do Bosque, Brocapuava; região nordeste, bairro como o jardim Novo Mundo, parte do oeste, sudoeste e sul.

Variando entre 134 setores censitários, ou seja, aproximadamente de 6,6 a 22,3 por cento de domicílios estilo apartamento, têm-se regiões norte, centro, centro-oeste, parte da região sul com exemplos de bairros como o Marista e o Sul. De 22,3 a 43,7 por cento dos apartamentos estão situados na região centro sul da cidade, correspondendo a 93 setores censitários. E de 68,9 por cento a 94,2 por cento, maior concentração de domicílios tipo

apartamentos em Goiânia, coincidem com os bairros onde o poder aquisitivo é maior (Setor Bueno, Marista, Jardim Goiás, Alto da Glória, Sul), indicando aumento de renda, ou também aumento do número de integrantes na família, alugando o imóvel para complementação da renda e/ou partindo para domicílios autosssegados como os do tipo em condomínios fechados.

Figura 55 - Indicador de Verticalização imobiliária (IVI) nos setores censitários do município de Goiânia, 2010.



Fonte: IBGE. Censo demográfico de 2010 (microdados).

Em contradição a trechos dos quadrantes leste e sudeste, que têm a presença de condomínios fechados, e da região centro-sul da cidade, maior área contínua com menor presença de domicílios de baixa renda.

É evidente que o fator renda propicia um processo de exclusão da cidade, ocasionando um distanciamento de algumas funções da mesma. Além disso, evidencia-se um “espraiamento” das camadas de baixa renda da população goianiense ao mesmo tempo em que há uma concentração de indivíduos de mesma faixa de renda. Isso acarreta a dispersão do tecido urbano, ligada principalmente a fatores socioculturais. (MARTINS, 2014).

Indicador de relações de gênero (IGe)

Em fevereiro de 1932, o código eleitoral provisório garantiu às mulheres o direito ao voto. Entretanto a dependência masculina ainda se fazia presente – as mulheres casadas somente poderiam comparecer às urnas se houvesse autorização do marido. Passados 87 anos desde então, o que se viu foi a ascensão das mulheres em diversos quesitos, inclusive político, a exemplo de Dilma Rouseff, maior cargo eletivo do Executivo brasileiro.

Os lares brasileiros já são em grande número chefiados por mulheres mesmo estas vivendo em companhia matrimonial de um homem. Entretanto, a dupla jornada ainda castiga as mulheres. Muitas, depois de executarem suas funções no âmbito profissional se dirigem para casa e se deparam com o trabalho doméstico. Assim, a ideia da mulher que abre mão de um convívio matrimonial ou retarda este para aprimorar o seu desempenho profissional tem permeado o senso comum e apresenta um perfil com condições de vida cada vez melhores. (IMB, 2013).

Em 2000, as mulheres representavam 23,94% de todos os responsáveis pelos domicílios em Goiás, passando para 36,68% em 2010. Em poucos anos este número deve atingir patamares ainda maiores, pois as mulheres estão alcançando um grau de instrução cada vez maior. Com o aumento da participação feminina no trabalho e a diminuição da desigualdade entre homens e mulheres, elas se tornam ainda mais independentes.

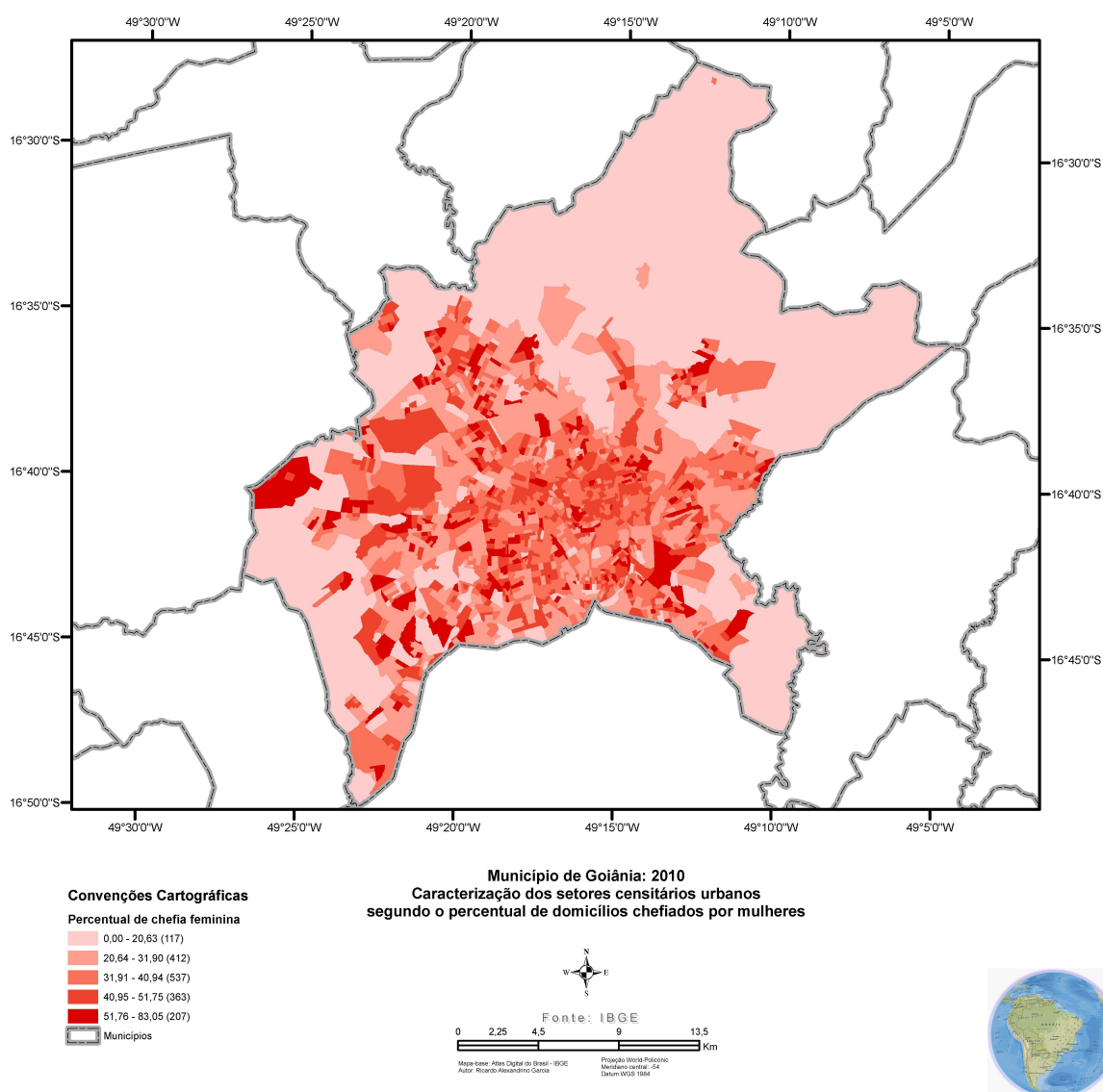
Em Goiás, (Figura 56), 32% das mulheres são cônjuges e compartilham a responsabilidade pelo domicílio; 0,04% das mulheres são companheiras ou cônjuges do responsável pelo domicílio (de mesmo sexo). 22,96% do total. Enquanto responsáveis pelo domicílio aparecem 693.803 mulheres. Pelos resultados de 0-20%, de 20,6-31,9% por cento, cerca de 113.412 setores censitários representados pelos setores jardim Novo Mundo, Oeste, Nordeste, Centro-oeste, Sudoeste e Noroeste. De 31,9 % a 40,9% com cerca de 537 setores censitários, representados pelos setores Coimbra, Aeroporto, Alto da Glória. De 40,9 a 51,7%,

363 setores censitários são chefiados por mulheres, predominantemente nos setores Serrinha, Bela Vista, Oeste e Marista.

E com maior porcentagem, variando de 51,7% a 83%, 207 setores censitários chefiados por mulheres, estando nos setores Noroeste, Centro-oeste, norte do Jardim Goiás, oeste do Nova Suíça, Chácaras Santa Rita, Residencial El Dourado, Parque Oeste Industrial, Jardim Europa, Jardim Atlântico, Pedro Ludovico, setor Leste Universitário, Vila Nova, Negrão de Lima, setor Urias Magalhães, Santa Genoveva, setor Faiçalville.

Estas mulheres chefes de família podem significar não só a emancipação feminina, mas também uma necessidade de complementar a renda familiar. Visto que, apenas a figura “passada” do homem como provedor é insuficiente nos gastos para uma melhor qualidade de vida.

Figura 56 - Indicador de relações de gênero (IGe) nos setores censitários do município de Goiânia, 2010.



Fonte: IBGE. Censo demográfico de 2010 (microdados).

Indicador de poder de consumo (IC)

É perceptível a diferença entre os níveis de rendas por setores censitários, na capital, destacado em vermelho escuro, na parte sul, sudeste, sudoeste, oeste, o nível econômico mais elevado, conforme mapa apresentado pela Figura 57, com aproximadamente 207 setores censitários. É interessante observar que essa disposição de regiões por renda destaca onde estão localizados os condomínios de alto padrão em Goiânia, a exemplo do condomínio Aldeia do Vale, Alphaville, Granville e também bairros de classe alta como Jardim Goiás, Alto da Glória, Marista, Bueno, Oeste, Vila Maria João. Como classe média alta, parte dos

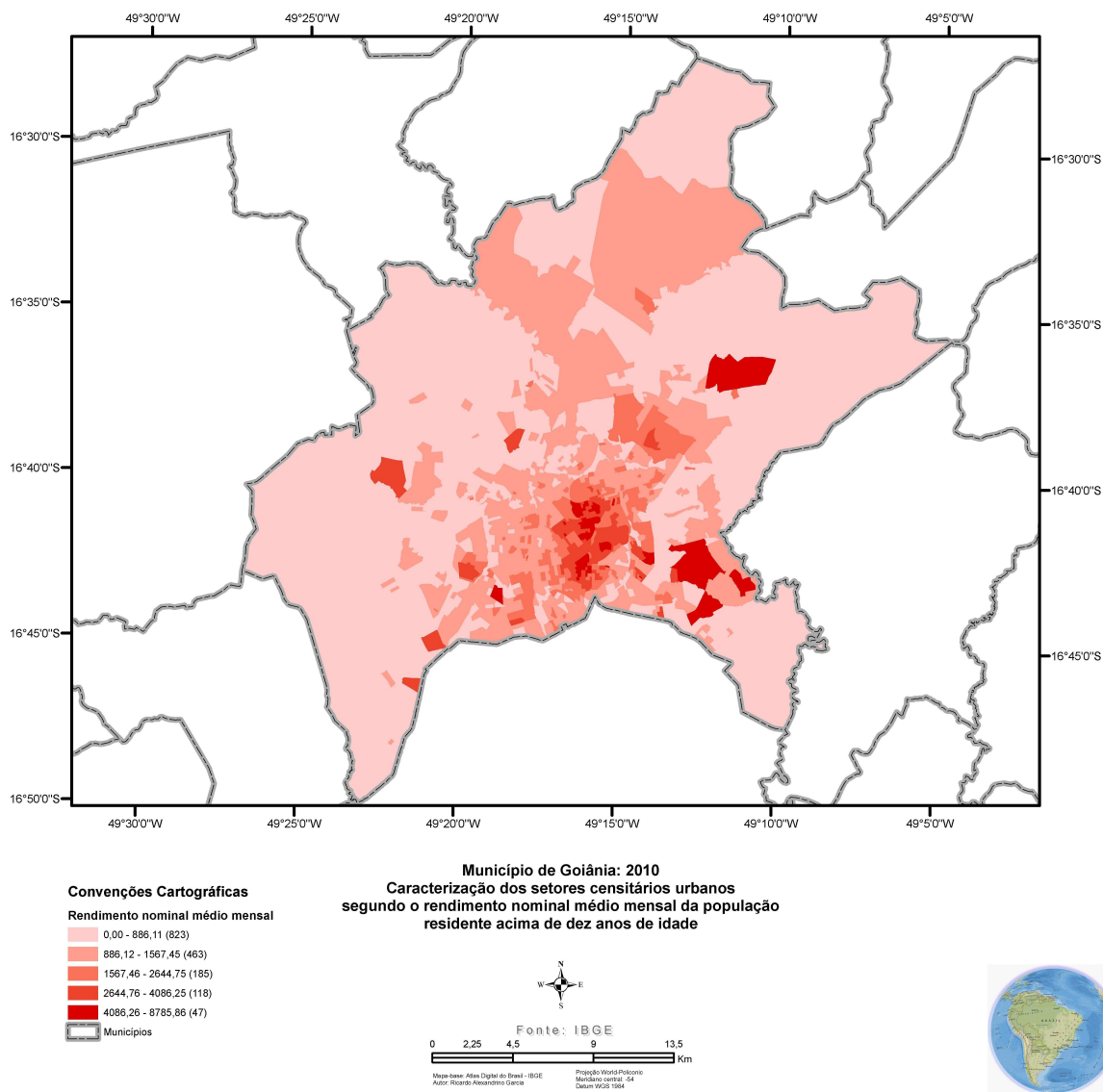
setores Marista, Sul, Parque das Laranjeiras, Nova Suíça, Setor Bela Vista, Setor Sul, parte do Setor Goiânia 2, setor Jaó, Setor Leste Universitário, Jardins Milão, J. Paris e J. Atenas, Portal do Sol I, Portal do Sol II, Alphaville Flamboyant I e II, com rendimento nominal médio mensal entre aproximadamente 4 mil a quase 9 mil reais.

Aproximadamente 623 setores censitários, o que representa o maior montante, ou seja, o menor poder de consumo, estão concentradas menores rendas com o máximo de R\$ 866,00. Parte da região norte, leste e sudoeste. Em seguida, 463 dos setores censitários variaram de R\$866,00 a R\$1567,00, com poder de consumo quase duas vezes maior ao anterior. Nestes setores estão os bairros do centro, oeste e parte da região norte.

Afunilando o poder de consumo mediado pela renda, com 185 dos setores censitários, verificou-se uma renda aproximada de R\$1567,00 a R\$ 2644,00, representada pelos bairros norte e central.

E com cerca de 120 setores censitários, nos bairros Oeste, Marista, Bela Vista e Parque das Laranjeiras e Alto da Glória, uma renda nominal média de R\$2044 a R\$ 4066,00.

Figura 57 - Indicador de poder de consumo (IC) nos setores censitários do município de Goiânia, 2010.



Fonte: IBGE. Censo demográfico de 2010 (microdados).

Como retratado, há uma predominância da classe de baixa renda nos quadrantes sudoeste, noroeste e norte da cidade como setores: Urias Magalhães, Jardim Guanabara, Jardim Itaipu, Jardim Ipê, Jardim Lageado, Jardim Maria Helena, Jardim Mariliza, Jardim Novo Mundo, Jardim Nova Esperança, Jardim Olímpico, Jardim Planalto, Jardim Primavera, Jardim São José, Madre Germana, Monte Verde, Negrão de Lima, Norte Ferroviário, Nossa Morada, Nova Vila, Parque Oeste Industrial Progresso, Real Conquista, Recanto das Minas Gerais, Recanto do Bosque, Residencial Atalaia, Residencial Olinda,

Solange Park, Solar Santa Rita, Sonho Verde, Três Marias, Tupinambá dos Reis, Vale da Serra, Vale dos Sonhos, Vereda dos Buritis, Vila Abajá.

A condição de vida da população acaba se repetindo por décadas e décadas. A renda da maior parte dos setores descritos no parágrafo anterior está entre um e até dois salários mínimos. Ações urbanas demonstram baixa qualidade de vida e carência de infraestrutura de lazer, a exemplo da especulação imobiliária, a ocupação desordenada, a exclusão e segregação socioespacial, a violência e inseguranças.

Conforme a classificação do IBGE, sobre mensuração de rendimentos da pobreza, quando indivíduos com renda domiciliar *per capita* igual ou inferior a R\$ 70,00 mensais; Proporção de pobres: Indivíduos com renda domiciliar *per capita* igual ou inferior a R\$ 140,00 mensais; Renda domiciliar *per capita* média dos extremamente pobres: Média da renda domiciliar *per capita* das pessoas com renda domiciliar *per capita* igual ou inferior a R\$ 70,00 mensais; Renda domiciliar *per capita* média dos pobres: Média da renda domiciliar *per capita* das pessoas com renda domiciliar *per capita* igual ou inferior a R\$ 140,00 mensais; e Renda domiciliar *per capita* média dos vulneráveis à pobreza: Média da renda domiciliar *per capita* das pessoas com renda domiciliar *per capita* igual ou inferior a R\$ 255,00 mensais

A eleição do local de moradia, a partir da renda está relacionado. Uma vez que ele é condicionado pelo valor do solo urbano, reflexo por vezes da configuração espacial propiciada pelos agentes imobiliários responsáveis pela reprodução do capital. Por conseguinte, há uma valorização da terra por meio do acesso a outros bens de consumo e qualidade de vida. Isso leva parte da população a se alojar nas franjas da cidade ou mesmo nas bordas de outras centralidades, acentuando as disparidades socioespaciais.

Esse arranjo da população geralmente ocorre entre os municípios que fazem parte da região metropolitana. E, contraditoriamente, atrela-se às leis municipais que regulam os assentamentos urbanos, acentuando o processo de segregação, com destaque para as porções norte, sudoeste e áreas do quadrante sudeste. Essas áreas são importantes, pois justamente fogem da forte relação centro-periferia de modo tradicional. Todavia algumas áreas se encaixam perfeitamente em uma das múltiplas formas de estudar a segregação citada, a *autossegregação*.

Em Goiânia, segundo dados da Secretaria de Planejamento e Urbanismo (Seplam), existem 21 condomínios horizontais fechados e que são registrados como bairros. É possível vislumbrar que essas áreas estão localizadas praticamente às margens da área urbanizada da cidade. O que contraria, como citado anteriormente, o tradicional dualismo centro-periferia.

De aproximadamente R\$1.567,00 a 4.086, acima de cem setores censitários, estão as classes médias, média alta, correspondendo aos setores Parque Amazônia, Serrinha, Bela Vista, Nova Suíça, Pedro Ludovico, Coimbra, Central, parte do setor Sul. Os condomínios tecem uma relação contraditória entre a segregação–autossegregação em Goiânia. As localidades onde estão os aglomerados subnormais, na parte leste de Goiânia – e curiosamente apresentam sentido predominante norte-sul – cercados de bairros com perfil socioeconômico totalmente diferente de suas realidades.

Índice de vulnerabilidade social (IVS)

Para o Atlas da Vulnerabilidade Social, com relação aos municípios brasileiros, são valores de referência da melhor situação (valor igual a 0,000) e pior situação (valor igual a 1,000) por indicador que compõe o IVS.

O estado de Goiás é marcado por diversidades regionais. Isso é resultado da elevada desigualdade de renda e desenvolvimento, assim como de diferentes modos de vida, de estabelecimento, de relações sociais e de expressões culturais.

Não é incomum que as pessoas sejam classificadas como vulneráveis em função da renda, situação familiar (família convivente secundária, família composta por mulher solteira com filhos, etc.), escolaridade, idade, deficiência física, etc. Determinados fatores costumam também ser arrolados como agravantes da situação de vulnerabilidade como, por exemplo, a precariedade na relação de trabalho e o acesso precário a moradia e a bens, equipamentos e serviços. Além disso, a condição de ocupação da residência pode ampliar ou reduzir um quadro inicial de vulnerabilidade em função das características pessoais ou das famílias. Pessoas residentes em cortiços ou similares ou em imóveis alugados, por exemplo, são mais vulneráveis do que as residentes em imóveis próprios, porque dispõem de mais recursos com a moradia e porque são sujeitas a despejo, não renovação dos contratos ou a renovação por valores mais altos do que as famílias podem arcar. Por outro lado, pode-se considerar como mais vulnerável a população residente em imóveis sujeitos a substituição em processos de alteração do uso e ocupação do solo. Pode-se, por exemplo, considerar como mais vulnerável a população residente em áreas ocupadas por edificações horizontais, em mal estado de conservação, não protegidas por legislação específica, do que a população residente em áreas ocupadas por edificações verticais, que geralmente implicam em preços fundiários mais altos e maiores custos de substituição. Embora se possa argumentar que antigos proprietários deslocados pela incapacidade de pagamento de tributos fundiários no mínimo incorporam uma parcela da valorização fundiária causada pela transformação do uso e ocupação do solo. (GARCIA,R.A.;NUNES,M.A; OLIVEIRA,F.B,2012,p.74)

Pelo IVS, a região Centro-Oeste tem a maior parte de seus municípios (48,5%) na faixa de *baixa* vulnerabilidade social. Neste grupo, encontram-se as capitais Goiânia, Cuiabá, Campo Grande e Brasília. Outros 181 municípios, ou 38,8%, estão na faixa de *média*

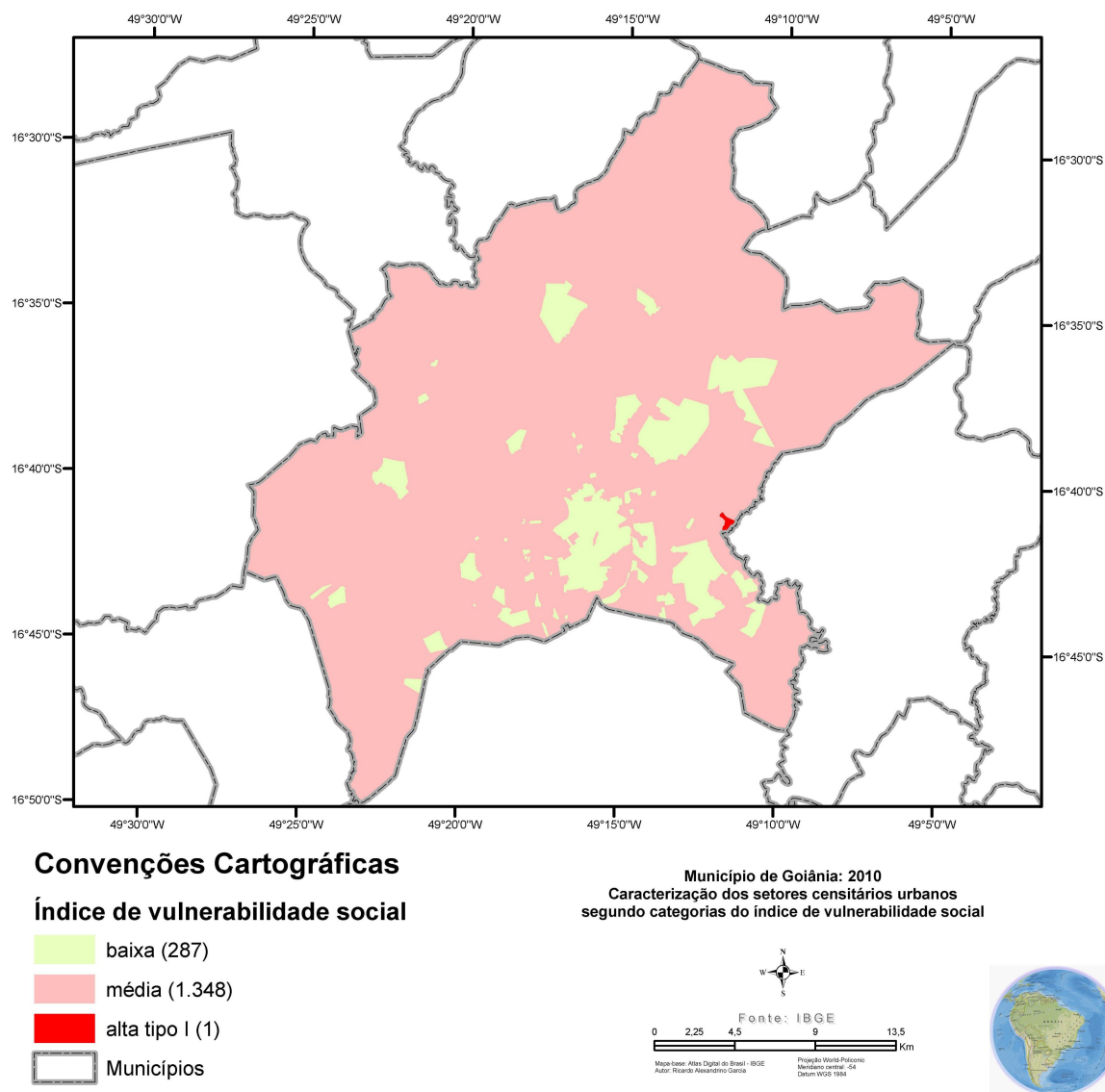
vulnerabilidade social. Nas demais faixas, 22 municípios (4,7%) apresentam *muito baixa* vulnerabilidade social, sendo dezesseis deles do estado de Goiás, quatro do Mato Grosso e dois do Mato Grosso do Sul. (IPEA,2015, p. 62).

Nesta tese foram abordadas como caracterização da vulnerabilidade social segundo os setores censitários (o que exclui indicadores relativos às famílias, à ocupação no trabalho etc., disponíveis por área de ponderação) a partir: 1. da renda do responsável pelo domicílio; 2. condição de ocupação (próprio, alugado, outros); tipo do domicílio (casa, apartamento, normal, subnormal).

Em Goiânia detecta-se a maior parte dos setores censitários, cerca de 1300 com média vulnerabilidade, enquanto 283 setores censitários estão com baixa vulnerabilidade. A intenção não é somente dizer melhor ou pior, mas sim analisar os motivos *a posteriori*, de maneira que os indivíduos dentro do grupo sejam relativamente similares e os indivíduos de grupos diferentes sejam relativamente mais heterogêneos. Apenas um setor censitário, com alta vulnerabilidade, estando este situado entre no setor universitário, próximo ao jardim Novo Mundo. Isto significa que a cidade apresenta majoritariamente um padrão regular, aceitável em sua infraestrutura econômico social.

Sabe-se que muitos municípios que fazem parte da região metropolitana de Goiânia são constituídos por cidades presentes nas franjas metropolitanas, e pelos centros metropolitanos (Goiânia e Aparecida de Goiânia) e por polos regionais (Anápolis, Itumbiara, Catalão, Rio Verde). Desta forma, o desenvolvimento econômico é a marca deste grupo. Observa-se que os bons índices aqui constatados, ao levar em consideração apenas o município como um todo, esconde as desigualdades internas de vulnerabilidade.

Figura 58 - Índice de Vulnerabilidade social (IVS) nos setores censitários do município de Goiânia, 2010.



Fonte: IBGE. Censo demográfico de 2010 (microdados).

Índice de qualidade de saneamento ambiental (IQSA)

Mesmo com as transformações na capital goiana e a explosão demográfica advindo das taxas de natalidade e das migrações, não deixaram que ela seja referência na parte paisagística composta por arborizações, praças, parques, onde encontram-se não só espaços para o lazer, mas também retratam parte da qualidade de vida. Em contraposição a isto,

observa-se diariamente no trânsito, o volume de automóveis e motocicletas sem o devido cuidado, planejamento e com diversos efeitos.

Os ambientes urbanos evidenciam a degradação ambiental, em maior ou menor grau, através da utilização dos recursos naturais aliados à falta de uma preocupação com os elementos físicos que compõem essa paisagem e na própria organização econômica e social desse espaço. As cidades devolvem para a natureza seus resíduos, como dejetos domésticos e industriais, poluição, seja do ar, da água ou do solo, além dos problemas causados pela constante artificialização da natureza, deixando vegetação, espaços verdes e áreas permeáveis como elementos secundários na paisagem urbana. (LIMA, 2013).

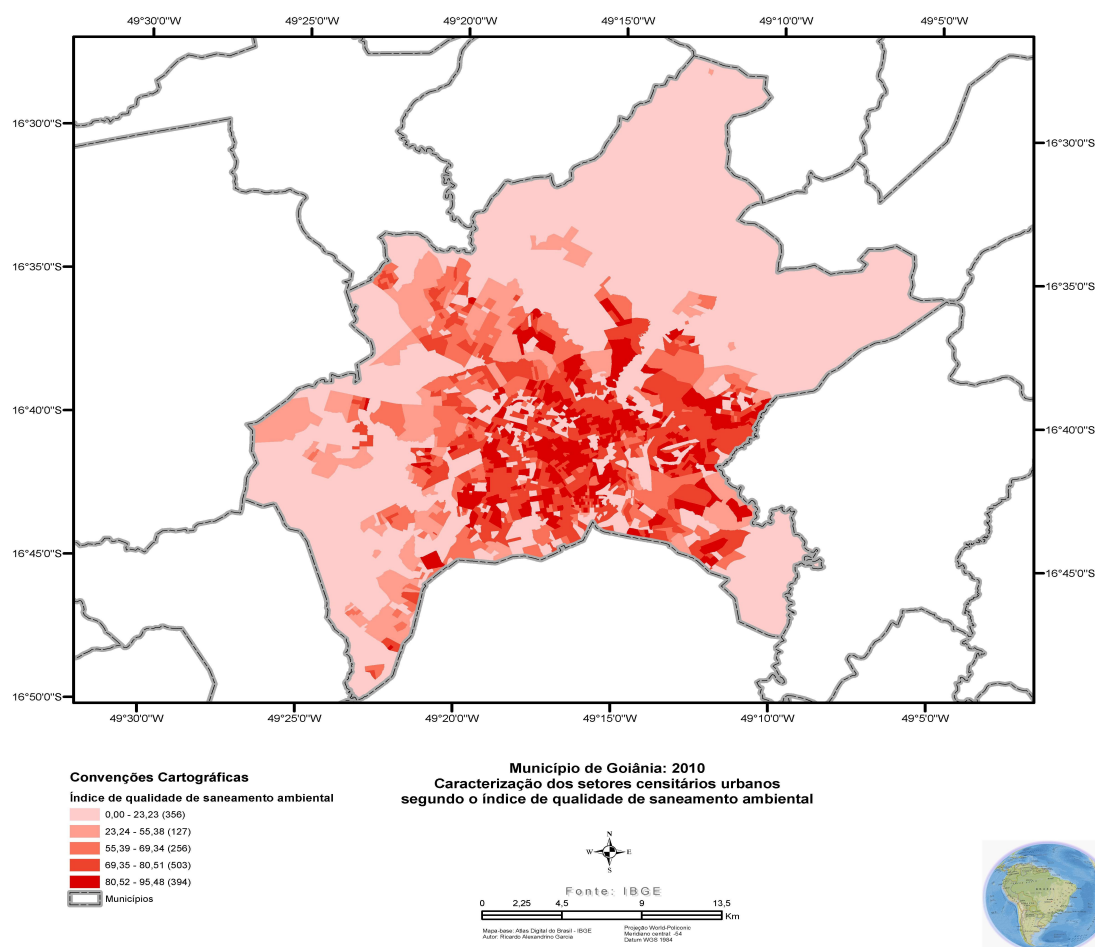
Isso posto, a expansão de moradias problemáticas no país, no que tange à qualidade de suas instalações estruturais e sanitárias é um problema que se reproduz negativamente em recortes espaciais diferenciados. Nas áreas urbanas e regiões metropolitanas, onde a densidade populacional e demanda por investimentos é intensa, é notável a pior condição de sobrevivência e salubridade, sobretudo nas áreas de concentração de grupos humanos marginais. E na zona rural a concentração de terras e falta de recursos a serem empregados no aspecto construtivo, remonta em domicílios com ínfima infraestrutura. (BORGES, 2018).

As inferências da Figura 59 permitem afirmar que as características do IQS estão melhores aos bairros que possuem moradores com rendas máximas. Mais de trezentos setores censitários, localizados enfaticamente nas regiões central, oeste, sudeste, sudoeste e sul da capital, coincidentemente as proporcionais com as de maior valor do rendimento nominal médio mensal das pessoas de mais idade (com e sem rendimento) e renda nominal.

Em vermelho escuro, o índice de qualidade de saneamento ambiental é o mais elevado, variam de 80% a 95%. Do lado oposto, acima de trezentos setores censitários, na faixa de aproximadamente até 23% estão numa predominância da classe de menor Índice de Qualidade de Saneamento Ambiental, representados pela cor rosa mais claro no mapa, e aos bairros da região norte, oeste, sudoeste, parte da sul e centro, também as de baixa renda. Situados nos quadrantes sudoeste, noroeste e norte da cidade como setores. Ou seja, predominantemente nos setores Urias Magalhães, Jardim Guanabara, Jardim Itaipu, Jardim Ipê, Jardim Lageado, Jardim Maria Helena, Jardim Mariliza, Jardim Novo Mundo, Jardim Nova Esperança, Jardim Olímpico, Jardim Planalto, Jardim Primavera, Jardim São José, Madre Germana, Monte Verde, Negrão de Lima, Norte Ferroviário, Nossa Morada, Nova Vila, Parque Oeste Industrial Progresso, Real Conquista, Recanto das Minas Gerais, Recanto do Bosque, Residencial Atalaia, Residencial Olinda, Solange Park, Solar Santa Rita, Sonho Verde, Três Marias, Tupinambá dos Reis, Vale da Serra, Vale dos Sonhos, Vereda dos Buritis, Vila Abajá,

dentre outros. Boa parte dos setores está com saneamento adequado, possuindo condições apropriadas de abastecimento de água, esgotamento via rede geral de esgoto ou via fossa séptica, coleta de lixo pelo serviço de limpeza ou por caçamba e tem as vias pavimentadas. Os bairros nobres e de alta renda com maiores áreas verdes, pavimentação e as áreas classificadas com saneamento ambiental adequado. Poucos, cerca de 23%, apresentaram fatores impresumíveis. Destes bairros mais pobres, cerca de 23% a 55% deles estão nas periferias de Goiânia, em bairros que fazem fronteira com os municípios limítrofes. Aproximadamente 256 setores censitários, variam de 56% a 69%, em áreas menos centrais, com maior espriamento, domicílios tipo casa, condomínios horizontais de classe média, buscando fugir do trânsito e possuindo melhores e maiores paisagens verdes. Por fim, de 69% a 80%, situados nos setores de classe média alta, os setores censitários mais próximos e semelhantes aos dos ricos.

Figura 59 - Índice de qualidade de saneamento ambiental (IQSA) nos setores censitários do município de Goiânia, 2010.



Fonte: IBGE. Censo demográfico de 2010 (microdados).

Índice de Gini

Em 2010, a Organização das Nações Unidas constatou que Goiânia é a cidade mais desigual do Brasil e a décima do mundo, à frente de outras capitais como Belo Horizonte, Fortaleza, Brasília e Curitiba. Na visão de professores especialistas, a região central do Brasil que compreende Goiânia e Brasília é alvo de alto fluxo migratório de populações de baixa renda e escolaridade, principalmente advindas das regiões norte e nordeste do país. Esse movimento reforça a concentração de renda observada através da especulação imobiliária.

As cidades tornam-se divergentes e complexas, com planejamentos que visam somente o lucro e a tornam valorizadas diante do mercado imobiliário ou desvalorizadas. O coeficiente de Gini mede a desigualdade social, numa escala entre 1,00 (pior número) e 0,00 (melhor). Ou seja, o grau de concentração de renda e desigualdades em determinado grupo varia de 0 a 1, onde os valores próximos a 0 é a total igualdade e próximos a 1 total desigualdade. Goiânia tem o valor de 0,598, mostrando que está elevado o índice de desigualdades na capital.

Em Goiânia, segundo dados da Seplam, existem 21 condomínios horizontais fechados registrados como bairros. Na figura 60, é possível vislumbrar que essas áreas estão localizadas praticamente às margens da área urbanizada da cidade. Com características semelhantes e dissemelhantes dentro do mesmo setor censitário. O que contraria, como citado anteriormente, o tradicional dualismo centro-periferia. Esse produto imobiliário é cheio de intencionalidade tendo sido bem analisado nos trabalhos de Rocha (2003), Caldeira (1996), Martins (2014), dentre outros.

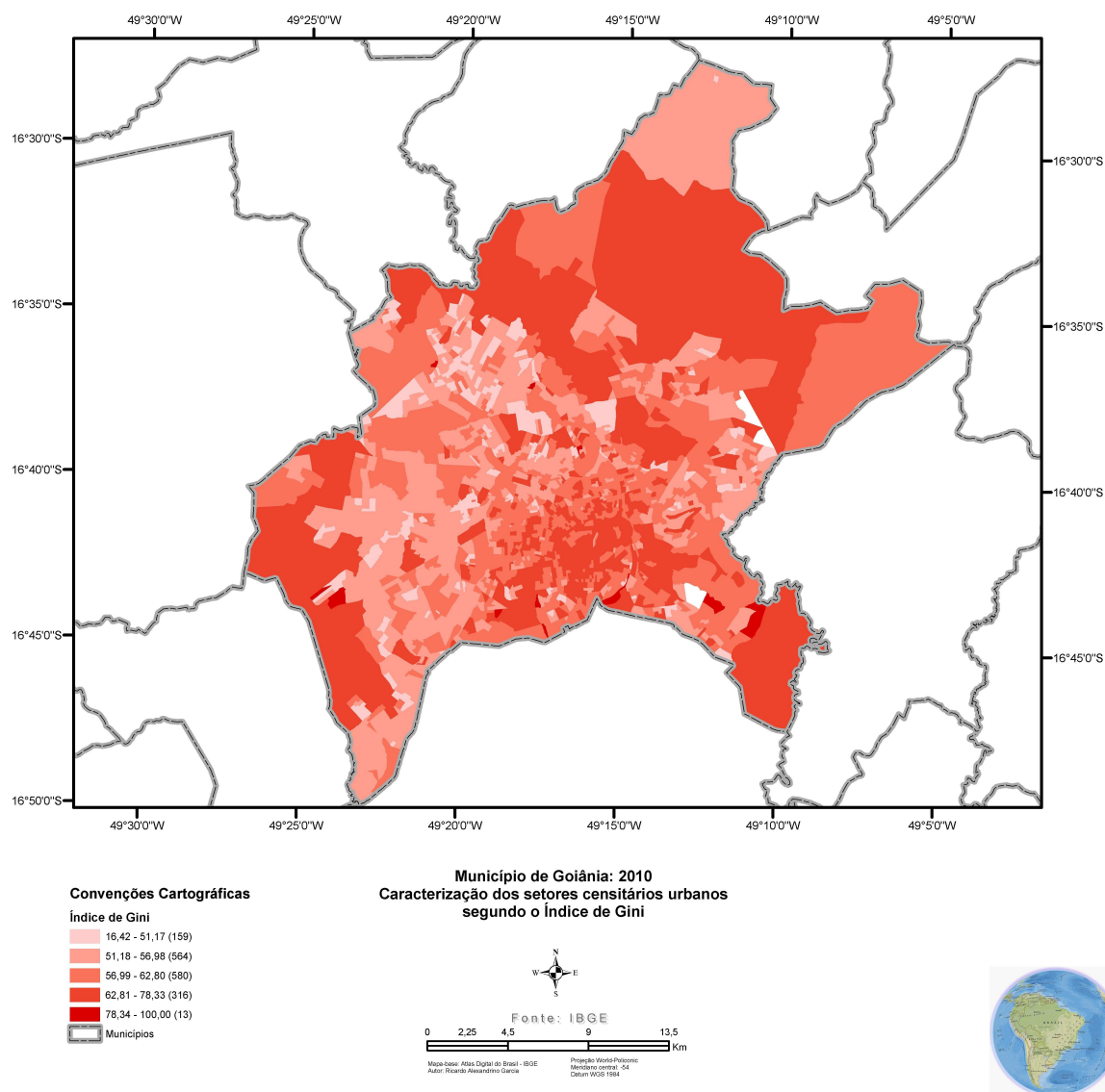
Infelizmente não existe panaceia capaz de reverter rapidamente o quadro grave de concentração de renda que se configura no país. É essencial utilizar todos os mecanismos disponíveis, inclusive a tributação direta e indireta para solucioná-la. Decisões governamentais, tanto econômicas como político-sociais, que invistam em medidas compensatórias devem ser estudadas. Nos países onde o imposto de renda tem um papel fundamental na melhoria da distribuição de renda, nota-se redução de forma significativa na desigualdade medida pelo coeficiente de Gini que se situa de maneira geral em torno de 0,3. No Brasil, os efeitos distributivos do imposto de renda são limitados, pouco reduzindo a desigualdade de renda bruta. (ROCHA, 2003).

Os bairros onde o coeficiente de Gini apresentou-se mais elevado, ou seja, mais desigual e com maiores concentrações de renda, cerca de 13 setores censitários, variando

entre 78% e 100% do coeficiente de Gini, estão situados onde há maiores condomínios horizontais fechados como o Aldeia do Vale, os Jardins e o Alphavile. No primeiro, há uma separação pela BR 153 de um dos bairros que começou como invasão, Jardim Guanabara I e II, com muitos conflitos conseguiram na informalidade seus empregos, rendas, trabalhos e fixação de um bairro denominado Vale dos Sonhos. Ironicamente, com nomes similares e realidades opostas totalmente. De um lado os moradores dos enclaves fortificados, pertencendo ao alto clero, e no Vale dos Sonhos, os de baixa renda.

Os bairros no setor sul, Nova Suíça, Alto da Glória, Vila Maria José, Jardim Goiás, Park Lozandes, Jardim Ipê, são os principais, com ênfase no setor Vila Maria José. Este bairro era majoritariamente constituído por invasão. A partir dos anos 2000, com o projeto de criação do parque Flamboyant, e a expansão do shopping Flamboyant, passou a haver interesse, construção de prédios, comércio, escolas, infraestruturas e equipamentos no bairro. Até mesmo a construção de um condomínio fechado horizontal, com pessoas de renda da classe média à classe média alta. Há um contraste entre os moradores, casas antigas, margeando ruelas, sem calçamento e os “novos equipamentos”. Já o oposto, onde há menos desigualdades são os bairros na região norte (cerca de 150 setores censitários) de 16 % a 51%; leste e nordeste, de 56% a 62% (acima de 500) setores censitários. Enfaticamente nos bairros jardim Novo Mundo, setor Leste Universitário, Cidade Jardim, setor Rodoviário, Aeroporto, setor Sudoeste e Jardim Atlântico. Nestes, não significa dizer que não haja desigualdades. Mas que há menos diferenças de renda entre os moradores e as condições de vida são mais semelhantes entre eles.

Figura 60 - Índice de Gini nos setores censitários do município de Goiânia, 2010.



Fonte: IBGE. Censo demográfico de 2010 (microdados).

Índice infraestrutura urbana (IU)

Analisou-se a existência ou não de esgotamento sanitário, domicílios com existência de abastecimento de água ligado à rede geral e domicílios com existência e serviço de coleta de lixo igual ou superior a 95%. Não houve setor de infraestrutura urbana máximo, na qual esses itens são 100%. Pela análise do mapa (Figura 61) encontra-se cinco setores censitários correspondentes à alta infraestrutura urbana, nas áreas em coloração rosa. Estas correspondem

aos bairros: Negrão de Lima, Vila Nova, Marista, Bueno, Sul, Jardim Goiás, Park Lozandes, Alto da Glória, Jardim Presidente, Bela Vista, Pedro Ludovico e Maria José.

Na categoria setor de infraestrutura urbana médio-alta, na qual o percentual de domicílios com existência de esgotamento sanitário ligado à rede geral, assim como abastecimento de água e domicílios com existência de serviço de coleta de lixo são iguais ou superior a 90% estão em cor laranja. Correspondem a cinco por cento dos setores censitários e representam bairros como o Setor Serrinha e ao setor Oeste.

No grupo setor de infraestrutura urbana média, na qual o percentual de domicílios com existência de esgotamento sanitário ligado à rede geral, assim como abastecimento de água e domicílios com existência de serviço de coleta de lixo são igual ou superior a 85%, estão em cor verde escuro. Correspondem a cinco por cento dos setores censitários e representam bairros como o Setor Universitário, Faiçaville e o setor Jardim América.

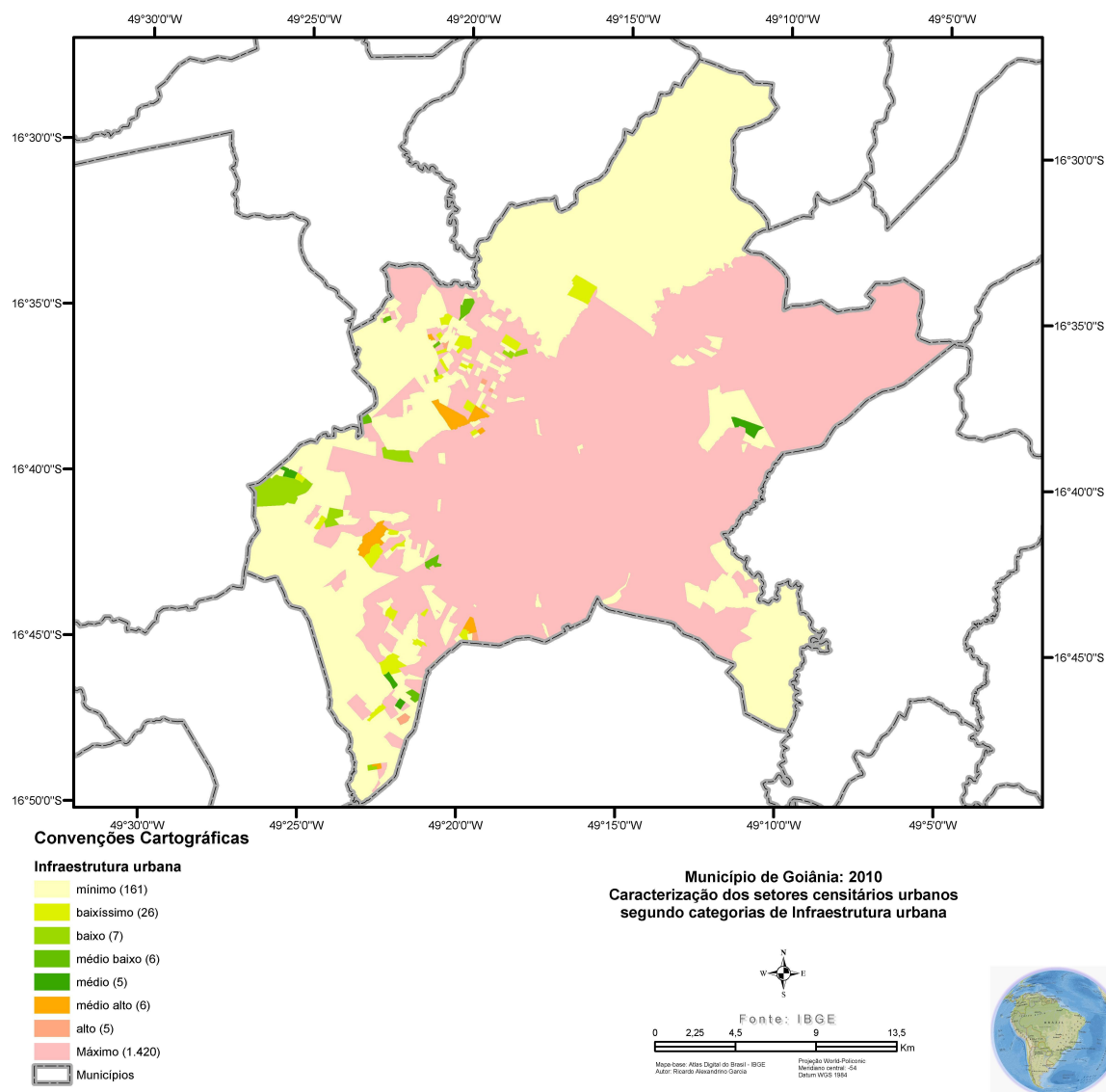
Na classe setor de infraestrutura urbana médio baixo, na qual o percentual de domicílios com existência de esgotamento sanitário ligado à rede geral, assim como abastecimento de água e domicílios com existência de serviço de coleta de lixo são igual ou superior a 80%, estão em cor verde claro. Correspondem a cinco por cento dos setores censitários e representam bairros como os: Sudoeste e o Urias Magalhães.

No grupo setor de infraestrutura urbana baixa, na qual o percentual de domicílios com existência de esgotamento sanitário ligado à rede geral, assim como abastecimento de água e domicílios com existência de serviço de coleta de lixo são igual ou superior a 75 %, estão em cor verde clarinho. Correspondem a sete por cento dos setores censitários e representam bairros como os da região norte, centro oeste e sudoeste.

Na classe setor de infraestrutura urbana baixíssima, na qual o percentual de domicílios com existência de esgotamento sanitário ligado à rede geral, assim como abastecimento de água e domicílios com existência de serviço de coleta de lixo são igual ou superior a 50%, estão em cor verde limão no mapa. Correspondem a vinte e seis por cento dos setores censitários e representam bairros como os: Vila Jaraguá, Setor Aeroporto, Aeroviário, Cidade Jardim, Residencial Eldorado, Jardim Europa e Jardim Atlântico.

Na classe setor de infraestrutura urbana mínima, na qual o percentual de domicílios com existência de esgotamento sanitário ligado à rede geral, assim como abastecimento de água e domicílios com existência de serviço de coleta de lixo são igual ou inferior a 50%, estão em cor bege, nude no mapa. Correspondem a cento e cinquenta e um por cento dos setores censitários e representam bairros como os: Goiânia 2, Santos Dumont, Parque Oeste Industrial, Parque Industrial Paulista, Vila Viana.

Figura 61 - Índice de Infraestrutura Urbana nos setores censitários do município de Goiânia, 2010.



Fonte: IBGE. Censo demográfico de 2010 (microdados).

4.1. Validação e Resultados da classificação dos setores censitário

Por meio da técnica “Two-step cluster”, 05 foi um número ótimo de agrupamentos para o conjunto de indicadores selecionados e a validação dessa classificação se deu por meio da análise de discriminante. Para a aplicação do modelo de validação, tanto os indicadores adotados quanto a classificação, a priori, foram aqueles oriundos do modelo “Two-Step”.

Com isso, foi obtida uma reclassificação dos setores censitários e a Tabela 10, também conhecida como matriz de confusão traz o resultado dessas análises. O valor de Kappa superior 0,8 indica um excelente nível de predição do modelo de classificação.

Tabela 10 - Matriz de confusão em os valores obtidos do classificação Two-Step e os valores preditos pela análise de discriminante. (KAPPA = .950; $p < .00001$)

Classificação obtida pelo modelo Two-step Cluster	Classificação predita pela Análise de Discriminante					Total
	Segregação periférica da pobreza	Segregação periférica da riqueza	Segregação central da pobreza	Baixa segregação	Segregação central da riqueza	
Sem classificação	9	0	3	0	0	12
Segregação periférica da pobreza	171	0	2	10	0	183
Segregação periférica da riqueza	2	98	1	4	11	116
Segregação central da pobreza	0	0	254	6	0	260
Baixa segregação	0	0	0	886	0	886
Segregação central da riqueza	0	4	0	0	159	163
Total	182	102	260	906	170	1620

Pela tabela, vimos que dos 1620 setores censitários, doze encontra-se “sem classificação”, uma vez, que são os pertencentes à zona rural. Os demais cinco grupos: Segregação periférica da pobreza, segregação central da pobreza, baixa segregação, baixa segregação, segregação central da riqueza, serão detalhadas/classificados na composição de clusters, abaixo.

Cluster 1: Segregação periférica da pobreza

A partir da análise dos dados foram gerados cinco agrupamentos. O cluster número 1, com 183 setores censitários, representa aproximadamente 11,3% do total dos setores censitários no município de Goiânia. O equivalente a treze por cento do total da população no ano de 2010, cerca de 164.177 mil habitantes. Nele estão os setores que abrigam as pessoas com menor poder aquisitivo, com a menor parcela da renda, abrangendo a população mais pobre financeiramente. Apresentam uma renda de R\$ 572,64 reais mensais em média, o que era abaixo do salário mínimo da época (R\$ 510,00). Com relação ao índice de qualidade de saneamento ambiental (IQSA) é de 43,38% em média. Este valor equivale ao estado insatisfatório. A porcentagem dos domicílios vagos 7,7% significa alta ocupação, restando poucos domicílios disponíveis. Há apenas 0,1% de apartamentos, o que demonstra a presença majoritária de imóveis como casas, visto que apartamento necessita de maiores gastos,

incluindo a taxa mensal do condomínio. Apartamentos podem demonstrar maior poder de consumo, gastos extras como a implantação de novos sistemas energéticos, gás, água individualizados, dentre outros itens extras que sempre acompanham as reuniões dos moradores. A porcentagem dos domicílios alugados são 18,55%. A porcentagem de apartamentos são 1684 por setores censitários, o que é considerado abaixo da média, comparado a outros setores mais nobres. A porcentagem de domicílios chefiados por mulheres é de 37,38%. Este último pode representar a ausência de família, ou formação oficial de casais, pois muitas vezes a mulher torna-se mãe sem planejamento, e é obrigada a ser provedora/chefe de família, mesmo sem o parceiro. O índice de infraestrutura urbana está aproximadamente 43%, sendo falho e ausência de muitos itens que otimizam a qualidade de vida. O índice de vulnerabilidade social ficou em 13,7%, em cerca de 24 setores censitários. E o coeficiente de Gini em média 54,15. Pela espacialização percebe-se que majoritariamente são os bairros da periferia, aqueles que fazem limites com os municípios da Região Metropolitana de Goiânia. Com base nas características dos indicadores selecionados, bem como a configuração espacial dos setores censitários(183) contidos neste agrupamento (Figura 62, caracterização /tipologia) conclui-se que se tratam de espaços de segregação periférica da pobreza.

Cluster 2: Segregação periférica da riqueza

O Cluster número 2 está distribuído em 116 setores censitários, representando 7,2% dos setores censitários com características bem distintas do primeiro. Abrange 6% da população, cerca de 79.022 mil habitantes. Apresenta como coeficiente de Gini 0,600, o que implica em muita concentração de renda no poder de uma minoria e uma das maiores desigualdades com relação aos demais “clusters”. Apresenta um estado inadequado de qualidade de saneamento ambiental, talvez por ter no mesmo espaço diferentes territorialidades, como o dos condomínios fechados e muitas pessoas nos arredores de classe social mais baixa. Apresenta 20,5% de domicílios vagos, o que pode ser devido à diferença de valores mercado/realidade, de objetivos diversos como imóveis herdados e vazios, e ainda, como fonte de renda, alto valor exigido para a ocupação, ou distância do imóvel com relação ao trabalho, localização não ser interessante ou valorizada. Tem 15,6% dos imóveis alugados, podendo coincidir com os mesmos fatores da sua ocupação. Ou por terem muitos imóveis próprios ou ainda, já definidos com relação à habitação. Neste grupo, há 24,53% de

apartamentos ocupados, o que é bem acima do cluster número 1, praticamente vinte e quatro vezes a mais. Domicílios chefiados por mulheres representam 26,70%, tem-se uma leitura da inserção da mulher no mercado de trabalho e aumento da qualidade de vida com ambos contribuindo no orçamento familiar. O rendimento mensal é de R\$: 2.969,00; o que corresponde a três vezes mais acima da renda que o cluster número 1. É considerado um setor normal, com baixíssima vulnerabilidade social ou insignificante. Possui o máximo de infraestrutura urbana. Ótima qualidade de saneamento ambiental, apesar de ser heterogênea.

Com base nas características dos indicadores selecionados, bem como a configuração espacial dos setores censitários(116) contidos neste agrupamento (Figura 62, caracterização /tipologia) conclui-se que se tratam de espaços de segregação periférica da riqueza.

Cluster 3: Segregação central da pobreza

O cluster 3, com 260 setores censitários equivale a 16,2% dos setores censitários. Abarca 17 % da população total no ano de 2010, cerca de 216.081 mil habitantes. Possui como coeficiente de Gini equivalente a 57,78, demonstrando também alta desigualdade entre a distribuição das rendas e nível médio/alto de concentração das rendas. Percebe-se que há melhores condições referentes aos indicadores com relação ao Cluster 1, e bem inferior ao cluster 2. Foi o único agrupamento que contém os setores considerados subnormais. Apresenta 1,14% do índice da qualidade de saneamento ambiental, o que é considerado estado crítico de adequação. Possui aproximadamente 10,35% da porcentagem dos domicílios vagos, o que representa baixo valor com relação aos imóveis ociosos. Apresenta a taxa de domicílios alugados com 28,24%, ou seja quase duas vezes o número de imóveis alugados em relação ao cluster 2. Isto equivale a uma baixa e pequena renda, o poder aquisitivo, de compra para a habitação que é escasso. Identifica a realidade do aluguel, do desemprego, instabilidade para aquisição de imóvel próprio. Apenas 4,48% dos imóveis são do tipo apartamentos, quase quatro vezes menor nesta tipologia do que nos do cluster número 2. Aponta 38,31% de mulheres chefiando a casa. A renda média familiar mensal é de R\$: 510,00, o que está abaixo do salário mínimo de 2010. A infraestrutura está no máximo, com cerca de 18% do aparelhamento adequado. Porém, cerca de 19% estão na situação de vulnerabilidade social, reforçando as discrepâncias. Os setores qualificados pelo IBGE como subnormais se encontram neste agrupamento. Mesmo não sendo o “cluster” dos que possui outros indicadores que o qualificariam como os menos abastados. Com base nas características dos

indicadores selecionados, bem como a configuração espacial dos setores censitários(260) contidos neste agrupamento (figura 62, caracterização /tipologia) conclui-se que se tratam de espaços de segregação central da pobreza.

Cluster 4: Baixa segregação

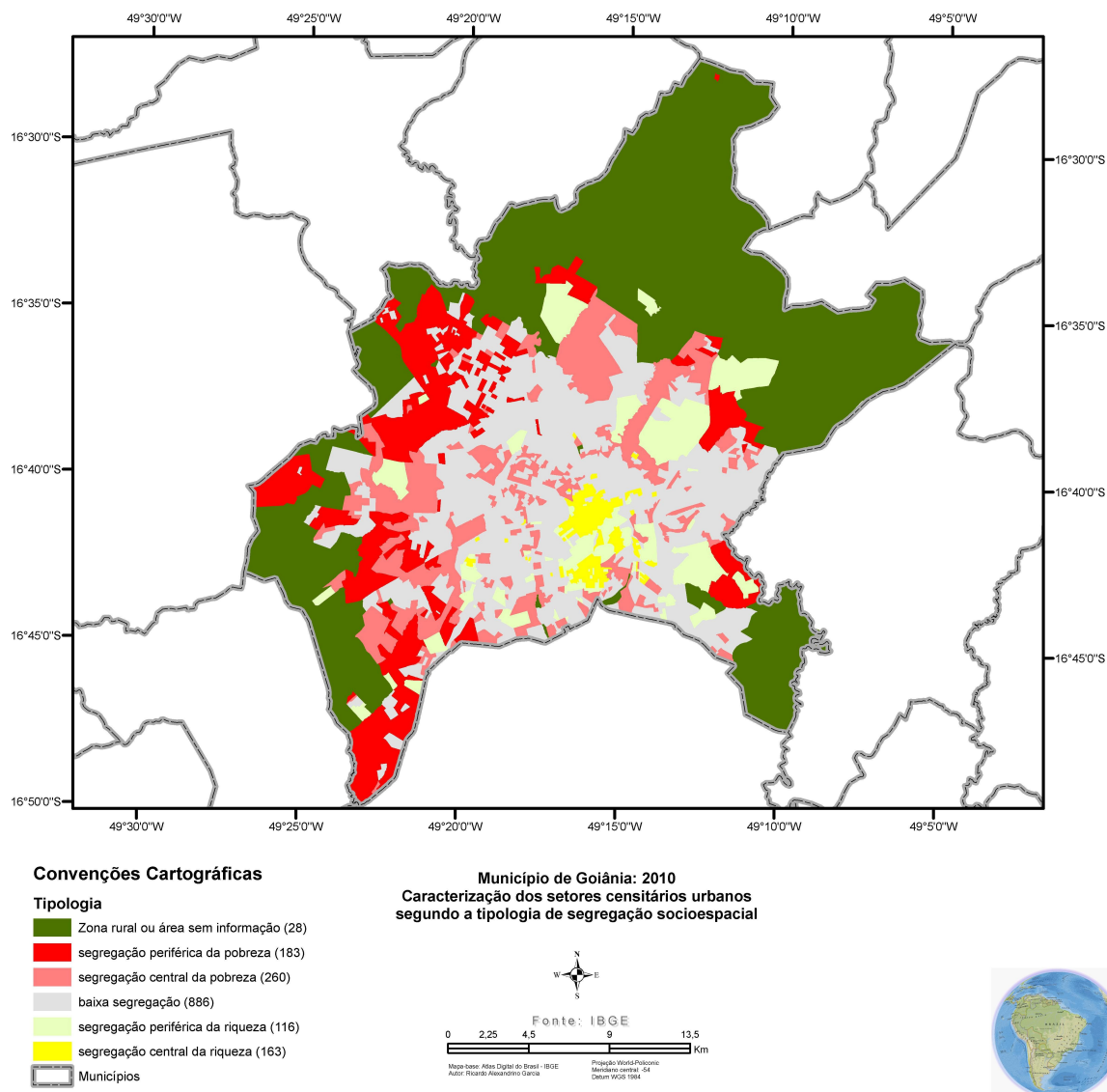
O Cluster número 4, denominado baixa segregação, possui 886 setores censitários, equivale a 54,7% dos setores censitários, ou seja, quase cinco vezes o tamanho do cluster número 1. É o maior dos clusters, com 55% da população, aproximadamente 717. 157 mil habitantes. Possui concentração de renda moderada com o coeficiente de Gini dos mais elevados, na casa de 0,57. Possui cerca de 31% dos domicílios vagos, talvez por escassez de recursos próprios, ou provavelmente por dificuldades em finalizar as obras. Aproximadamente 30% dos imóveis são alugados. O Índice de qualidade de saneamento ambiental é aproximado em 75,01% correspondendo ao estágio satisfatório. O indicador de infraestrutura também está satisfatório, com cerca de 62,5%, baixa vulnerabilidade social. A renda domiciliar está na casa de R\$ 946,00. Com base nas características dos indicadores selecionados, bem como a configuração espacial dos setores censitários (886) contidos neste agrupamento (Figura 62, caracterização /tipologia) conclui-se que se tratam de espaços de baixa segregação.

Cluster 5: Segregação central da riqueza

Denominado de segregação central da riqueza, corresponde em cerca de 163 dos setores censitários, cerca de 9% do total da população, ou seja, cerca de 125 mil habitantes. Há a maior concentração de renda comparado aos demais setores/agrupamentos. Conforme exposto na página no Capítulo 3 sobre o indicador Coeficiente de Gini, o que tem valor mais próximo de zero representa a situação de igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda. O valor um (ou cem) está no extremo oposto, significando que uma só pessoa detém toda a riqueza. Há uma maior desigualdade, com o número de 0,628, significando concentração de riqueza e renda nesta localidade. Os bairros são os mais nobres e valorizados da capital. Índice de qualidade de saneamento ambiental é aproximado em 79,84, o que é considerado satisfatório. A renda nominal está acima de três mil reais. A infraestrutura acerca de 62,5% está no máximo. Com presença de áreas verdes, cercadas por matas, próximas aos melhores e maiores parques de Goiânia, que são referências e pontos turísticos. Há baixa ou praticamente zero vulnerabilidade social. 9,4% domicílios vagos, 24% alugados e 75% dos tipos, são do tipo apartamentos. Com base nas características dos indicadores selecionados, bem como a

configuração espacial dos setores censitários(163) contidos neste agrupamento (Figura 62, caracterização /tipologia) conclui-se que se tratam de espaços de segregação central da riqueza.

Figura 62 - Segregação socioespacial no município de Goiânia, segundo Tipologia, 2010.



Fonte: IBGE. Censo demográfico de 2010 (microdados).

Pela espacialização infere-se que há semelhanças e dissimilaridades entre os agrupamentos. Os “Clusters 1 e o Cluster 3”, tiveram os resultados dos indicadores mais baixos do que os demais “clusters”. No Cluster 3, segregação central da pobreza, foi onde obteve-se a condição do tipo de setor como especial, com características de subnormalidade. Com 260 setores censitários equivale a 16,2% dos setores censitários, maior que o Cluster 1.

No Cluster 1- segregação periférica da pobreza, há 183 setores censitários, representa 11,3% do total dos setores censitários no município de Goiânia, no ano de 2010. No cluster 3, há uma área excludente, apesar de ter o poder de compra, mensurado pela renda média familiar mensal é de R\$ 887,990, o que está acima do salário mínimo de 2010. No Cluster 1, abriga as pessoas com menor poder aquisitivo, com renda de R\$ 572,64 reais mensais .Com relação ao índice de qualidade de saneamento ambiental (IQSA), o Cluster 3 apresenta de 23,24% a 55,38% do índice da qualidade de saneamento ambiental, o que é considerado estado crítico de adequação, enquanto que no Cluster 1 é de 43,38% em média, igualmente, equivalendo ao estado insatisfatório. O coeficiente de Gini é similar em ambos os Clusters 1 e 3, na casa de 54, 15. Os índices de vulnerabilidade social ficaram em 13,7%, no Cluster 1 e no 19% do Cluster 3. Percebe-se que há melhores condições referentes aos indicadores no Cluster 3 que foi considerado subnormal, que o Cluster 1 que é normal. A porcentagem de domicílios vagos no Cluster 1, 7,7% foi menor que no Cluster 3, com 10,35% . A porcentagem de domicílios tipo apartamento é baixíssima, apenas 0,1%. Enquanto que no Cluster 3, é maior, com 4,48% dos imóveis são do tipo apartamentos. No Cluster 3, a chefia feminina é também maior, 38,31%, já no Cluster 1 é de 37,38%.A infraestrutura está no máximo, com cerca de 18% do aparelhamento adequado. Com relação ao índice de qualidade de saneamento ambiental (IQSA) é de 43,38% em média. Este valor equivale ao estado insatisfatório. Assim, percebeu-se que, no Cluster 1, majoritariamente que o são os bairros da periferia, tem os índices piores do que o Cluster 3, que é considerado subnormal. Os outros três agrupamentos reuniu-se os de maiores renda/ poder de consumo; Gini alto, implicando em desigualdades, infraestruturas urbanas adequadas. O Cluster 2, Segregação periférica da riqueza está distribuído em 116 setores censitários, representando 7,2% dos setores censitários. Abrange 6% da população cerca de 79.022 mil habitantes. Apresenta como coeficiente de Gini 0,600, o que implica em muita concentração de renda no poder de uma minoria e uma das maiores desigualdades com relação aos demais clusters. Onde estão pessoas de classes mais elevadas. Apesar de ter um estado inadequado de qualidade de saneamento ambiental, talvez por ter no mesmo espaço diferentes territorialidades, como o dos condomínios fechados e pessoas menos favorecidas financeiramente. Tem 20,5% de domicílios vagos e 15,6% dos imóveis alugados. Neste grupo, há 24,53% de apartamentos ocupados, o que é bem acima do cluster número 1, praticamente vinte e quatro vezes a mais. Domicílios chefiados por mulheres representam 26,70%, abaixo do cluster 1 e do cluster 3. O rendimento mensal é R\$ 2.969 correspondendo a três vezes acima da renda dos anteriores. É considerado um setor normal, com baixíssima vulnerabilidade social ou insignificante. Possui o máximo de infraestrutura urbana. Ótima

qualidade de saneamento ambiental. No cluster 4-baixa segregação, possui 886 setores censitários, equivale a 54,7% dos setores censitários, ou seja, quase cinco vezes o tamanho do cluster número 1. É o maior dos clusters, com 55% da população, aproximadamente 717. 157 mil habitantes. Possui concentração de renda moderada com o coeficiente de Gini dos mais elevados, na casa de 0,57. Possui cerca de 30% dos domicílios vagos. Aproximadamente 30% dos imóveis são alugados. O Índice de qualidade de saneamento ambiental é aproximado em 75,01% correspondendo ao estágio satisfatório. O indicador de infraestrutura também está satisfatório, com cerca de 62,5%, baixa vulnerabilidade social. A renda domiciliar está na casa de R\$ 946,00. Por fim, o cluster 5-segregação central da riqueza, é o menor em densidade, corresponde em cerca de 163 dos setores censitários, cerca de 9% do total da população. Há a maior concentração de renda comparado aos demais setores/agrupamentos. Há uma maior desigualdade, com o número de 0,628, significando concentração de riqueza e renda nesta localidade. Os bairros são os mais nobres e valorizados da capital. Índice de qualidade de saneamento ambiental é aproximado em 79,84, o que é considerado satisfatório. A renda nominal está acima de três mil reais. A infraestrutura acerca de 62,5% está no máximo. Há baixa ou praticamente zero vulnerabilidade social. 9,4% domicílios vagos, 24% alugados e 75% dos tipos, são do tipo apartamentos.

Ao se comparar os valores da renda e do índice de Gini dos clusters com os dos demais setores que compõem o cluster três, denominado de Segregação central da pobreza, onde houve a predominância dos setores subnormais, percebe-se a conformação de quatro agrupamentos distintos, tal como pode ser observado no Gráfico 1.

No primeiro quadrante, que estão os aglomerados Jardim Guanabara(I e II) e o Setor Universitário, conhecido pejorativamente como “Quebra-Caixote”, no que se menciona a renda e ao índice de Gini, conformam dois agrupamentos específicos cujos limiares são da renda na casa mínima de R\$300,00 e a máxima em menos de R\$ 700,00. O coeficiente de Gini, aproximado entre 0,60 a 0,64 respectivamente. Esse quadro aponta uma baixa renda, com alto coeficiente de Gini. Ou seja, poucas pessoas de classe elevada e muitas com renda média e baixa, no mesmo espaço territorial, caracterizado por questões sociais, econômicas e a realidade de autosegregação, nos condomínios fechados. Contêm 29,1% do total de setores do Cluster. Caracteriza-se por ter rendimento e desigualdade acima da média dos setores sub normais e representa 40,6% do total dos 260 setores que compõem o Cluster.

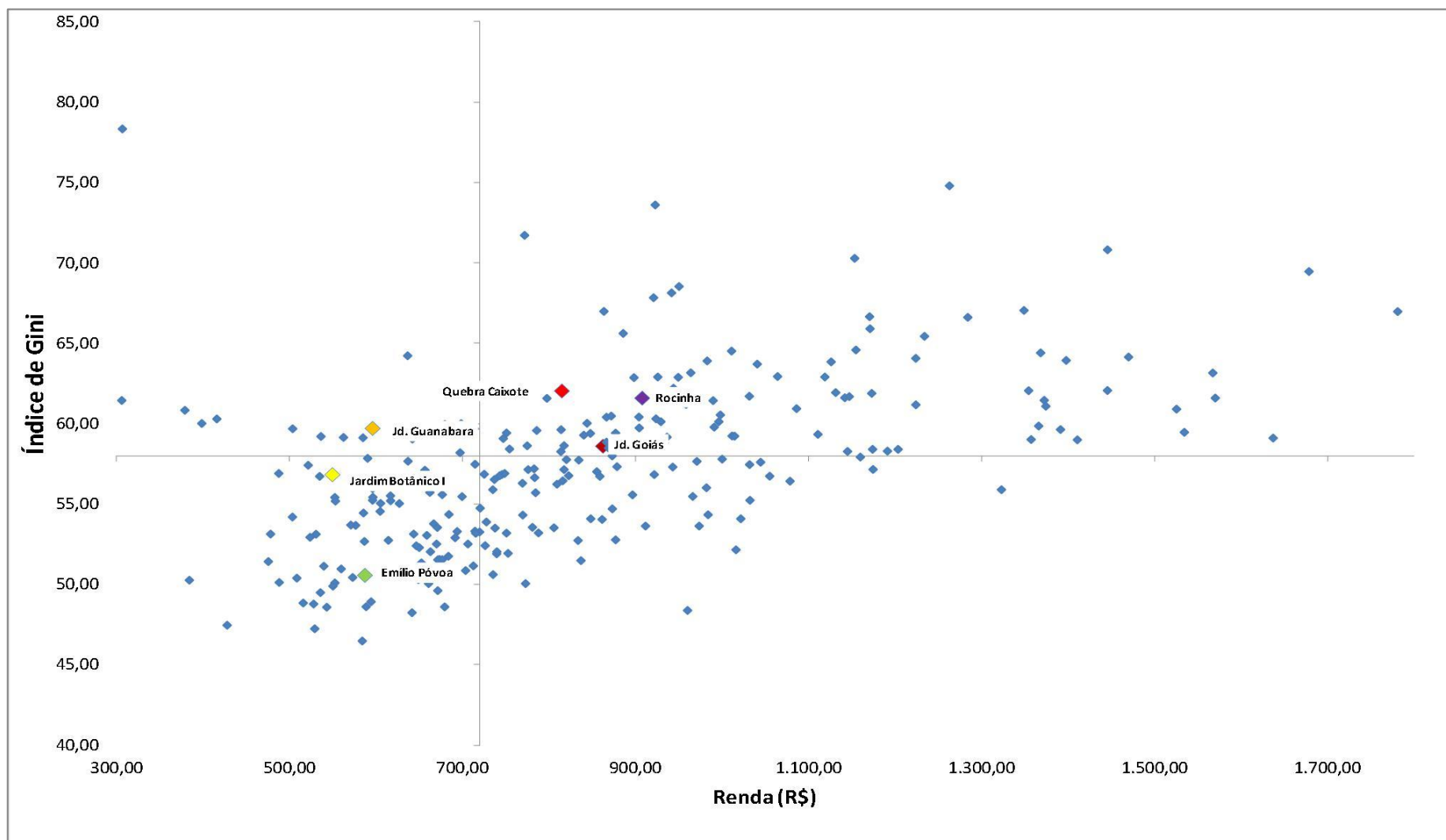
Abaixo desse quadrante, localiza-se os aglomerados do Jardim Botânico(I e II) e Emílio Póvoa. No primeiro, Jardim Botânico I, índice de Gini acima de 0,55 e a renda mínima entre R\$300, 00 a R\$700, 00. Percebe-se o maior montante nessa relação entre Gini e Renda,

uma vez que teve baixo índice de Gini comparado ao primeiro quadrante, e a renda ainda baixa. Caracteriza-se por ter rendimento e desigualdade abaixo da média dos setores subnormais e contém 29,1% do total de setores.

No terceiro quadrante - onde estão localizados os aglomerados subnormais da Rocinha, Jardim Goiás e Quebra Caixote – caracteriza-se por ter rendimentos e desigualdades acima da média dos setores subnormais e representa 40,6% do total dos 260 setores que compõem o Cluster. Neste o coeficiente de Gini foi de 0,60 a 0,75. E a renda superior a R\$ 700,00 chegando até R\$1700, 00. Implica-se em alto coeficiente de Gini, com alta renda. Pela localização estão os bairros mais nobres da capital, com valorização imobiliária, melhores infraestrutura, equipamentos turísticos e de lazer. Alta desigualdade, alta concentração de renda.

O último quadrante caracteriza-se por ter rendimento acima dos demais, ou seja, alta renda. Com relação ao coeficiente de Gini, é abaixo dos demais. A desigualdade abaixo da média dos setores subnormais e representa 24,5% do total. Não estão localizados nenhum setor subnormal - caracteriza-se por ter rendimento acima e desigualdade abaixo da média dos setores subnormais.

Gráfico 1- Goiânia: 2010. Distribuição dos setores censitários pertencentes ao Cluster 3, selecionados segundo grau de semelhança aos setores subnormais, por Renda e Índice de Gini.



Fonte: IBGE. Censo Demográfico de 2010. (dados agregados por setores censitários)

Considerações Finais

Concluiu-se que o espaço geográfico é produto histórico e social, e como tal o sentido do espaço urbano ultrapassa o da concentração-distribuição de pessoas, equipamentos coletivos, infraestrutura e atividades produtivas. Estudar um assunto que é integrado como subárea da Geografia, a Geografia Urbana, retrata uma realidade diária. Prática. Noticiada e empiricamente comprovada. Torna-se não só pertinente, mas também melhor compreendido junto às teorias geográficas. A maior parte dos países em desenvolvimento passa não só por questões acerca das desigualdades econômicas, sociais, culturais, mas também, fluxos unilaterais de migrações, xenofobia, mazelas, insegurança pública e crises de escassez na saúde, nos empregos. O espaço, compreendido como sistema de objetos e sistema de ações está em toda parte. O espaço é entendido como produto e condição de práticas e relações sociais que são também espaciais, envolvendo dimensão do uso, da presença e da possibilidade da apropriação. Adotou-se definições de Carlos (2016), onde o capitalismo produz um espaço que lhe é próprio, mas também origina o espaço como mercadoria.

O espaço urbano então, como objeto de troca, de consumo, de capital, é presenciado, fatiado nas rendas de diversos brasileiros. É ele que abarca todas as demais categorias, como lugar, território, paisagem e região. Ele é macro, é completo. Tangível e intangível. A categoria espaço geográfico e segregação socioespacial ,suas discussões, foram predominantes em toda tese.

Em anos, mediante revisão bibliográfica, orientações, pesquisas, aprendizados, deslocamentos, apresentação de trabalhos sobre o tema em seminários e congressos, observou-se inferências diante de uma realidade que era vista, mas não percebida sobre a temática em discussão. E a pergunta-chave que norteou, inicialmente, a discussão foi: se há de fato favelização em Goiânia, diante da maioria dos discursos políticos negar, ressaltado principalmente pela questão do primeiro item, dos aglomerados subnormais. Daí toda a estrutura posta para não só responder essa questão, como também ir além, utilizando de variáveis e índices que mensuraram outras desigualdades socioeconômicas e urbanas na capital.

As cidades, lugar de paisagens, também são carregadas de contradições, de identidades, ao mesmo tempo, de elementos amplos e globais. Viver as cidades, com seus equipamentos, divisões, produções, mobilidades e infraestruturas, requer planejamento, ordenação, controle, direção, rede de fluxos e investimentos. A economia influencia não só nas relações de trabalho, mas também nas concentrações de renda e nas desigualdades.

Aceitou-se os conceito de cidade conforme Lefebvre. A cidade é uma força produtiva por permitir a reunião dos trabalhadores e das obras, dos conhecimentos e das técnicas, dos meios de produção, intervindo ativamente no crescimento e no desenvolvimento. Ela se torna, no curso da história, o lugar privilegiado, no qual se elaboram as relações de produção e se manifestam os conflitos entre essas relações e as forças produtivas (LEFEBVRE, 2001).

Ademais, teve-se como meta apresentar os fatores principais que direcionaram o processo de produção do espaço urbano, delineadores de um quadro de desigualdade socioespacial e também de segregação. A capital, mesmo planejada já de início teve ações desordenadas de uso e ocupação. Na maioria das vezes os agentes responsáveis por tal processo, direcionados pelo interesse do grande capital, são constituídos, geralmente, pelos grupos empresariais e pelo mercado imobiliário. Mostraram-se imagens dos aglomerados subnormais no município de Goiânia, apontando características marcantes desses espaços. Apresentaram-se considerações a respeito dos contrastes entre os condomínios fechados e suas espacialidades. A relação centro-periferia e afins foram ressaltadas por diversos autores, com destaque para Villaça que observa as “classes acima da média” como as que tendem a se segregar em uma única região da metrópole. Já os espaços produzidos pelas burguesias não se limitam ao contraste centro-periferia, sendo o padrão dominante o dos setores de círculo. Assim, tem-se, em determinados espaços urbanos, a concentração majoritária de pessoas pertencentes a dadas classes sociais. Estas, na maior parte dos casos, concentram-se em bairros específicos ou em condomínios fechados, nos quais integrantes de outras classes sociais, algumas até opostas, também se fazem presentes nas proximidades.

Observou-se, pois, que a formação de segregação socioespacial, incluindo os aglomerados subnormais, evidencia as lacunas de um planejamento incompleto e dispar. Mostrou-se que os dilemas urbanos não são recentes, mas são pertinentes com a atualidade. A diferença é que a proporção numérica dos habitantes multiplicou-se, devido à explosão demográfica na maioria das cidades brasileiras. Os problemas foram inúmeros, a começar pela falta regular de moradias, acesso à renda ou trabalho formal, resultando em poucos recursos, em ocupações irregulares, pobreza, dificuldades com mobilidade e habitação.

A formulação de uma política antiexclusão requer a compreensão global dos fatores que a construíram. No caso da política urbana, a exclusão espacial-territorial pode ser desconstruída em três elementos: a estratégia da distribuição dos investimentos, a regulação urbanística e a gestão urbana. Viu-se muito sobre as categorias, também na segregação socioespacial, sendo originária do latim *segrego* e apresenta uma ideia de cercamento. Referenciou-se sobre essa categoria, a definição de Villaça (1998). Entendendo a segregação

urbana como a tendência à organização do espaço em zonas de forte homogeneidade social interna e de forte disparidade social entre elas. Essa disparidade ocorre não só em termos de diferença, como também de hierarquia. Para ele, a segregação é “um processo segundo o qual diferentes classes ou camadas sociais tendem a se concentrar cada vez mais em diferentes regiões ou conjuntos de bairros da metrópole” (VILLAÇA, 1998, p.5).

No capítulo três, sobre o caminho metodológico utilizado, ilustrou-se várias desigualdades na capital goianiense. Pretendeu-se analisar a desigualdade, no município de Goiânia, com ênfase em dimensões socioespaciais. Os procedimentos metodológicos compreenderam algumas etapas: de detalhamento, escolha, triagem, coleta e descrição das variáveis e dos indicadores, aplicação do método “Two Step Clusters” e validação com a análise de discriminante. Estruturou-se a categorização das variáveis e os indicadores com as informações necessárias até a geração da estatística espacial. Foram apresentados os métodos, as técnicas, os materiais, recursos os índices e indicadores utilizados nas análises.

Selecionou-se como recorte espacial todo o município, conforme as variáveis e os indicadores, a fim de comparar/ constatar os aglomerados subnormais e todas as dimensionalidades dos índices mencionados no capítulo 3. E se correspondem de fato aos agrupamentos mais precários e pobres da capital. Conforme o IBGE, os sete aglomerados são: Emílio Póvoa, Jardim Guanabara, Jardim Goiás área I, Jardim Botânico I e II, Rocinha e Quebra Caixote. Nesta tese comprovou-se que são de fato sete, porém, o da ”Rocinha” pertence à Aparecida de Goiânia, município que faz parte da Região metropolitana de Goiânia.

Eles se assemelham em relação aos aspectos de serem ocupações irregulares, das vias serem estreitas, dificuldades com infraestrutura básica, coleta de lixo, habitações simples e humildes. Todas elas são planas e não lembram, do ponto de vista da paisagem, outras favelas da região Sudeste, visto suas singularidades topográficas e socioeconômicas. Na parte visual, durante algumas pesquisas de campo, foi nítido o contraste entre os casebres, carentes de estrutura e erguidos à deriva, contrastando-se com os condomínios verticais, imponentes, e visto por muitos, inclusive moradores, como símbolos do progresso. Queixas dos bairros menos desfavorecidos economicamente, com relação à segurança, ao transporte público, aos postos de saúde e também às escolas.

Como indicadores utilizados foram: Índice de Qualidade de Saneamento ambiental (IQSA); Índice de coeficiente de Gini, Índice de Vulnerabilidade Social (IVS); Índice de Infraestrutura Urbana; Indicador de subnormalidade (IS); Indicador de poder de consumo (IC); Indicador de ocupação imobiliária (IOI); Indicador de concentração imobiliária (ICI); Indicador de verticalização imobiliária (IVI); Indicador de relações de gênero (IGe). Eles

mensuram e caracterizam arranjo territorial (tipo de setor), produção, consumo e reprodução social (com a variável renda per capita); a dinâmica habitacional pela variável domicílios vagos, o mercado imobiliário, pelos domicílios alugados.

Quanto à dimensão geográfica, a concentração de pobres num determinado espaço geográfico é um dos fatores impeditivos de saída da condição de pobreza e de exclusão. Nesse sentido, o confinamento espacial reproduz o isolamento social, perpetuando o círculo vicioso da pobreza. Nessa formulação, há um resgate dos princípios ecológicos da segregação social urbana, mesmo que fatores estruturais estejam no centro da explicação da emergência da subclasse urbana. Por fim, convém chamar a atenção para a dimensão temporal presente na conceituação da nova pobreza urbana. A emergência de um novo padrão de segregação urbana é analisada não mais sob a perspectiva das transformações na estrutura sócio-ocupacional, e sim a partir da lógica de atuação da atividade de construção civil e mercantilização. Neste sentido, vê-se a necessidade e relevância de estudos com essa temática, diante da diversidade de implicações na produção e reprodução do espaço geográfico.

Verificaram-se diversas variáveis e indicadores a fim de classificar, mensurar e quantificar por setores censitários a situação dos domicílios, bairros e agrupá-los em seus critérios específicos. Formaram-se cinco agrupamentos. Pela aplicação dos métodos que resultaram em agrupamentos, teve-se a conformação de cinco clusters/classificações: Segregação periférica da pobreza (cluster 1); segregação periférica da riqueza (cluster 2), segregação central da pobreza (cluster 3), baixa segregação (cluster 4), segregação central da riqueza (cluster 5). Essas tipologias resumiram de maneira coerente às teorias vistas sobre coeficiente de Gini, o qual mensura o quão desigual e ainda a concentração de renda.

Reiterou-se que, Goiânia, por ter passado por processo de uso e ocupação do solo com o princípio de interiorização do país, não escapou dos percalços. Sua característica geomorfológica plana a favorece visualmente com olhares miúdos para que não se encontre as famosas “favelas”. O que neste trabalho denominamos de aglomerados subnormais, visto que a maior parte das ocupações irregulares estiveram, iniciaram-se e estão em terrenos públicos ou privados sem o direito de posse. Conclui-se que o modelo clássico de favelas em Goiânia, não existe. Mas há desigualdades espaciais por toda a cidade. A tese de Goiânia ter aglomerados subnormais foi confirmada, principalmente pelo caráter da irregularidade do direito da posse dos terrenos públicos ou privados.

A situação do município é urbana, apesar de conter elementos da área rural em franjas que fazem parte da região metropolitana de Goiânia. Indo para o município de Goianópolis, por exemplo, parte da REG, há muita área verde, matas, pastos, fazendas, gados e elementos

que compõem o meio rural. Sobre as condições de ocupação e tipo de domicílio, há no país uma diversidade de tipos e tamanhos de aglomerados subnormais.

Os setores qualificados pelo IBGE como subnormais encontram-se no Cluster 3. Mesmo não sendo o cluster dos que possuem outros indicadores que o qualificariam como os menos abastados, eles se assemelham aos aglomerados subnormais de outras regiões, principalmente por serem ocupações irregulares em terreno público ou privado. Também, as vias das ruas serem extremamente estreitas, mal passando um automóvel, dificuldades com infraestrutura básica, coleta de lixo, habitações simples e humildes. Todas elas são planas e não lembram, do ponto de vista da paisagem, outras favelas da região sudeste, visto suas singularidades topográficas e socioeconômicas.

Em toda a cidade há domicílios vagos. Majoritariamente a região norte, centro-oeste e um ponto da sudoeste tiveram maior representatividade de domicílios vagos. Também as regiões central, norte, nordeste, oeste e sul têm menos domicílios vagos, devido à valorização do metro quadrado, do aumento da infraestrutura urbana, crises e até falência das incorporadoras. Os motivos são diversos, como a região norte ter uma densidade demográfica menor, ser mais distante do centro, dos órgãos públicos, dos aparelhos de lazer da cidade. Com relação à renda observou-se que as mais elevadas estão nas regiões onde estão localizados os condomínios de alto padrão em Goiânia, a exemplo do condomínio Aldeia do Vale, e também bairros de classe alta como: Jardim Goiás, Alto da Glória, Marista, Bueno, Oeste, Vila Maria João. Como classe média alta, parte dos setores Marista, Sul, Parque das Laranjeiras, Nova Suíça, Setor Bela Vista, Setor Sul, parte do Setor Goiânia 2, Setor Jaó, Setor Leste Universitário, Jardins Milão, J. Paris e J. Atenas, Portal do Sol I, Portal do Sol II, Alphaville Flamboyant I e II (com rendimento nominal médio mensal entre aproximadamente 4 mil e quase 9 mil reais). Estes bairros encontram-se nos Clusters 2 e 5. Os melhores indicadores referentes ao índice de qualidade de saneamento ambiental, à infraestrutura urbana e ao indicador de coeficiente de Gini. O estado de Goiás, bem como Goiânia, são marcados por diversidades regionais, resultado da elevada desigualdade de renda e desenvolvimento, e de diferentes modos de vida, de estabelecimento de relações sociais e de expressões culturais. No de número 1, estão as pessoas com menor poder aquisitivo, com a menor parcela da renda, abrangendo a população mais pobre financeiramente. Elas apresentam uma renda média de R\$ 572,64 mensais, abaixo mesmo da renda referente ao cluster 3, que foi o único considerado como subnormal. O Cluster 2, distribuído em 116 setores censitários, representa 7,2% dos setores censitários com características bem distintas do primeiro. Apresenta como coeficiente de Gini 0,600 o que implica em muita concentração

de renda no poder de uma minoria e uma das maiores desigualdades com relação aos demais clusters. Mostra um estado inadequado de qualidade de saneamento ambiental, talvez por ter no mesmo espaço diferentes territorialidades, como o dos condomínios fechados. Há poucos domicílios vagos, baixa chefia de mulheres, por exemplo, representam 26,70. O rendimento mensal é R\$ 2.969,8, correspondendo a três vezes maior a renda do que o cluster número 1. É considerado um setor normal, com baixíssima vulnerabilidade social ou insignificante. Possui o máximo de infraestrutura e ótima qualidade de saneamento ambiental. O Cluster 3, com 260 setores censitários, equivale a 16,2% dos setores censitários. Possui como coeficiente de Gini 57,78, demonstrando também alta desigualdade entre a distribuição das rendas e nível médio/alto de concentração das rendas. Apresenta 1,14% do índice da qualidade de saneamento ambiental, o que é considerado estado crítico de adequação. Possui aproximadamente 10,35% da porcentagem dos domicílios vagos, o que representa baixo valor com relação aos imóveis ociosos. Indica a taxa de domicílios alugados com 28,24%, ou seja quase duas vezes o número de imóveis alugados com relação ao cluster 2. Isto equivale a uma baixa e pequena renda, o poder aquisitivo, de compra para a habitação é escasso. Identifica a realidade do aluguel, do desemprego, instabilidade para aquisição de imóvel próprio. Apenas 4,48% dos imóveis são do tipo apartamentos, quase quatro vezes menos nesta tipologia do que nos do clusters número 2. Aponta 38,31% de mulheres chefiando a casa. A renda média familiar mensal é de R\$ 887,99. A infraestrutura está no máximo, com cerca de 18% do aparelhamento adequado. Porém, cerca de 19% estão na situação de vulnerabilidade social, reforçando as discrepâncias. O cluster número 4, com 886 setores censitários, equivale a 54,7% dos setores censitários, ou seja, quase cinco vezes o tamanho do cluster número 1. Possui concentração de renda moderada com o coeficiente de Gini na casa de 0,57. Possui cerca de 30% dos domicílios vagos, talvez por escassez de recursos próprios, ou provavelmente por dificuldades em finalizar as obras. Aproximadamente 30 % dos imóveis são alugados. O Índice de qualidade de saneamento ambiental é aproximado em 75,01% correspondendo ao estágio satisfatório. O indicador de infraestrutura também está satisfatório, com cerca de 62,5%, baixa vulnerabilidade social. A renda domiciliar está na casa de R\$ 946,00. O Cluster 5, possui maior coeficiente de Gini e maiores desigualdades. Nele há maiores números de apartamentos e também alta chefia feminina. Os melhores indicadores referentes ao saneamento ambiental, infraestrutura e equipamentos urbanos.

Viu-se que boa parte dos setores está com saneamento adequado, possuindo condições apropriadas de abastecimento de água, esgotamento via rede geral de esgoto, pavimentação e saneamento ambiental adequados. O índice de vulnerabilidade social, que marca diversidades regionais (valor igual a 0,00 melhor situação e valor igual a 1, pior situação) também considerado em sua maioria média vulnerabilidade, com 1348 setores censitários.

Este trabalho não pretende fornecer respostas prontas, e as técnicas de mensuração aqui apresentadas não se esgotam e têm seus limites condicionados pelo tempo e recursos. Pelo tempo, pois, à medida que se avança nos estudos, são identificadas novas possibilidades metodológicas. A segregação espacial/desigualdades pode ser compreendida, ainda, como resultado de um processo de diferenciação que se desenvolve ao extremo e que leva, na cidade, ao rompimento da comunicação entre as pessoas, da circulação entre os espaços, do diálogo entre as diferenças, enfim, conduz à fragmentação do espaço urbano.

Mas, de fato, os aglomerados subnormais, em Goiânia, possuem suas singularidades e especificidades. Os de Goiânia são melhores ordenados, situados e com infraestrutura aceitável. Praticamente anônimas, ocultas no susto, geralmente situadas em áreas de risco. Um dos motivos, destas melhorias, como exposto, foi o fato do crescimento desordenado da cidade e valorização das áreas antes não valorizadas espriarem-se abrangendo ruelas e casebres.

Dessa forma, a dialética do espaço, as influências mercadológicas e das construtoras com relação ao planejamento urbano e territorial giram em torno de interesses específicos, pontuais e para uma pequena parcela da população. A diferença é que quando há indicadores socioeconômicos mais altos, a população de baixa renda também usufrui equipamentos, ruas, hospitais, escolas, postos de saúde e comércio. A cidade formal gira e adentra na cidade informal. É fundamental a existência de uma política global que leve em conta a missão improrrogável que se apresenta. A reconstrução local da noção de esfera pública, aquilo que dá identidade e sentido à cidade e à sociedade. De modo geral, como parte do processo de formação e de urbanização, houve novas criações, combinações, divisão do trabalho e transformações na estrutura das cidades. Estas resultam em contradições e divergentes olhares sobre as segregações. É preciso analisar as ocupações ou aglomerações urbanas apropriadas pelo e para um grupo social em diferentes formas, funções, infraestruturas, estruturas e escalas de valores. Esses valores podem ser tanto de mercado quanto do capital imobiliário, influenciados pela lei da oferta, da procura, de construção, reconstrução e criação de lugares, paisagens, atrativos cênicos, culturais, áreas de lazer, parques, áreas comerciais ou afins.

Espera-se com estes dados, a possibilidade de formulação de políticas públicas a serviço do bem comum. Explicitamente que essas ações, no espaço urbano, dependem

também do interesse dos agentes públicos e da minimização dos interesses particulares, em benefício dos interesses coletivos.

Pretende-se que, os moradores pertencentes da cidade de Goiânia, tenham maiores esclarecimentos e conhecimento acerca do local e suas espacialidades diárias.

REFERÊNCIAS

- 83 fotos incríveis de Goiânia como você nunca viu.** Curtamais. Disponível em: <http://www.curtamais.com.br/goiania/83-fotos-incriveis-de-goiania-como-voce-nunca-viu>. Acesso em: 2019.
- ABLER, R, ADAMS, J.S, GOULD, P. **Spatial: Organization View of the world.** New Jersey, 1971.
- ALMEIDA, C. R. **História e sociedade em Bernardo Élis: Uma abordagem sociológica de O Tronco.** 2003. 151 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2003.
- ALMEIDA, Maria Geralda. **A Geografia imaginária dos lugares turísticos 2008.** Disponível em: <https://laboter.iesa.ufg.br/n/29754-secao-de-trabalhos-publicados-por-temas>. Acesso em: 15 jul. 2017.
- ALMEIDA, Maria Geralda. **Paradigmas do turismo.** Goiânia: Alternativa, 2003. ALMEIDA, R.A; CHAVEIRO, E.F; COSTA, C.L; CORREIA, R. S. **A captura do território Goiano e a sua múltipla dimensão socioespacial.** Goiânia: Modelo, 2005.
- ALVAREZ , I.P.A. A segregação como conteúdo da produção do espaço urbano. In: VASCONCELOS, P. de A; CORRÊA, R. L; PINTAUDI, S.M(orgs.). **A cidade contemporânea: segregação espacial.** São Paulo: contexto, 2016, p. 7-17.
- Anuário Estatístico de Goiânia / 2013.** Prefeitura de Goiânia. Disponível em: http://www.goiania.go.gov.br/shtml/seplam/anuario2013/_html/d_metropolitana.html. Acesso em: 2017.
- ARMOND, N.B; AFONSO, A.E. **A Geografia teórico-quantitativa e a teoria dos geossistemas: por uma geografia física integradora.** Disponível em: <http://www.cedipe.uerj.br/pdf/nubia-edp.pdf>. Acesso em: set 2018.
- ARRAIS, Cristiano Pereira Alencar. **Identidade e cidades de fronteira, um estudo sobre a construção de Goiânia a partir do conceito de momento de fronteira.** 2003. 147 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2003.
- ARRAIS, Cristiano Pereira Alencar. **Projeções urbanas – Um estudo sobre as formas de representação e mobilização do tempo na construção de Belo Horizonte, Goiânia e**

Brasília. 2008. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

ARRAIS, Tadeu, PINTO, JOSÉ VANDÉRIO CIRQUEIRA. **Fragmentação da metrópole: constituição da região metropolitana de Goiânia e suas implicações no espaço intraurbano de Aparecida de Goiânia.** Dissertação apresentada ao Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Goiás. Orientador Prof. Dr. Tadeu Arrais. Goiânia, 2009.

ARRAIS, T.A,SALGADO, T. R, LIMA, L. O, PINTO, J.V.C. **Impactos territoriais dos programas estaduais de intervenção regional no centro-oeste: entorno do Distrito Federal (1998-2006)** . Revista Mercator - volume 9, número 18, 2010: jan./abr. p.31-55

ARRAIS, T. A. **A produção do território goiano: economia, urbanização e metropolização.** Goiânia: Editora UFG, 2013.

ARRIEL, Marcos Fernando; COSTA, Mônica Martins; LOPES, Juliana Dias. **Situação dos Aglomerados Subnormais em Goiás. Conjuntura Econômica Goiana (SEGPLAN e IMB),** n. 21, p. 35-47, jun. 2012.

ATKINSON, A. B. **Bringing income distribution in from the cold.** The Economic Journal, v. 107, p. 297–321, 1997.

ATKINSON, A. B.; BOURGUIGNON, F. Introduction: income distribution and economics. In: ATKINSON, A. B.; BOURGUIGNON, F. (Ed.). **Handbook of Income Distribution.** Amsterdã: Elsevier Science, 2000. v. 1.

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. Goiânia, GO. Disponível em: http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/goiania_go. Acesso em: 30 maio. 2017a.

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. O Atlas. Disponível em: http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/o_atlas/idhm/. Acesso em: 7 ago. 2017b.

AZEVEDO, Sérgio de; RIBEIRO, Adriana de Miranda; VIANA, Raquel Mattos. **Déficit habitacional municipal em Minas Gerais.** Caderno de Geografia, v. 25, n. 43, 2015.

BARBOSA, Lívia. **Plano Diretor que será enviado à Câmara não prevê expansão urbana em Goiânia.** Edição 2264, 05 dez 2018. Acesso em 28 de abril de 2019.

AZEVEDO; BARBOSA. **Epistemologia Geográfica.** São Miguel Arcanjo-SP: 2009 (mimeo).

BARROS, José D'Assunção. **Cidade e história.** Petrópolis: Vozes, 2007.

BARROS, Ricardo Paes de; HENRIQUES, Ricardo; MENDONÇA, Rosane. **A estabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil.** In: **DESIGUALDADE E POBREZA NO BRASIL.p.20-47.** Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Rio de Janeiro, 2001.

BDE. **Indicadores de Rendimento.** (s/d) Disponível em: <http://www.bde.pe.gov.br/site/ConteudoRestrito2.aspx?codGrupoMenu=461&codPermissao=5>. Acesso em: 2018.

BOGUS, Lúcia Maria; PASTERNAK, Suzana. **Habitação de aluguel no Brasil e em São Paulo**. Caderno CRH, Salvador, v. 27, n. 71, p. 235-254, 2014.

BORGES, Elcileni de Melo; MORAES, Loçandra Borges de; SOUZA, Mrta Roverly; KALLABIS, Rita Petra; BERNARDES, Genilda Darc; FREITAS, Cesar Augustus L. Labre; MARTINS, Juciano Rodrigues, ARRAIS, Tadeu Alencar; SOUZA, Dalva Maria Borges de L.D. **Capítulo 03**. In: LIMA, José Júlio Ferreira; MOYSÉS, Aristides (Orgs.). **Como andam Belém e Goiânia**. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrôpoles. 2009.

BORGES, Fernanda. **Setor Marista lidera o ranking das áreas mais valorizadas de Goiânia**. Publicado em 5 de fevereiro de 2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/goias/noticia/2014/02/setor-marista-lidera-o-ranking-das-areas-mais-valorizadas-de-goiania.html>. Acesso em: 3 ago. 2017.

BORGES, P. E. A. B. **Salubridade Ambiental Método de Análise Territorial a partir da Conjugação de fatores socioambientais**. 2017, x fl. Tese (Doutorado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, UFMG. Belo Horizonte, 2017.

BORGES, Rosana Maria Ribeiro; LIMA, Angelita Pereira de. **História da Imprensa Goiana: dos velhos tempos da colônia à modernidade mercadológica**. Revista UFG – Dossiê 200 anos da Imprensa no Brasil, ano X, n. 5, dez. 2008. Disponível em: http://www.proec.ufg.br/revista_ufg/dezembro2008/pdf/09_Dossie9.pdf. Acesso em: 10 jul. 2017.

BRASIL. Secretaria de Assuntos Internacionais. Ministério da Fazenda. **Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico**. Disponível em: <http://www.sain.fazenda.gov.br/assuntos/politicas-institucionais-economico-financeiras-e-cooperacao-internacional/ocde>. Acesso em: 15 jun. 2017.

BRESCIANI, Maria Stella. **Cidades e urbanismo. Uma possível análise historiográfica**. Revista Politeia, história e sociedade, Vitória da Conquista, v. 9, n. 1, p.21-50,2009.

BRITO, Kepler Nilson Nascimento. et al. **Características dos solos goianos**. Pontes e Lacerda: UNEMAT, 2014.

BUENO, Edir de Paiva. **Dinâmica demográfica e a conformação socioespacial da cidade de Catalão (GO): uma análise dos níveis de desenvolvimento humano entre 1970 e 2000**. 2006. Tese (Doutorado em Geografia) – Pós-Graduação em Geografia, UNESP Campus Rio Claro, Rio Claro, 2016. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/104419>. Acesso em: 20 jun. 2017.

BUGNI, R. P.; JACOB, M. S. **Índice de Vulnerabilidade Social: uma Análise da Cidade de São Paulo**. In: **Território em números: insumos para políticas públicas a partir da análise do IDHM e do IVS de UDHs e regiões metropolitanas brasileiras**. 1. ed. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, v. II, 2017.

CALDEIRA, Teresa P. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo: Editora EDUSP, 2000.

CALDEIRA, Teresa P. **Enclaves fortificados: a nova segregação urbana**. Public Culture, 8(2), 1996, pp. 303-328.

CÂMARA, G. et al. **Análise espacial de áreas**. In: DRUCK, S. et al. (Ed.). 2004.

Análise Espacial de dados geográficos. Brasília: Embrapa, 2004. p. 157-209.

CARDOSO, Adauto Lúcio. **Política habitacional no Brasil: balanço e perspectivas**. 2003. Disponível em: http://www.observatoriodasmetrolopoles.ufjf.br/download/adauto_polhab_brasil.pdf. Acesso em: 20 jun. 2017.

CARDOSO, Carlos Eduardo de Paiva. **Dependência espacial**. 2007. Disponível em: <http://www.sinaldetransito.com.br/artigos/espacial.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2017.

CARDOSO, Carlos Eduardo de Paiva. **Estatística espacial como ferramenta do planejamento urbano**. 2005. Disponível em: https://www.sinaldetransito.com.br/artigos/estatistica_espacial.pdf. Acesso em: 18 jun. 2017.

CARLEY, Michael. **Indicadores sociais: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A prática espacial urbana como segregação e o "direito à cidade" como horizonte utópico**. In: VASCONCELOS, Pedro A.; CORRÊA, Roberto L.; PINTAUDI, Silvana M. (Org.). **A cidade contemporânea: segregação espacial**. São Paulo: Contexto, 2016.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O Espaço Urbano: Novos escritos sobre a cidade**. São Paulo: FFLCH, 2007,

CAVALCANTI, L.S. **Geografia da cidade**. Goiânia: Ed. Alternativa, 2001.

CAVALLIERI, F.; VIAL, A. **A Nova Classificação de Favelas para o Planejamento das Políticas Públicas**. 2012. Disponível em: <http://www.rio.tj.gov.br/documents/91329/1f8a19d9-91d6-430d-81f4-52081055114e>. Acesso em: 2017.

CAVENAGHI, Suzana; ALVES, José Eustáquio Diniz. **Estudo sobre Seguros**, Rio de Janeiro, RJ, 2018.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

CHAVEIRO, Eguimar Felício; ALMEIDA, Maria Geralda de; BRAGA, Helaine da Costa (Orgs.). **Geografia e cultura: os lugares da vida e a vida dos lugares**. Goiânia: Editora Vieira, 2008.

CHAVEIRO, Eguimar Felício ; OLIVEIRA, U. F. . **Cultura Política, Democracia e Segregação Socioterritorial em Goiânia**. Produção Acadêmica (UFT), 2011.

CLAVAL, Paul. **O território na transição da pós-modernidade**. Revista Geographia, ano 1, n. 2, 1999.

COELHO, Karina Cavalcanti. **Um conceito de Justiça através da perspectiva de John Rawls**. Disponível em: <http://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/5509/Um-conceito-de-Justica-atraves-da-perspectiva-de-John-Rawls>. Fev. 2010. Acesso em maio de 2018.

CORRÊA, Roberto L. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1989.

CORRÊA, R. L. **Áreas sociais: uma avaliação e perspectivas**. São Paulo: Geousp – Espaço e Tempo (Online), v. 20, n. 1, p. 10-33, mês. 2016.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Espaço: um conceito-chave da geografia**. In: CASTRO, Iná Elias, GOMES, Paulo César da Costa, CORRÊA, Roberto Lobato (orgs.). **Geografia: Conceitos e Temas**. 5ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand, 2003.

CORREIA, Maria Valéria Costa. **Desafios para o controle social: subsídios para capacitação de conselheiros de saúde**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005.

COSTA, Daiane; GONÇALVEZ, Kátia. **“Com crise, desigualdade no país aumenta pela primeira vez em 22 anos”** publicada em 15 mar. 2017. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/economia/com-crise-desigualdade-no-pais-aumenta-pela-primeira-vez-em-22-anos-21061992#ixzz4fYVmtC4i>. Acesso em: 21 maio 2018.

COSTA, G. G. O. **A técnica Two Step Cluster para Segmentação de funcionários de uma empresa no Rio de Janeiro segundo clima organizacional: um Estudo de caso**. Revista da Estatística UFOP, v. VI, p. x-x, 2017.

CRECI – Conselho Regional de Corretores de Imóveis. **Pesquisa de preço: prédios comerciais**. 25. ed. Goiânia: CRECI-GO/DEPAMI, 2015.

CUNHA, Bernardo C. C. **A Vila Roriz em Goiânia: um maldito exemplo de desterritorialização e reterritorialização excludentes**. In: X EREGEO-Simpósio Regional de Geografia. UFG - Campus Catalão, de 6 a 9 de setembro de 2007

CRECI – Conselho Regional de Corretores de Imóveis. **Pesquisa de preço do metro quadrado de lançamentos de condomínios verticais e residenciais da Grande Goiânia**. Agosto de 2010.

CRUVINEL, Cloves. **Palmas, a capital do Sol e gente querida**. Disponível em: <http://andarilhosdomundo.com.br/2013/10/praca-dos-girassois-em-palmas-tocantins/> Acesso em: 2017

CUNHA Debora Ferreira da; COSTA, Nuno Marques da; BARREIRA, Celene Cunha M. Antunes. **Integração e cooperação territorial na Região Metropolitana de Goiânia**. Geo UERJ, 2017.

DATASUS. 2017. Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/ibge/censo/cnv/ginigo.def.> Acesso em: 2 ago. 2017.

Desafios do Desenvolvimento, ano 1, edição 4, 1º de novembro de 2004. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2048:catid=28&Itemid=23. Acesso em: 15 jun. 2017.

DINIZ, A. **Com medo de repercussão, Goiânia finge que sete favelas não existem**. 2017. Disponível em: <https://www.jornalopcao.com.br/reportagens/com-medo-da-repercussao-goiania-finge-que-sete-favelas-nao-existem-92009/>. Acesso em: 14 abr. 2017

DINIZ, A. **Geoprocessamento 2000**. Apostila II, Estatística Espacial. UFMG, 2000. Disponível em: <http://www.csr.ufmg.br/geoprocessamento/publicacoes/estespacial.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2017.

DINIZ, Alexandre. **Geoprocessamento 2000. Apostila II, Estatística Espacial**. UFMG, 2000. Disponível em: <http://www.csr.ufmg.br/geoprocessamento/publicacoes/estespacial.pdf>. Acesso em 15 abr. 2017.

Em 15 anos, número de famílias chefiadas por mulheres mais que dobra. Época Negócios. Disponível em: <https://epocanegocios.globo.com/Economia/noticia/2018/03/em-15-anos-numero-de-familias-chefiadas-por-mulheres-mais-que-dobra.html>. Acesso em: 2018

Estudos do IMB. Disponível em: https://www.researchgate.net/figure/Figura-4-A-piramide-economica-brasileira-2015-de-acordo-com-os-dados-da-Pesquisa_fig4_321194607- Acesso em 23 de abril de 2019

Estudos do IMB MARÇO/2013. Disponível em: <http://www.imb.go.gov.br/files/docs/publicacoes/estudos/2013/caracteristicas-da-mulher-em-goias.pdf>

FERREIRA, Francisco H. G. **Os determinantes da desigualdade de renda no Brasil: luta de classes ou heterogeneidade educacional?** p. 131-158. In: **DESIGUALDADE E POBREZA NO BRASIL**. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. IPEA-Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Ricardo Henriques (Org). Rio de Janeiro, 2000.

FIESP. **Carga tributária no Brasil: Repercussões na indústria de transformação 2015**. São Paulo: Sistema FIESP, 2015. Disponível em: <https://www.fiesp.com.br/indices-pesquisas-e-publicacoes/carga-tributaria-no-brasil-repercussoes-na-industria-de-transformacao-2015/>. Acesso em: 2018.

FMI – Fundo Monetário Internacional. **What is behind Latin America's declining income inequality prepared**. Julho 2014. Disponível em: <https://www.imf.org/external/pubs/ft/wp/2014/wp14124.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2017.

FOTOS: 25 olhares sobre Palmas, a capital mais jovem do país. Disponível em: <http://g1.globo.com/to/tocantins/fotos/2014/05/fotos-25-olhares-sobre-palmas-capital-mais-jovem-do-pais.html>. Acesso em: junho/2017

FOUCAULT, Michael. **Ditos e Escritos I**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Déficit habitacional no Brasil 2009**. Fundação João Pinheiro, Centro de Estatística e Informações. - Belo Horizonte, 2012.

G1. Revitalização do Jardim Botânico segue apesar da ocupação de área. Goiânia: Organizações Globo, 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/goias/noticia/2015/08/revitalizacao-do-jardim-botanico-segue-apesar-da-ocupacao-de-area.html>>. Acesso em: 2017.

GARCIA, R. A.; SILVA, P.E.A.B.; LOBO, C. **Indicadores de salubridade urbano e rural da Bacia do Rio Doce.** Geografias, Ed. Especial, 2016.

GARCIA, Ricardo Alexandrino; NUNES, Marcos Antônio; OLIVEIRA, Felipe Bertelli. **Metodologias para a criação de indicadores socioambientais em unidades de planejamento em bacias hidrográficas: o caso da bacia do Mucuri, MG.** Geografias, Belo Horizonte, v. 14, p. 64-83, 2012.

GARCIA, Ricardo Alexandrino. **Migração como variável endógena: uma proposta de regionalização baseada nos polos econômicos e suas áreas de influências.** 2002. 181 f. Tese (Doutorado em Demografia) – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2002.

GARCIA, Ricardo Alexandrino. **Métodos quantitativos em geografia: Introdução à estatística.** 1. ed. Belo Horizonte: CAED-UFMG, 2011. v. 1. 80 p.

GARCIA, Ricardo Alexandrino. **Para a criação de indicadores socioambientais em unidades de planejamento em bacias hidrográficas: o caso da bacia do Mucuri – MG.** Belo Horizonte 08(1) 64-83 janeiro-junho de 2012. Geografias artigos científicos

Goiânia. Wikipédia. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Goi%C3%A2nia>. Acesso: 2017.

Goiás Velho recebe Festival de Cinema e Vídeo Ambiental. Agência Envolverde. Disponível em: <http://envolverde.cartacapital.com.br/goias-velho-recebe-festival-de-cinema-e-video-ambiental/>. Acesso em junho de 2018.

GOMES, João Pedro Magalhães Moraleida. **Poder e vigilância no espaço urbano.** XVIII ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFOS: A construção do Brasil, Geografia, política e democracia. São Luís do Maranhão, 2016.

GOTTDIENER, Mark. **A produção do espaço urbano.** 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010.

GUIMARÃES, Rosa Dossiê. **Grande sertão: veredas.** Edição Comemorativa. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2006.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “Fim dos territórios” à multiterritorialidade.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. 395p.

HARTSHORNE, R. **The Nature of Geography: A Critical Survey of Current Thought in the Light of the Past.** Annals of the Association of American Geographers, Vol. 29, No. 3. Sep., 1939.

HARVEY, David. **Espaços de esperança**. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

HARVEY, David. **O enigma do capital: e as crises do capitalismo**. Tradução de João Alexandre Peschanski. São Paulo, SP: Boitempo, 2011.

HENRIQUES, Ricardo. **Desnaturalizar a desigualdade e erradicar a pobreza: por um novo acordo social no Brasil**. p. 1-18. In: **DESIGUALDADE E POBREZA NO BRASIL**. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. IPEA-Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Ricardo Henriques (Org). Rio de Janeiro, 2000.

História de Goiânia e outras informações. SEEG. Disponível em: <http://seeg-go.com.br/conheca-goiania/historia-de-goiania-e-outras-informacoes/>. Acesso em: 06 de outubro de 2018.

HOFFMANN, Rodolfo. **Mensuração e pobreza no Brasil**. In: **DESIGUALDADE E POBREZA NO BRASIL**. Brasília: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2000.

HOLANDA, Frederico de. **O espaço de exceção**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Caminhos e fronteiras**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

IANNI, Octavio. **A sociedade global**. 12. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. 192p.

IBGE. **Mapa de mercado de trabalho no Brasil**. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv779.pdf>> Acesso em fevereiro de 2019.

IBGE,2001. **Mapa do Mercado de Trabalho no Brasil 1992-1997**. Disponível em <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv779.pdf>> Acesso em agosto 2017

IBGE. **IBGE 2010**. Disponível em: <<https://censo2010.ibge.gov.br/materiais/guia-do-censo/glossario.html>>. Acesso em: 2017.

IBGE. **IBGE divulga o rendimento domiciliar per capita 2017**. 2018. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/20154-ibge-divulga-o-rendimento-domiciliar-per-capita-2017>>. Acesso em: 2018.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2009**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 2017.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2010**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 2017.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2017**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 2017.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2010**. Disponível em: <http://censo2010.ibge.gov.br/materiais/guia-do-censo/operacao-censitaria.html>. Acesso em: 27 jul. 2017.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010: aglomerados subnormais – primeiros resultados**. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Indicadores mínimos conceitos**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaoadevida/indicadoresminimos/conceitos.shtm>. Acesso em: 28 jun. 2017.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Panorama**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/v4/brasil/go/goiania/panorama>. Acesso em: 6 set. 2017.

IMB, 2012 – Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos. **Cenários Socioeconômicos de Goiás: movimento pendular da população em Goiás**. Goiânia: IMB, 2012.

IMB, 2013 - **Estado de Goiás: características socioeconômicas e tendências recentes**. Goiânia: IMB, 2013.

IMB, 2018. **Aniversário de 80 anos de uma jovem cidade: Goiânia** Goiânia: IMB - Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos, 2018. Disponível em: <http://www.imb.go.gov.br/files/docs/publicacoes/informes-tecnicos/2013/08-aniversario-de-80-anos-de-uma-jovem-cidade-goiania-201310.pdf>. Acesso em: 2017.

IMB, 2018. **Goiás - Visão Geral**. Goiânia: IMB - Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos, 2018. Disponível em: http://www.imb.go.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=79&Itemid=145. Acesso em: 2017.

IPEA. **Objetivos de Desenvolvimento do Milênio: Relatório nacional de acompanhamento**. Brasília: 2014.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **O que é? – Índice de Gini**. 2004. Ano 1. Edição 4. Brasília: Revista Desafios do Desenvolvimento - SBS, 2004. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2048:catid=28&Itemid=23. Acesso em: 2017

IPEA-Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Ricardo Henriques (Org). Rio de Janeiro.

IPEA, 2015 - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Ricardo Henriques (Org), 2015. **Atlas da vulnerabilidade social nos municípios brasileiros** Brasília: IPEA, 2015. Disponível em: http://ivs.ipea.gov.br/images/publicacoes/Ivs/publicacao_atlas_ivs.pdf. Acesso em: 2017.

IPEA- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Ricardo Henriques (Org). Rio de Janeiro. ISBN: 85-86170-17-8, 2000 In: **DESIGUALDADE E POBREZA NO BRASIL**. p.20-47.

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Ricardo Henriques (Org). Rio de Janeiro.

ITABORAHY, Nathan Zanzoni. **A geografia, o conceito do território e os processos de territorialização das comunidades quilombolas: primeiras aproximações.** 2007. Disponível em: <http://www.ufjf.br/nugea/files/2010/09/A-Geografia-o-conceito-do-territ%C3%B3rio-e-os-processos-de-territorializa%C3%A7%C3%A3o-das-comunidades-quilombolas.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2015.

JAKOB, Alberto Augusto Eichman; YOUNG, Andrea Ferraz. **O uso de métodos de interpolação espacial de dados nas análises sociodemográficas.** 2006. Disponível em: http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2006/docspdf/ABEP2006_388.pdf. Acesso em: 20 jul. 2017.

JANNUZZI, P. M. **Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil.** Rev. Serv. Público, Brasília, v.56, n.2, p.137-160, 2005.

JANOSCHKA, Michael; GLASZE, Georg. **Urbanizaciones cerradas: un modelo analítico.** Ciudades, v. 59, p. 9-20, 2003. Disponível em: <http://www.michael-janoschka.de/urbanizaciones-cerradas-un-modelo-analitico/>. Acesso em: 20 jul. 2017.

JANCZURA, Rosane. **Risco ou vulnerabilidade social?** Porto Alegre, 2012. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/download/12173/8639>>. Acesso em: 24 jul. 2017.

JORDÃO, Haline Moura; SILVA, Margot Riemann Costa e. **Intervenções urbanas e suas precariedades.** Revista, Cidade, v. 41, especial, p.81-92, set. 2014. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv3124.pdf>>.

JUNQUEIRA, Alfredo. **Goiânia é a cidade mais desigual do Brasil.** Estadão, 20 de março de 2010. Disponível em: <http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,goiania-e-a-cidade-mais-desigual-do-brasil,526930>. Acesso em: 20 jul. 2017.

KANBUR, Ravi; LUSTIN, Nora - **Why is inequality Back on the Agenda?** World Bank, Washington DC. Annual World Bank Conference on Development Economics, 2000.

LAMAS, C. **La Geodemografía y la investigación de medios.** In: **IV Seminario de AEDEMO sobre Medios Impresos, Radio y Publicidad Exterior.** Bilbao, noviembre de 1994. 12p.

LEFÈBVRE, Henri. **A vida cotidiana no mundo moderno.** Tradução de Alcides João de Barros. São Paulo: Ática, 1991.

LEFÈBVRE, Henri. **A revolução urbana.** Tradução de Sergio Martins. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

LEFÈBVRE, Henri. **O direito à cidade.** Tradução de Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.

LEFÈBVRE, Henri. **Espaço e política.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

LIMA, José Júlio Ferreira; MOYSÉS, Aristides. **Como andam Belém e Goiânia**. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrópoles, 2009.

LEFÈBVRE, Henri. **Espaço e política: o direito à cidade II**. Tradução de Margaria Maria de Andrade, Pedro Henrique Denski e Sérgio Martins. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016.

LEVY, F.; MURNANE, R. **U.S. earnings levels and earnings inequality: a review of recent trends and proposed explanations**. *Journal of Economic Literature*, v. 30, n. 3, p. 1333–1381, 1992.

LIMA, V. **Saneamento Ambiental como Indicador de Análise da Qualidade Ambiental Urbana**. *Caderno Prudentino de Geografia*, v. 2, n. 35, p. 65-84, 2013.

LIMA FILHO, Manuel Ferreira; ECKERT, Cornelia; BELTRÃO, Jane Felipe (Org). **Antropologia e patrimônio cultural: diálogos e desafios contemporâneos**. Blumenau: Nova Letra, 2007.

LOBO, C. F. B.; SANTOS, I. S. M. B. **Desenvolvimento e qualidade de vida: a utilização dos indicadores sociais**. In: **Pensar BH Política Social**. Edição temática, n. 4. Belo Horizonte: Prefeitura de Belo Horizonte - Secretaria Municipal da Coordenação de Política Social, 2002.

MARCUSE, P. **Enclaves, sim; guetos, não: a segregação e o estado**. In: *Espaço e Debates*. São Paulo: NERU. v. 24, n. 45, jan./jul. 2004.

MARCUSE, Peter. - **In Defense of Housing. The Politics of Crisis**. Verso, 240 pp. London/New York, 2016.

MARICATO, Ermínia. - **Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

MARICATO, E - Metrópole na periferia do capitalismo. São Paulo, Hucitec, 1996.

MARQUES. A.B. **A SEGREGAÇÃO PLANEJADA - GOIÂNIA, BRASÍLIA E PALMAS**. USP, 2012.

MARTINS, José de Souza. **Capitalismo e tradicionalismo**. São Paulo: ed. Pioneira, 1975.

MARTINS, M - **O papel das vias romanas na formação e desenvolvimento periférico da cidade de Braga, desde a época romana até à atualidade**. IN: *Os Espaços da Morfologia Urbana*. Atas da 5ª Conferência Internacional da Rede Lusófona de Morfologia Urbana (PNUM), 2016

MARTINS, Rubia Nara Silva. **Geotecnologias aplicadas ao estudo de desigualdades socioespaciais do espaço intraurbano goianiense (1991 – 2010)**. 2014. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2014.

MARTINS, Wilson; SANTOS, Regina Célia Bega dos. **Reproduction of urban space and discussion of new centralities**. *Curitiba*, n. 19, p. 107-123, 2010. Editora UFPR.

MARX, Karl. **O capital**. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996.

MATOS, Ana Luíza Matos de. **Desafios brasileiros em relação à exclusão social e à desigualdade regional**. Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional, Blumenau, SC. v. 4, n. 1, p. 275-277, 2016.

MEDEIROS, Marcelo. **Medidas de desigualdade e pobreza**. Brasília: Editora UnB, 2012.

MIRANDA-RIBEIRO, A.; GARCIA, R. A. **Segregação Social em Belo Horizonte: uma Comparação entre dois Métodos de Fuzzy Clustering**. In: SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA, 13., 2008, Cidade. Anais. Cidade: Cedeplar, 2008.

MIRANDA-RIBEIRO, A.; VIANA, R.M; AZEVEDO, S. **Déficit habitacional municipal em Minas Gerais**. Caderno de Geografia, Belo Horizonte, v.25, n.43, p.144-163, 2015.

MONTEIRO, S.R. TAVARES, G.G. **Estudo da qualidade de vida dos residentes do aglomerado subnormal localizado no bairro Jardim São Paulo Anápolis/Goiás** In: IV SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE CIÊNCIAS SOCIAIS GTE- Cidades, Crescimento Urbano e Sustentabilidade, 2015.

MORAES, Antonio Carlos Robert - **O Sertão: um outro geográfico**. UECE: Revista Terra Brasilis, vol. 4/5, 2003.

MORAES, Cristina de Cássia Pereira - **Do corpo místico de Cristo: irmandades e confrarias na Capitania de Goiás (1736 – 1808)**. 2005. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Letras: Universidade de Coimbra, Coimbra, 2005.

MORAES, Robson de Sousa - **As formas contemporâneas da captura capitalista do território goiano**. In: CHAVEIRO, Eguimar Felício. (org.). A captura do território goiano e a sua múltipla dimensão socioespacial. Goiânia: Gráfica e Editora Modelo, 2005.

MORAES, Lúcia Maria. **A segregação planejada; Goiânia, Brasília e Palmas**. 2. Ed. Goiânia: Ed. da UCG, 2006.

MIRANDA-RIBEIRO, A. (Coord.). **Déficit habitacional no Brasil 2009**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estatística e Informações. 2012.

MORAIS, G. A.; SOBREIRA, D. B.; LIMA, J. E. **Padrão e Determinantes da Infraestrutura Urbana das Microrregiões Brasileiras**. Geosul, v. 33, n. 66, p. 262-291, 2018.

MOTTA, Eduardo Marchetti Pereira Leão. **Desigualdade Socioespacial e o Efeito-Vizinhança em Favelas de Belo Horizonte**. Núcleo de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2017.

Movimento pendular da população no Paraná: uma evidência da desconexão moradia/trabalho. Cad. Metrop. São Paulo, v. 12, n. 23, pp. 43-64, jan./jun. 2010.

MOYSÉS, Aristides (org.) (2005). **Cidade, segregação urbana e planejamento**. Goiânia: Editora da UCG.

MOYSÉS, A.; SILVA, E. R.; BORGES, E. M. & RIBEIRO, M. G. - **Da Formação Urbana ao Empreendedorismo Imobiliário: A nova face da metrópole goianiense.** MERCADTOR – Revista de Geografia da UFC. Ano 6, n. 12 Fortaleza, 2007.

MYERS, R.H. - **Response surface methodology.** Boston: Allyn and Bacon, 1971.

NADALIN, Vanessa Gapriotti; KRAUSE, Cleandro; NETO, Vicente Correia Lima. **Distribuição de Aglomerados Subnormais na Rede Urbana e nas Grandes Regiões Brasileiras.** 2012.

NETO, Vicente Correia Lima - **Distribuição de Aglomerados Subnormais na Rede Urbana e nas Grandes Regiões Brasileiras.** Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.- Brasília : Rio de Janeiro : Ipea 2012.

NUNES, F. G. **Análise exploratória espacial de indicadores de desenvolvimento socioambiental das regiões de planejamento do norte e nordeste goiano.** Revista Ateliê Geográfico, v. 7, n. 1, p.237-259, 2013.

NUNES, Fabrizia Gioppo. **Análise exploratória espacial de indicadores de desenvolvimento socioambiental das regiões de planejamento do norte e nordeste goiano.** Ateliê Geográfico, Goiânia-GO, v. 7, n. 1, p. 237-259, abr. 2013.

NUNES, M. A. **Emancipações Distritais e Sustentabilidade: uma Análise Baseada no Índice de Sustentabilidade Municipal.** Tese (Doutorado em Geografia) - Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

NUNES, Marcos Antônio; GARCIA, Ricardo Alexandrino. **Proposta metodológica para avaliação do grau de sucesso dos municípios brasileiros recém-emancipados como subsídio aos objetivos de desenvolvimento sustentável propostos pela ONU.** In: VII CONGRESO DE LA ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE POBLACIÓN e XX ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 2016, Foz do Iguaçu - PR. Anales. Campinas - SP: ALAP, 2016.

Observatório das Metrôpoles realiza pesquisa inédita de avaliação do PAC Urbanização de Favelas. Observatório das Metrôpoles. Disponível em: <http://observatoriodasmetropoles.net.br/wp/observatorio-das-metropoles-realiza-pesquisa-inedita-de-avaliacao-do-pac-urbanizacao-de-favelas/>. Acesso em: 2017.

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. Brasil. **Como vai a vida?** Disponível em: <http://www.oecdbetterlifeindex.org/pt/paises/brazil-pt/>. Acesso em: 29 jun. 2017.

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. Multilingual summaries. **Como está a vida? 2015. Medir o bem-estar.** Disponível em: http://www.oecdbetterlifeindex.org/media/bli/documents/how_life-2015-sum-pt.pdf. Acesso em: 20 jun. 2017.

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. **O que é o Índice para uma Vida Melhor?** Disponível em: <http://www.oecdbetterlifeindex.org/pt/sobre/>. Acesso em: 29 jun. 2017a.

OLIVEIRA, Adão Francisco de - **A Reprodução do Espaço Urbano de Goiânia: uma cidade para o capital.** Observatório Geográfico de Goiás - Universidade Federal de Goiás (UFG): Goiânia, 2006. Disponível em: <https://observatoriogeogoiias.iesa.ufg.br/up/215/o/Oliveira_ad_o_francisco_reproducao_espao_o.pdf>. Acesso em: 2018.

OLIVEIRA, Eliezer Cardoso de. **Imagens e mudança cultural em Goiânia.** Dissertação (Mestrado em História) – Pós-Graduação em História, Faculdade de História, Universidade Federal de Goiás, 1999.

O HOJE. **Dez cidades goianas para conhecer e se apaixonar.** Goiânia: Organizações Globo, 2019. Disponível em: <<http://ohoje.com/noticia/cultura/n/167081/t/dez-cidades-goianas-para-conhecer-e-se-apaixonar>>. Acesso em: 2019.

OLIVEIRA, Nielmar. **50 milhões vivem na linha de pobreza.** <http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2017-12/ibge-brasil-tem-14-de-sua-populacao-vivendo-na-linha-de-pobreza>. 15/12/2017. Acesso em: 03 mar. 2018.

OLIVEIRA, Nielmar. **IBGE: 50 milhões de brasileiros vivem na linha de pobreza.** Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2017-12/ibge-brasil-tem-14-de-sua-populacao-vivendo-na-linha-de-pobreza>. Acesso em maio de 2018.

ONU - **Estado das cidades do mundo unindo o urbano no dividido: resumo e principais constatações.** Centro das Nações Unidas para Assentamentos Humanos, UN-Habitat: Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/100408_cidadesdomundo_portugues.pdf>. Acesso em: 2019.

ONU BRASIL. **Erradicação da pobreza: Acabar com a pobreza em todas suas formas, em todos os lugares.** Brasília, 2017. Disponível em: <http://https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2017/06/Documento-Tem%C3%A1tico-ODS-1-Eradica%C3%A7%C3%A3o-da-Pobreza_11junho2017.pdf>. Acesso em: 20 de setembro de 2018.

OLIVEIRA, Adão Francisco de; MOYSÉS, Aristildes - **A reprodução do espaço urbano de Goiânia: uma cidade para o capital.** In: MOYSÉS, Aristildes (org.). Cidade, segregação urbana e planejamento. Goiânia: Ed. da UCG, 2005.

PARK, Robert Ezra. **A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano.** In: PARK, Robert Ezra et al. **O fenômeno urbano.** Rio de Janeiro, 1967. p. 25-66.

PARRODE, Alexandre. **Renda do goiano é a menor do Centro-Oeste e está abaixo da média brasileira, revela IBGE.** Publicado em 26 de fevereiro de 2015. Disponível em: <http://www.jornalopcao.com.br/ultimas-noticias/renda-goiano-e-menor-centro-oeste-e-esta-abaixo-da-media-brasileira-revela-ibge-29462>. Acesso em: 29 jun. 2017.

Plano Diretor que será enviado à Câmara não prevê expansão urbana em Goiânia. Jornal Opção. Disponível em: <https://www.jornalopcao.com.br/ultimas-noticias/plano-diretor->

que-sera-enviado-a-camara-nao-preve-expansao-urbana-em-goiania-151671/. Acesso em: 2018.

PELÁ, Márcia Cristina. **Uma nova (des) ordem nas cidades: o movimento dos sujeitos não desejados na ocupação dos espaços urbanos das capitais do cerrado - Goiânia, Brasília e Palmas**. Tese de Doutorado defendida no Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás. Orientação profa. Dra. Barreira, Celene Cunha Monteiro Antunes. Goiânia, 2014.

PNAD Contínua: 10% da população concentravam quase metade da massa de rendimentos do país em 2017. IBGE. Agência de notícias. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2013-agencia-de-noticias/releases/20843-pnad-continua-10-da-populacao-concentravam-quase-metade-da-massa-de-rendimentos-do-pais-em-2017.html>. Março 2018. Acesso em maio 2018

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Relatório do Desenvolvimento Humano 2004. **Liberdade cultural num mundo diversificado**. Disponível em: <http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr2004-portuguese.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2017.

POLLON, Luana Caroline Künast. **Espaço Geográfico: Breve Discussão Teórica Acerca do Conceito**. Rev. Geogr. Acadêmica v.10, n.2 (xii.2016) Disponível em: <<https://revista.ufr.br/rga/article/view/3834/pdf>; ISSN 1678-7226. P.82 – 92>

Praça dos Três Poderes - Brasília. Veja no Mapa. Disponível em: <http://vejanomapa.net.br/praca-dos-tres-poderes-brasilia/>. Acesso em: junho/2017.

PREFEITURA DE GOIÂNIA. História. - **História de Goiânia**. Disponível em: <http://www4.goiania.go.gov.br/portal/goiania.asp?s=2&tt=con&cd=1964>. Acesso em 30 maio. 2017.

PRÉTRECEILLE, Edmond. - **A Construção Social da Segregação Urbana: convergências e divergências**. In: Espaço e Debates. São Paulo: NERU. v. 24, n. 45, p. 11 – 23, jan./jul. 2004.

Desenvolvimento Humano para Além das Médias. - Brasília, 2017. Disponível em: <<http://www.br.undp.org/content/dam/brazil/docs/IDH/desenvolvimento-alem-das-medias.pdf>>. Acesso em 10 de junho de 2017.

QADEER, Mohammad A. - **Segregação étnica em uma cidade multicultural**. Toronto, Canadá. *Espaço & Debates*, São Paulo, v. 24, n. 45, jan./jul. 2004, p. 34-46.

Que conceito: seu novo conceito em dicionário. Que Conceito. Disponível em: <http://queconceito.com.br/urbano>. Acesso em 02 de maio 2018.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RAMOS, Helci Ferreira. **Análise espacial de indicadores de desenvolvimento socioambiental urbano das regiões norte, noroeste e meia ponte do município de Goiânia (1975-2015)**. Tese (Doutorado) – Instituto de Estudos Socioambientais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2016.

REIS, Elisa P. **Percepções da elite sobre pobreza e desigualdade**. P. 487-500. São Paulo: Revista Brás de Ciências Sociais, 2000.

RIBEIRO, J. C. J. **Indicadores ambientais: avaliando a política de meio ambiente no Estado de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Semad, 2006.

ROCHA, Sônia. **Pobreza no Brasil: Afinal, de que se trata?** Página 9-27. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2003.

ROLNIK, Raquel; BOTLER, Milton. - **Por uma política de reabilitação de centros urbanos**. Revista Oculum (PUC), Campinas, 2004.

ROLNIK, Raquel. **O que é cidade**. São Paulo: Brasiliense, 1995. (Coleção Primeiros Passos).

ROLNIK, Raquel. **Política Urbana no Brasil – esperança em meio ao caos?** Revista da ANTP, São Paulo, 2003.

SABATINI, Francisco; CÁCERES, Gonzalo; CERDA, Jorge. - **Segregação residencial nas principais cidades chilenas: tendências das três últimas décadas e possíveis cursos de ação**. São Paulo: Espaço & Debates, n.45, p.60-74, 2004.

SALGUEIRO, Teresa Barata. **Cidade pós-moderna: espaço fragmentado**. Revista Território, ano III, n. 4, p. 40-53, jan.-jun.1998. Disponível em: http://www.revistaterritorio.com.br/pdf/04_4_salgueiro.pdf.

SANTANA, Lilia; NOWERSTERN, Marcelo - A crise de moradia na França e a reação do movimento social. Voltaire, Paris, França: AITEC, 2006. Disponível em: <<http://base.d-ph.info/pt/fiches/dph/fiche-dph-6914.html>>

SANTOS, Elizete de Oliveira. **Segregação ou fragmentação socioespacial? Novos padrões de estruturação das metrópoles latino-americanas**. GeoTextos, v. 9, n. 1, p. 41-70, jul. 2013.

SANTOS, Luciano dos; RAIÁ JUNIOR, Archimedes Azevedo. **Análise espacial de dados geográficos: a utilização da Exploratory Spatial Data Analysis – ESDA para identificação de áreas críticas de acidentes de trânsito no município de São Carlos (SP)**. Sociedade & Natureza, Uberlândia, v. 18, n. 35, p. 97-107, dez. 2006.

SANTOS, Milton. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1997.

SANTOS, Milton. - **A Natureza do Espaço: Técnica e tempo. Razão e Emoção**. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2004.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SANTOS, R.S; GALO, M.G; TACHIBANA, V.M. **Classification of lidar data over building roofs using k-means and principal component analysis**. Bol. Ciênc. Geod. vol.24 no.1 Curitiba Jan./Mar. 2018 p.69-84.

SCHUMANN, L. R. M. A.; MOURA, L. B. A. **Índices sintéticos de vulnerabilidade: uma revisão integrativa de literatura.** Ciênc. saúde coletiva [online], v. 20, n. 7, p. 2.105-2.120, 2015.

SEGPLAN - **Teatro Goiânia recebe La Wagner dentro do Paralelo 16.** Goiânia: SEGPLAN, 2018. Disponível em: <<http://www.goias.gov.br/noticias/17819-teatro-goiania-recebe-la-wagner-dentro-do-paralelo-16.html>>.

SEABRA, Vinícius. **O acúmulo de capital e a desigualdade social em Goiânia.** Vinícius Seabra, conversas para além da sala de aula, 29 de março de 2014. Disponível em: <http://seabraprofessor.blogspot.com.br/2014/03/o-acumulo-de-capital-e-desigualdade.html>. Acesso em: 6 set. 2017.

Sistema de Estimativas de Emissões de Gases de Efeito Estufa - SEEG. **Emissões de GEE no Brasil e suas implicações para políticas públicas e a contribuição brasileira para o Acordo de Paris, 2018.** Observatório do Clima, 2018. disponível em: <http://seeg.eco.br/analise-de-emissoes-degee-no-brasil-1970-2016/>. Acessado em: 25/09/2018;

SEN, Amartya. **Desigualdade reexaminada.** Editora record. Rio de Janeiro, 2001.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade.** SÃO PAULO, COMPANHIA DAS LETRAS, 2010.

Sistema Estadual de Geoinformação - SIEG. **Imagem de temperatura de superfície Média Mensal e Média Anual (°C) - 2017 do Estado de Goiás.** Goiânia: IMB, 2018. Disponível em: <<http://www2.sieg.go.gov.br/post/ver/232168/temperatura-superf-terra-2017>>.

SILVA, Ernesto. **História de Brasília, um sonho, uma esperança, uma realidade.** Brasília-DF: Coordenada Editora de Brasília Ltda., 1970.

SILVA, Luiz Sérgio Duarte da. **A construção de Brasília: modernidade e periferia.** Goiânia: Ed. da UFG, 1997.

SILVA, Ana Lucia da. **A revolução de 30 em Goiás.** Goiânia: AGEPEL, 2001.

SILVA, Innocencio Francisco da. - **Memoria sobre a necessidade de abolir a introdução dos escravos africanos no Brasil : sobre o modo e condições com que esta abolição se deve fazer; e sobre os meios de remediar a falta de braços que ela pode ocasionar.** Coimbra: Na Imprensa da Universidade, 2010. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/518733>>.

SILVA, Marcos Vinicius Gualberto; FERREIRA Nilson - **Avaliação da ocupação e uso do solo na Região Metropolitana de Goiânia-GO.** Goiânia: Ed. da UFG, 2014.

SILVA, Marlon Lima; OLIVEIRA, Janete Marília Gentil Coimbra. **Produção do espaço urbano pela política habitacional recente (2003-2014): a criação de novos conjuntos habitacionais na Região Metropolitana de Belém.** Revista Ateliê Geográfico Goiânia-GO, v. 10, n. 3, p. 193-214, dez./2016 ISSN: 1982-1956.

SILVA, Ronés Borges. **Expansão territorial e segregação socioespacial urbana: o caso de Samambaia, DF**. 2014. 296 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2014.

SILVA, Sérgio Duarte; VAZ, Adriana Mara. **História urbana: labirinto e fronteira**. Publicado em 1º de agosto de 2008. Disponível em: <http://www.grabois.org.br/cdm/colecao-principios/150753-44555/2008-08-01/historia-urbana-labirinto-e-fronteira>. Acesso em: 2 fev. 2017.

SILVA, Paulo Eduardo Borges. **Salubridade Ambiental: método de análise territorial a partir da conjugação de fatores socioambientais**. Tese de doutorado apresentada ao Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais. Orientador Prof. Dr. Ricardo Alexandrino Garcia. Belo Horizonte, 2017.

SIQUEIRA, R. A. **O Adensamento no Espaço Urbano: as Promessas da Cidade Compacta**. Tese (Doutorado em Geografia) - Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, 2018.

SMITH, Neil. **Uneven development**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SOARES, Rodrigo de Oliveira. **Goiânia: morar na cidade entre o ato e o concreto**. In: **SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA: CULTURA E IDENTIDADES**, V., 2001, Goiânia. Anais... Goiânia: UFG, 2011.

SOCIOECONÔMICOS – IMB. **Características da Mulher em Goiás**.

SOUSA, Antônio Miguel Lopes. **Para os estudos e práticas urbanas, um olhar sobre Max Weber**. Revista PUCSP Ponto-e-Vírgula, v. 7, p. 109-126, 2010. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/pontoevirgula/article/view/13993/10299>.

SOUZA, Jessé. **A modernização seletiva: uma interpretação do dilema brasileiro**. Brasília: Ed. UnB, 2000.

SOUZA, Pedro Herculano Guimarães Ferreira. **A desigualdade vista do topo: a concentração de renda entre os ricos no Brasil, 1926-2013**. UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA. Tese apresentada ao Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília/UnB 2016.

SPOSITO, Eliseu Savério. **Geografia e Filosofia: contribuição para o ensino do pensamento geográfico**. São Paulo: Editora UNESP, 2004a.

SPOSITO, Maria Encarnação B. **O chão em pedaços: urbanização, economia e cidades no Estado de São Paulo**. Presidente Prudente: FCT/UNESP, 2004. (Tese de Livre-Docência)

SPOSITO, Maria Encarnação Betrão. **Encarnação. Segregação socioespacial e centralidade urbana**. In: VASCONCELOS, Pedro de Almeida; CORRÊA, Roberto Lobato; PINTAUDI, Silvana Maria (Org.). **A cidade contemporânea: segregação espacial**. São Paulo: Contexto, 2013. p. 61-93.

TEIXEIRA, Renato Araújo. **No descompasso da metrópole: um estudo sobre a dinâmica espacial da região metropolitana de Goiânia a partir do município de Inhumas.** Goiânia: Editora IFG, 2013.

THEIS, Ivo Marcos. **Do desenvolvimento desigual e combinado ao desenvolvimento geográfico desigual.** Novos cadernos NAEA, v. 12, n. 2, p. 241-252, dez. 2009.

VARELLA, C. A. A. **Estimativa da produtividade e do estresse nutricional da cultura do milho usando imagens digitais.** 2004. 92 f. Tese (Doutorado em Engenharia Agrícola) – Unidade, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2004.

SPSS, IBM Modeler - **The SPSS Two Step Cluster Component: A scalable component enabling more efficient customer segmentation.** USA: IBM, 2019. Disponível em: <https://www.spss.ch/upload/1122644952_The%20SPSS%20TwoStep%20Cluster%20Component.pdf>

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. **Contribuição para o debate sobre processos e formas socioespaciais nas cidades.** In: VASCONCELOS, Pedro de Almeida; CORRÊA, Roberto Lobato; PINTAUDI, Silvana Maria (Org.). **A cidade contemporânea – segregação espacial.** São Paulo: Contexto, 2016. p. 17-37.

VENTURINI, Lílian. **Como está a desigualdade de renda no Brasil, segundo o IBGE.** Disponível em: <https://www.nexojournal.com.br/expresso/2017/11/30/Como-est%C3%A1-a-desigualdade-de-renda-no-Brasil-segundo-o-IBGE>. Acesso em maio de 2018.

VIAJE NA VIAGEM. **Cidade de Goiás na Páscoa: Fogaréu, caminhadas na Serra Dourada e serestas.** São Paulo: Ricardo Freire, 2016. Disponível em: <<https://www.viajenaviagem.com/2015/01/cidade-goias-fogareu-cora-coralina-serra-dourada-dicas/>>. Acesso em: 2018.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil.** São Paulo: Studio Nobel/Fapesp, 1998.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil.** São Paulo: Studio Nobel/Fapesp, 2001.

VILLAÇA, Flávio. **A pesquisa sobre segregação: conceitos, métodos e medições.** Espaço & Debates: Revista de Estudos Regionais e Urbanos, v. 24, n. 45. 2004.

VILLAÇA, Flávio. **O que todo cidadão precisa saber sobre habitação.** São Paulo: Global, 2012.

VOLTOLINI, Luiz. **Em São Paulo, destroços do prédio São Vito viram base para pavimentação de vias.** Edição 9, novembro de 2011. Disponível em: <http://infraestruturaurbana.pini.com.br/solucoes-tecnicas/9/artigo241032-1.aspx>. Acesso em 31/08/2016.

XERXENEVSKY; L. L.; FOCHEZATTO, A. **Índice Relativo de Desenvolvimento Socioeconômico dos Municípios do Litoral Norte do Rio Grande do Sul: uma Aplicação da Análise Fatorial.** Boletim Geográfico do Rio Grande do Sul, n. 25, p. 31-55, 2015.

ⁱ O homem em suas obras existe no espaço e no tempo é tão óbvio que quase não vale a pena mencionar. Mas, após uma análise mais detalhada, esse simples fato é visto como contendo uma riqueza conceitual e um desafio intelectual que subjaz a um dos campos contemporâneos mais emocionantes da Geografia. Quando consideramos o homem e seu trabalho no espaço e no tempo, não podemos mais pensar em estruturas e relacionamentos estáticos. Em vez disso, focamos explicitamente na dinâmica dos padrões espaciais, para que os processos de difusão que atuam no espaço e no tempo se tornem o núcleo de nossa preocupação.

ⁱⁱ Esse nome é dado a um grupo de professores e pesquisadores da Universidade de Chicago, que surgiu nos Estados Unidos nos anos 20 e durante algumas décadas do início de século XX, trazendo uma série de contribuições à sociologia, psicologia social e ciências da comunicação. A Universidade de Chicago foi inaugurada em 1892, criada na cidade de maior índice de crescimento da época, a partir de doações de batistas, liderados por John Rockefeller. Ela possuía faculdades separadas para humanidades, literatura e ciências além de uma escola de teologia e escola de pós graduação. Na inauguração o corpo docente já contava com 120 professores. (Goodwin, 2005) Destaca-se nesta escola o funcionalismo em psicologia, a sociologia urbana; ecologia humana. Na sociologia, a Escola de Chicago refere-se à primeira importante tentativa de estudo dos centros urbanos combinando conceitos teóricos e pesquisa de campo de caráter etnográfico.

ⁱⁱⁱ Fala do atual Prefeito de Goiânia, Íris Resende